

**PLANO e PROGRAMA
de INVESTIMENTOS e DESPESAS
de DESENVOLVIMENTO
da REGIÃO AUTÓNOMA da MADEIRA
PIDDAR**

DESENVOLVIMENTO
DESENVOLVIMENTO

INVESTIMENTOS
INVESTIMENTOS

2006



ÍNDICE

Pág.

INTRODUÇÃO	5
I. CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL	9
1. Enquadramento Internacional	11
2. Enquadramento Europeu	15
3. Enquadramento Nacional	19
II. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	25
III. PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	37
IV. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO SECTORIAIS PARA 2006	41
1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária	43
2. Pesca	77
3. Indústria	85
4. Energia	93
5. Turismo	97
6. Transportes e Comunicações	103
7. Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	111
8. Educação	117
9. Formação Profissional e Emprego	123
10. Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	135
11. Cultura	141
12. Saúde	147
13. Segurança e Acção Social	161
14. Habitação e Urbanismo	169
15. Defesa e Protecção do Ambiente	173
16. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	191
17. Informação Científica e Técnica	193
18. Administração Pública Regional	205
19. Apoios ao Sector Empresarial	209
20. Apoios ao Desenvolvimento Local	213



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

4

V. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	219
VI. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA GLOBAL.....	225
Quadro I – Repartição Sectorial do Investimento por Departamentos do Governo Regional.....	227
Quadro II – Repartição Sectorial do Investimento	229
Quadro III – Repartição Espacial do Investimento.....	231
Gráfico I – Repartição Institucional do Investimento	233
Gráfico II – Repartição Sectorial do Investimento	235
VII. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	237
Vice-Presidência.....	239
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	243
Secretaria Regional do Turismo e Cultura.....	247
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes	253
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	267
Secretaria Regional da Educação	271
Secretaria Regional do Plano e Finanças	279
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	283
ANEXOS	297
Sociedades de Desenvolvimento.....	299
Investimentos Habitacionais da Madeira.....	301
Investimentos Municipais.....	303
Programa de Apoio Rural.....	311
Valor Ambiente	313



INTRODUÇÃO

O Plano de Investimentos e Despesas da Administração da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR) para o ano de 2006 enquadra-se no Programa de Governo 2005-2008 e no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) 2000-2006.

A Região Autónoma da Madeira tem registado crescimentos significativos do ponto de vista económico, preconizando um desenvolvimento sustentado, assente no paradigma da equidade social e num crescimento integrado, a que não tem sido alheia a valorização do potencial humano e o reforço da competitividade pela qualidade e diversificação da actividade económica.

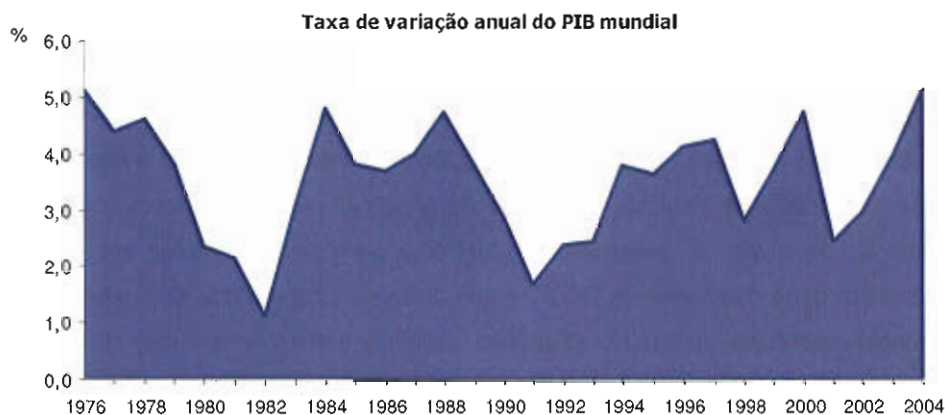
Apesar da conjuntura económica externa desfavorável observada nos últimos tempos, a Região tem conseguido conter os impactos negativos associados, nomeadamente ao abrandamento económico verificado nos últimos anos a nível nacional e comunitário, às pressões internacionais, designadamente o aumento significativo dos preços das matérias-primas energéticas e aos conflitos internacionais.

Não obstante, por ser uma economia aberta com um mercado de exíguas dimensões, a RAM não é alheia à conjuntura externa e, tendo em conta as fragilidades decorrentes da sua condição ultraperiférica, é fundamental que se mantenham os níveis das transferências dos fundos estruturais no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, actualmente em negociação. De facto, a manutenção dos apoios comunitários é primordial no sentido de manter o desenvolvimento regional numa base sustentada e promover a convergência continuada da RAM com as regiões europeias mais desenvolvidas, bem como dotar a Região de condições e meios capazes de fazer face às condicionantes que afectam a Região de forma permanente.



I.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Em 2004, a economia mundial registou um desempenho económico significativo e relativamente generalizado nas principais áreas económicas mundiais. O crescimento económico de 5,1% observado correspondeu, de acordo com o Banco de Portugal, à taxa mais elevada dos últimos 25 anos, conforme mostra o gráfico seguinte. O robustecimento do produto mundial foi acompanhado por uma forte expansão das trocas comerciais a nível global, por uma recuperação dos fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) e pela melhoria generalizada das condições de financiamento.



Fonte: FMI

A expansão da economia mundial foi especialmente forte nos primeiros meses do ano, desacelerando posteriormente na maioria dos países. À semelhança dos anos anteriores, a expansão económica registada em 2004 continuou a ser liderada pelos Estados Unidos (EUA) e pela Ásia.

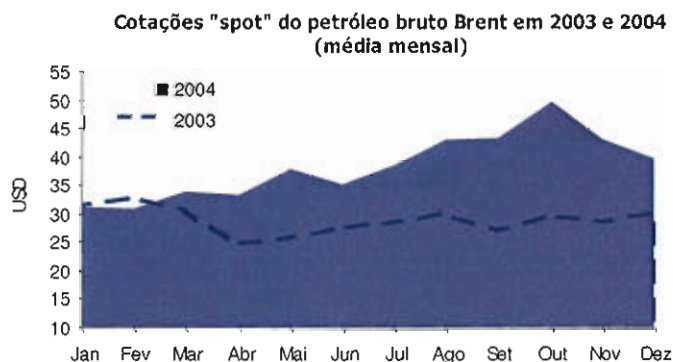
De acordo com as projecções do Banco Central Europeu (BCE), é de esperar que a conjuntura externa da área do euro permaneça favorável em 2005 e em 2006, com o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) mundial fora da área do euro a atingir cerca de 4,8% em 2005 e 4,6% no ano seguinte, devendo, por conseguinte, manter o dinamismo dos últimos anos, ainda que com uma intensidade ligeiramente inferior. O crescimento real do PIB dos EUA e dos países asiáticos deverá continuar robusto,



embora um pouco mais moderado que o verificado em 2004. O BCE antevê que o crescimento económico dos principais mercados externos de exportação da área euro se situe em cerca de 7,1% em 2005 e em 7,2% em 2006.

A dinâmica do crescimento económico mundial sustentou uma forte procura de matérias-primas a nível global, contribuindo significativamente para os aumentos dos seus preços em 2004. No ano em questão, os preços das matérias-primas não energéticas cresceram cerca de 22%, sendo de destacar o aumento continuado do preço do ferro e do aço.

Os preços do petróleo aumentaram durante a maior parte do ano de 2004, num contexto de considerável volatilidade. O preço do petróleo bruto Brent atingiu um pico de 51 dólares no final de Outubro, face aos 30 dólares no início do ano. No conjunto de 2004, o preço médio do petróleo bruto Brent foi de 38 dólares, 33% acima da média de 2003. Esta evolução reflectiu a robustez da procura mundial de petróleo, bem como as preocupações de segurança relativamente aos fornecimentos de petróleo e repercutiu a limitada capacidade de resposta da cadeia de produção. A estes factores acresceu a manutenção de níveis de existências de petróleo para fins comerciais em mínimos históricos por parte dos países da OCDE, o que diminuiu a capacidade de reacção face a perturbações pontuais da oferta. O gráfico seguinte mostra a evolução dos preços médios mensais do petróleo bruto Brent em 2003 e 2004.



Fonte: Ministério da Economia e da Inovação – GEPE



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

13

A Economia norte-americana registou um crescimento vigoroso em 2004, tendo o PIB registado um acréscimo de 4,4%, em termos reais, o que se traduziu na mais elevada taxa de crescimento dos últimos 5 anos.

O crescimento real do PIB foi sustentado pela manutenção da robustez do consumo das famílias que aumentou, em 2004, cerca de 3,8% face ao ano anterior e pelo fortalecimento do investimento empresarial, que registou um acréscimo de 9,7% face ao ano anterior. Por seu lado, o comércio líquido deu um contributo negativo para o crescimento (-0,6%), tendo o défice da conta corrente atingido um nível sem precedente de 5,7% do PIB.

De acordo com as previsões da OCDE, o PIB dos Estados Unidos deverá crescer cerca de 3,6% em 2005 e 3,3% no ano seguinte. O crescimento deverá ser alicerçado sobretudo no crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (5,8% e 5,1% para 2005 e 2006, respectivamente) e no Consumo Privado (3,8% em 2005 e 3,4% no ano seguinte). O Consumo Público (1,9% em 2004) deverá continuar a crescer abaixo dos 2% nos dois anos seguintes.

No Japão, o produto cresceu 2,6% em 2004, a taxa mais elevada desde 1996. No entanto, o crescimento registado reflecte essencialmente o desempenho favorável da economia no primeiro trimestre, já que esta praticamente estagnou nos trimestres seguintes. A drástica redução do investimento público no segundo trimestre e a perda de estímulo externo, bem como a diminuição do consumo privado na segunda metade do ano, terão estado na base desta evolução.

O forte crescimento da procura interna, especialmente na componente do investimento privado, deverá inverter a tendência de abrandamento que a economia nipónica registou a partir do segundo trimestre do ano 2004, sendo previsível um crescimento do PIB em torno dos 2% para 2005 e 2006.

Nas economias de mercado emergente asiáticas, a actividade económica cresceu 7,8% em 2004, muito dinamizada pelo comércio intra-regional, nomeadamente com a China. A economia chinesa manteve um elevado ritmo de crescimento, atingindo os 9,5% no ano em causa, assente essencialmente no comportamento dinâmico das exportações e do investimento. Não obstante, o dinamismo do crescimento atenuou-se perto do final

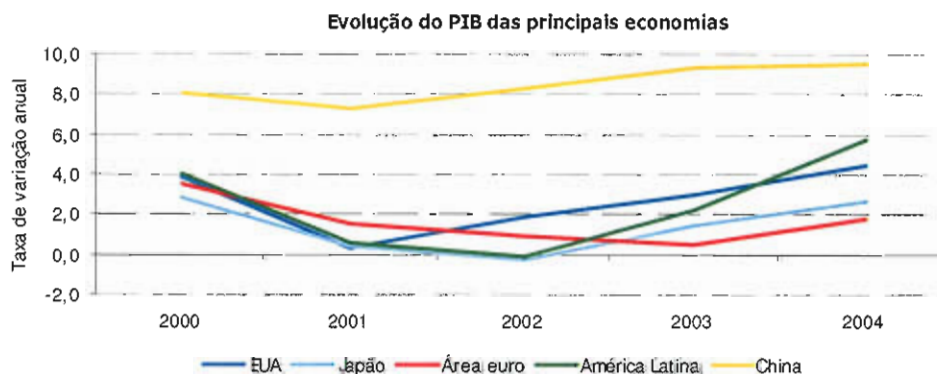


de 2004, num contexto de moderação da procura externa e dos preços elevados do petróleo.

As previsões económicas para a Ásia (excluindo o Japão) indicam a manutenção do vigor da actividade económica, com as projecções a apontarem para um crescimento do PIB a rondar os 7% nos anos de 2005 e 2006. A actividade económica chinesa deverá abrandar ligeiramente, esperando-se um crescimento na ordem dos 8,4%, até ao horizonte de 2006.

Na América Latina, a situação económica apresentou uma melhoria considerável, passando de um crescimento anual (em termos reais) de 2,2% em 2003, para uma subida de 5,7% em 2004. Esta evolução ficou a dever-se à actividade de exportações e à dinâmica da procura interna. O crescimento no Brasil (5,2%) e no México (4,4%) intensificou-se em 2004, sustentado principalmente pela robustez das exportações e pelo reforço da actividade de investimento. Na Argentina, a recuperação da actividade económica manteve-se forte (9%), embora tenha registado uma ligeira moderação no decorrer do ano.

Relativamente ao desempenho económico da América Latina para 2005 e 2006, os sinais existentes permitem projectar um crescimento robusto da actividade económica, ainda que com menor intensidade. Assim, o crescimento económico na América Latina deverá atingir os 3,9% em 2005 e os 3,6% no ano seguinte. O gráfico seguinte sintetiza a evolução recente das principais economias mundiais.



Fonte: Banco de Portugal



I.2. ENQUADRAMENTO EUROPEU

A recuperação da actividade económica na área euro, iniciada na segunda metade de 2003, continuou em 2004. De acordo com o BCE, o PIB da área euro cresceu 1,8%, beneficiando do forte crescimento económico mundial. No decorrer de 2004, verificou-se um enfraquecimento do ritmo de expansão da actividade económica, reflexo do abrandamento das exportações e do aumento dos preços do petróleo, que não foram suficientemente compensados pelo maior dinamismo da procura interna.

No que diz respeito às maiores economias da área euro, salienta-se o crescimento mais acentuado da França (2,4%) e da Espanha (2,7%), cuja actividade foi sustentada pela procura interna, designadamente pelo consumo privado. Em contraste, em Itália e sobretudo na Alemanha, países onde o crescimento económico se situou em 1%, a recuperação face a 2003 assentou nas exportações líquidas, tendo a procura interna permanecido fraca.

O crescimento real do PIB nos restantes Estados-Membros da União Europeia situou-se acima dos 5%, ultrapassando, em geral, a média da área euro. A dinâmica evidenciada foi liderada pelo investimento, cujo elevado conteúdo importado se traduziu num substancial aumento das importações. O contributo das exportações líquidas para o crescimento foi, em geral, limitado ou negativo.

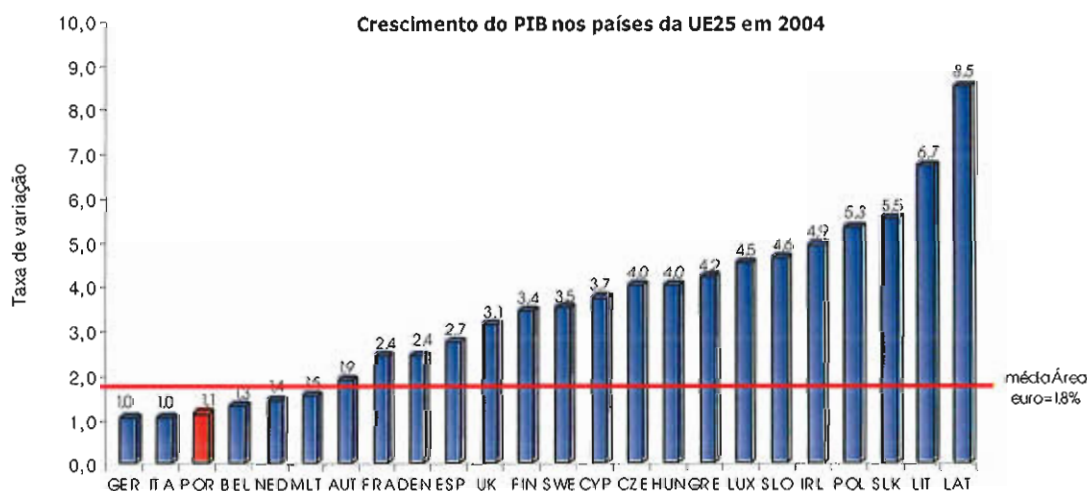
O crescimento do produto registou o valor mais elevado nos Estados bálticos, com especial destaque para a Letónia (8,5%) e para a Polónia (5,3%), países com o mais baixo nível do PIB *per capita* na UE. Na outra extremidade da escala, o crescimento do produto registou o valor mais reduzido na Dinamarca (2%) e em Malta (1,8%), embora o crescimento do PIB real tenha começado a recuperar nestes países, face às taxas moderadas prevalecentes em 2003.

No Reino Unido, a actividade económica, em 2004, manifestou um dinamismo superior ao dos países da área euro, tendo registado um crescimento de 3,1%, mais 0,9 pontos percentuais do que no ano anterior. A aceleração económica neste país ficou a dever-se à robustez da procura interna, mais concretamente ao dinamismo das componentes consumo privado e investimento, que registaram um acréscimo ao longo do ano, num contexto de crescimento acentuado dos salários e de elevados lucros das empresas. O



contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB foi mais negativo do que no ano anterior, em virtude da forte aceleração das importações.

Os países europeus continuaram assim a apresentar ritmos de expansão da actividade muito diferenciados, embora a dispersão das taxas de crescimento do PIB se tenha reduzido face a 2003. Portugal voltou a registar, em 2004, uma das mais reduzidas taxas de crescimento, mantendo-se como um dos países da UE25 com pior evolução da actividade económica nos últimos anos. O gráfico seguinte ilustra o desempenho económico registado em 2004 pelos Estados-Membros da UE25, através da taxa de variação face ao ano anterior.



Em relação à evolução da actividade económica na UE25 para 2005 e 2006, o BCE prevê que o crescimento real médio anual do PIB se situe entre 1,0% e 1,6% em 2005 e entre 1,3% e 2,3% em 2006. Com base no pressuposto do fortalecimento contínuo da procura externa, espera-se que no decorrer de 2005 e 2006, o crescimento das exportações continue a apoiar a actividade económica, devendo a procura interna registar um fortalecimento progressivo.

No que respeita ao mercado de trabalho o desemprego manteve-se nos níveis observados em 2003, voltando a registar-se uma taxa de 8,9% em 2004. De acordo



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

17

com a OCDE, deverá ocorrer um ligeiro agravamento deste indicador em 2005 (9,0%) seguido de uma recuperação pouco significativa em 2006, altura em que a taxa de desemprego deverá baixar para os 8,7%. Por seu lado, o FMI tem uma perspectiva mais optimista, esperando uma quebra da taxa de desemprego já em 2005, passando para os 8,7%, evolução que deverá ter continuidade no ano seguinte, passando para os 8,4%. O emprego deverá evoluir favoravelmente, esperando-se aumentos na ordem dos 1,6% em 2005 e 1,7% em 2006.

As projecções para o crescimento real do PIB e para o emprego implicam que o crescimento da produtividade do trabalho irá recuperar lentamente. Como consequência da evolução dos salários e da produtividade, espera-se que o crescimento dos custos unitários do trabalho permaneça relativamente contido em 2005 e 2006.



I.3. ENQUADRAMENTO NACIONAL

A economia portuguesa voltou a crescer, em 2004, embora a um ritmo moderado. As estimativas do Banco de Portugal dão conta de um crescimento do Produto Interno Bruto em termos reais de 1,1%, após a quebra de idêntica magnitude observada no ano anterior.

O crescimento da economia em 2004 assentou no dinamismo da procura interna, em particular do consumo privado. As importações apresentaram um forte crescimento e assistiu-se a uma perda de quota de mercado por parte das empresas exportadoras portuguesas. Este padrão de crescimento traduziu-se num novo aumento do endividamento do sector privado não financeiro, especialmente dos particulares, bem como num agravamento das contas externas, que interromperam a trajectória de ajustamento dos últimos dois anos.

O défice das administrações públicas situou-se em 2,9% do PIB em 2004, tal como havia acontecido em 2003. A manutenção do défice abaixo do valor de referência de 3% do PIB, conforme indicações do Pacto de estabilidade, exigiu, à semelhança do sucedido em 2002 e 2003, o recurso a um conjunto muito significativo de medidas de carácter temporário. Nestas condições, em 2004, verificaram-se progressos limitados em matéria de consolidação orçamental, não obstante a necessidade de correcção do desequilíbrio estrutural significativo das contas públicas.

A evolução mais favorável da produção nacional em 2004 foi extensiva à generalidade dos sectores de actividade. O sector dos serviços continuou a crescer a um ritmo superior ao do PIB e a reforçar a sua importância relativa na estrutura produtiva portuguesa. Por seu lado, a produção na indústria transformadora registou uma variação nula em 2004, após a queda de 1% observada no ano anterior.

O fraco dinamismo da indústria transformadora ficou a dever-se ao agravamento significativo dos custos unitários de trabalho relativos observado nos últimos anos, parcialmente motivado pela apreciação acumulada do euro, bem como pelo acréscimo da concorrência internacional e pelo aumento do preço das matérias-primas e da energia.

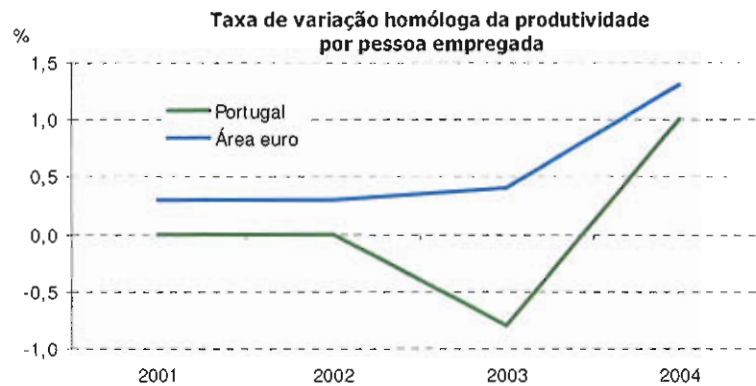


O comportamento do mercado de trabalho em 2004 foi globalmente consistente com a evolução da actividade económica. O emprego estabilizou, reflexo de uma redução do emprego por conta própria, compensada por um crescimento do emprego por conta de outrem. No sector dos serviços voltou a registar-se uma criação líquida de emprego, que contrasta com a contracção observada nos restantes sectores de actividade, o que demonstra as dificuldades competitivas em alguns segmentos da indústria e reforça o fenómeno de terciarização da estrutura produtiva portuguesa.

A capacidade de criação de emprego no sector dos serviços tem contribuído para limitar o crescimento do desemprego, não tendo sido no entanto suficiente para inverter a evolução registada nos últimos anos. Com efeito, taxa de desemprego evoluiu negativamente em 2004 fixando-se nos 6,7%, mais 0,4 pontos percentuais do que no ano anterior.

No actual contexto de elevada concorrência dos mercados, a produtividade do trabalho afigura-se cada vez mais como uma das principais fontes de crescimento do produto e contribui significativamente para o aumento da competitividade económica. O esforço da melhoria dos níveis de produtividade do trabalho deve pois constituir uma preocupação central da economia nacional no processo de convergência com as economias mais avançadas.

A produtividade por trabalhador registou, em 2004, um crescimento de 1%, revertendo a quebra observada em 2003. No entanto, e apesar da evolução positiva neste ano, a produtividade por pessoa empregada cresceu a um nível inferior ao registado na área euro, que registou um acréscimo de 1,3%. Não obstante, é de assinalar o facto do diferencial entre as remunerações reais e a produtividade ter sido negativo (-0,9 pontos percentuais), o que aconteceu pela primeira vez desde 1997. O gráfico seguinte mostra o crescimento anual da produtividade por pessoa empregada em Portugal e na área euro.



Fonte: Banco de Portugal

Os custos unitários de trabalho (CTUP) em Portugal cresceram 1,6% em 2004, o que representou um abrandamento de 1,7 p.p. relativamente a 2003. A desaceleração dos CTUP foi, contudo, muito mais moderada ao nível do sector privado da economia, reflectindo o maior crescimento das remunerações neste sector. De acordo com as estimativas do Banco de Portugal, em 2004, o diferencial de crescimento dos CTUP em relação à área do euro foi de cerca de 0,7 p.p. quando no ano anterior o diferencial era de 1,3 p.p.. A manutenção da tendência de crescimento dos CTUP relativos reflecte, apesar da desaceleração registada em 2004, a continuação de um crescimento salarial superior ao verificado na área euro e uma evolução desfavorável da produtividade relativa em Portugal.

A inflação, medida pela taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), situou-se em 2,4%, menos 0,9 p.p. do que no ano anterior. A redução da inflação média reflectiu a forte desaceleração dos preços observada ao longo de 2003, num contexto de contracção da procura interna, o abrandamento significativo dos salários e a acentuada apreciação do euro. Com efeito, ao longo de 2004, a taxa de inflação manteve-se relativamente estável em torno dos níveis registados no final do ano anterior. A redução dos preços relativos de importação de bens de consumo nos últimos anos, associada ao aumento da taxa de penetração real das importações, contribuiu para conter as pressões sobre os preços dos bens, apesar do forte aumento do preço internacional do petróleo.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

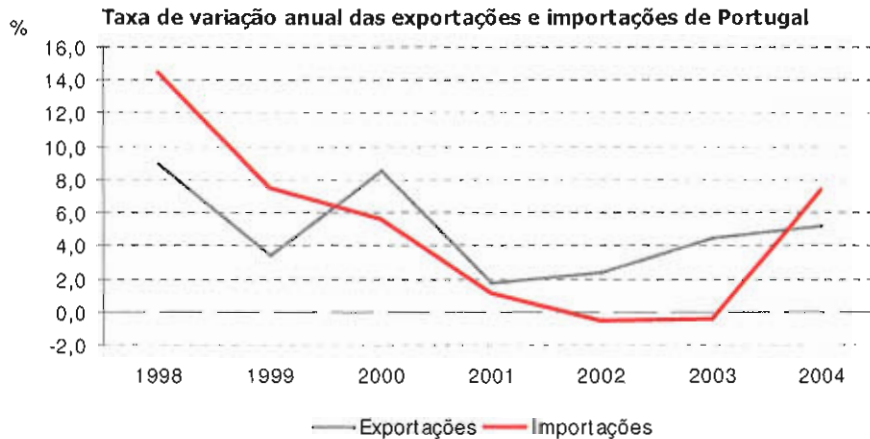
PIDDAR 2006

22

A formação bruta de capital fixo (FBCF) apresentou um crescimento real de 1,3% em 2004, depois de ter registado reduções muito fortes nos dois anos anteriores (atingindo quebras de 5,1% e de 9,9% em 2002 e 2003, respectivamente). Assim, apesar desta recuperação, o nível de FBCF em 2004, em termos reais, ainda se encontrava mais de 10% abaixo do nível verificado em 2001. A melhoria das perspectivas de evolução da procura, em particular no primeiro semestre de 2004, bem como a manutenção de condições de financiamento muito favoráveis, influenciaram positivamente o investimento empresarial, não obstante o elevado nível de endividamento das empresas.

No que diz respeito ao comércio internacional, em 2004, assistiu-se a um forte crescimento da procura de bens de elevado conteúdo importado, resultando numa expansão significativa das importações, que após uma ligeira queda em 2003, aumentaram 7,4% em 2004. Por seu turno, as exportações de bens e serviços aumentaram 5,2%, mais 0,7 p.p. do que em 2003. A recuperação significativa das exportações de serviços contrastou com a desaceleração acentuada das exportações de mercadorias, que apresentaram perdas de quota de mercado significativas. Esta evolução dos fluxos comerciais determinou um contributo negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB de 1,1 p.p., após o contributo positivo de 1,6 p.p. registado em 2003.

A contínua deterioração da competitividade das exportações portuguesas, com efeitos perversos na evolução das quotas de mercado das empresas exportadoras nacionais, tem, de acordo com o Banco de Portugal, como principal raiz o crescimento dos custos unitários de trabalho em Portugal face aos seus concorrentes. Este resultado é especialmente adverso dada a progressiva liberalização dos mercados internacionais e consequente acréscimo da concorrência de países terceiros nos mercados de exportação, em particular num contexto de apreciação do euro. O gráfico abaixo mostra a evolução registada na componente externa do produto, desde 1998 até 2004.



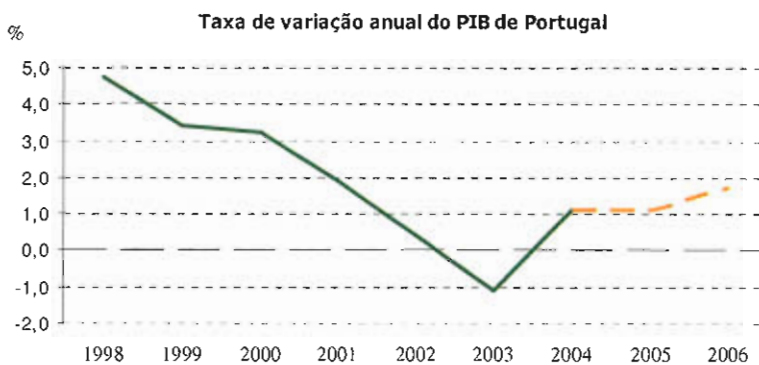
Fonte: Banco de Portugal

Em síntese, apesar da recuperação da actividade económica em 2004, Portugal continuou a apresentar uma das mais baixas taxas de crescimento da União Europeia, acentuando a divergência face aos níveis médios de rendimento *per capita* na Europa. O fraco desempenho da economia portuguesa nos últimos anos reflecte um conjunto de debilidades de carácter estrutural que limitam o crescimento da produtividade e que têm dificultado a adaptação ao novo regime macroeconómico que decorre da participação na área euro e a resposta ao reforço da concorrência externa.

As perspectivas para 2005 e 2006 apontam para a manutenção de um crescimento económico moderado, sendo de esperar que a procura interna venha a abrandar ligeiramente em 2005. As projecções para o mercado de trabalho indicam que não deverão ocorrer melhorias significativas, sendo de esperar um crescimento do emprego à volta dos 0,3% no horizonte temporal e um ligeiro agravamento da taxa de desemprego em 2005, que deverá situar-se nos 7%, mantendo-se neste nível no ano seguinte. Assim, o PIB de Portugal deverá crescer 1,1% em 2005 e acelerar ligeiramente no ano seguinte, esperando-se um aumento do produto em torno dos 1,7%. O gráfico que se segue ilustra o desempenho da economia portuguesa nos últimos anos e mostra as expectativas de crescimento para os anos de 2005 e 2006.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL



Fonte: Banco de Portugal

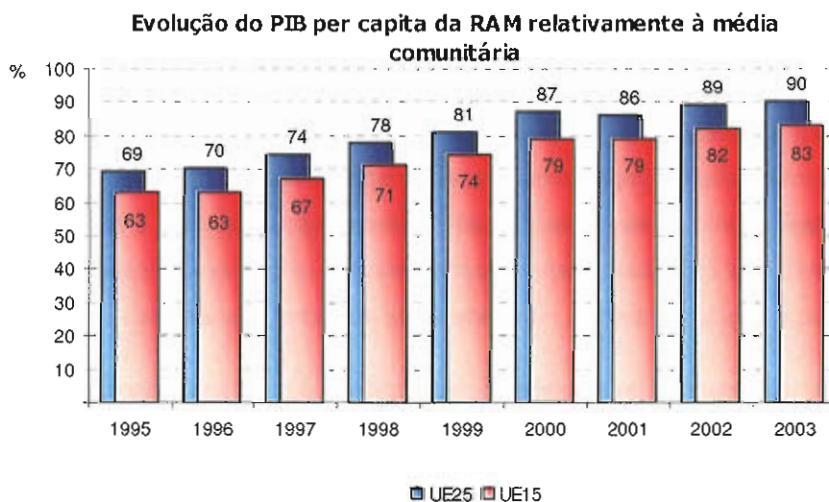


II. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Apesar dos constrangimentos associados e não obstante a conjuntura externa menos favorável, o clima de estabilidade política, o estatuto político-administrativo que confere à Região autonomia governativa e os investimentos que se tem vindo a levar a cabo nos últimos anos, permitem à Região prosseguir um desenvolvimento económico forte e sustentado, assente na equidade social, na valorização do capital humano e no desenvolvimento integrado de todos os concelhos através da concretização das infra-estruturas de base necessárias.

A recente evolução da situação económica e social da Região Autónoma da Madeira (RAM) tem sido marcada pelo forte crescimento do PIB que, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), registou, em 2003, uma taxa de crescimento de 5,1% face ao ano anterior.

A dinâmica de crescimento regional resultou numa aproximação significativa ao nível médio de rendimento da União Europeia e numa consolidação da sua posição relativamente à média nacional, tendo a Região registado, em 2003, um PIB *per capita* equivalente a 90% da média da UE25 (89% em 2002) e 21% acima da média nacional, mais 4 p.p. do que no ano anterior. O gráfico que se segue mostra a convergência da Região com a União Europeia em termos de PIB *per capita*, desde 1995. (Fonte INE)





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

28

Relativamente à estrutura da economia regional, a evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB), reflecte uma clara tendência de terciarização da economia madeirense, com o sector terciário a representar, de acordo com o INE, 81,4% do VAB da Região, em 2003, mais 1,4 p.p que no ano anterior. Por sua vez, o sector secundário representava 15,7% da riqueza produzida na Região, nesse ano. O sector primário tem mantido um peso reduzido na economia regional (2,9% do VAB, em 2003) não apresentando evoluções significativas relativamente aos anos anteriores, conforme pode verificar-se no quadro que se segue.

Estrutura do VAB da Região por sectores de actividade

Sectores de Actividade	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Primário	4,0	3,7	3,5	3,2	3,0	2,7	2,9	2,8	2,9
Secundário	18,0	17,8	17,1	19,2	18,8	20,1	19,5	17,1	15,7
Terciário	78,0	78,5	79,5	77,5	78,2	77,2	77,6	80,1	81,4

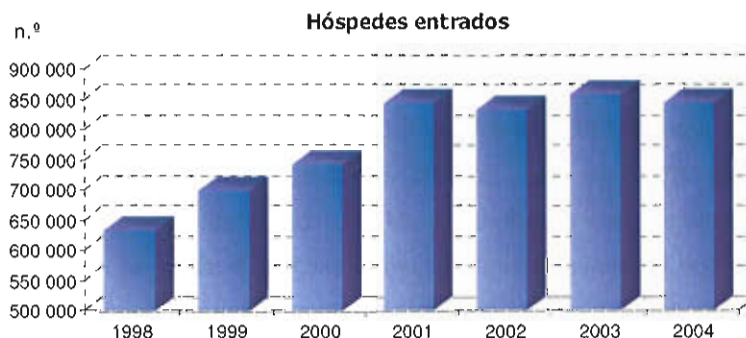
Fonte: Direcção Regional de Estatística; INE

Conforme os últimos dados apresentados pelas entidades estatísticas responsáveis, os ramos de actividade que mais contribuíram para o VAB regional, em 2003, foram as Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (com 17,3% do VAB da Região), a Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória (com 13,5%) e o Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico (13,2%). As actividades ligadas aos Transportes, Armazenagem e Comunicações têm vindo a apresentar um peso relativo também significativo na Região, representando, em 2003, os 9,8%, com as actividades de Alojamento e Restauração a ter um peso de 9,4% na economia regional. Esta informação permite aferir a importância das actividades directa e indirectamente ligadas ao turismo, assim como a relevância das actividades relacionadas com a administração pública regional, que continuam assim responsáveis, em larga medida, pelo dinamismo económico que a Região apresenta, nomeadamente no sector dos serviços.

Não obstante o desempenho económico significativo dos últimos anos, suportado essencialmente pela dinâmica do sector dos serviços, a actividade turística na RAM foi marcada, em 2004, por uma evolução menos favorável nos principais indicadores.

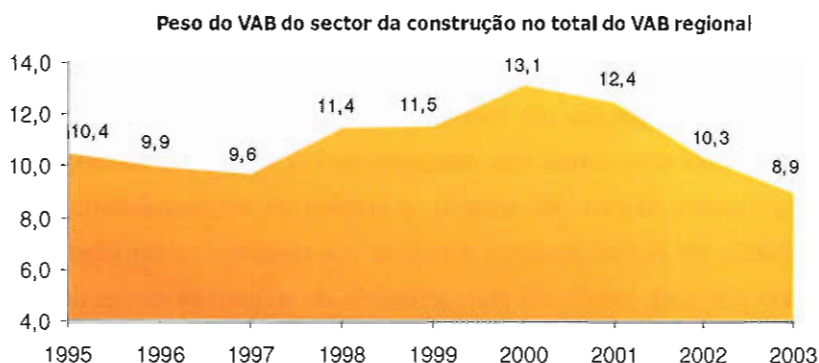


Segundo dados da Direcção Regional de Estatística, o número de hóspedes entrados registou uma diminuição de 1,7% relativamente ao ano anterior. As dormidas acompanharam a evolução do número de hóspedes, apesar de ligeiramente mais acentuada, tendo registado um decréscimo de 1,9%. Esta evolução conduziu a uma redução dos proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros da Região, ainda que pouco significativa (0,6%). No entanto, o número de estabelecimentos hoteleiros em funcionamento na Região continua a registar um crescimento significativo (mais 7,6% que no ano anterior), resultando num acréscimo do número de camas de 4,7%, o que é indício da confiança que os empresários mantêm no sector turístico regional. O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de hóspedes entrados na Região entre 1998 e 2004.



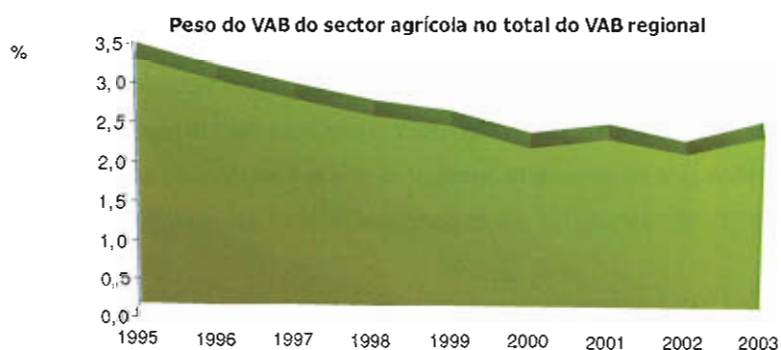
Fonte: Direcção Regional de Estatística

As actividades conexas à construção têm registado abrandamentos nos últimos anos, chegando, inclusivamente, a perder peso na estrutura económica da Região, entre o ano 2000 e 2003. Com efeito, em 2003, o peso da construção na economia regional era de 8,9%, o que, apesar de significativo, traduziu uma quebra de 4,1 p.p. em relação ao ano de 2000. O gráfico que se apresenta a seguir ilustra a evolução do sector da construção entre 1995 e 2003, em termos da sua importância relativa na economia regional.



Fonte: INE

A actividade agrícola mantém-se pouco significativa no que respeita ao peso na economia regional. Com efeito, as actividades ligadas à agricultura, produção animal, caça e silvicultura não apresentam um peso relativo superior a 3% já desde 1995. Não obstante, no ano de 2003 registou-se uma ligeira recuperação face ao ano anterior, passando dos 2,0% do total do VAB regional em 2002 para os 2,3%. A fraca atractividade do sector, associada às difíceis condições de exploração e os baixos rendimentos que lhe estão inerentes, podem explicar a evolução negativa que se tem observado nos últimos anos, levando muitos agricultores a optarem por outras actividades, nomeadamente a construção. O gráfico seguinte ilustra a evolução que o sector agrícola tem vindo a registar nos últimos anos.



Fonte: INE



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

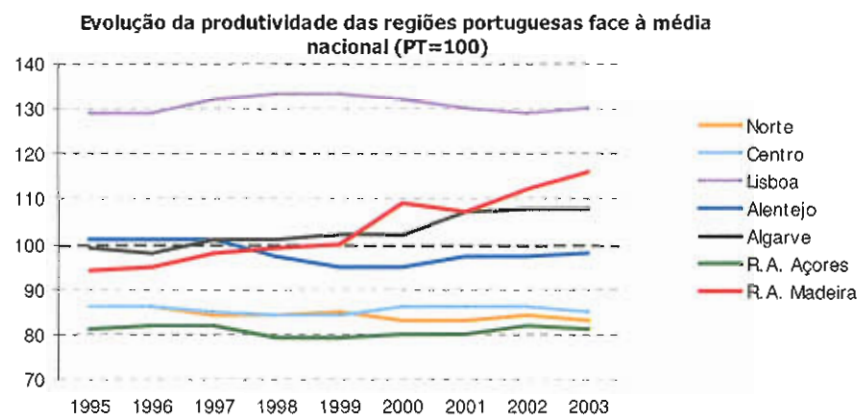
PIDDAR 2006

31

No que respeita à dimensão das empresas da Região e de acordo com os Quadros de Pessoal de 2002, o tecido empresarial caracteriza-se pelo predomínio de unidades de pequena dimensão, constituindo-se essencialmente por micro e pequenas empresas. Com efeito, em 2002, cerca de 78,7% das empresas tinham ao seu serviço menos de 10 trabalhadores e a quase totalidade (97,5%) das empresas não empregava mais de 50 pessoas.

Os dados relativos ao número médio de trabalhadores por empresas tendo em conta a sua dimensão mostram que, em 2002, as empresas com menos de 10 trabalhadores empregavam, em média, cerca de 3 pessoas. No seu conjunto, o tecido empresarial ocupava uma média de 10 trabalhadores por unidade empresarial. As empresas de maior dimensão continuavam a ter pouca expressão no tecido empresarial da Região, uma vez que apenas 2,5% das empresas com sede na Região tinham, em 2002, 50 ou mais trabalhadores.

No que toca à produtividade média do trabalho, a Região registou, em 2003, níveis superiores aos da média nacional em 16%. Relativamente às restantes regiões de Portugal, apenas Lisboa registava níveis de produtividade média superiores aos da Região, com cerca de 30% acima da média nacional. Relativamente a 2002, a RAM aumentou a produtividade média do trabalho em 4 p.p., relativamente à média nacional. Em termos absolutos, a produtividade média do trabalho na Região atingiu, em 2003, os 30.337 euros, mais 1.665 euros do que no ano anterior. Conforme mostra o gráfico seguinte, e tomando como referência a produtividade média do trabalho de Portugal, a



Fonte: INE



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

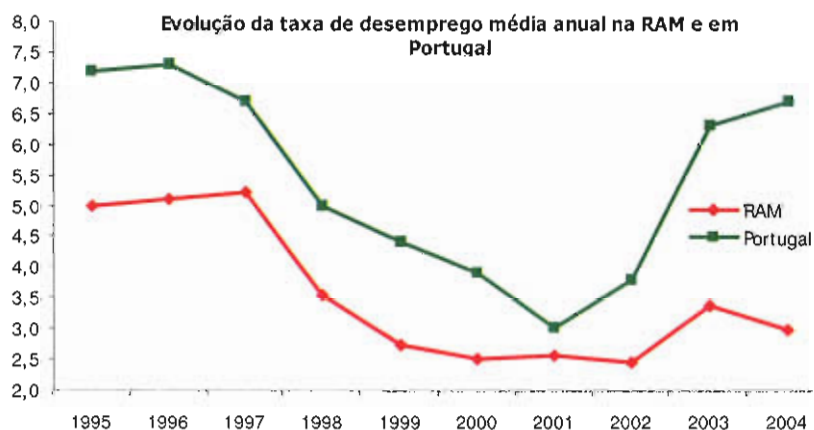
PIDDAR 2006

32

Região aumentou o seu nível médio de produtividade em 22 p.p. entre 1995 e 2003, tendo sido, por conseguinte, a região portuguesa que maiores progressos registou neste indicador ao longo do período considerado.

No que respeita ao emprego, a população empregada na Região era composta, em 2004, por 113.477 indivíduos, dos quais 45,8% do sexo feminino. Em retrospectiva, a população empregada na Região tem vindo a registar aumentos significativos nos anos mais recentes, resultado de um aumento de 5.880 empregados face a 2001. Em 2003, o número de pessoas empregadas era de 112.312, tendo-se registado portanto um aumento de 1.165 pessoas no mercado de trabalho no ano seguinte.

A taxa de desemprego média anual tem-se mantido em níveis manifestamente baixos, não tendo ultrapassado os 3,0% em 2004, que compara com os 6,7% registados ao nível nacional. O aumento do emprego e as taxas de desemprego nos níveis baixos em que se encontram, são demonstrativos da dinâmica da economia regional, que tem sido capaz de absorver os recursos humanos disponíveis na economia. O gráfico seguinte ilustra a evolução da taxa de desemprego na Região, assim como a taxa de desemprego média de Portugal, entre 1995 e 2004.



Fonte: INE

A inflação, medida pela taxa de variação média anual do índice de preços, fixou-se, em 2004 nos 2,8%, menos 0,2 p.p. do que no ano anterior. A política de estabilidade de



preços, tida como fundamental ao prosseguimento do desenvolvimento económico sustentado e preconizada pela União Europeia através do BCE, tem sido concretizada na Região, onde se tem inclusivamente assistido a um abrandamento do crescimento do nível geral dos preços. Com efeito, desde 2001, a taxa de inflação anual tem vindo a registar valores cada vez mais baixos, passando de 3,6% nesse ano para os actuais 2,8%.

Os últimos dados do comércio internacional para a Região, dão conta de um acréscimo das exportações de 6,7% em 2003 face ao ano anterior. Analisando a informação pelo destino das mercadorias regionais, em 2003, verificou-se um acréscimo de 24,3% nas expedições regionais para o espaço comunitário¹ face ao ano anterior. O resultado global das exportações reflectiu a quebra de 5,4% nas vendas de mercadorias da Região para o mercado extra-comunitário. No que respeita às importações, registou-se um crescimento quase três vezes superior ao das exportações, tendo a Região gasto mais 18,3% em produtos importados, em 2003, do que no ano anterior. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi, em 2003, de 17,3%, menos 1,9 p.p. do que em 2002.

Por mercados, a Região manteve, em 2003, o grosso das suas relações comerciais com os países da União Europeia. Com efeito, 68,1% das importações da RAM resultaram de compras de mercadorias oriundas da UE. Curiosamente, o mesmo já não aconteceu com as exportações de mercadorias, uma vez que mais de metade do valor das mercadorias vendidas (52,4%) tiveram como destino países externos à UE15.

Ao nível intra-comunitário, os principais receptores das mercadorias vendidas pela Região, em 2003, foram a Espanha, que absorveu 36,6% das expedições, seguida da França (21,8%) e do Reino Unido (13,6%). Os nossos maiores fornecedores no ano de referência foram a Espanha, a França e a Itália, responsáveis, respectivamente, por 30,9%, 19,7% e 12,6% do total de chegadas de mercadorias oriundas da União Europeia. Os dados disponíveis permitem aferir a importância estratégica que a Espanha representa no âmbito das relações comerciais com a RAM, constituindo-se como um dos principais parceiros comerciais da Região em 2003.

¹ Em 2003 eram considerados os 15 países pertencentes à União Europeia



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

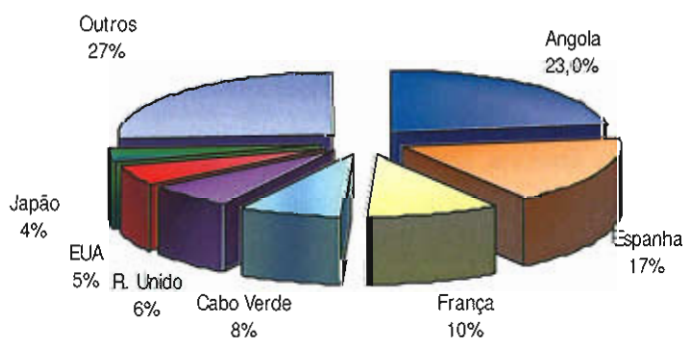
PIDDAR 2006

34

No que respeita às relações comerciais com o mercado externo à UE15, registou-se, em 2003, um crescimento acentuado das importações (32,4%) face ao ano anterior. Tal como já acontecia em 2002, a Turquia foi o país de onde a Região mais importou totalizando 37,7% do total das compras feitas pela RAM aos países não pertencentes à UE. O Brasil e a Moldávia constituíram-se também como fornecedores importantes para a Região, tendo sido, em 2003, os países de origem de 15,7% e 11,8% do total das mercadorias adquiridas ao espaço exterior à União Europeia, respectivamente. No que respeita às exportações, os melhores clientes da Região no ano considerado foram os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente Angola (44,2%) e Cabo Verde (15,1%). Os Estados Unidos da América continuaram a ser um importante destino das exportações da Região, tendo sido responsáveis pela aquisição de 10,3% dos produtos vendidos ao mercado extra-comunitário.

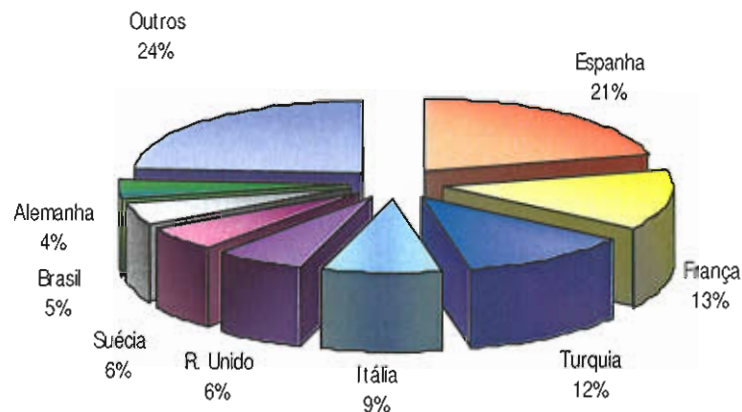
Os gráficos seguintes mostram a estrutura dos principais destinos das mercadorias regionais assim como os principais fornecedores da Região, no que respeita ao comércio internacional, em 2003.

Exportações de mercadorias da Região por principais países de destino em 2003





Importações de mercadorias da Região por principais países de origem em 2003



Fonte: Direcção Regional de Estatística

O desenvolvimento económico sustentado que a Região tem vindo a registar nos últimos anos, deverá continuar alicerçado no forte investimento, quer de natureza pública, quer de carácter privado, dando enfoque não só aos problemas de carência infraestrutural que ainda subsistem, mas também ao reforço da competitividade regional assente na sociedade da informação e do conhecimento.

O desafio que se coloca à Região reside no fortalecimento do dinamismo económico regional, assente no desenvolvimento integrado e sustentado, no reforço da coesão regional, no aprofundamento da equidade e justiça social, no reforço de parcerias e na valorização do capital humano, evidenciando cada vez mais a Região como uma referência de sucesso no contexto nacional, europeu e internacional.



III. PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

À política de desenvolvimento que tem vindo a ser prosseguida na Região Autónoma da Madeira nos últimos anos, não obstante o seu contributo para o evidente crescimento económico e de base social verificado, torna-se necessário introduzir alguns ajustamentos capazes de promover a progressiva adaptação do actual modelo às novas exigências e desafios que se colocam nos planos económico, social, ambiental e organizacional.

O plano de investimentos para 2006 prosseguirá o processo de concretização das orientações de médio prazo consubstanciadas Programa do Governo para o período 2005-2008, formuladas no sentido de propiciar, no médio e longo prazos, as transformações necessárias ao desenvolvimento sustentável e à coesão interna.

As dimensões estruturantes do Programa do Governo para 2005-2008 compreendem:

- Um modelo de desenvolvimento económico que concilie a consolidação dos sectores dominantes da economia regional com o estímulo à diversificação de actividades relevantes, a promoção da qualidade e o pleno envolvimento dos agentes privados;
- Um modelo de desenvolvimento social que satisfaça as necessidades individuais, familiares e colectivas dos cidadãos e responda às exigências dos agentes económicos;
- Um modelo de organização e de gestão do território regional estabilizado;
- Um modelo de administração pública que assegure a eficiência, a eficácia e a qualidade da governação regional.

Da eficácia das orientações políticas dirigidas à modernização e qualificação da administração pública, articuladas com modalidades adequadas de organização e de administração do território da Região, depende a eficácia da implementação do modelo de desenvolvimento preconizado.



O modelo de desenvolvimento económico e social assume, como principais vectores:

- Promover a diversificação da estrutura produtiva;
- Promover a eficiência e a eficácia do sector turístico;
- Promover o desenvolvimento dos serviços internacionais e dos serviços privados de apoio à actividade produtiva;
- Prosseguir a infra-estruturação da Região, sobretudo no que respeita ao fecho de redes e construção de interligações, à componente ambiental e a valências, como a educação, a formação e a saúde, que, tendo dimensão prioritariamente social, são muito importantes para a actividade económica;
- Continuar a defesa e protecção do ambiente como valor estratégico regional;
- Promover o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento, como contributo inquestionável da competitividade regional;
- Reforçar a valorização dos recursos humanos e a capacidade de inovação e de empreendedorismo;
- Promover a inclusão social com o aperfeiçoamento dos mecanismos disponíveis para o efeito, principalmente os de carácter preventivo;
- Aperfeiçoar e modernizar o sistema de Administração Pública.



IV.1. AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA

AGRICULTURA E PECUÁRIA

A agricultura é fundamental para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira, na medida em que é responsável pelas características únicas conferidas pela natureza trabalhada pelo homem, que por sua vez é o principal activo da economia baseada no turismo. Por este motivo, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) induzido pela agricultura e pelo desenvolvimento rural na economia madeirense transcende, claramente, o valor que lhe é directamente atribuído (3%).

No processo global de desenvolvimento da Região, não obstante ter conduzido a que importantes áreas agrícolas fossem afectas a infra-estruturas básicas, tem sido reconhecido ao sector agrícola um papel primordial, constituindo um grande objectivo de desenvolvimento para o mesmo a promoção do rendimento e da qualidade de vida das populações rurais, as quais têm pleno direito de participar e usufruir dos progressos globalmente alcançados na Região.

Os recursos financeiros afectos a este sector traduzem a importância que lhe é atribuída e encontram-se organizados de modo a promoverem a defesa e a consolidação da agricultura e do desenvolvimento rural nas suas diversas vertentes e a permitirem a aplicação, com a maior eficácia, dos instrumentos de política de apoio ao investimento e ao rendimento.

Diversos instrumentos de política de apoio ao investimento e ao rendimento vêm sendo aplicados, designadamente os que contemplam as ajudas co-financiadas pela UE, nomeadamente no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PDRu-Madeira), do Programa de Apoio Rural - PAR e do POSEIMA, bem como os instrumentos de intervenção criados pelo Governo Regional, de que são exemplo as ajudas ao gasóleo para as máquinas agrícolas, à indústria transformadora da cana sacarina, ao transporte de fertilizantes, aos correctivos e à desinfectação do solo.

O **PDRu-Madeira**, que abrange o período 2000-2006, dispõe de uma dotação global de 27.774.700 €, a que corresponde uma participação comunitária de 23.046.757 € e uma participação regional de 4.727.943 €.



O PDRu-Madeira foi aprovado no âmbito da aplicação das medidas previstas no Regulamento (CE) n.º 1257/99, do Conselho, de 17 de Maio e tem como objectivos gerais:

- Preservar a paisagem natural humanizada;
- Valorizar as características tradicionais de gestão e manutenção das explorações agrícolas;
- Contribuir para a correcção gradual das pressões sobre os recursos naturais;
- Melhorar as condições de formação do rendimento dos produtores e famílias que sustentam as explorações agrícolas;
- Renovar o tecido empresarial agrícola, através do rejuvenescimento dos chefes de exploração.

O PDRu-Madeira compreende quatro intervenções: Medidas Agro-Ambientais, Indemnizações Compensatórias, Florestação de Terras Agrícolas e Reforma Antecipada.

As **Medidas Agro-Ambientais** visam remunerar a prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou compensar as perdas de rendimento resultantes, nomeadamente, da aplicação de restrições à actividade agrícola. Neste contexto, as medidas incluídas nesta intervenção têm efeitos directos mais acentuados sobre a sustentabilidade das explorações de pequena dimensão, que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem, e sobre o preservar e gerir *habitats* e recursos naturais, e ainda, efeitos, menos notórios, na promoção da qualidade e na inovação da produção agro-florestal e agro-rural, e, também, sobre as organizações de agricultores.

Estas medidas contemplam ainda apoios a título de prestação de serviços pela actividade agrícola na preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas, na conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural e cultural, na conservação de manchas residuais de *habitats* semi-naturais em paisagens agrícolas e no incentivo às práticas relativas à protecção e melhoria do ambiente, em particular dos solos e da água.



As ajudas previstas no âmbito desta intervenção englobam as seguintes medidas:

- Agricultura Biológica, sendo que os montantes das ajudas vão desde 450 a 600 euros, por hectare e por ano;
- Preservação das pastagens extensivas em áreas agrícolas em meios agro-florestais, ajuda destinada a criadores de bovinos, ovinos e caprinos em sistema silvo-pastoril, que pratiquem o pastoreio directo em regimes extensivos em superfícies agro-florestais e que apresentem pastagens naturais permanentes numa área mínima de 0,5 ha. O valor da ajuda é de 450 €/ha/ano;
- Preservação da paisagem e das características tradicionais nas terras agrícolas, destinada a agricultores com uma exploração agrícola cuja SAU seja igual ou superior a 0,1 ha, podendo beneficiar de uma ajuda de 300 €/ha/ano;
- Manutenção de muros de suporte de terras, destinada a agricultores que possuam uma área mínima de 0,1 ha de socalcos, consolidados contra a erosão por muros de suporte. O valor da ajuda desta medida é de 600 €/ha/ano;
- Preservação de bosquetes ou maciços arbustivos/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico, destinada a agricultores e proprietários de terrenos agrícolas que apresentem um plano de manutenção para parcelas de bosquetes ou maciços arbustivos/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico, com uma área mínima de 0,05 ha, sendo o valor da ajuda de 450 €/ha/ano.

As **Indemnizações Compensatórias** visam a manutenção de explorações agrícolas em regiões com desvantagens naturais de diversa ordem. Têm incidência directa sobre a sustentação de explorações de pequena dimensão, que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem, e pretendem, ainda, através da redução de desigualdades e assimetrias de rendimento entre agricultores, contribuir para a coesão social.

O valor da ajuda, por hectare e por ano, é determinado em função da SAU elegível, variando entre os 100 €, para explorações com dimensão superior a 5 ha e os 750 €, para explorações com áreas compreendidas entre 0,15 ha e 0,5 ha.



Através da intervenção **Florestação de Terras Agrícolas**, incentivar-se-á a utilização de terras marginais ou inadequadas para a agricultura, através da sua arborização, contribuindo fortemente para preservar e gerir "habitats" e recursos naturais, além de se promover a diversificação das actividades económicas no meio rural.

No âmbito desta intervenção podem ser concedidas ajudas a investimentos de arborização de superfícies agrícolas e de construção e beneficiação de infra-estruturas, quando complementares a investimentos de arborização.

Os projectos deverão incidir sobre uma área mínima de 0,25 ha, sendo que as ajudas aos investimentos previstas no âmbito desta intervenção são atribuídas sob a forma de subsídio não reembolsável, com valores compreendidos entre os 80% e os 100% das despesas elegíveis, conforme se trate de entidades privadas ou de organismos da administração regional ou local e órgãos de administração de baldios. Sob a forma de subsídio não reembolsável, são ainda concedidos prémios à manutenção do povoamento durante um período de 5 anos e outro por perda de rendimento.

A intervenção **Reforma Antecipada** visa incentivar a cessação da actividade agrícola a partir dos 55 anos, desde que daí resultem melhores condições de viabilidade para as explorações agrícolas ou silvícolas, criando-se condições adicionais para cumprir o objectivo de melhorar a competitividade económica das produções regionais e promover a qualidade e a inovação da produção agro-florestal e agro-rural.

O montante das ajudas concedidas em 2004 no âmbito do PDRu-Madeira ascendeu a 3,4 milhões de euros.

O **Programa de Apoio Rural – PAR**, medida enquadrada no POPRAM III, tem por objectivo apoiar a realização de projectos de investimento que visem:

- O reforço da competitividade económica das produções regionais, quer ao nível do mercado local, quer do mercado externo, salvaguardando o ambiente e a coesão económica e social;
- A promoção da qualidade e a inovação da produção agro-florestal e agro-rural, com vista a obter um crescimento sustentado da produtividade e a responder



eficazmente às novas exigências dos consumidores, em matéria de qualidade e segurança alimentar;

- Assegurar a sustentação de explorações de pequena dimensão que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem;
- Diversificar as actividades económicas no meio rural;
- Ordenar e gerir os espaços florestais, preservando e gerindo *habitats* e recursos naturais;
- Melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais;
- Apoiar a organização, a associação e a iniciativa dos agricultores, nas vertentes sócio-económica e sócio-profissional.

Os projectos a realizar no âmbito deste programa enquadram-se no Regulamento (CE) n.º 1257/1999, do Conselho, de 17 de Maio, no Regulamento (CE) n.º 1453/2001 do Conselho de 28 de Junho e nos seguintes tipos de acções:

- “Modernização e reconversão das explorações agrícolas”, através do apoio ao investimento nas explorações agrícolas e do apoio à instalação de jovens agricultores;
- “Transformação e comercialização de produtos agrícolas”, com a concessão de apoios à melhoria da transformação e comercialização de produtos agrícolas e ao desenvolvimento de produtos de qualidade;
- “Infra-estruturas”, como regadios, caminhos agrícolas e rurais, electrificação e emparcelamento rural e florestal;
- “Desenvolvimento tecnológico e demonstração”, que inclui o desenvolvimento experimental e demonstração e a redução de riscos na distribuição e aplicação de produtos fitofarmacêuticos;



- “Serviços agro-rurais especializados”, integrando a instalação de serviços de substituição, de gestão das empresas agrícolas e de serviços produtivos comuns, o desenvolvimento de outros serviços agro-rurais especializados e a dinamização de projectos de desenvolvimento agrícola e rural;
- “Silvicultura”, compreendendo a florestação e beneficiação florestal, a colheita, transformação e comercialização de produtos silvícolas, as organizações de proprietários florestais, a prevenção de riscos e restabelecimento do potencial de produção silvícola e a valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público;
- “Preservação e valorização do ambiente e do património rural”, que inclui a recuperação e valorização do património associado às actividades agrícolas, a diversificação de actividades no domínio agrícola ou próximo da agricultura e a preservação e valorização da paisagem e protecção do ambiente;
- “Reconstituição do potencial produtivo agrícola”, pretendendo-se promover a reposição do potencial produtivo agrícola afectado por catástrofes naturais, nomeadamente através de apoios para a reconstrução dos edifícios e equipamentos danificados e para a reposição do potencial de produção afectado, da reparação de danos em infra-estruturas públicas e de apoios para incentivo à subscrição de seguros contra as calamidades naturais;
- “Engenharia financeira”, que se concretiza na criação ou participação em fundos ou sociedades de capital de risco ou de investimentos que disponibilizem capital de risco, incluindo empréstimos, com vista a promover o acesso mais equitativo a estes meios por parte das PME's dos sectores agrícola, florestal e agro-industrial, e no desenvolvimento de fundos ou sociedades de garantia (e contra-garantia) mútua, de modo a melhorar a capacidade negocial das PME's do complexo agro-florestal junto do sistema financeiro, facilitando a obtenção do apoio adequado à realização dos seus projectos de modernização e inovação;
- “Infra-estruturas regionais de abate”, que pretende promover, modernizar e racionalizar as infra-estruturas regionais de abate e melhorar as suas condições higio-sanitárias, de preservação do ambiente e de garantia do bem-estar animal,



de forma a que exista um único centro de abate na ilha da Madeira e na ilha do Porto Santo.

Desde a entrada em vigor do PAR até Dezembro de 2004, foi aprovado pelas entidades competentes um conjunto de 549 projectos que representam um investimento superior a 123,6 milhões de euros, a que corresponde uma ajuda pública da ordem dos 113 milhões de euros, dos quais 27 milhões de euros são da responsabilidade do Orçamento Regional, estando o restante a cargo do FEOGA no âmbito do POPRAM III.

O **POSEIMA** é um programa criado em 1991 com o objectivo de compensar as desvantagens ligadas ao afastamento e à insularidade da Madeira e dos Açores, para o que estabelece, entre outras, um conjunto de medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas. Este programa sofreu uma profunda reforma em Junho de 2001, com a publicação do Regulamento (CE) n.º 1453/2001.

O regime instituído prevê a concessão de ajudas que visam minorar os efeitos da situação geográfica excepcional da Madeira e dos Açores em relação às fontes de abastecimento de produtos essenciais à transformação e a alguns factores de produção agrícola, bem como diversas medidas de apoio às produções locais.

No âmbito do regime de abastecimento, são concedidas ajudas que visam contribuir para a redução dos custos de aprovisionamento regional, abrangendo produtos como cereais e produtos cerealíferos destinados à alimentação animal e à batata de semente.

Está em curso a revisão do POSEIMA, no âmbito da qual será incluída, também, uma vertente de apoio à pecuária tradicional regional.

Em 2004 os pagamentos efectuados no âmbito do POSEIMA totalizaram cerca de 2.861 milhares de euros, cuja distribuição por produtos agrícolas foi a seguinte:

- Ajuda por hectare à cultura da vinha orientada para a produção de vinhos VQPRD, no valor de 650 €/ha, abrangendo uma área de 112,907 hectares – 73.390 €;
- Ajuda à aquisição de álcool vínico e de mosto concentrado rectificadas para utilização na vinificação de Vinho Madeira, no valor de 12,08 € por hectolitro,



para uma quantidade máxima de 3.600 hectolitros de mosto concentrado e de 8.000 hectolitros de álcool vínico por campanha de comercialização, tendo sido pagos 65.671 € para aquisição de álcool vínico e 12.478 para compra de mosto concentrado rectificado;

- Ajuda ao envelhecimento de vinho licoroso de 0,04 € por hectolitro e por dia, até ao limite anual de 20.000 hectolitros, ao vinho licoroso cujo período de envelhecimento não seja inferior a cinco anos, no valor global de 427.419 €;
- Ajuda à expedição e comercialização de Vinho da Madeira nos mercados da Comunidade, no valor de 0,2 € por garrafa, até ao limite de 2,5 milhões de litros/ano, que ascendeu a 261.666 € e envolveu a exportação de 1.411.359 litros de vinho da Madeira engarrafado;
- Ajuda específica por hectare à cultura da batata de consumo, no valor de 596,9 € até um limite de 2 mil hectares de superfície cultivada e objecto de colheita, em que o valor global da ajuda foi de 650.111 €;
- Ajuda à transformação de cana-de-açúcar em mel de cana e rum, no valor de 53 € por 100 kg de açúcar expresso em açúcar branco, no caso de transformação de cana em mel de cana e de 90 € por hectolitro de álcool puro produzido, quando da transformação de cana em rum, no valor global de 159.677 €;
- Ajuda à comercialização de produtos frescos no mercado regional, a qual varia de produto para produto e tem por objectivo promover a comercialização de frutos, produtos hortícolas, plantas vivas e flores no mercado local. O valor total da ajuda foi de 225.676 €;
- Ajuda à comercialização de produtos frescos ou transformados para o território comunitário, até ao limite de 3.000 toneladas por produto e por ano e correspondendo a 10% do valor da produção comercializada entregue na zona de destino. O valor da ajuda atribuída foi de 99.690 €;
- Ajuda ao consumo humano de produtos lácteos, no valor de 12 € por 100 kg de leite inteiro entregue na central leiteira, cujo montante total foi de 276.153 €;



- Complemento de 25 € ao prémio ao abate, por animal abatido, engordado localmente, até ao limite anual de 2.500 animais, sendo o valor total desta ajuda de 60.848 €;
- No âmbito do limite regional estabelecido no quadro do POSEIMA, o montante do pagamento efectuado a título de prémio especial aos bovinos machos atingiu o valor de 265.000 €;
- Ajuda relativa a complemento do prémio à manutenção do efectivo de vacas aleitantes, no valor de 50 € por animal, tendo sido da ordem dos 234.000 € o valor global pago aos produtores;
- Ajuda à produção de cana-de-açúcar no valor de 500 € por hectare e por ano de superfície plantada e objecto de colheita, até ao limite de 100 hectares, que ascendeu a 35.900 €;
- Ajuda à produção de vime, no valor de 575 € por hectare de superfície plantada e objecto de colheita, até ao limite de 200 hectares, cujo valor global ascendeu a 13.254 €.

Para reforço e consolidação das medidas de apoio com origem em fundos comunitários, o Governo Regional da Madeira aprovou um conjunto de apoios financeiros (à aquisição de gasóleo para fins agrícolas, às indústrias transformadoras da cana sacarina, ao transporte dos fertilizantes, aos correctivos e à desinfestação do solo), com o objectivo de minorar as dificuldades económicas dos agricultores regionais resultantes do cumprimento das "boas práticas agrícolas", com particular enfoque no aumento da qualidade das produções e na garantia da segurança alimentar.

O montante dos apoios anteriormente referidos ascendeu, em 2004, a cerca de 514 milhares de euros.

A Região Autónoma da Madeira não pode competir, pela quantidade, num mundo global, pelo que é aposta do Governo Regional promover uma diferenciação positiva e explorar as especificidades regionais.



Neste contexto, e para promover uma maior valorização da produção agrícola, assume especial relevância um conjunto de infra-estruturas criadas pelo Governo Regional, nomeadamente a Rede de Centros de Acondicionamento de Produtos Agrícolas em Santana, Porto Moniz, Prazeres, Ponta do Sol e Canhas, estando prevista, para 2006, a construção do Mercado Abastecedor Hortofrutícola da Madeira, infra-estrutura esta que integra o novo Mercado Abastecedor do Funchal e o Centro de Abastecimento Hortofrutícola do Sul. Também a construção da Biofábrica, ao permitir o desenvolvimento de práticas agrícolas mais compatíveis com o ambiente, veio dar um importante contributo para a melhoria da qualidade e segurança alimentar das produções regionais e para a salvaguarda da saúde pública.

Em complemento a estas práticas, estão a ser constituídas equipas de aconselhamento técnico que têm por objectivo o acompanhamento dos agricultores, no sentido de os incentivar ao cumprimento das “boas práticas agrícolas”, em ordem a garantir um melhor nível de qualidade da produção e uma maior segurança alimentar, objectivos aos quais se acrescentam a diversidade e a quantidade, de forma a dar uma resposta cabal a uma procura cada vez mais exigente e onde só têm lugar produtos diferenciados, de excelência e a preços competitivos.

O incentivo e a valorização dos produtos genuinamente regionais é feito através de acções específicas de apoio aos agrupamentos de produtores na caracterização dos seus produtos e definição das regras de produção e comercialização, com vista ao seu registo como “denominações de origem”, “indicação geográfica” ou produtos de qualidade que podem beneficiar do logotipo POSEIMA.

A anona, a banana, o mel de abelhas, o mel de cana, o rum agrícola, a cebola e o bolo de mel são produtos que beneficiam ou beneficiarão no curto prazo destes regimes de diferenciação e promoção de qualidade.

Ainda com o objectivo de disponibilizar terra a jovens que pretendam instalar-se como agricultores a título principal, foi lançado um programa de criação de “parques agrícolas”, os quais visam a estruturação de explorações agrícolas de dimensão adequada, de modo a assegurar a sua viabilidade económica, prevendo-se simultaneamente que os seus utentes possam beneficiar de assistência técnica



especializada, que permita, através de uma agricultura de precisão, assegurar a produção de produtos de excelência, respeitando as regras ambientais e a segurança alimentar.

O primeiro parque foi criado no Caniçal e está vocacionado para a área da produção de vinho de mesa de qualidade. Está prevista a criação de um segundo parque no Porto Santo.

Apresenta-se, seguidamente, uma análise sumária da evolução recente, por subsectores, a qual reflecte, em grande medida, os efeitos positivos da aplicação dos instrumentos de política, atrás enunciados, que têm vindo a ser executados.

Na sequência das acções de reestruturação do sector da **banana** iniciadas em 2000, deu-se por concluída a fusão por incorporação de duas organizações de produtores na CAPFM - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Fruta da Madeira, CRL, pelo que, tal como previsto, operam agora no sector apenas duas organizações de produtores.

A reestruturação do sector tem permitido fazer face a um mercado cada vez mais concorrencial, perspectivando-se um aumento da quantidade de produção expedida para fora da Região.

Por outro lado, entrou em funcionamento uma unidade agro-industrial de transformação de banana não classificada, criando-se assim mais uma alternativa de escoamento da produção, a qual vai permitir uma gestão mais eficaz de picos de produção que coincidam com quebras na procura e, conseqüentemente, contribuir para o aumento do rendimento dos produtores.

A **fruticultura** é um sector onde se verificam importantes acréscimos na qualidade da produção, sendo de salientar o aumento da procura externa da anona e as excelentes perspectivas de mercado para a pitanga, resultado de uma colaboração estreita entre os produtores regionais e a agro-indústria.

Salienta-se ainda, a título de exemplo, a consolidação no mercado da produção regional de limão, produto que normalmente apresenta cotações de mercado superiores ao produto similar importado.



Em relação à cultura da castanha, é de relevar a criação de uma área piloto de conversão simultânea para a agricultura biológica, abrangendo 26 explorações de castanha que representam cerca de 46 hectares. Nesta fase, os custos de certificação são suportados pelo Orçamento Regional.

A produção de cereja tem registado uma evolução muito positiva, estimando-se uma produção de cerca de 200 toneladas, em 2004, e de 240 toneladas, em 2005.

A **floricultura**, pelos rendimentos que assegura, constitui-se hoje como sector privilegiado na instalação de jovens agricultores.

A diversificação das espécies em cultura, fruto do trabalho experimental dos serviços do Governo Regional, tem permitido um melhor ajustamento da produção à procura, quer regional, quer exterior.

É de salientar o elevado número de projectos de investimento realizados com plantações de proteas, traduzindo-se já numa área de cerca de 100 mil metros quadrados, sendo de esperar um aumento substancial da produção em 2006.

A **horticultura** é outro subsector que tem tido uma preferência por parte dos jovens empresários agrícolas, quer nas culturas em coberto, quer ao ar livre, pelo que se tem verificado um aumento da diversificação de produtos frescos no mercado, a que não é alheio o trabalho técnico desenvolvido pelos serviços oficiais, orientando os produtores na adopção das novas técnicas culturais, de que é exemplo a hidroponia, e na utilização de variedades mais adequadas.

É ainda de relevar o papel que as estruturas de conservação e armazenagem de produtos agrícolas têm assumido na preparação, conservação e escoamento das produções regionais hortícolas e frutícolas, de que resulta um nítido aumento na rentabilidade da actividade dos produtores.

No subsector **vitivinícola**, a produção de mosto, em 2004, foi de 3.685.264 litros, sendo 387.718 litros provenientes das castas Malvasia, Boal, Verdelho, Sercial e Terrantez e 3.297.546 litros obtidos de outras castas *vitis vinifera*, de que se salienta, como principal casta, a Tinta Negra Mole.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

55

Salvo alguns vinhos que ficam em casa dos viticultores, toda a produção é, em regra, vendida aos industriais de produção e do comércio do Vinho da Madeira que, nos últimos anos, tem absorvido praticamente a totalidade da produção. Refira-se, todavia, que, em 2004, para além da produção de 3.210.752 litros de Vinho da Madeira, foram ainda produzidos, no segmento dos vinhos de mesa de qualidade, cerca de 125.400 litros de VQPRD (vinho de qualidade produzido em região demarcada) Madeirense e 35.900 litros de Vinho Regional Terras Madeirenses, o que representa um aumento de 34% em comparação com o volume de produção dos vinhos de mesa de qualidade verificado em 2003.

Quanto à vindima do ano de 2005 espera-se a obtenção de resultados semelhantes aos do ano anterior, no que respeita ao volume de mosto produzido. Estima-se, com base na lista de inscrições de produtores na Adega de São Vicente, que a produção dos vinhos de mesa de qualidade venha a sofrer um novo aumento significativo. Prevê-se para este subsector um volume na ordem dos 300 mil litros, o que é, sem dúvida, um número muito animador e que revela um potencial de crescimento muito interessante para os agentes económicos a operar na produção e comercialização dos vinhos de mesa de qualidade produzidos na Região Autónoma da Madeira.

Ainda em relação à campanha 2004/2005, há a sublinhar a aprovação da Resolução n.º 1082/2004, do Conselho do Governo, de 5 de Agosto, nos termos da qual ficou estipulado que a produção de *vinho da Madeira* só pode ser realizada com uvas com grau alcoólico provável superior ou igual a 9%. A mesma Resolução estabelecia ainda que, excepcionalmente, os viticultores poderiam entregar as suas uvas desde que possuíssem grau alcoólico provável superior ou igual a 8% e inferior a 9%, sendo essas uvas retiradas do circuito comercial da produção de vinho para eventual utilização noutros fins alternativos. Tratou-se de uma medida de apoio à viticultura regional, no sentido de minimizar os efeitos decorrentes das mudanças estruturais que o sector vitivinícola regional tem vivido. Esta medida foi muito importante na forma como foi conduzida a vindima, já que contribuiu para assegurar o incremento da qualidade nas uvas sem prejudicar o rendimento global dos viticultores. Foram adquiridos pelo Instituto do Vinho da Madeira 303 mil kg de uvas, que apresentavam um grau alcoólico superior ou igual a 8% e inferior a 9%, correspondendo a um encargo total de 229 mil euros.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

56

A comercialização de Vinho da Madeira continua a caracterizar-se por uma diversificação muito grande de mercados, apresentando, para um total de 3.591.524 litros comercializados em 2004, a seguinte distribuição percentual: países da União Europeia – 68%; mercado nacional – 17%; outros países estrangeiros – 15%. O espaço económico que integra os países da União Europeia, excluindo Portugal, reforçou a sua posição relativa em 2 pontos percentuais relativamente a 2003, fruto do que se considera ser, pelo menos em parte, o forte empenho atribuído à promoção e divulgação do Vinho da Madeira nos principais mercados europeus pelo Instituto do Vinho da Madeira, em estreita parceria com os operadores económicos deste subsector.

Relativamente aos vinhos comercializados, verificou-se que, em 2004, os vinhos engarrafados atingiram um volume de 2.577.097 litros, ou seja, 72% do total, com um valor médio/litro exportado de 4,69 euros, enquanto o vinho a granel, com 1.014.427 litros, ocupou 28% do total comercializado, com um valor médio/litro de 2,08 euros.

No que diz respeito ao VQPRD Madeirense e ao Vinho Regional Terras Madeirenses, a sua comercialização tem sido canalizada exclusivamente para o mercado local. Embora não existam dados concretos sobre o volume de vendas destes vinhos e sobre o correspondente preço médio, podemos afirmar que têm vindo gradualmente a conquistar uma faixa de mercado aos vinhos de mesa produzidos noutras Regiões, tendo o ano de 2004 representado um bom ano, em termos de vendas, que pode ser considerado francamente superior aos anos anteriores.

Tendo em vista garantir a sustentabilidade do sector vitícola (produção de uva), têm vindo a ser desenvolvidas diversas acções de apoio à viticultura, de que se destaca a realização do cadastro vitivinícola, a prestação de apoio técnico contratualizado, em interligação com as medidas integradas no Plano de Desenvolvimento e Reordenamento Vitivinícola e no POSEIMA Vinha, a fiscalização da vindima e a disponibilização de uma estrutura fundamental para o sucesso e consolidação da produção de vinho de mesa de qualidade, que é a Adega de S. Vicente.

Estão também a ser implementadas ferramentas fundamentais para a sustentação do sector de produção de vinho, como sejam a realização de diversas acções no domínio do controlo de qualidade e certificação, o desenvolvimento de projectos de promoção,



publicidade e *marketing*, com a criação de uma nova imagem para o *Vinho Madeira*, cujo principal objectivo é o aumento das exportações do vinho engarrafado, e as medidas do POSEI MA já referidas, abrangendo o armazenamento/envelhecimento de Vinho Madeira, a aquisição de álcool vínico/mosto concentrado e exportação de vinho engarrafado.

Objectivos prioritários e medidas de política para 2006:

A estratégia definida para o sector agrícola, em sentido lato, tem como princípio basilar o carácter multifuncional que esta actividade assume na Região e assenta nos seguintes grandes objectivos e linhas estratégicas de actuação:

Formação, qualificação e profissionalização da agricultura

A agricultura deverá ser orientada para a diferenciação e para a qualidade, o que determina uma forte aposta na formação contínua do produtor agrícola, de forma a que possa adquirir mais competências, reforçar a sua capacidade de intervenção no mercado e responsabilizar a sua actuação num sector com regras cada vez mais apertadas.

A par da formação do produtor, importa que as associações que o representam ou as organizações em que está inserido sejam mais profissionalizadas, responsabilizadas e independentes, de modo a garantirem serviços de qualidade. Por fim, na execução das políticas definidas para o sector, é também essencial garantir a prestação de serviços públicos com qualidade certificada.

São dois os **projectos** a desenvolver, nesta linha de actuação: "Centros de Formação Agrária" e "Apoio às Casas do Povo".

Modernização e reforço da competitividade da agricultura

A modernização e o reforço da competitividade da agricultura constitui um objectivo a prosseguir através da articulação de vários regimes que combinam as ajudas transversais previstas para a União Europeia, as ajudas comunitárias específicas para certas produções da agricultura regional e as ajudas regionais complementares. Para a consecução deste objectivo pretende-se integrar a diversidade de ajudas, de forma a



direccionar os meios financeiros para um quadro estratégico de desenvolvimento que se consubstancia nos seguintes **vectores**:

- Apoio às Produções Agrícolas Regionais;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural;
- Restabelecimento do Potencial de Produção;
- Adaptação dos Centros de Experimentação e Demonstração da DRADR;
- Promoção da criação de fontes de rendimento e oportunidades de emprego complementares ou alternativas para os agricultores;
- Melhoria da eficiência da base empresarial e produtiva na agricultura;
- Engenharia Financeira.

São os **seguintes os projectos** a desenvolver:

- Acções de Apoio à Agricultura Madeirense;
- Agricultura e Desenvolvimento Rural – Apoios no Âmbito do PAR;
- Comparticipação em Projectos da Administração Pública Regional no Âmbito do PAR;
- Planos de Desenvolvimento Agrícola e Rural – PDRu;
- Linha de Comercialização e Reestruturação do Sector da Banana;
- Acompanhamento, Gestão e Controlo das Ajudas.

Apoio à produção

Será reforçado o apoio à produção agrícola e pecuária, através da promoção e coordenação de actividades de experimentação e demonstração, trazendo ao sector agrícola regional a inovação ao nível das diversas práticas culturais e promovendo o uso de novas variedades.



Pretende-se ainda apoiar e prestar a assistência técnica e aconselhamento agrícola aos produtores, de modo a promover o aumento do rendimento das explorações agrícolas e o respeito pelas Boas Práticas Agrícolas, bem como promover a divulgação dos programas, medidas e ações de apoio comunitário, nacional e regional, dirigidos ao meio rural.

Projectos a desenvolver:

- Apoio à Produção e Aconselhamento Agrícola;
- Desenvolvimento da Horticultura;
- Desenvolvimento da Bananicultura;
- Desenvolvimento da Floricultura Subtropical e Temperada;
- Desenvolvimento da Fruticultura Subtropical e Temperada;
- Microlab;
- Requalificação e Internacionalização do Laboratório de Propagação *in vitro*;
- Informação e Divulgação Agrária;
- Implementação e Manutenção do Sistema Parcelar "on-line";
- Mecanização Agrícola;
- Sanidade Apícola;
- Melhoramento e Valorização Zootécnica.

Reforço da organização dos mercados

Este vector de intervenção assenta numa aposta na ligação entre a produção e o mercado, como forma de assegurar o escoamento da produção, de valorizar essa produção, de aumentar o rendimento dos produtores, de assegurar a estabilidade da produção e de garantir uma oferta diversificada de produtos frescos e transformados de



qualidade e com segurança alimentar para o abastecimento regional. Todos os agricultores precisam de canais de distribuição bem definidos, de forma a saberem antecipadamente o que produzir e para quem vender. Neste sentido, o Governo Regional tem também procurado alargar os canais de comercialização, através da abertura dos "mercados dos agricultores", no sentido de proporcionar espaços adequados à venda directa dos produtos dos pequenos agricultores.

É para estes agricultores que se vão direccionar prioritariamente os serviços técnicos de apoio da SRA/Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Pretende-se promover a celebração de contratos entre produtores e clientes, como forma de organizar e desenvolver o mercado. Paralelamente, é necessário regulamentar o acesso à venda directa de produtos agrícolas, tendo como pano de fundo as questões emergentes quanto à rastreabilidade e segurança alimentar.

Projectos a desenvolver:

- Mercado Abastecedor Hortofrutícola da Madeira;
- Centrais de Acondicionamento e Armazenagem de Frutas e Produtos Hortícolas;
- Organização de Mercados.

Reforço da Segurança e da Qualidade da Produção Agro-alimentar

Promover-se-á, de forma integrada, a segurança alimentar e a qualidade das produções regionais, favorecendo o desenvolvimento da agricultura e da pecuária em modo de produção biológico e contribuindo para a fixação da imagem "Madeira – Agricultura Segura". Este objectivo passa pela promoção do modo de produção biológico e pelo controlo de factores decisivos na actividade agrícola, como sejam a qualidade da água e a pesquisa de resíduos de pesticidas.

Projectos a desenvolver:

- Laboratório de Qualidade Agrícola;
- Programa Madeira-Med;



- Inspeção e Controlo da Qualidade Agro-Alimentar;
- Desenvolvimento da Agricultura no Modo de Produção Biológico;
- Pecuária Biológica;
- Programa Laboratorial – Saúde e Segurança Veterinária;
- Construção do Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar;
- Construção do Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Caniçal;
- Centros de Atendimento Veterinário.

Valorização dos produtos, da imagem e da identidade da agricultura

A valorização da agricultura regional passa pela promoção dos produtos tradicionais madeirenses, frescos ou transformados, com a utilização de uma única marca para aqueles produtos, cuja qualidade, reputação e carácter genuíno possa ser certificado e rigorosamente controlado. Pretende-se, também, estimular a ligação da agricultura aos sectores que com ela criam dimensões adicionais de reconhecimento, como a história, a cultura, o património gastronómico e artesanal, as características do território, o ambiente e a natureza, como forma de reforçar uma “imagem” e “identidade” genuínas da Madeira.

Projectos a desenvolver:

- Feira Agro-Pecuária do Porto Moniz;
- Tipificação, Controlo de Qualidade e Promoção de Produtos Regionais de Origem Animal.

Está prevista a implementação de um projecto “Criação da Marca Madeira”, que ficará no âmbito de actuação do futuro Instituto de Promoção de Produtos Tradicionais e que também contribuirá para a valorização dos produtos regionais, razão pela qual não está incluído no conjunto dos projectos inscritos no PIDDAR.



Modernização dos Serviços da Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR)

Pretende-se modernizar os serviços da DRADR, através da definição de uma política que conduza ao desenvolvimento de um Sistema de Gestão da Qualidade adequado à prestação de serviços da responsabilidade desta Direcção Regional.

Será também elaborado um plano anual de formação, tendo em atenção os objectivos de modernização administrativa e as necessidades gerais e específicas das diversas unidades orgânicas, e serão organizadas as acções que se considerem prioritárias e que contribuam para a melhoria do desempenho dos funcionários, para a qualidade dos serviços e para a satisfação dos clientes.

Projectos a desenvolver:

- Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRADR;
- Qualidade e Modernização Administrativa da DRADR;
- Informatização dos Serviços da DRADR;
- Reabilitação do Edifício do Poço Barral;

Valorização da produção e comercialização de vinho

Este objectivo será prosseguido através da criação de condições de sustentabilidade do subsector vitivinícola, as quais serão materializadas na execução das seguintes **acções**

integradas, a desenvolver pelo IVM:

- Implementação de um novo regime de apoio à viticultura, a aplicar durante a campanha de 2005/2006, destinado a promover e incentivar a melhoria da estrutura fundiária e da qualidade da vinha, tendo em vista a melhoria da qualidade e a correcção das desvantagens competitivas relacionadas com a viticultura regional, através da valorização dos vinhos com denominação de origem e indicação geográfica. Prevê-se apoiar a reestruturação ou reconversão de cerca de 6 hectares de vinha, para o que foi solicitado à entidade coordenadora nacional uma dotação financeira de 320.000 Euros;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

63

- Aplicação e controlo das ajudas à manutenção da vinha orientada para a produção de vinho VQPRD atribuídas no âmbito do POSEIMA, através do IVM;
- Prestação de assistência técnica aos viticultores e produtores de vinho, incentivando o incremento da produtividade na produção vitivinícola de qualidade;
- Conclusão da implementação do cadastro vitivinícola das castas europeias;
- Aplicação e controlo das ajudas, atribuídas no âmbito do POSEIMA através do IVM, nomeadamente: ajuda à manutenção da vinha orientada para a produção de vinho VQPRD, ajuda ao envelhecimento do Vinho Madeira, ajuda à compra de mosto concentrado e rectificado, com vista à sua utilização na vinificação para fins de edulcoração e/ou à compra de álcool vínico, dentro do limite das necessidades decorrentes da utilização dos métodos tradicionais, ajudas à expedição e comercialização, nos mercados da União Europeia, de Vinho da Madeira engarrafado (concedidas a título temporário e a pagar até final da campanha 2005/2006), bem como ajudas à transformação de cana-de-açúcar em mel e rum agrícola;
- Prosseguimento de acções de promoção e divulgação do vinho Madeira nos mercados externos e nacional, tendo em vista incrementar os níveis de comercialização, quer nos mercados tradicionais, quer através da conquista de novas oportunidades de negócio, designadamente no âmbito do projecto "Promoção da Internacionalização do vinho Madeira" (projecto co-financiado pelo FEDER ao abrigo do POPRAM III e desenvolvido em parceria com os agentes do sector privado ligados à produção e comercialização do vinho da Madeira), de entre as quais se destacam as seguintes: participação nas principais mostras e feiras internacionais do sector dos vinhos e bebidas espirituosas; concertação de acções promocionais, em colaboração com o ICEP e o sector de exportação do *vinho da Madeira*, a realizar nos mercados de maior interesse, nomeadamente os da União Europeia, EUA e Japão; patrocínio de visitas à Região da Madeira por parte de jornalistas da especialidade e de outros fazedores de opinião; inserção de publicidade em jornais, revistas e outras



publicações especializadas; realização de campanhas publicitárias associadas a determinadas épocas do ano, como a Páscoa e o Natal; patrocínio de eventos de natureza cultural, desportiva e social que possam constituir veículo de promoção do vinho da Madeira; concepção e produção de material de divulgação e informativo para apoio às acções de promoção;

- Promoção e divulgação dos vinhos de mesa de qualidade produzidos na Região da Madeira, seja o VQPRD "Madeirense", seja o "Vinho Regional Terras Madeirenses";
- Implementação, através do IVM, de medidas e acções necessárias à defesa das denominações de origem e indicações geográficas, o que passa fundamentalmente por: manter um sistema de vigilância mundial para salvaguarda da Denominação de origem "Madeira", desenvolvendo as acções necessárias junto de tribunais e de organizações mundiais ligadas ao sector vitivinícola, sempre que se justifique; manter as relações de associação junto da Assembleia Europeia das Regiões Vinícolas, de forma a contribuir para a salvaguarda dos interesses do sector vitivinícola regional nas instituições próprias da União Europeia, em particular da Organização Comum do Mercado Vitivinícola (O.C.M.);
- Desenvolvimento de acções no âmbito do controlo de qualidade e certificação dos vinhos e das bebidas espirituosas, compreendendo, nomeadamente: o controlo de qualidade e certificação dos vinhos "Madeira", "VQPRD Madeirense", "Vinho Regional Terras Madeirenses"; a manutenção e extensão da acreditação do Laboratório Vitivinícola do IVM e o desenvolvimento de intervenções nas áreas do mosto, vinho comum, vinho generoso, aguardentes, licores, sidras, mosto concentrado rectificado e álcool vínico/etílico; desenvolvimento de acções de formação, investigação e experimentação científica, em parceria com a Universidade da Madeira e outros Centros de investigação e experimentação e aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização e controlo, recorrendo, se necessário, à intervenção de outros organismos de repressão à fraude;



- Manutenção e extensão da acreditação do Laboratório Vitivinícola do IVM, em ordem ao cabal desenvolvimento das suas intervenções na área do mosto, vinho comum, vinho generoso, aguardentes, licores, sidras, mosto concentrado rectificativo, álcool vínico/etílico e cana-de-açúcar;
- Continuação do pagamento das bonificações de juros, quer ao abrigo de linhas de crédito bonificado para financiamento de investimentos promovidos por jovens empresários, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/M, de 2 de Maio, quer para financiamento da Vindima 2003 (nos termos da Resolução n.º 1293/2003, do Conselho do Governo Regional, de 9 de Outubro);
- Ampliação e adaptação do Museu do Vinho e melhoramento das instalações do IVM (que deverá passar pela renovação do edifício sede do mesmo organismo).

Promover o desenvolvimento rural sustentável e a agricultura biológica

Pretende-se avançar em direcção a uma visão holística do desenvolvimento rural sustentável, que inclui a agricultura biológica. Além dos esforços empreendidos actualmente por outros sectores, tais como o agro-turismo, a conservação da natureza, e o bem-estar rural (melhoramento da acessibilidade, comunicações, educação, infra-estruturas e serviços de saúde), nos próximos anos, o desenvolvimento rural será baseado também na agricultura biológica, concebida para criar ligações dinâmicas nos aspectos económicos, ecológicos, sociais e culturais.

A sustentabilidade do desenvolvimento rural é reforçada com a existência de uma consciência colectiva que reconhece que os produtos e os processos produtivos são parte indelével da história, da cultura e do futuro do seu território. A criação de uma forte identidade agro-cultural, associada a uma "imagem de futuro", está portanto ligada à sustentabilidade.

Porquê "agricultura biológica"? Porque precisamos "mudar"?

Em primeiro lugar, falar de agricultura biológica é mais uma forma de falar da agricultura. Isso é muito importante porque pressupõe uma alternativa. Para um agricultor desanimado, para um jovem que pondera iniciar uma actividade agrícola ou para o cidadão urbano interessado numa vida rural, falar de uma actividade com



notoriedade crescente que valoriza a consciência ecológica, pode ser a motivação extra para decidir seguir em frente.

Em segundo lugar, porque existe uma distinção importante entre "amigo do ambiente" e "sustentável". O primeiro termo está orientado para os efeitos, enquanto o segundo exige soluções viradas para as causas e envolve tanto as condições ecológicas como as sociais. A mudança para a agricultura biológica resulta então de uma reflexão orientada para soluções duradouras, e é acima de tudo um acto cultural que evoca "participação".

Tendo em conta a necessidade de estimular uma mudança colectiva, o modelo delineado para o desenvolvimento rural, no qual assume especial importância a agricultura biológica, deverá assentar nas seguintes **áreas**:

- Melhorar as condições para a fixação e profissionalização das populações rurais, juntando o apoio social com programas de aconselhamento para formação técnica básica e específica.

A Madeira tem 40 instituições de apoio social, as "Casas do Povo", criadas ao longo das últimas décadas com o objectivo de responsabilizar as populações, maioritariamente rurais, pelas suas próprias iniciativas de valorização cultural e social. Dado que estas instituições são um pólo de atracção da população da respectiva área de influência, incluindo agricultores, considerou-se decisivo acrescentar uma dimensão de formação técnica e aconselhamento agrícola às suas actividades.

Na fase inicial de apoio à agricultura biológica (2001-2004), apenas 3 técnicos credenciados orientavam a conversão das explorações e estabeleciam os contactos para a comercialização. Neste momento está a promover-se a formação de todos os técnicos que habitualmente assistem as explorações que praticam agricultura convencional, de modo a criar um grupo de 30 técnicos que sejam também credenciados para assistência em agricultura biológica. Com um quadro técnico desta dimensão será possível iniciar uma abordagem integrada, acolhendo mais agricultores no sistema de conversão e criando programas de formação técnica básica e específica a incluir nas actividades sociais e culturais das "Casas do Povo".



- Apoiar a criação e conversão de explorações para a agricultura biológica, incentivando a iniciativa dos produtores, através de investimentos e apoio técnico.

O acesso ao investimento é apoiado através de consultoria gratuita a projectos de agricultura biológica, procurando que correspondam às necessidades do mercado e às potencialidades da exploração e do agricultor. Estão a ser promovidos projectos nos centros de experimentação e demonstração, como forma de assumir os riscos inerentes ao início da produção não convencional, antecipar potenciais factores limitantes ou desencorajadores da iniciativa privada e estimular a curiosidade.

É também assegurada a assistência técnica gratuita na fase de conversão das explorações, de acordo com um plano de assistência técnica, delineado caso a caso, em função das culturas, da formação e experiência do agricultor. Após uma análise inicial, cada exploração é classificada pelo grau de exigência técnica para a fase de conversão, sendo estabelecido um plano de actuação e assinado um protocolo de colaboração onde são definidos os compromissos das duas partes. O plano é essencial como ferramenta de gestão porque quantifica a frequência das visitas técnicas e identifica os períodos de maior risco de insucesso. Como efeito adicional, a fase de conversão garante a formação teórica e prática do agricultor, no próprio local de trabalho, tornando-o autónomo na fase pós conversão.

- Criação de áreas piloto de conversão colectiva ou de um tipo de cultivo ou de áreas geográficas específicas, com o Governo Regional a suportar os custos de certificação, em certos casos.

Para rentabilizar os meios de apoio técnico e ultrapassar a barreira da pequena dimensão da propriedade, pretende-se estimular a conversão simultânea de explorações localizadas numa mesma área. Está já em curso a conversão conjunta de 24 explorações de castanha que representam cerca de 46 ha, sendo os custos de certificação, nesta fase, suportados pelo Governo Regional. Outras



zonas piloto de elevado potencial para conversão simultânea estão em estudo, que beneficiará a cultura do limão e da cereja.

- Apoio na comercialização dos produtos, através da sua canalização para mercados e impondo quotas de produtos biológicos nos contratos públicos para produtos alimentares.

Atendendo à importância da comercialização na fase de arranque, o apoio que é dado aos agricultores inclui as seguintes formas de actuação: a) os técnicos estabelecem os primeiros contactos entre os agricultores e o sector da comercialização; b) alguns produtos biológicos podem ser normalizados, acondicionados e embalados numa linha "bio" instalada num dos mercados de origem; c) as pequenas indústrias de transformação são incentivadas a investir neste modo de produção como forma de diversificar a oferta e aproveitar os excedentes, como, por exemplo, banana passa; d) são desenvolvidos projectos de promoção e divulgação da agricultura biológica. Como forma de estimular a produção e garantir canais de escoamento fiáveis, está também a ser ponderada a inclusão de produtos biológicos nos contratos públicos de fornecimento de refeições, logo que o aumento da produção justifique uma intervenção.

- Aumentar a consciência pública através de programas promocionais nas escolas e organizações profissionais.

Através de acções de divulgação e esclarecimento nas escolas, pretende-se sensibilizar os jovens para a agricultura biológica, criando uma interacção com os conteúdos programáticos das disciplinas e com os projectos de estudo nas áreas de saúde e segurança alimentar, como, "menus saudáveis". Outro efeito destas acções será promover a consciência da dignidade da actividade agrícola, evidenciando os benefícios que os agricultores prestam à comunidade. Outras acções serão dirigidas às associações profissionais ligadas sector agro-alimentar e ao turismo.

- Melhoramento das infra-estruturas de apoio à produção biológica (controlo da medfly, estações públicas de compostagem e um laboratório de pesquisa de



resíduos) e criação de uma zona livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's).

A Madeira está desenvolver, desde 1993, o programa Madeira-Med que tem por objectivo o controlo da mosca do Mediterrâneo, *ceratitis capitata* (Wied), através da "Sterile Insect Technique" (SIT), para suporte da indústria de frutos tropicais da ilha. Este programa representa um passo importante na direcção da protecção ambiental e da agricultura biológica, dado que é uma ferramenta para a produção de frutos livres de pesticidas.

Como forma de garantir as necessidades de matéria orgânica, está já em funcionamento uma estação de compostagem e está a ser preparada a abertura de mais duas. O objectivo é acompanhar a necessidade crescente de composto, devido ao aumento das explorações em conversão.

Será construído um laboratório de pesquisa de resíduos, em 2006, que será a base do desenvolvimento de um programa regional de segurança alimentar, cujos objectivos são: promover uma maior segurança alimentar, através da pesquisa de resíduos em amostras de vigilância dos géneros alimentícios comercializados; valorizar as produções regionais ao nível da garantia da isenção de resíduos de pesticidas e apoiar todas as acções que decorrem dos processos de certificação da agricultura biológica.

Finalmente, está em estudo a forma de limitar ou impedir a entrada de OGM's para produção local, sem prejuízo de, segundo o ponto de vista técnico, ser praticamente impossível a sua utilização na Madeira, atendendo à obrigação de respeitar distâncias mínimas entre explorações.

O modelo de desenvolvimento rural sustentável, nos moldes anteriormente apresentados, exige um enorme esforço ao Governo Regional. As valências são diversas e comprometem recursos humanos, materiais e financeiros: assistência técnica, produção, experimentação, demonstração, comercialização, formação, educação, divulgação, equipamentos, laboratórios, legislação, planos, subvenções.



Acreditamos que deve ser estimulada a identidade agro-cultural que resulta da incorporação da agricultura biológica no “imaginário” dos produtos agrícolas tradicionais da Madeira. A comunidade que protege e promove os seus produtos e tem orgulho na forma como são produzidos, molda a matriz do seu desenvolvimento.

Um autor português afirmou que “O desenvolvimento rural faz-se com agro-cultura, isto é, os produtos vendem os territórios, tanto quanto os territórios vendem os produtos”; ambos se reproduzem no acto de venda; para além de ser um acto comercial, é também um acto cultural, cujo fundamento radica nos princípios da agricultura multifuncional e na produção de externalidades positivas, isto é, na produção de “contexto”. Desta forma, a agricultura biológica é também uma alavanca para vender um território. Um exemplo: está em preparação o primeiro projecto integrado de turismo rural e agricultura biológica na Madeira.

Deverá haver um forte empenhamento na execução das medidas anteriormente enunciadas, porque o objectivo é estabelecer uma plataforma de desenvolvimento rural sustentável para o futuro, integrando os aspectos que são determinantes: a exploração económica dos bio-recursos renováveis, com eficiência ecológica, respondendo às necessidades sociais, desenvolvendo uma identidade cultural, criando uma imagem... “Madeira – ilha ecológica”.

SILVICULTURA

O Património Florestal da Região Autónoma da Madeira é constituído, genericamente, por espécies da floresta natural (que ocupa cerca de 22% da superfície da ilha da Madeira, concentrando-se, sobretudo, na vertente norte) e da floresta introduzida (que corresponde a 18% da superfície da ilha da Madeira e 15% da ilha do Porto Santo).

A política que tem vindo a ser prosseguida visa, sobretudo, privilegiar a qualidade e adequação dos povoamentos florestais, fomentando a biodiversidade com base em espécies ecologicamente adaptadas às características locais, designadamente através da instalação de espécies indígenas e/ou naturalizadas, sempre que possível, assim como de espécies exóticas, sem carácter invasivo. A componente social da floresta vem merecendo uma valorização efectiva, mediante a criação de condições para o usufruto dos espaços florestais por parte dos cidadãos.



No âmbito da estratégia de desenvolvimento florestal, têm vindo a ser desenvolvidas diversas intervenções consubstanciadas, nomeadamente, no seguinte:

- Acções de arborização e/ou beneficiação, obedecendo a propósitos que visam fundamentalmente a diversidade biológica, a conservação e recuperação de *habitats* e a produção sustentável;
- Desenvolvimento de acções de detecção, prevenção e combate a incêndios florestais, com reforço dos equipamentos de vigilância e de 1.ª intervenção e melhoramento das infra-estruturas viárias e divisionais, o que tem permitido uma melhor eficácia na prevenção e combate a incêndios florestais, com os consequentes reflexos na redução da sua incidência em áreas florestais de interesse paisagístico e de elevado valor patrimonial;
- Realização de acções de sensibilização, divulgação e promoção do sector florestal, promovendo-se, por esta via, o envolvimento da população;
- Desenvolvimento de acções no domínio do ordenamento florestal, tendo sido dado início à elaboração do plano de gestão do Perímetro Florestal do Poiso e procedido à delimitação e definição de diversa áreas no Paul da Serra no sentido de promover a gestão integrada da zona em referência e, futuramente, a criação de um parque florestal;
- Concretização de intervenções, co-financiadas no âmbito do POPRAM III, de apoio ao uso múltiplo florestal, contribuindo para a melhoria das condições para o usufruto dos múltiplos recursos associados à floresta e consequentemente o enriquecimento do produto turístico regional;
- Desenvolvimento de acções que visam a racionalização da actividade de pastorícia, nomeadamente: acções de controlo da dimensão dos efectivos pecuários já sujeitos a pastoreio controlado e autorizado; vistorias para concessão de autorizações de apascentação; melhoramento dos *habitats* e beneficiação e instalação de pastos em zonas de pastoreio ordenado; melhoria de infra-estruturas de apoio (estábulo, cercas e vedações, parques de maneio e de tratamento hígio-sanitário); desenvolvimento de acções de melhoramento



animal e forte intervenção na sensibilização e no apoio aos produtores e às Cooperativas de Criadores de Gado que desenvolvem pastoreio controlado, nomeadamente na gestão e ordenamento da actividade de pastorícia;

- Retirada de animais das Serras da Madeira e Porto Santo, com a eliminação total do pastoreio desordenado, de que resultarão benefícios, em termos de conservação do solo, águas, coberto vegetal e preservação dos recursos naturais em geral, os quais traduzir-se-ão no restabelecimento do equilíbrio biológico e biofísico nos espaços de intervenção;
- Melhoria de infra-estruturas e desenvolvimento de acções de repovoamento, diversificação piscícola das águas interiores e de identificação, caracterização e catalogação dos locais com aptidão para a pesca, no sentido de promover o desenvolvimento piscícola e da actividade de pesca desportiva;
- Melhoria/manutenção de infra-estruturas e realização de diversas acções direccionadas para o fomento cinegético e o ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos, as quais vêm contribuindo para o aumento ou manutenção da quantidade de espécies cinegéticas em zonas de caça;
- Desenvolvimento do Projecto "Censos de aves cinegéticas e de aves protegidas";
- Concessão de apoio às associações de caçadores;
- Realização de acções de vacinação para controlo de doenças das espécies cinegéticas, nomeadamente do coelho bravo;
- Acções de valorização de áreas florestais situadas em locais de elevado interesse paisagístico, de que se destaca a criação de miradouros, caminhos de acesso, áreas recreativas e protecção de manchas de vegetação, tendo em vista a promoção dos espaços florestais e da sua componente cénica;
- Realização de acções de valorização dos percursos pedestres da RAM;
- Desenvolvimento de estudos que visam a recuperação de espécies vegetais raras e em vias de extinção, o que tem proporcionado a propagação e introdução de



espécies endémicas e em vias de extinção no seu *habitat* natural, bem como a conservação de espécies ameaçadas de extinção no seu próprio *habitat*.

A política de desenvolvimento florestal está, por natureza, direccionada para a obtenção de resultados visíveis apenas a médio/longo prazo, dado que, em geral, a produção florestal está sujeita a um processo de desenvolvimento moroso, em que os resultados directos das medidas de política apenas são visíveis a médio/longo prazo e em que muitos dos benefícios gerados não são passíveis de serem contabilizados. Tal facto torna, por isso mesmo, imperioso o estabelecimento de objectivos alcançáveis num horizonte temporal alargado.

Estas circunstâncias justificam o delineamento de orientações estratégicas e objectivos que se manterão por longos períodos de tempo, não obstante a necessidade de introdução de ajustamentos em função da evolução da situação e das prioridades de acção que deverão ter sempre em conta a necessidade de adopção de medidas ambiciosas, mas exequíveis, que permitam garantir a perenidade dos espaços naturais.

Assim, os **vectores estratégicos e objectivos** de desenvolvimento florestal para 2006 inserem-se na estratégia que tem vindo a ser prosseguida e nas linhas de actuação definidas para o período 2004/2008:

- Promover a expansão e regeneração do património florestal, em ordem a obter-se um aumento e melhoria da área florestal, a proteger a diversidade biológica e a paisagem e a promover a conservação do solo, o combate à erosão e a regularização dos recursos hídricos;
- Criar instrumentos de apoio ao ordenamento e gestão florestal, tendo em vista melhorar o aproveitamento do património florestal;
- Reforçar a capacidade de prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais, reduzir os riscos e efeitos de pragas e doenças e controlar os efeitos da poluição atmosférica, de modo a proteger e conservar os diversos ecossistemas florestais;
- Potenciar as consequências benéficas decorrentes da retirada de gado das serras, nomeadamente em termos de regeneração natural dos ecossistemas, de



reflorestação das serras e da melhoria das condições de desenvolvimento da pastorícia ordenada;

- Promover o ordenamento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores, tendo em vista o aumento do número e diversidade de espécies cinegéticas, a melhoria da gestão dos recursos cinegéticos, a redução do furtivismo na caça, a garantia do bom estado sanitário das populações cinegéticas e o repovoamento piscícola das ribeiras;
- Contribuir para o desenvolvimento da investigação científica nos domínios da fauna e da flora;
- Promover o aproveitamento do potencial dos múltiplos recursos associados à floresta, nomeadamente através da melhoria e racionalização da oferta de espaços florestais, qualificando-os para o desenvolvimento do ecoturismo e actividades de lazer;
- Melhorar as instalações de apoio técnico e administrativo afectas aos serviços florestais, tendo em vista o aumento da produtividade e a melhoria das condições de atendimento dos utentes/clientes.

Tendo em vista a consecução dos objectivos prioritários definidos para o sector florestal, serão desenvolvidas, em 2006, as seguintes **acções**:

- Arborização/beneficiação, numa área de cerca de 100 hectares, na ilha da Madeira, mormente no âmbito de intervenções co-financiadas no âmbito do PAR (incluindo investimentos que visam, nomeadamente, a instalação de povoamentos florestais ou aproveitamento da regeneração natural, a protecção e a rega dos povoamentos, a instalação de culturas de cobertura do solo, o adensamento de superfícies florestais, a substituição parcial ou total de alguns povoamentos ecologicamente mal adaptados, a realização de operações de controlo da erosão e de reabilitação de ecossistemas florestais degradados); consolidação de povoamentos florestais na ilha de Porto Santo; continuação das acções de recuperação da floresta Laurissilva das Funduras e conservação e beneficiação de infra-estruturas de apoio – viveiros e postos florestais;



- Recolha e tratamento de dados da fileira florestal; realização de acções de preparação do Plano Regional de Ordenamento Florestal e desenvolvimento de um sistema de informação geográfica;
- Criação e/ou revisão do quadro legislativo relativo à conservação, protecção e gestão do património florestal e natural, ao ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores e ao estabelecimento de regras de acesso à utilização sócio-económica dos múltiplos recursos associados à floresta;
- Beneficiação e construção de aceiros; levantamento dos meios e recursos disponíveis para vigilância e detecção, primeira intervenção, combate e rescaldo e melhoramento dos meios existentes; manutenção/beneficiação das infra-estruturas de prevenção, vigilância detecção e apoio ao combate a incêndios, com particular destaque para o melhoramento e apetrechamento das torres de vigia; recolha de dados conducentes à elaboração da carta de combustíveis da RAM; elaboração de cartografia digital e aquisição de equipamento de apoio a levantamentos topográficos;
- Desenvolvimento de acções visando o controlo sanitário de povoamentos florestais (inspecção fitossanitária de produtos florestais, propágulos e sementes, identificação dos organismos presentes nos ecossistemas florestais, implementação de medidas dirigidas ao controlo e gestão de pragas e doenças, monitorização do estado fitossanitário dos povoamentos florestais e realização de estudos sobre a dinâmica do arvoredo, o comportamento e tipologia das pragas e doenças das essências florestais, em parceria com instituições de investigação);
- Realização de acções de divulgação, sensibilização e formação no domínio da produção florestal e da utilização dos espaços florestais;
- Melhoramento de infra-estruturas afectas à silvo-pastorícia e dos rebanhos que se apresentam em regime silvo-pastoril ordenado, nomeadamente reparação e beneficiação de ovis, instalação de vedações, criação e melhoramento de pastagens e melhoramento de instalações de apoio;



- Arborização e monitorização dos espaços anteriormente ocupados por gado em pastoreio desordenado, prosseguindo o objectivo de recuperação de 16.000 hectares abrangidos pela retirada de gado, de que se destaca o projecto financiado pela União Europeia no âmbito do PDRu-Madeira que visa a arborização ou beneficiação florestal numa área de cerca de 137,88 hectares, com implantação nas Serras de Santo António e no Perímetro Florestal do Paul da Serra;
- Construção/melhoramento de infra-estruturas e aquisição de equipamentos de apoio à produção de espécies cinegéticas e ao repovoamento cinegético; aquisição de equipamentos de apoio às acções de vacinação dirigidas ao coelho bravo para controlo de doenças; instalação de placas necessárias à sinalização de áreas de refúgio e de protecção da caça; realização de acções de formação e sensibilização de caçadores; melhoramento das infra-estruturas de apoio à produção piscícola, aquisição de equipamentos de apoio a operações de repovoamento piscícola e elaboração de um roteiro de zonas de pesca em águas interiores e sua sinalização;
- Construção/melhoramento de infra-estruturas de lazer em parque florestais; recuperação e sinalização de percursos pedestres e reparação e beneficiação de casas de abrigo (Bica da Cana e Rabaçal);
- Melhoramento de instalações de apoio técnico e administrativo (remodelação das instalações do edifício - sede, em Santo António e reparação das instalações dos serviços localizados na freguesia da Ribeira Brava;
- Celebração de protocolos com entidades singulares e colectivas, nomeadamente com associações de regantes, tendo em vista melhorar, expandir e rentabilizar o património florestal e natural.



IV.2. PESCA

A frota madeirense tem vindo a beneficiar de melhorias significativas, em resultado das medidas adoptadas com vista à modernização da frota. As melhorias alcançadas propiciam condições para a promoção do rendimento e para garantir um melhor nível de segurança das tripulações.

Entre 1990 e 2003, o peso relativo das embarcações sem motor passou de 66,8% para 52,4%, o que se reflectiu num aumento da potência propulsora por embarcação que era, nos anos em referência, de 23,5 kW e de 35,8 kW, respectivamente. Em 2004, a frota de pesca registada era constituída por 467 embarcações que totalizavam uma arqueação bruta total de 3.359 GT e uma potência propulsora de 13.471 kW. A evolução recente tem-se caracterizado por uma ligeira diminuição do número de embarcações (menos 4,5% entre 2003 e 2004). No entanto, a capacidade instalada não sofreu alterações sensíveis, devido ao processo continuado de modernização da frota. De acordo com dados da Direcção Regional de Pescas, no ano de 2004 deram saída da frota regional 11 embarcações. No mesmo ano registou-se a entrada de cinco embarcações, as quais representaram, no seu conjunto, uma arqueação bruta total de 8,54 GT e uma potência propulsora de 180 kW. De referir, ainda, que estão aprovados, no âmbito do POPRAM III (medida relativa ao MAR-RAM), investimentos relativos à construção de 7 novas embarcações de pesca, aproveitando o financiamento comunitário permitido no actual Quadro Comunitário de Apoio para reforço e modernização da frota. Para os próximos anos, prevê-se a estabilização do número de embarcações.

A melhoria da capacidade dos meios de produção resultou, também, dum conhecimento progressivo das potencialidades no domínio da pesca e da evolução dos padrões de exploração (alargamento de áreas de exercício da actividade, adopção de padrões de polivalência e introdução da pesca costeira de cerco para pequenos pelágicos).

Ao nível das infra-estruturas e equipamentos dos portos de pesca, tem vindo a ser desenvolvido um esforço de investimento em matéria de construção e modernização de infra-estruturas, das quais se destaca, em 2005, o lançamento do concurso público para a construção do Entrepasto Frigorífico do Porto Santo, a conclusão do Entrepasto



Frigorífico do Caniçal e o reequipamento dos Entrepósitos Frigoríficos do Funchal e do Porto Novo. A instalação na zona portuária do Caniçal de equipamento de frio destinado à refrigeração, congelação e conservação de pescado permitirá complementar as infra-estruturas de apoio à pesca já existentes naquela zona, nomeadamente as disponibilizadas pela construção da Lota.

Perspectiva-se, para 2006, o início do processo de concurso para o projecto de transferência das infra-estruturas de apoio à pesca existentes no Porto do Funchal (Lota e Entrepósito Frigorífico) para o futuro porto dos Socorridos, o qual reunirá melhores condições de operacionalidade.

Com o objectivo de proteger os peixes juvenis e aumentar a produtividade de certos *stocks*, nomeadamente de espécies de demersais, que são os mais atingidos pelos impactes resultantes da pressão humana e da degradação dos *habitats* naturais, têm vindo a ser desenvolvidas acções de repovoamento pesqueiro em zonas abrigadas da costa, mediante a instalação de recifes artificiais. Decorre a fase de concurso público para a instalação de novos recifes artificiais na zona da Ponta Pequena, concelho da Calheta, a que se seguirá o início das obras no final do corrente ano.

A aquicultura marinha é uma actividade em expansão que tem vindo e continuará a ser promovida, em ordem ao seu desenvolvimento sustentável, pretendendo-se que venha a assumir um papel-fundamental na economia do sector, na criação/manutenção de empregos e no abastecimento de pescado às populações. Entre os anos de 2000 e 2003 a produção aquícola em águas marinhas registou uma duplicação em volume, tendo evoluído de 54 toneladas para 103 toneladas no período compreendido entre os anos em referência. No Centro de Maricultura da Calheta continuam a ser desenvolvidas actividades de experimentação, em cativeiro, de "novas" espécies de alto valor comercial, bem como de produção de peixes juvenis da espécie "dourada" para fornecimento às pisciculturas de engorda.

No domínio da investigação aplicada às pescas, tem sido dada continuidade ao trabalho de acompanhamento das pescarias e de compreensão das respectivas flutuações periódicas, incluindo as anuais, de aprofundamento do conhecimento das diversas espécies e do estado de exploração dos stocks das espécies haliêuticas mais



significativas para a economia do sector, bem como de avaliação das potencialidades de exploração de novas espécies marinhas.

Não obstante os esforços desenvolvidos no domínio das estruturas e de medidas de apoio ao sector, a evolução da pesca descarregada tem estado fortemente sujeita a variações significativas, devido essencialmente a factores não controláveis. No período mais recente, após um período de redução de capturas, designadamente o ocorrido entre 1997 e 2000, que afectou particularmente os tunídeos e similares, verificou-se uma recuperação notória entre 2001 e 2004 (só interrompida em 2003, ano em que se registou novamente um decréscimo nas descargas de pescado). No ano de 2004 foram descarregadas 8072 toneladas de pescado, o que representou um aumento de 1494 toneladas face ao ano anterior (mais 22,7%). Em 2005, e com referência ao período Janeiro-Setembro, registou-se novamente um decréscimo nas descargas de pescado, o que representa, relativamente ao período homólogo do ano anterior, uma variação de menos 14,1% em volume e de menos 5,5% em valor.

O sector industrial, mormente o constituído pelo subsector das indústrias de conservas de atum, tem-se confrontado com dificuldades advenientes da escassez de matéria-prima que se tem verificado, nos últimos anos, nos mares da Região. Para fazer face a estas dificuldades, têm sido concedidos apoios, desde 1998, no âmbito do POSEIMA, nomeadamente nos casos em que houve necessidade de recorrer a importações de atum (de origem comunitária), os quais traduzem-se numa ajuda, no valor de 230 euros por tonelada de atum entregue à indústria local, destinada a compensar os custos suplementares, gerados pela ultraperifericidade, incorridos no escoamento de produtos ligados à transformação de determinados produtos da pesca e da aquacultura, designadamente tunídeos. Paralelamente, o Governo Regional tem-se associado a este apoio financeiro à indústria de transformação, atribuindo um subsídio de 10 cêntimos por quilo, o qual se destina a compensar os industriais pelos custos adicionais resultantes da necessidade de recurso à importação para suprir a falta temporária de matéria-prima (tunídeos). As quantidades susceptíveis de apoio têm como limite o volume de matéria-prima considerado estritamente indispensável para manter em laboração as unidades industriais (estimado em 4.000 toneladas/ano em 2003 e 2004). Prevê-se a continuidade deste apoio em 2006.



Tendo em vista minorar os efeitos negativos dos sucessivos aumentos registados no preço do gasóleo para a pesca comercial sobre a actividade piscatória e aquícola, a qual, à partida, é penalizada pela situação insular e periférica da Região, foi criado e regulamentado, respectivamente, pela Resolução n.º 451/2004, de 1 de Abril, e pela Portaria n.º 151/2004, de 13 de Agosto, um apoio a título de compensação financeira pelo aumento do preço do combustível utilizado pelas embarcações de pesca e de aquacultura marinha. Este apoio consiste num subsídio de 0,075 € por litro, até ao limite de consumo anual por embarcação determinado nos termos estabelecidos na Portaria atrás referenciada.

A política de desenvolvimento do sector das pescas tem sido orientada no sentido de promover a modernização do sector, de modo a aumentar a produtividade e a melhorar a competitividade das empresas e a situação sócio-económica dos pescadores, garantindo a sustentabilidade da actividade da pesca, mediante a salvaguarda do equilíbrio entre os recursos e o esforço de pesca.

Em 2006, a estratégia de actuação continuará a visar os seguintes **objectivos**:

- Melhoria da exploração do potencial haliêutico;
- Reforço da competitividade das estruturas de exploração;
- Melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo;
- Melhoria do aprovisionamento;
- Valorização dos produtos;
- Valorização dos recursos humanos;
- Melhoria do abastecimento do mercado.

Para atingir os objectivos gerais atrás enunciados será desenvolvido um conjunto coerente de acções que se inserem nas **linhas de actuação** apresentadas seguidamente, por domínios de actuação:



Investigação experimental e demonstração

- Prosseguir acções relativas ao estudo biológico e à avaliação do estado de exploração dos *stocks* das espécies haliêuticas mais significativas para a economia do sector, tendo em vista a gestão racional destes recursos;
- Efectuar a recolha e tratamento dos dados de pesca relevantes no âmbito do cumprimento do Regulamento (CE) 1543/2000 que institui o Programa Nacional de Recolha de Dados de Pesca (Programa Mínimo);
- Estudar as potencialidades de exploração de novas espécies marinhas, em cooperação com as regiões de Açores e Canárias, no prosseguimento de projectos co-financiados pela União Europeia no âmbito do INTERREG III-B, os quais visam a prospecção de recursos alternativos à pesca tradicional e o desenvolvimento das bases para a gestão de recursos marinhos de águas profundas (PESCFROF - Recursos Pesqueiros de Águas Profundas do Atlântico Centro-Oriental: Alternativas à Pesca na Macaronésia);
- Uniformizar metodologias, com o objectivo de garantir uma maior consistência inter-regional e inter-institucional em termos de monitorização das pescas e dos recursos pesqueiros (no âmbito do projecto co-financiado através do INTERREG III-B, designado ORPAM - Observatório em Rede das Pescas e Ambiente Marinho da Macaronésia);
- Dar continuidade à caracterização oceanográfica (biológica e físico-química) e ambiental da Z.E.E.- Madeira, com vista a um melhor conhecimento dos *habitats* das populações marinhas e do seu comportamento face à variação de parâmetros ambientais;
- Desenvolver novas tecnologias e metodologias aplicáveis na monitorização e na gestão de zonas de recife artificial e jaulas de piscicultura, no âmbito de um projecto-piloto co-financiado pelo FEDER no quadro do INTERREG III B (projecto MARTEC – Tecnologias Marinhas para Incremento da Produtividade Pesqueira);



- Apoiar as acções de organização das zonas marinhas protegidas e a criação de condições favoráveis ao repovoamento pesqueiro (recifes artificiais) e concentração dos recursos (dispositivos de concentração de pescado);
- Desenvolver o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras regiões;
- Iniciar o processo de reequipamento e modernização da embarcação "São Roque", de modo a dotá-la de características adequadas ao trabalho de investigação;
- Explorar a possibilidade de produção de diversas novas espécies em cativeiro com interesse comercial e/ou com a finalidade de proceder a repovoamentos pesqueiros;
- Incrementar o fornecimento de "juvenis" às explorações da iniciativa privada;
- Proceder ao estabelecimento de linhagens de peixes em cativeiro que garantam a diversidade genética necessária para as acções de repovoamento, tendo em vista a diversificação da oferta de espécies no mercado regional (projecto + PEIXE) e que permitam a selecção de indivíduos com melhores características para a cultura de espécies de alto valor comercial, como seja a do pargo (projecto PARGOGEN);
- Continuar o estudo e análise dos níveis de mercúrio e outros itens de interesse científico, através do programa "Estudos e Pescarias de Peixe-Espada-Preto".

Frota pesqueira e unidades aquícolas

- Continuar a promover a atribuição de apoios co-financiados pela União Europeia destinados à construção, modernização e reconversão de embarcações de pesca, bem como assegurar o acompanhamento da sua aplicação, fazendo com que as unidades apoiadas sejam dotadas de melhores condições de operacionalidade, segurança e conservação do pescado a bordo, possibilitando uma melhor qualidade das capturas e uma melhor rentabilidade das embarcações;



- Proceder à aplicação dos apoios no âmbito do ajustamento do esforço de pesca, com o objectivo de adequar o esforço de pesca aos recursos disponíveis, mediante a retirada selectiva de embarcações em função dos objectivos fixados no Programa de Orientação Plurianual da Pesca e conforme definido no POPFRAM III-MAR-FRAM;
- Promover o incremento da aquicultura, apoiando, sob várias formas, os novos projectos da iniciativa privada neste domínio;
- Continuar a apoiar os armadores de pesca e aquicultura marinha na aquisição de gasóleo para a pesca comercial, ao abrigo do regime de compensação financeira instituído pela Resolução n.º 451/2004, de 1 de Abril e Portaria n.º 151/2004, de 13 de Agosto que prevê um subsídio de 0,075€ por litro de gasóleo.

Equipamento dos portos de pesca

- Melhorar as condições de descarga nos portos de pesca e, conseqüentemente, a qualidade dos produtos, equipando adequadamente os portos de pesca, de modo a melhorar a sua operacionalidade e a cumprir e a fazer cumprir as normas hígio-sanitárias em vigor, através da realização de investimentos em diversas lotas, nomeadamente na Lota do Funchal, onde se procederá a intervenções visando a necessária modernização e remodelação da mesma, designadamente no sistema informático de leilão;
- Promover o melhoramento da rede de frio de apoio ao sector industrial, nomeadamente através do aproveitamento adequado da capacidade de frio instalada no porto de pesca do Caniçal para congelação, refrigeração e armazenagem do pescado excedente da primeira venda, da remodelação e modernização dos Entrepostos Frigoríficos do Funchal e do Porto Novo e do lançamento da construção do Entreposto Frigorífico do Porto Santo (em fase de concurso público);
- Iniciar o processo de concurso para a elaboração do projecto das novas infra-estruturas de apoio à pesca, a instalar no futuro porto dos Socorridos.



Formação profissional

- Promover a realização de acções de formação profissional dos activos do sector da pesca, prevendo-se que sejam ministrados, em 2006, os seguintes cursos: dez cursos de "Pescador"; dois cursos de "Arrais de Pesca" e um curso de "Contramestre Pescador".



IV.3. INDÚSTRIA

A indústria regional representa cerca de 18% do PIB da Região, empregando aproximadamente 27% dos activos empregados na Região, e contribuindo em 20% para o rendimento das famílias e em 17% para a formação bruta de capital fixo.

Para estes indicadores contribuem, principalmente, a indústria transformadora, agro-alimentar, tabaqueira, de mobiliário e de cariz artesanal (bordados, tapeçaria e vimes) e o sector da construção civil.

Dada a situação de fragilidade do tecido empresarial regional, é necessário continuar a incentivar o investimento produtivo, promovendo a criação, expansão e modernização do tecido empresarial, assim como incentivando a sua internacionalização, tendo em vista a dinamização da base produtiva regional. Por outro lado, verifica-se ser também indispensável a criação de infra-estruturas de apoio e suportes à indústria, nomeadamente parques empresariais, bem como outras infra-estruturas de base e tecnológicas.

Outro dos aspectos que contribuirá para o desenvolvimento das empresas industriais da Região, são os sistemas de gestão da qualidade, pelo que deverá continuar-se a incentivar a implementação desses sistemas, bem como a aplicação da metrologia.

No que respeita à indústria extractiva, é de registar a conclusão do estudo, que contou, numa primeira fase, com a colaboração do Instituto Geológico e Mineiro, que define os locais adequados para a exploração de pedreiras para a produção de inertes.

Em 2003 a Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia apresentou uma ideia de projecto ao Programa Regional de Acções Inovadoras – PRAI/Madeira, a qual foi aprovada. Como tal, foi concebido o projecto assente num estudo sobre os factores críticos de sucesso da internacionalização, que, entretanto, já foi objecto de candidatura a financiamento comunitário no âmbito do POPRAM III.

Inicialmente, o projecto pretendia apenas analisar o sector industrial, porém, posteriormente, considerou-se que, com idêntica afectação de meios, poderia obter-se uma análise macro abarcando todos os sectores económicos da Região.



No ano de 2005, procedeu-se à contratação do serviço de elaboração e fornecimento do estudo dos factores críticos de sucesso da internacionalização da economia da Região Autónoma da Madeira, prevendo-se o início dos trabalhos neste mesmo âmbito ainda durante o ano de 2005, e o seu desenvolvimento, conclusão e disseminação em 2006.

Com esta iniciativa, a DRCE pretende potenciar factores dinâmicos da competitividade, como a internacionalização e a externalização, analisando os factores críticos de sucesso das empresas que já se internacionalizaram, e/ou se externalizaram, bem como incentivar, através de linhas orientadoras e motivadoras ou até de eventuais apoios específicos, as empresas que ainda não o fizeram.

O sector do **Artesanato** atravessa dificuldades sobejamente conhecidas, cujas causas decorrem fundamentalmente da coexistência dos seguintes factores: concorrência feroz de produtos similares, oriundos dos países orientais, que são comercializados no mercado a preços extremamente competitivos; baixo nível de valor acrescentado que está associado a insuficiências em termos de inovação, a *design* pouco atractivo e à fraca articulação com as tendências contemporâneas e, finalmente, a insuficiente afirmação da marca Bordado Madeira, como marca de grande qualidade e prestígio, conduzindo a que se identifique e confunda aquele produto com outros produtos similares provenientes dos países do espaço económico referido.

As apontadas dificuldades podem e devem ser atacadas, sob pena de o artesanato regional, particularmente o Bordado Madeira, perder cada vez mais importância económica e cultural.

Assim, tendo em vista a concretização da política de afirmação do Bordado da Madeira e do artesanato em geral, o IBTAM tem intensificado e aprofundado a parceria com o ICEP para que sejam realizadas acções promocionais eficazes junto dos principais mercados importadores, por forma a que o nosso produto penetre mais facilmente nesses mercados.

No capítulo da inovação, foi criado o Centro de Moda e Design, em articulação com a associação do sector, núcleo fundamental que, em parceria com as empresas, tem por finalidade promover a aplicação de novas técnicas de *design* na concepção e apresentação dos produtos.



Para além do importante papel que incumbe ao Centro de Moda e Design na área da inovação, é também de relevar o seu contributo no âmbito da criação de colecções de moda com aplicações em Bordado Madeira, as quais vêm sendo divulgadas através da participação em eventos realizados dentro e fora da Região.

Face ao exposto, constituem **objectivos fundamentais** a prosseguir em 2006:

- Aumento da eficácia do licenciamento dos estabelecimentos industriais e promoção do estudo das condições técnicas de instalação e de laboração dos estabelecimentos industriais;
- Colaboração no reordenamento territorial, incentivando as unidades industriais dispersas e sem condições de laboração a se transferirem para locais adequados, nomeadamente os parques empresariais;
- Promoção de acções de sensibilização referentes ao processo de licenciamento industrial, nomeadamente junto de autarquias, associações empresariais e organizações sectoriais, entre outros;
- Garantia da aplicação e fiscalização do cumprimento da regulamentação relativa ao controlo metrológico em áreas ainda não abrangidas, bem como alargamento das operações de verificação metrológica para as novas áreas;
- Conclusão do processo de acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira, por forma a garantir aos utilizadores destes serviços, os níveis de qualidade imprescindíveis às operações de controlo metrológico;
- Realização de levantamento dos equipamentos sob pressão existentes na RAM, de modo que se possa fazer aplicar a legislação em vigor sobre a matéria no concernente ao licenciamento destes equipamentos;
- Garantia da aplicação do cumprimento da regulamentação em vigor relativamente ao transporte de mercadorias perigosas por estrada (RPE), na medida em que os transportadores deverão apresentar os respectivos relatórios de inspecção das cisternas, a fim de serem emitidas as autorizações de utilização das mesmas;



- Regulação da produção de inertes;
- Incentivo à apresentação dos pedidos de exploração de pedreiras, bem como a continuidade das acções necessárias à inventariação, valorização e aproveitamento dos recursos geológicos da Região, algumas delas já encetadas pela Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia;
- Dotação da Região de um roteiro geo-turístico que identifique os locais com interesse geológico;
- Criação de condições favoráveis à internacionalização da economia da RAM.

E, especificamente, ao nível do **Artesanato**:

- Continuar a política de afirmação do artesanato nos mercados externos, através da execução de um conjunto de acções destinadas a permitir uma melhor penetração do produto nesses mercados e potenciar o estímulo propiciado pelo contacto efectivo exportador/cliente;
- Manter o apoio às empresas do sector, concedendo incentivos financeiros à exportação, os quais serão canalizados para a elaboração de catálogos e para a prospecção de mercados (ao abrigo da Portaria n.º 59/2005, com a alteração introduzida pela Portaria n.º 60/2005, de 8 de Junho);
- Dar prosseguimento à política de promoção e divulgação da denominação de origem do Bordado Madeira, mormente através da publicidade em revistas da especialidade;
- Prosseguir a política de dinamização do mercado interno, mediante o reforço de instrumentos de comunicação que têm como objectivo sensibilizar e atrair potenciais adquirentes do nosso artesanato, nomeadamente promovendo e participando em exposições temporárias, divulgando o artesanato junto das Unidades Hoteleiras da Região, quer através de desdobráveis, quer de canais internos de televisão dessas mesmas Unidades;



- Manter o apoio ao Centro de Moda e Design, estrutura fundamental na sensibilização dos empresários do sector para a importância da inovação e modernização do produto Bordado Madeira;
- Continuar a apoiar o artesanato indiferenciado, particularmente o embutido em madeira, a tecelagem e a cerâmica, sobretudo com o objectivo de promover a deslocação de artesãos a feiras e exposições da especialidade, dando-lhes oportunidade para mostrarem e comercializarem os seus produtos;
- Introduzir melhorias no museu do IBTAM, conferindo-lhe maior visibilidade e promovendo e apoiando eventos e programas que se enquadrem numa perspectiva de dinamização do museu;
- Promover e realizar acções de formação destinadas a abranger todos os agentes do sector (bordadeiras, artesãos e empresários ligados ao sector), de modo a que sejam introduzidas novas técnicas, com *design* inovador e moderno, ao nível da produção, bem como novas ferramentas de gestão, de *marketing* e comercialização dos produtos.

Para implementação destes objectivos, as **intervenções** programadas para 2006 no campo de acção deste sector são as seguintes:

- Desenvolvimento do roteiro geo-turístico da Região;
- Desenvolvimento, conclusão e disseminação do estudo dos factores críticos de sucesso da internacionalização da economia da Região Autónoma da Madeira;
- Participação no capital social da Madeira Parques Empresariais – MPE, S.A..

No que concerne ao apoio ao **artesanato regional** serão desenvolvidas as seguintes **medidas**:

- Instituição, por via legislativa, de um quadro legal que determine a certificação dos pontos de venda, por forma a que só as lojas devidamente certificadas possam comercializar o Bordado Madeira, o que permitirá uma diferenciação clara dos produtos genuínos relativamente a outros produtos similares que não gozam da mesma qualidade;



- Criação de um sistema de certificação dos produtos artesanais da Região, incluindo as matérias-primas neles incorporadas, com vista a oferecer ao consumidor final a garantia de qualidade e de autenticidade;
- Estabelecimento de parcerias efectivas com a Direcção Regional do Turismo, Unidades Hoteleiras e Agências de Viagens, numa perspectiva de melhoria do aproveitamento do potencial turístico da Região;
- Criação de um programa de educação e formação para as escolas, visando a promoção do artesanato no ensino, num plano extra-curricular, através da realização de acções sobre a temática do artesanato junto dos jovens em idade escolar;
- Introdução de medidas de valorização sócio-profissional dos artesãos e bordadeiras de casa, tornando a actividade artesanal mais atractiva e rentável;
- Reestruturação do cultivo do vime, de modo a garantir a existência de matéria-prima em quantidade e qualidade adequadas às necessidades das empresas produtoras e dos artesãos.

O plano de investimentos da Madeira Parques Empresariais S.A., para o exercício de 2006, inclui a conclusão do Parque Empresarial do Estreito de Câmara de Lobos e a execução dos seguintes projectos:

- "Parque Empresarial da Zona Oeste", consistindo na ampliação do actual Parque;
- "Pavilhões Industriais".

Relativamente ao último projecto referido, refira-se que é resultante de uma das atribuições da MPE – Madeira Parques Empresariais que consiste na implementação de medidas que visem a dinamização dos Parques, de forma a fomentar a adesão do tecido empresarial madeirense.

Estando inicialmente prevista apenas a atribuição de lotes de terreno, em regime de direito de superfície, nos parques empresariais do Estreito, Machico e Calheta, e após análise da viabilidade económico-financeira efectuada, foi tomada a opção pela



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

91

construção de pavilhões industriais que permitissem a dinamização dos mesmos, disponibilizando, assim, duas alternativas de acesso aos promotores: em regime de direito de superfície sobre lote de terreno e em regime de direito de utilização de pavilhão industrial.

Assim, através da iniciativa de construção dos pavilhões, será possível a criação de sinergias fora do alcance dos empresários (ou promotores) individualmente considerados.



IV.4. ENERGIA

A Região Autónoma da Madeira encontra-se numa fase de desenvolvimento sócio-económico que se reflecte no crescimento acelerado da procura de energia, o que é revelador da importância da energia para a competitividade das actividades económicas da Região.

No entanto, a evolução da procura de energia traduz-se no aumento da dependência dos produtos petrolíferos e em incidências ambientais negativas que podem afectar o meio natural, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento económico, fortemente suportado pelo turismo.

Há, assim, a necessidade de adoptar uma estratégia, alicerçada nos objectivos centrais da política energética regional – segurança do aprovisionamento, competitividade económica e protecção do ambiente – e definida em torno da valorização dos recursos energéticos regionais e da implementação de acções de eficiência e racionalidade energética, que satisfaça o crescimento da procura de energia e favoreça o desenvolvimento regional de uma forma equilibrada.

Os recursos energéticos regionais com maior expressão para o balanço energético regional são a hidroelectricidade e a biomassa florestal.

De igual modo, as energias eólica e solar, apesar de apresentarem ainda pouca expressão, são recursos de considerável importância entre as fontes energéticas renováveis disponíveis na Madeira.

O aproveitamento da energia solar para aquecimento de águas sanitárias do sector residencial tem tido uma evolução bastante positiva derivada do apoio financeiro concedido pelo Orçamento Regional à instalação de painéis solares no âmbito do sistema de incentivos em vigor desde 2001.

No campo das energias térmicas, o gás natural constitui uma alternativa viável à estrita dependência do petróleo.

O Plano de Política Energética da Região Autónoma da Madeira (PPERAM), aprovado pelo Conselho de Governo através da Resolução n.º 1468/2002, veio dotar o Governo



Regional de um instrumento de política energética, para o período 2003-2010, assente nos três objectivos centrais da política energética e adaptado às novas oportunidades e condicionantes induzidas pelo desenvolvimento regional, pelas tendências do sector energético (políticas e tecnológicas) e pelas preocupações de ordem ambiental.

Visando os grandes objectivos da política energética regional aprovados pelo PPERAM, a Agência Regional de Energia e Ambiente (AREAM), no âmbito do contrato-programa estabelecido com o Governo Regional para o período 2004-2006, propõe continuar a desenvolver, em 2006, um conjunto de acções enquadradas nas seguintes medidas:

- Investigação, demonstração e inovação no domínio da energia, visando soluções para problemas regionais específicos e a afirmação da Região Autónoma da Madeira como um centro de excelência europeu na área da energia;
- Cooperação técnica e estratégica, designadamente com outras regiões ultraperiféricas, no âmbito de programas comunitários e de redes de cooperação;
- Apoio técnico-científico permanente à Vice-Presidência do Governo Regional, na implementação da estratégia estabelecida no Plano de Política Energética da Região Autónoma da Madeira.

Consideram-se como **objectivos prioritários** para 2006:

- Promover, com a cooperação da AREAM, a implementação das medidas enunciadas no Plano de Política Energética da Região Autónoma da Madeira;
- Incentivar a utilização racional de energia e a utilização de energias renováveis, como forma de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e os custos de importação dos combustíveis, assim como de melhorar a qualidade do ambiente e os padrões de vida regionais;
- Prosseguir com o desenvolvimento de estudos e projectos, com vista à redução da dependência energética do exterior através da valorização dos recursos energéticos locais;
- Promover o acompanhamento das conclusões do Estudo de Viabilidade Técnica/Económica para a introdução do gás natural na Região;



- Analisar a viabilidade de introdução do gás a granel na ilha do Porto Santo;
- Garantir o aprovisionamento de energia à Região.

Em 2006, prevê-se a concretização das seguintes **medidas e acções**:

- Prossecução dos apoios concedidos no âmbito do Sistema de Incentivos à Energia Solar Térmica, no sentido de dar resposta ao número crescente de candidaturas visando o aquecimento de águas no sector residencial;
- Conclusão dos trabalhos relativos à análise técnico-económica da introdução do gás natural na Região.

Das acções do PPERAM a promover pelo Governo Regional com a colaboração da AREAM, salientam-se:

- Acção política persistente junto das instituições comunitárias e nacionais para que, à luz dos princípios da continuidade territorial e da coesão económica e social, a Região obtenha as justas compensações e incentivos que minimizem as desvantagens derivadas da impossibilidade de acesso ao Mercado Interno da Energia e a determinados vectores energéticos;
- Análise das condições de aprovisionamento de combustíveis e das garantias de reservas, face à evolução da procura, às condicionantes inerentes à ultraperiferia e à estabilidade dos mercados internacionais, com vista a melhorar a segurança do aprovisionamento na Região;
- Lançamento de acções de promoção da racionalidade nas utilizações de energia, particularmente da electricidade, dirigida principalmente ao sector hoteleiro, aos grandes estabelecimentos comerciais e à indústria;
- Desenvolvimento de um programa de melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos da RAM, de modo a catalisar a criação de competências técnicas regionais e a constituir uma referência para o sector privado;
- Acompanhamento da implementação do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) e do Regulamento de Sistemas



Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE) na RAM, e do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, de acordo com a Directiva 2002/91/CE;

- Estudo da valorização energética da biomassa vegetal, efluentes de explorações pecuárias e resíduos, para produção de energia eléctrica, com aproveitamento da energia térmica, sempre que viável, ou para a produção de bio-combustíveis;
- Desenvolvimento de actividades de cooperação inter-regional, especialmente com outras regiões insulares e ultraperiféricas, no sentido de promover a reflexão e a defesa de interesses comuns no domínio da energia;
- Pesquisa e acompanhamento do desenvolvimento tecnológico europeu no domínio da energia, designadamente no que refere ao aproveitamento de energias renováveis, à utilização racional da energia e a novos instrumentos de gestão adequados a pequenos sistemas energéticos.



IV.5. TURISMO

O Turismo tem assumido, na Região, um papel preponderante em termos de actividade económica, como fonte geradora de receitas e de postos de trabalho.

Os objectivos prioritários para o sector apontam para um crescimento sustentável, articulado com o desenvolvimento global da RAM e a preservação da diferenciação e qualificação da Madeira como destino turístico.

Enquanto a tendência dos fluxos turísticos internacionais é para a queda acentuada da procura turística, a Madeira registou em 2004 apenas um ligeiro decréscimo desse indicador, na ordem dos 1,7 %, em relação ao ano de 2003.

Assim, em 2004 o total de dormidas na RAM foi de 5.493.475 noites e registou 842.213 hóspedes entrados o que significa menos 1,7 % do que no ano transacto. As receitas totais da hotelaria totalizaram cerca de 243,7 milhões de euros, o que significa uma variação negativa de 0,62 % em relação a 2003.

A taxa média de ocupação situou-se nos 53,9 %.

Em 2004, os principais mercados emissores foram o português, com cerca de 27% dos hóspedes entrados, o britânico, com 23%, e o alemão, com 17%, em linha com a tendência de anos anteriores.

Os empreendimentos turísticos em funcionamento, no final de 2004, totalizavam 29.523 camas, número que corresponde um aumento de cerca de 3,28 % em relação ao ano anterior. A esta capacidade de alojamento correspondem 270 empreendimentos turísticos e 49 unidades de Turismo em Espaço Rural (TER).

Cabe aqui referir que o ritmo de crescimento, de 3,28%, se enquadra dentro dos padrões indicados no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira, que, até 2012, preconiza o acréscimo anual máximo de 5%.

Os empreendimentos de 5 e 4 estrelas continuam a representar a maioria da oferta, com cerca de 70% do total.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

98

Na sequência da recente aprovação do Sistema de Identidade do Turismo Português realizou-se um estudo de adaptação da imagem "Madeira – Região de Turismo". A nova imagem posiciona a Madeira como um destino holístico e completo, continuando a privilegiar a riqueza natural que o habitante e o visitante desfrutam nas duas ilhas do arquipélago, valorizando os elementos "natureza", "água" e "bem-estar". Com o objectivo de lançar a nova imagem e reforçar o posicionamento nacional e internacional da Região, torna-se imperativo reformular todo o material gráfico existente, brindes promocionais, bem como incrementar o investimento em campanhas promocionais no mercado nacional e nos mercados internacionais.

O Turismo é um sector onde o conhecimento e a informação são fundamentais. As ferramentas ligadas às novas tecnologias de informação, *web sites*, *intranets* e bases de dados, vieram permitir uma nova aplicação dos conteúdos, imagens e documentos que potenciam a promoção turística, tomando formas mais atractivas, capazes de atravessar o globo em poucos segundos. É neste âmbito que a Direcção Regional de Turismo desenvolveu três projectos no campo das novas tecnologias: "www.madeiratourism.org", "SIGRT – Sistemas de Informação e Gestão dos Recursos Turísticos" e "Intranet de Serviços do Turismo". Estes investimentos, que se perspectivam concluir em 2006, permitirão renovar a presença do turismo regional na *internet*, disponibilizar novos conteúdos e imagens, interagir com os profissionais do sector, actualizar e dotar a "base de dados de recursos turísticos" de novas funcionalidades, e, internamente, reorganizar processos com o intuito de prestar ao cidadão/turista um serviço mais célere e de maior qualidade. Interessa salientar que mais de 70% dos pedidos de informação turística da Madeira chegam por via electrónica.

No que respeita ao investimento em infra-estruturas turísticas e construções ligadas ao sector, de acordo com o Plano de Obras da Zona de Jogo do Funchal, 2006 será o ano de arranque da construção da Central de Apoio aos Carreiros do Monte e da obra de remodelação do Posto de Turismo da Avenida Arriaga, no Funchal.

O Plano de obras desenvolvido pelo Governo Regional e pelas Sociedades de Desenvolvimento, dotou todos os concelhos da Região de importantes pólos de interesse turístico, diversificando a oferta existente e permitindo acessibilidades mais rápidas,



cómodas e seguras. Urge dinamizar e apoiar esses mesmos espaços promovendo iniciativas ligadas à animação, desporto e lazer, atraindo turistas e população local.

Além das iniciativas atrás descritas, e que constituem, de certa forma, as medidas e projectos novos com arranque previsto para 2006, será dada continuidade às políticas desenvolvidas nos últimos anos, nomeadamente a que respeita ao reforço da parceria público-privada, através das acções conjuntas com a Associação de Promoção da RAM.

Assim, como **objectivos estratégicos**, salientam-se os seguintes:

- Consolidação dos produtos turísticos dominantes, mantendo as características de destino de qualidade;
- Desenvolvimento da segmentação turística, através do reforço de produtos turísticos já identificados – congressos e incentivos, golfe, turismo náutico, Quintas da Madeira, passeios a pé, ecoturismo, *wellness* e luas-de-mel, para a ilha da Madeira; praia, *wellness* e turismo náutico para a ilha do Porto Santo;
- Potenciação do “mar” como o recurso turístico e de lazer com grande capacidade de carga, integrando as novas acessibilidade marítimas – novas marinas e requalificação do Porto do Funchal;
- Atenuação da actual predominância de alguns mercados emissores, mediante o crescimento das quotas dos mercados com maior potencial de crescimento, nomeadamente dos novos países da União Europeia (República Checa, Polónia e Hungria);
- Aumento do volume de receitas e respectivo gasto médio por turista;
- Sensibilização da população para a importância do sector e necessidade de um desenvolvimento sustentável;
- Dignificação das carreiras profissionais do sector, sensibilizando a população estudantil para as oportunidades de emprego que o Turismo apresenta;



- Consolidação da parceria público-privada com a Associação de Promoção da RAM, no sentido de uma orientação comum para a divulgação do destino turístico Madeira;
- Utilização das novas tecnologias para a inventariação e divulgação dos produtos turísticos regionais em redes de informação com fins promocionais e comerciais, nomeadamente em parcerias com o sector privado;
- Criação e apoio ao desenvolvimento do conhecimento, através, nomeadamente, de estudos de mercados, sondagens e elementos estatísticos, que permita ao sector do turismo inovar e responder pro-activamente às realidades existentes e a novos desafios.

Assim, no sector do Turismo, e durante o ano de 2006, serão implementadas acções que se inserem nas seguintes **medidas**:

- Implementação da nova imagem da Madeira enquanto Região de Turismo, com a renovação do material gráfico;
- Apresentação e representação do destino em feiras, exposições, congressos e campanhas "porta a porta";
- Incremento do investimento em campanhas de publicidade, a nível nacional e internacional, dirigidas a profissionais e ao cliente final;
- Organização de acções promocionais – seminários, semanas da Madeira, *workshops*, sessões de formação aos agentes, etc., nos mercados prioritários;
- Acções de relações públicas, quer ao nível do receptivo local, quer através do patrocínio de eventos com interesse turístico;
- Estabelecimento de parcerias com operadores turísticos, designadamente através de campanhas conjuntas, aquando da abertura de novos mercados ou de novas operações e brochuras "Madeira";
- Implementação de planos promocionais específicos para os produtos "turismo náutico", "turismo activo", "congressos e incentivos" e "*wellness*";



- Criação de novos suportes informativos e promocionais, impressos e multimédia, e actualização dos já existentes;
- Conclusão dos trabalhos de implementação da “intranet de serviços” na Direcção Regional de Turismo, possibilitando uma informação mais célere e efectiva ao cidadão e ao turista;
- Conclusão dos trabalhos de implementação do Sistema de Informação e Gestão de Recursos Turísticos da RAM;
- Manutenção e permanente actualização do novo *site* de promoção institucional da Região;
- Implementação do plano de *marketing* da marca de prestígio “Quintas da Madeira”, em parceria com a Associação de Promoção da RAM e os empresários;
- Implementação das orientações definidas no Plano de Ordenamento Turístico e no estudo de monitorização do mesmo, realizado em 2005;
- Consolidação dos programas de animação que já são cartazes internacionais, com alargamento do seu período de duração, quando aplicável, e com a introdução de conteúdos inovadores, destacando-se a continuidade do Festival do Atlântico, com grande margem de progressão ao nível da sua notoriedade;
- Apoio a eventos desportivos com estreita ligação ao turismo, entre os quais o “Madeira Island Open”, o “Rally Vinho da Madeira” e outros a realizar na ilha do Porto Santo;
- Coordenação e divulgação dos eventos sociais, culturais e religiosos com interesse turístico, tendo em vista a sua divulgação atempada;
- Renovação e aumento do número de alunos envolvidos no programa “Educar para o Turismo”;
- Alargamento e melhoria de infra-estruturas turísticas, nomeadamente da rede de postos de turismo;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

102

- Compatibilização e operacionalização da informação estatística e de I&D, no âmbito das parcerias já estabelecidas com outras regiões da Macaronésia.



IV.6. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

ACESSIBILIDADES INTERNAS

Neste domínio, as acções e medidas previstas na proposta do PIDDAR para 2006 têm por objectivo essencial a melhoria da mobilidade intra-regional, através da construção de novas vias de comunicação entre os principais centros urbanos, da melhoria do nível de serviço nas vias regionais já existentes e de um melhor funcionamento do sistema de transportes terrestres.

No que respeita à **rede viária regional**, podemos afirmar que com a conclusão, no ano de 2004, de um significativo e importante conjunto de vias rodoviárias com carácter estruturante, ficaram praticamente concluídos os principais eixos da rede viária fundamental da Região. Com efeito, foram estabelecidas ligações viárias, com adequados níveis de serviço, entre a freguesia dos Prazeres, a Oeste, e a do Caniçal, a Leste, bem como a Norte, para Santana, até a Ribeira de S. Jorge, S. Vicente e Porto Moniz. Na zona mais central da Ilha, foram também colocadas em serviço adequadas ligações às freguesias do Curral das Freiras e da Camacha.

Importa agora completar a malha das acessibilidades aos núcleos populacionais que ainda não usufruem de acessibilidades com idênticos níveis de serviço. Assim, ligações com características de "via – expresso" serão prolongadas para Oeste até à Ponta do Pargo, a Norte entre a Ribeira de S. Jorge e S. Vicente e, na zona central da Ilha, em troço com características de via rápida, até ao Estreito de Câmara de Lobos, complementada com nova ligação ao Jardim da Serra e ao centro da cidade de Câmara de Lobos.

Destacam-se também a nova ligação, em via rápida, da Zona da Cruz de Carvalho ao Porto do Funchal e a Variante em Via Expresso à Madalena do Mar.

Realçam-se neste sector, como intervenções mais relevantes, a continuação dos trabalhos relativos ao troço da ER 101 entre as freguesias dos Prazeres e a Fajã da Ovelha (Raposeira do Lugarinho), no concelho da Calheta e ao troço entre a Terça e a Ribeira Grande, este último integrado na Via Expresso Machico – Faial, e, ainda, os trabalhos do nó de ligação da Cota 40 à Cota 200 no Campo da Barca. Destacam-se



também a conclusão dos trabalhos relativos à fase final das obras da Saída Leste do Funchal, do Acesso Oeste à Circular ao Funchal à Cota 200 e do Acesso Oeste a Santo Amaro.

Salienta-se também o arranque dos trabalhos relativos à construção da designada Cota 500, que assegurará uma nova ligação viária entre a zona do Vasco Gil e a Fundoa, e à construção da nova ligação do Nó das Quebradas à ER 229 (acesso ao PEZO – Parque Empresarial da Zona Oeste).

Este conjunto de novas vias, visam atingir os seguintes **objectivos**:

- Redução das assimetrias regionais, através do aumento da oferta de infra-estruturas rodoviárias em zonas de menor cobertura, de forma a promover o pleno aproveitamento dos recursos regionais e o reforço da coesão e solidariedade internas;
- Diminuição dos custos de operação e dos custos associados ao tráfego em trânsito;
- Melhoria da malha de acessibilidades aos principais centros de actividade económica;
- Reforço da segurança da circulação rodoviária.

Num outro plano, e para além do desenvolvimento dos habituais programas de conservação preventiva e correctiva da rede viária regional em serviço, prevê-se, no âmbito do PIDDAR 2006, um conjunto de intervenções no âmbito da reabilitação estrutural e requalificação da rede regional, em termos da sinalização, segurança e uniformização das condições de serviço das vias regionais complementares. Neste particular destacam-se os trabalhos relativos à Estrutura de Apoio à Circulação Rodoviária na ER 102, na Portela.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional que estabelece a nova classificação das estradas regionais, releve-se a aprovação e as intervenções decorrentes do Plano Director de Sinalização de Orientação Rodoviária e Turística da Madeira e do Porto Santo, actualmente em fase final de desenvolvimento, instrumento



que constitui um elemento fundamental para o ordenamento da rede viária regional e para a homogeneização da sinalização existente e a promover nas ilhas da Madeira e do Porto Santo. Tal intervenção permitirá melhorar significativamente o acesso aos destinos turísticos destas duas ilhas e, conseqüentemente, a valorização dos seus principais circuitos turísticos.

Complementarmente serão desenvolvidas intervenções no âmbito do reforço da segurança da circulação rodoviária, de forma a melhorar a sua eficiência, designadamente através da criação de bolsas de estacionamento, não só nos principais centros de demanda de tráfego mas também ao longo dos troços da rede mais antiga.

Relativamente ao **sistema de transportes terrestres**, as principais **linhas de actuação** a prosseguir são, no essencial, as seguintes:

- Satisfação das necessidades reais de deslocação de pessoas e bens, propiciando deslocações em transportes com adequados níveis de segurança, comodidade e rapidez;
- Incremento e melhoria da segurança rodoviária para os utentes das vias públicas;
- Optimização do aproveitamento das novas acessibilidades viárias criadas nos últimos anos;
- Melhoria das condições do estado do parque automóvel regional.

No que concerne aos factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre, destacam-se as seguintes **medidas**, que têm por objectivo a melhoria da qualidade do sistema de transportes e o reforço das condições de segurança do seu funcionamento:

- A promoção da utilização do transporte público colectivo de passageiros, nomeadamente através da implementação das seguintes acções:
 - Melhoria da cobertura territorial e da qualidade do serviço público de transporte de passageiros,



- Adopção de um sistema tarifário, de cariz eminentemente social, financeiramente sustentável e que contribua para o equilíbrio e desenvolvimento sustentado do sector dos transportes públicos de passageiros,
- Melhoria dos sistemas de informação ao público e promoção de novas tecnologias associadas à segurança e à bilhética;
- A melhoria do funcionamento do sector da indústria de aluguer de veículos sem condutor, nomeadamente através do reforço das acções de fiscalização.

Em matéria de viação salientam-se como principais **medidas** a implementar:

- A promoção de campanhas de prevenção visando a redução da sinistralidade rodoviária;
- O reforço dos níveis de qualificação dos novos condutores;
- A promoção de cursos de formação de instrutores e de directores de escolas de condução;
- O reforço das acções de fiscalização às escolas de condução.

ACESSIBILIDADES EXTERNAS

Dada a sua natureza insular e periférica, as acessibilidades externas à Região constituem um vector essencial ao seu desenvolvimento. Nesta perspectiva constituem preocupações dominantes nesta matéria o desenvolvimento de acções conducentes ao cumprimento pelo Governo da República do Princípio da Continuidade Territorial e a melhoria das condições de segurança e eficácia económica dos serviços portuários e aeroportuários.

O **sistema de transportes marítimos e as infra-estruturas portuárias** a eles associadas assumem um papel fundamental em termos da necessária garantia da acessibilidade de pessoas e mercadorias de e para a Região, em condições adequadas de segurança, regularidade e qualidade e ao menor custo possível, contribuindo deste



modo para o incremento das actividades económicas e para o desenvolvimento sustentado da Região.

No sector portuário, os investimentos a desenvolver em 2006 serão postos em prática pela APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, SA, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por missão administrar as infra-estruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação por via marítima de pessoas e bens na Região Autónoma da Madeira.

Dos investimentos a realizar em 2006, destacam-se sobretudo os relativos à concretização do plano de reordenamento das infra-estruturas portuárias da Região, nomeadamente os relativos ao apetrechamento do Porto do Caniçal decorrentes da transferência do Porto do Funchal das operações de carga e descarga de mercadorias para o Caniçal e ainda as intervenções de requalificação dos portos do Funchal e do Porto Santo, decorrentes da implementação dos respectivos planos directores.

A concretização destes investimentos visa a consecução dos seguintes **objectivos**:

- Optimização da eficiência das operações portuárias, visando a redução dos seus custos;
- Melhoria das condições de segurança e das condições ambientais das zonas portuárias;
- Incremento da actividade portuária, de modo especial no sector do turismo de cruzeiros;
- Aumento da eficiência das operações de interface.

Realçam-se também os investimentos relativos à melhoria das condições de exploração dos portos secundários, através de intervenções de reabilitação e beneficiação dos mesmos.

Assim, serão implementadas em 2006 um conjunto de **intervenções**, das quais se destacam, por serem as mais relevantes, as seguintes:

- Construção da Gare Marítima Internacional do Porto do Funchal;



- Reformulação dos edifícios da Marina do Funchal;
- Construção de Infra-estruturas Marítimas e de Salvamento Náutico;
- Aquisição e montagem de um sistema de desembarque de passageiros, no Porto do Funchal;
- Ampliação do molhe principal, terraplenos e quebra-mar de protecção à marina do Porto Santo;
- Prolongamento do Cais de Santa Cruz;
- Construção do Porto de Pesca dos Socorridos.

Realçam-se também no âmbito da segurança marítima, as diligências que vêm sendo efectuadas junto do Governo da República, no sentido da imprescindível implementação de um sistema VTS (Vessel Traffic Service) costeiro, para controlo e gestão do tráfego marítimo da zona económica exclusiva da Região.

Destacam-se no domínio das **infra-estruturas aeroportuárias/sistema de transportes aéreos** as seguintes **linhas de orientação**:

- O ajustamento às actuais circunstâncias económicas e sociais da Região, das obrigações de serviço público para as ligações aéreas entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e no interior da própria Região, nomeadamente em termos de capacidade e continuidade dos serviços, de condições operacionais, de frequências mínimas, de tarifas e de condições de comercialização dos voos;
- A manutenção de tarifas reduzidas para residentes, estudantes e delegações desportivas nas viagens entre a Região e o Continente e entre o Porto Santo e a Madeira;
- O apoio às políticas comunitária e nacional de transporte aéreo, que promovam a competitividade e a melhoria da qualidade de serviço entre a Região e o exterior;



- A promoção e incremento de ligações directas da Região aos seus principais mercados turísticos, às Comunidades Madeirenses e às Regiões Ultraperiféricas do Atlântico Norte;
- A promoção das acções necessárias, visando uma exploração moderna e racional das infra-estruturas aeroportuárias, em termos de segurança de operação e qualidade de serviços prestados aos passageiros e utentes dos aeroportos da Região.

Em termos de novos investimentos neste sector, a desenvolver pela ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA, e no que concerne ao Aeroporto da Madeira, destacam-se a construção do Posto de Socorros a Náufragos; a implementação do sistema de rastreio de bagagem HBS – Handling Bagage System; a intervenção de consolidação de falésias na área envolvente à pista e o lançamento da obra de construção da Nova Torre de Controlo.

No que respeita ao Aeroporto do Porto Santo, destacam-se as obras de Adaptação da Antiga Aerogare para Serviços de Socorros, obra comparticipada pelo PIDDAC, e, à semelhança do Aeroporto da Madeira, os trabalhos relativos à implementação do sistema de rastreio de bagagens HBS.

Atendendo às características de contexto e à evolução tecnológica dos aeroportos, destaca-se a realização em 2006 de diversos investimentos de exploração, a executar nos dois aeroportos da Região, no sentido de prover novos requisitos em matéria de protecção e controlo do meio ambiente e de carácter operacional.



IV.7. COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR

O sector do Comércio tem um importante peso na economia regional, pois contribui em 14% para o PIB, emprega 14% da população activa da Região e contribui em 9% para o rendimento das famílias.

Os apoios que têm sido atribuídos à actividade comercial nos últimos anos têm permitido revitalizar o comércio tradicional, reforçando os seus factores de competitividade face às grandes superfícies e a outras formas de comércio.

Assiste-se já, na Região, ao acréscimo dos níveis de qualidade e dos níveis de formação profissional, à adopção de novos conceitos no fornecimento de serviços e de práticas de gestão mais modernas, bem como ao desenvolvimento de projectos, inseridos ou não em programas de revitalização das áreas comerciais.

No entanto, conforme apontam as orientações do Estudo do Comércio Tradicional, torna-se necessário a implementação de uma estratégia que conjugue os esforços dos diversos agentes intervenientes no sector.

O Estudo do Comércio Tradicional preconiza diversas medidas que passam pelo reforço da formação dos trabalhadores do sector, mas também dos próprios empresários, nomeadamente criando um "manual de boas práticas" específico para a sua área de actividade. Passa também, entre outras medidas, por sensibilizar um maior número de jovens para uma especialização, com vista a dotar o sector de recursos humanos com a formação adequada.

À Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia compete a promoção e a divulgação de sistemas de qualidade bem como o acompanhamento das expectativas de um serviço público de qualidade por parte dos cidadãos e dos agentes económicos.

A aposta e o envolvimento do Governo Regional na área da qualidade, como critério passível de proporcionar vantagens competitivas na Região, materializa-se na existência de um Conselho Regional para a Qualidade, na implementação e desenvolvimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Qualidade na RAM e na mobilização de iniciativas diversas.



É de registar igualmente a aprovação, em 2005, pelo Governo Regional, do estudo desenvolvido em 2004 sobre a “Estratégia Regional para a Qualidade”, tendo já sido dado início ao processo de implementação da mesma, o qual terá a duração de 4 anos e contará com a realização de acções diversas nomeadamente a campanha de divulgação/sensibilização/dinamização, o “barómetro regional da qualidade”, o “fórum regional da qualidade”, um estudo global sobre o estado da qualidade, ambiente e segurança nas empresas e administração pública, um sistema de reconhecimento de boas práticas na RAM, em qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho e a realização, nas escolas, das “olimpiadas da qualidade”.

O “Programa de Promoção da Qualidade” enquadra diversas medidas, nomeadamente a acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira (LMM), as actividades do Conselho Regional da Qualidade e um vasto leque de acções de promoção da qualidade.

A acreditação do LMM constitui uma medida fundamental no sentido de garantir aos seus utilizadores, na sua grande maioria empresas, a qualidade dos serviços e dos equipamentos utilizados. Este processo de acreditação, cuja auditoria de concessão já foi solicitada, envolve consultoria externa e formação destinada à equipa de trabalho do LMM, encontrando-se já em utilização a totalidade dos procedimentos de gestão da qualidade.

O projecto “Programa da Qualidade em Parceria com o Instituto Português da Qualidade” envolve diversas iniciativas, nomeadamente, projectos-piloto de certificação na Norma NP EN ISO 9001:2000, acções de sensibilização e informação em áreas relacionadas com a qualidade e metrologia, o “prémio regional da qualidade” e uma medida de investigação e aplicação de novos métodos de estampagem do Bordado Madeira. Este projecto ainda não foi submetido à comissão de análise do PRIME, esperando-se que tal venha a acontecer em 2006.

A protecção dos consumidores assume uma importância crescente nos dias de hoje. O reconhecimento do seu carácter transversal e a sua especial complexidade e dinamismo colocam a defesa do consumidor entre as grandes prioridades das sociedades actuais, merecendo por parte do Governo Regional a devida atenção.

Neste contexto, o Governo reafirma o seu empenho na adopção de uma política de Defesa do Consumidor, cujas linhas estratégicas têm por base um maior reforço da



protecção dos interesses económicos e defesa dos legítimos direitos dos consumidores, em paralelo com o cumprimento dos deveres legais que, nesta matéria, incumbem aos agentes económicos.

A acção dos serviços desta área tem-se desenvolvido numa perspectiva de assegurar a aplicação, de um modo concertado, dos direitos dos consumidores, à luz dos princípios da prevenção, da participação dos cidadãos, desburocratização, celeridade e eficiência, do acesso ao direito e à justiça, da formação e informação para o consumo e do aumento dos níveis de segurança e saúde dos consumidores da Madeira. A resolução extrajudicial dos conflitos de consumo tem constituído também uma preocupação do Governo, tendo sido recentemente criado o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Madeira.

Constituem **objectivos prioritários** para 2006:

Nas áreas do **Comércio, do Abastecimento e da Promoção da Qualidade**:

- O reforço da competitividade do sector comercial, em especial das pequenas e médias empresas, através do estímulo da inovação e de outros factores dinâmicos de competitividade empresarial, da divulgação da informação económica, bem como da manutenção e da actualização da informação na área do comércio;
- O desenvolvimento de acções estratégicas de apoio ao comércio tradicional da Madeira, dando especial ênfase às medidas preconizadas pelas conclusões do Estudo do Comércio Tradicional da RAM;
- A implementação de uma das acções preconizadas no estudo sobre o comércio tradicional, que pretende, através da disseminação, apresentar um conjunto de acções estratégicas com o intuito de promover a competitividade do sector do comércio, em especial das pequenas e médias empresas;
- A promoção do emprego e da empregabilidade do potencial humano, bem como a intensificação das medidas de apoio ao aprovisionamento e o aumento da eficiência da gestão operacional do POSEIMA;



- A implementação da 1.^a Fase da Estratégia Regional para a Qualidade na RAM, dando seguimento às orientações do estudo desenvolvido para a definição daquela estratégia.

Na área da **Defesa do Consumidor**:

- A implementação dos meios adequados ao desenvolvimento de uma elevada consciência crítica dos cidadãos em matéria de consumo, que os tornem menos vulneráveis e mais exigentes, de modo a dar resposta aos desafios impostos pela sociedade nesta área;
- O reforço da protecção dos interesses económicos dos consumidores, relativamente a produtos e serviços financeiros e a sobreendividamento;
- Facilitar o acesso e o contacto com os consumidores, desenvolvendo meios tendentes a uma maior desburocratização, celeridade e eficiência na resolução das questões suscitadas pelos mesmos;
- A expansão e o aperfeiçoamento das vias de resolução extrajudicial de conflitos de consumo, através de apoio ao funcionamento do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Região Autónoma da Madeira e apoio de informação ao consumidor no Porto Santo;
- O desenvolvimento de parcerias entre o Serviço de Defesa do Consumidor e outras entidades e organismos regionais e nacionais, na perspectiva de fomentar medidas articuladas de protecção dos interesses e direitos dos cidadãos, cooperando desta forma para um processo de confiança mútua e concretização de um mercado da qualidade e de segurança.

No âmbito deste Sector, está prevista para 2006 a concretização das seguintes **medidas e acções**:

Relativamente à **Dinamização do Comércio**:

- Apresentação, através de uma campanha de comunicação, de um conjunto de acções estratégicas relativas ao comércio tradicional, com o intuito de promover



a competitividade do sector do comércio, em especial das pequenas e médias empresas.

No que respeita à **Promoção da Qualidade**:

- Desenvolvimento dos últimos trabalhos de apresentação oficial dos resultados e orientações do estudo "Estratégia Regional da Qualidade", trabalhos esses que constituem o preâmbulo do projecto "Implementação da Estratégia Regional para a Qualidade na RAM", já que este representa a vertente operacional daquela estratégia;
- Continuação do processo de acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira, recorrendo-se a consultoria para acompanhamento do sistema da Qualidade no período pós-acreditação;
- Aquisição de novos equipamentos e de outros instrumentos de trabalho que permitam dotar o Laboratório de Metrologia dos meios indispensáveis ao desenvolvimento dos seus trabalhos, nomeadamente em novas áreas de actuação;
- Realização, no âmbito do Conselho Regional da Qualidade, de reuniões e de três seminários, dos quais se destaca o Colóquio Nacional para a Qualidade;
- Continuação do processo de acreditação da Direcção de Serviços da Indústria.

No âmbito do **Apoio e Defesa do Consumidor**:

- Coordenar e difundir informações e recomendações de interesse para os consumidores e agentes económicos em matéria de segurança dos bens e saúde dos consumidores, emanadas de órgãos com responsabilidade nesta matéria, bem como de alertas preventivos de acidentes com crianças;
- Instruir e encaminhar os processos de reclamação não susceptíveis de resolução através da mediação do Serviço de Defesa do Consumidor (SDC) para conciliação e/ou decisão arbitral no Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Região Autónoma da Madeira;



- Criação de um núcleo de apoio e aconselhamento (económico/jurídico) aos particulares na área de produtos/serviços financeiros e em situação de sobreendividamento;
- Melhorar os meios do Serviço de Defesa do Consumidor, de modo que o mesmo possa reforçar o seu papel informativo/formativo/educativo, adequado às necessidades dos consumidores e aos desafios da sociedade de consumo;
- Desenvolver diversas iniciativas de sensibilização e formação, nomeadamente no âmbito das comemorações do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor;
- Participação em feiras regionais ou em eventos similares, que permitam uma maior difusão e aproximação dos serviços aos consumidores e agentes económicos;
- Promover a formação superior e o aprofundamento no domínio da defesa do consumidor, através da realização do II Curso de Pós-Graduação em "Direito do Consumo" no âmbito do protocolo assinado entre a Secretaria Regional dos Recursos Humanos e o Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Apoiar o desenvolvimento de projectos de formação/educação em matéria de consumo, de forma a fortalecer a "rede de educação para o consumo" entre a comunidade escolar da Madeira, tendo como objectivo a divulgação e troca de material e de informação;
- Promover e apoiar a diversificação e a descentralização de estruturas de divulgação da informação aos consumidores;
- Apoiar a estrutura autónoma de protecção dos direitos do consumidor na RAM.

A actividade do Serviço de Defesa do Consumidor articular-se-á com a actividade da Inspeção Regional das Actividades Económicas, a qual manterá a sua acção preventiva e fiscalizadora de combate ao comércio ilegal, à especulação, à concorrência desleal e às infracções contra a saúde pública, sancionando as práticas lesivas da actividade económica ou que atentem contra a saúde e segurança dos consumidores.



IV.8. EDUCAÇÃO

Na actual situação do sistema de educação e ensino é possível constatar o seguinte:

- Ao nível das creches, um reduzido crescimento da oferta de lugares, de 2.368 vagas disponíveis contra cerca de 2.080 em 2004/2005;
- Ao nível da educação pré-escolar, a continuidade do crescimento da oferta pública e particular, de 7.638 para, aproximadamente, 8.000 lugares, assegurando, assim, uma oferta de cobertura generalizada a todas as crianças (cerca de 95% do total de crianças da RAM). De realçar a importância de se ter garantido, desde já, a todas as crianças da RAM, a possibilidade de frequência de um ano de educação pré-escolar antes do acesso ao 1.º Ciclo (escolaridade obrigatória);
- Relativamente ao 1.º ciclo, regista-se um novo decréscimo no número de alunos, de 15.068 para cerca de 14.745, em resultado da redução demográfica. As novas escolas do 1.º Ciclo, os melhoramentos e os redimensionamentos / ampliações, fizeram subir a cobertura das Escolas a Tempo Inteiro (ETI) para 95% da população escolar total da RAM do 1.º ciclo;
- O aumento qualitativo da oferta nas Escolas a Tempo Inteiro, permitirá o desenvolvimento de outras actividades nas áreas artísticas, desportivas, na língua estrangeira e nas áreas tecnológicas, atingindo-se um ratio de 1 aluno para 16 computadores;
- No 2.º ciclo do Ensino Básico, registou-se um pequeno decréscimo do número de alunos de 8.145 para 8.042;
- No 3.º Ciclo do Ensino Básico, em virtude da redução demográfica, o número de alunos passou de 10.766 para 10.466 alunos;
- No Secundário, verificou-se um ligeiro aumento do número de alunos de 9.809 para 10.376 no Ensino Secundário Via Ensino, Tecnológico e Profissional;



- O apetrechamento das escolas com “Wireless Labs” que reduz o ratio de alunos por computador, sendo que todas as escolas estão ligadas à Internet desde finais de 1998.

Para melhorar a qualidade do ensino é necessário, ainda, reforçar os investimentos nos estabelecimentos de ensino, na formação do seu corpo docente e não docente, nomeadamente nas áreas das novas tecnologias, tendo em vista os novos desafios do mercado de trabalho.

Neste sentido, no âmbito da **Educação**:

- Continuou-se a proporcionar aos jovens uma formação integral em todas as escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário da RAM;
- Manteve-se o Projecto “Descobrir a Madeira”, que permitiu aulas em contacto com a natureza, aulas essas associadas a actividades de índole desportiva. Paralelamente, os alunos do 1.º Ciclo participaram nos “Jogos Escolares da Aventura”;
- Prosseguiu-se com o projecto “CAME”, com a vertente “Content” para a elaboração de conteúdos pedagógicos;
- Deu-se continuidade aos Projectos de natureza digital Netacção, Escola Virtual, E-Formação e Quality School;
- Reforçou-se a política de apoio a trabalhos de reconhecido mérito nas áreas científicas e pedagógicas da responsabilidade de docentes/técnicos;
- Apostou-se no reforço de programas no âmbito da Educação para a Saúde (essencialmente Educação Alimentar, Educação para a Sexualidade e Prevenção das Toxicoddependências), Educação Rodoviária, Educação Ambiental e Promoção de Hábitos de Leitura, através do projecto “Baú de Leitura”, entre outros, no sentido de promover o sucesso Educativo e diminuir o absentismo escolar;
- Procedeu-se ao alargamento da formação dos recursos humanos e sua inserção no mercado do trabalho, nomeadamente com a expansão dos currículos alternativos ao nível do 3.º ciclo do Ensino Básico e do 10.º e 13.º Anos



Profissionalizantes, considerando-se, ainda, nesta formação a eliminação da iletracia;

- Dinamizaram-se várias acções de Formação dirigidas aos docentes, essencialmente nas novas áreas curriculares, na formação Artística e Desportiva.

No que respeita à Administração Educativa, reforçaram-se os investimentos nos estabelecimentos de ensino, na formação dos órgãos de gestão e do corpo não docente.

No âmbito dos **Recursos Educativos**:

- Recorrendo ao POPRAM III, foi incrementado o esforço no reapetrechamento de todos os estabelecimentos de ensino;
- Efectuaram-se *upgrades* dos equipamentos informáticos das escolas;
- Dinamizou-se a “rede escolar integrada” e o “sítio da Educação”.

No que se refere à **Educação Especial**, procurou-se assegurar a educação e a integração familiar, social e profissional das crianças, jovens e adultos portadoras de deficiência intelectual, auditiva, motora, visual e outras que exigem métodos especiais de acção, estimulando a colaboração das famílias e restante comunidade nas acções tendentes à sua prevenção, reabilitação e integração.

São os seguintes os **objectivos e medidas prioritárias** para 2006:

No âmbito da **Educação**:

- Reforço dos projectos ETI, na componente pedagógica;
- Desenvolvimento de projectos alternativos ao ensino regular;
- Reforço da valorização formativa dos docentes dos vários níveis;
- Assegurar o desenvolvimento de acções essenciais para a assunção, por parte dos jovens, de comportamentos e princípios de cidadania;
- Acompanhar o desenvolvimento do sistema educativo;



- Desenvolvimento das componentes regionais dos currícula no Ensino Básico;
- Reforço da Formação Contínua de docentes;
- Assegurar a realização dos exames nacionais do 9.º ano.

No âmbito da **Administração Educativa**:

- Reforço das competências do pessoal docente e não docente, nas áreas da gestão e administração escolar, jurídica e do relacionamento interpessoal. Este tipo de formação contém não só a componente presencial, mas também de acompanhamento à distância e *follow-up*;
- Realização do 5.º Encontro de Administração e Gestão Escolar.

Na área dos **Recursos Educativos**:

- Generalizar a frequência da Educação Pré-Escolar nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo a Tempo Inteiro;
- Dar continuidade aos protocolos de definição dos campos de actuação dos poderes locais e regionais, em particular no caso dos transportes escolares das crianças do 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar;
- Continuar o processo destinado a reforçar os níveis de segurança e controlo das instalações e estabelecimentos escolares de 2.º e 3.º Ciclo e Secundários, nomeadamente através de medidas estruturais e estruturantes;
- Alargar a disponibilidade da plataforma PLACE (gestão escolar, matrículas *on-line*, informação aos pais, mensagens SMS, recolha, disponibilização e distribuição de informação estatística) a um maior número de escolas do 2.º e 3.º Ciclos e Secundárias e integração de todos os estabelecimentos no processo *on-line* de recolha estatística de informação;
- Conclusão dos processos de serviços internos informatizados, a que se seguirá o "portal do funcionário";



- Dar continuidade ao Observatório do Ensino Superior sobre a plataforma PLACE, bem como aos simuladores de cálculo de bolsas e mensalidades em infantários;
- Agrupamento de todos os serviços de Acção Social Escolar;
- Aquisição de equipamentos e de material pedagógico para as novas salas de educação pré – escolar, bem como de cozinhas para as novas ETI's;
- Aquisições e *upgrades* dos laboratórios e salas de informática nas escolas do 2.º, 3.º Ciclos e do Ensino Secundário;
- Adaptação do Plano de Ordenamento da Rede Regional Escolar, face à Agenda 2000, ao QCA III, aos programas de Governo e aos orçamentos regionais anuais;
- Elaboração de novos instrumentos legislativos referentes às definições de elaboração de creches e estabelecimentos pré-escolar.

Na área da **Educação Especial**:

- Assegurar a colaboração com as famílias nas acções que exigem uma intervenção médico – psicológico – pedagógica adequada;
- Assegurar a formação técnico – profissional, de acordo com as possibilidades individuais e do meio;
- Promover acções tendentes à prevenção, reabilitação e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- Criar Centros de Emprego Protegidos (CEP) que dêem resposta a pessoas portadoras de deficiência que não conseguem entrar no mercado de trabalho. Estes centros de Emprego vêm complementar outros serviços já existentes como o Centro de Actividades Ocupacionais e o Centro de Formação e Integração Profissional;
- Desenvolvimento de um conjunto de programas de pré – profissionalização e formação profissional;
- Instalação de centros psicopedagógicos em todos os concelhos da RAM;



- Continuação dos protocolos relativos à habitação adaptada aos portadores de deficiência;
- Desenvolvimento do projecto TELERUP (INTERREG III B) que consiste na criação de uma rede de tele – trabalho entre as regiões participantes;
- Desenvolvimento de projectos de investigação / acção, nomeadamente, estudos evolutivos da população portadora de deficiência na RAM, análise dos diferentes programas de intervenção precoce, práticas de inclusão nas escolas, continuidade do estudo desenvolvido no âmbito da sobredotação em parceria com a ANEIS (Associação Nacional para o Estudo e Investigação da Sobredotação);
- Desenvolvimento do projecto “ACCESTUR” (INTERREG III B), que tem por objectivo a dinamização do turismo acessível a pessoas portadoras de deficiência;
- Desenvolvimento do projecto “AVANCES” (INTERREG III B), que tem como objectivo a potencialização do meio empresarial para o emprego de pessoas com deficiência;
- Desenvolvimento do projecto “SIEER” (Sociedade da Informação na Educação Especial e Reabilitação), que consiste na implementação de um vasto programa de investimento em novas tecnologias da informação e comunicação ao nível dos diversos estabelecimentos de ensino e serviços dependem desta Direcção Regional, e também de identificar casos de educandos que necessitam de equipamentos e programas específicos ao nível deste tipo de tecnologia, assim como as respectivas adaptações que permitam a sua utilização.



IV.9. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Conselho Europeu da Primavera de 2005 veio relançar e reorientar a Estratégia de Lisboa, centrando os esforços da UE em duas tarefas principais: garantir um crescimento mais forte e duradouro e criar mais e melhores empregos.

Uma das grandes preocupações da Comissão é que a Europa necessita de investir por antecipação no capital humano e na aprendizagem ao longo da vida, como forma de estimular o emprego e as qualificações.

Neste contexto, a formação profissional deverá ser encarada como um instrumento fundamental, capaz de facilitar a inserção no mercado de trabalho e a melhoria do nível e da qualidade do emprego.

A estratégia de atracção e de alargamento de ofertas de oportunidades de educação e formação, garantindo vias curriculares flexíveis, foi iniciada pela Região há já vários anos, comprovando-se assim perfeitamente adequada às actuais orientações da Comissão. Esta orientação da Região tem vindo a ser confirmada pelas estatísticas de acompanhamento à inserção no mercado de trabalho, com excelentes taxas de integração, devido ao facto dos jovens possuírem uma dupla certificação escolar e profissional.

No sentido de reforçar ainda mais esta estratégia, foi recentemente aprovado um diploma que regulamenta toda a oferta integrada de educação e formação na Região, abrangendo entidades públicas e privadas que proporcionam aos jovens, em qualquer nível de ensino, a permeabilidade entre o sistema educativo e formativo.

Neste âmbito, a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira, assume uma importância fundamental para a economia regional, na medida em que ao assegurar a formação de activos no sector turístico, desempenha, em simultâneo, um papel ao nível da promoção do emprego qualificado, bem como ao nível do garante da competitividade e da posição de destaque do mercado turístico na economia regional.



Outro factor importante é o reconhecimento das competências adquiridas quer por vias informais de formação profissional, quer pelas experiências profissionais dos adultos, contribuindo para elevar os níveis de qualificação escolar e profissional da população activa e, conseqüentemente, proporcionar uma “aprendizagem ao longo da vida”, desafio este conseguido através das acções desenvolvidas pelo Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

No âmbito do Conservatório – Escola Profissional de Artes da Madeira registe-se o desenvolvimento de cursos de formação profissional, de qualificação de nível III e equivalência ao Ensino Secundário, o curso de Jazz em colaboração com o Hot Club Jazz de Portugal, curso livre, em regime pós – laboral, com a duração de 3 anos, a realização de seminários, *workshops* e *masterclasses* e a participação em concursos regionais e internacionais, nomeadamente o concurso infantil em piano e violino em música de câmara e o concurso internacional “Madeira Music”.

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, através do projecto “Formação e Aperfeiçoamento Profissional”, pretende continuar a garantir a todos os seus funcionários ou agentes que constituem o universo dos assuntos sociais da Região, um contínuo aperfeiçoamento dos seus conhecimentos. A necessidade de formar os actuais e futuros funcionários da SRAS apresenta-se hoje como uma das questões cruciais relacionadas com o aumento da qualidade e da produtividade dos serviços prestados no âmbito do Serviço Regional de Saúde. Apenas com funcionários competentes e bem preparados, podem os serviços enfrentar os desafios de um sector que se pretende cada vez mais moderno, mais produtivo e próximo dos utentes.

São os seguintes os **objectivos e medidas prioritárias** para 2006:

Relativamente à **formação profissional** em sentido lato:

- Continuidade da oferta de Cursos de Educação e Formação Inicial, Cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Formação contínua ao longo da vida: formação contínua para adultos em *e-learning*;
- Estabelecimento e reforço de parcerias educação/formação;



- Gestão da vertente do FSE do POPRAM III, procurando melhorar as competências dos trabalhadores e estimulando a produtividade e competitividade do tecido sócio-económico da Região;
- Criação e manutenção de sistemas estatísticos de monitorização da formação profissional;
- Construção de um espaço nas instalações do Centro Regional de Formação Profissional, adequado à formação na área da estética, formação claramente inovadora, uma vez que se registam na Região grandes carências profissionais nesta área, devidamente certificados;
- Conclusão do processo de candidatura do Centro Regional de Formação profissional como Centro de Formação Autorizado pelo Instituto Superior de Soldadura e Qualidade;
- Desenvolvimento do projecto "Portal da Formação Profissional", co-financiado no âmbito do programa Madeira Digital, estando prevista a sua conclusão em Abril de 2006.

No âmbito da **Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira**:

- Prosseguimento das acções de formação inicial nas áreas base de Hotelaria e Turismo;
- Reforço das parcerias com as escolas básicas do 2.º e 3.º Ciclos da Região (Currículos Alternativos), bem como com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e com a ACIF;
- Continuidade dos ciclos de formação dos Cursos de Especialização Tecnológica;
- Reforço da requalificação dos recursos humanos através do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

No âmbito do **Conservatório – Escola Profissional de Artes**:

- Reforço das acções promocionais relativas aos cursos profissionais;



- Estabelecimento de parcerias com outras instituições similares;
- Continuidade do processo de estabilização dos quadros docentes;
- Realização de concursos regionais e internacionais.

Relativamente à formação em **assuntos sociais**:

- Desenvolvimento do projecto "Portal do Conhecimento", com o objectivo de promover o *e-learning* na formação do pessoal da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais;
- Certificação da qualidade da Divisão de Formação Profissional (da Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos - DRGDR), com o objectivo de criar um serviço de excelência.

O plano de formação para o próximo ano pretende contemplar acções em todas as áreas das novas tecnologias da informação e comunicação, com vista a colmatar as carências que ainda se fazem sentir ao nível dos serviços. Será dada, ainda, prioridade às acções directamente ligadas à área da saúde e da intervenção social, sem descurar, contudo, as áreas comportamental, jurídica, financeira e administrativa.

Será ainda promovida a realização de dois cursos superiores - uma pós-graduação, na área da Gestão dos Serviços de Saúde e o 2.º ciclo da licenciatura bi-etápica em Análises Clínicas e Saúde Pública, sendo precedidos de celebração de protocolo com as instituições de ensino superior seleccionadas para ministrá-los.

Ainda no âmbito da formação, serão continuadas as acções de formação para os funcionários da administração pública regional e local, as quais continuarão a beneficiar de co-financiamento comunitário através do FSE. Estas acções, que, no âmbito do PIDDAR, integram o sector "Administração Pública Regional", constituem um instrumento fundamental para a introdução das melhorias que se pretendem implementar ao nível do funcionamento da administração regional.



EMPREGO

Sendo a taxa de desemprego um dos indicadores mais significativos na análise da situação em matéria de Emprego, cabe referir que, na Região Autónoma da Madeira, aquele indicador se tem mantido, com algumas oscilações, num nível bastante baixo, em especial se comparado com as médias europeia e nacional.

De facto, a taxa de desemprego sofreu um decréscimo no segundo trimestre de 2005, tendo atingido um índice de 3,9%, o que traduz um valor significativamente inferior ao verificado a nível nacional (7,2%) e ao europeu (8,8%), no mesmo período.

A Secretaria Regional dos Recursos Humanos, através do Instituto Regional de Emprego, continua a desenvolver esforços para a integração dos desempregados, nomeadamente, na inserção e reinserção dos jovens e adultos, tendo até o final do mês de Julho de 2005 sido efectuadas 1498 colocações pelos serviços de emprego.

Dados relativos aos primeiros seis meses do ano de 2005 mostram que, desde Março, o número de pedidos de emprego registado tem vindo a diminuir sensivelmente, passando-se de 7700 para 6867.

Na sequência da acção dos anos anteriores, e no âmbito do Plano Regional de Emprego em execução, os **objectivos** da Política de Emprego para 2006 são os seguintes:

- Prevenir e combater o desemprego, sobretudo dos jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração;
- Melhorar a empregabilidade dos trabalhadores, bem como apoiar as entidades empregadoras na satisfação das suas necessidades de recursos humanos;
- Pautar por uma intervenção mais activa da gestão da oferta e da procura e reforçar a "Rede Eures" no seu esforço continuado em apoiar a mobilidade laboral na Europa;
- Modernizar os serviços públicos de emprego ao nível das estratégias de intervenção, dos objectivos e metodologias de trabalho, visando o reforço na prevenção do desemprego de longa duração, através da aplicação de medidas



activas de emprego e da criação de instrumentos que facilitem a intervenção do Centro de Emprego;

- Contribuir para a criação de emprego, apoiando iniciativas que conduzam à criação líquida de novos postos de trabalho;
- Aumentar a eficácia e a eficiência das medidas activas de emprego na criação de postos de trabalho, através da revisão das mesmas;
- Estimular o desenvolvimento de competências para o empreendedorismo, como forma de aumentar a competitividade empresarial e contribuir para a criação de novas empresas e de novos postos de trabalho;
- Facilitar a transição dos jovens para a vida activa com especial relevância para os jovens com qualificações de nível intermédio e superior;
- Promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho entre homens e mulheres;
- Promover a inserção no mercado de trabalho de pessoas desfavorecidas, através de uma maior dinamização das medidas de carácter social, articulando de uma forma mais integrada com as comunidades e parceiros locais;
- Melhorar a articulação dos "Clubes de Emprego" com o Instituto Regional de Emprego, de forma a complementar o trabalho deste último e promover a sua descentralização.

Para a realização dos objectivos enunciados no ponto anterior, será desenvolvido um conjunto diversificado de **medidas** de política de emprego, entre as quais se destacam as seguintes:

- Execução, acompanhamento e avaliação do Plano Regional de Emprego, promovendo as alterações e adaptações do mesmo que venham a revelar-se adequadas, face à evolução do mercado de emprego regional;
- Dinamização do funcionamento do mercado de emprego com a melhoria no ajustamento da oferta e da procura e da informação e orientação profissional;



- Promover mais e melhores empregos através de intensificação das metodologias “OrientaJovem” e “Guia”, identificando simultaneamente os candidatos de risco e dando-lhes um tratamento diferenciado;
- Criação, em cada Clube de Emprego, de um espaço de acesso informático a uma base de dados com registo de ofertas de emprego, permitindo um mais fácil acesso a esta informação por parte das populações e dos empresários que contactam estas estruturas;
- Continuação da promoção de acções de formação em Gestão, visando potenciar a formação de base e a capacidade de gestão dos futuros empreendedores, e o apoio às entidades financeiramente apoiadas a nível de consultoria e aconselhamento;
- Implementação de uma medida que visa apoiar o recrutamento de desempregados contratados temporariamente para substituir trabalhadores ausentes do posto de trabalho, nos termos previstos na legislação sobre maternidade e paternidade;
- Lançamento de um programa para beneficiários do rendimento social de inserção, o qual visa apoiar o desenvolvimento das suas competências, pessoais, sociais e profissionais, com vista à futura integração num posto de trabalho da entidade de enquadramento;
- Lançamento do programa que visa premiar financeiramente os desempregados inscritos no Instituto Regional de Emprego, que obtenham emprego pelos seus próprios meios;
- Prosseguimento da execução de medidas que promovam a coesão social e agem junto dos públicos mais desfavorecidos, possibilitando-lhes o acesso a formação profissional e experiências profissionais em postos de trabalho. Destacam-se neste grupo de medidas as “Empresas de Inserção” e o projecto “Vida e Trabalho”;
- Continuidade da execução de medidas que permitem potenciar o desenvolvimento local do emprego e das iniciativas empresariais estimulando



os desempregados e os jovens a criarem o seu próprio emprego. Cabem neste grupo as medidas "Apoio à Criação do Próprio Emprego" e "Iniciativas Locais de Emprego";

- Prosseguimento na execução de medidas activas de emprego, de ocupação dos desempregados em actividades de carácter social, de apoio à criação de postos de trabalho e ainda de apoio à procura de emprego e formação profissional traduzidos nos projectos "Apoio à Contratação", "Formação-Emprego", "Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados", "Programa Ocupacional de Desempregados", "Estágios Profissionais" e "Clubes de Emprego";
- Incremento do acompanhamento, controlo e avaliação sistemática das medidas activas de emprego, com a promoção da sua racionalização;
- Melhoria dos procedimentos e circuitos de gestão, tendo em vista a sua adequação às diferentes medidas e públicos alvo.

TRABALHO

O factor trabalho e os recursos humanos, a força laboriosa em geral, constituem um património importante. Por isso, na sua dimensão plural e complexa, estes factores são, com acentuado destaque, elementos referenciais e indispensáveis do progresso e do desenvolvimento.

O nível de estabilidade e qualidade das relações laborais e do trabalho, no seu contexto geral, são cada vez mais factores determinantes da eficácia, da sustentabilidade e do sucesso de qualquer política económica e social e, nesta lógica, é clara a opção assumida pelas orientações laborais e sociais do Governo Regional presentes nas medidas e acções a concretizar.

Constituem **objectivos gerais e prioritários** da política laboral, a prosseguir e concretizar no ano de 2006:

- Consolidação e dinamização do modelo regional no contexto laboral, em respeito pelo quadro legal e na salvaguarda das competências e especificidades



regionais, com incidência na aplicação do Código do Trabalho e da respectiva legislação complementar e regulamentar, bem como nas medidas legislativas de adaptação à realidade regional, que permitem salvaguardar as competências da Região e o seu modelo sócio-laboral;

- Reforço e melhoria de condições de consolidação e afirmação da estabilidade e da paz social e do adequado nível de relacionamento institucional entre parceiros sociais e departamentos laborais;
- Fomento do tripartismo e diálogo social como instrumentos e processos de abordagem à realidade laboral;
- Contributo para a melhoria geral das condições de vida e de trabalho, com especial atenção para os sectores mais desfavorecidos;
- Fomento do crescimento dos salários reais, decorrentes da política de rendimentos, quer por acção directa das partes nos processos negociais da contratação colectiva, quer por intervenção conciliadora e administrativa do Governo Regional;
- Estimulo ao aumento crescente dos ganhos salariais médios regionais;
- Criação de alternativas a algumas situações de carência de mão-de-obra em alguns sectores e profissões, que implica recurso, embora limitado, a trabalhadores estrangeiros;
- Apoio à integração plena dos trabalhadores imigrantes;
- Política activa de promoção da igualdade de oportunidades, consolidada na aplicação e dinamização do Plano Regional de Igualdade de Oportunidades;
- Promoção da melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, através de programas e acções neste domínio, acentuando a acção informativa, formativa e preventiva em geral;



- Fomento da redução da sinistralidade laboral, com recurso a campanhas de sensibilização, informação e formação, bem como do reforço da acção fiscalizadora;
- Fomento da medicina do trabalho e da sensibilização para as questões inerentes às doenças profissionais e lesões profissionais, junto das empresas, trabalhadores e médicos;
- Evolução qualitativa nas relações laborais, pelo fomento de parcerias, grupos de trabalho, acções de divulgação do quadro legal, realização de seminários e colóquios e outras iniciativas de cariz formativo e informativo;
- Divulgação de informação estatística da realidade laboral, bem como incentivo à elaboração de estudos nesta área;
- Funcionamento da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, de composição tripartida;
- Promoção de acções conciliatórias nos conflitos individuais e colectivos de trabalho;
- Disponibilização permanente de serviço jurídico-laboral a todos os interessados;
- Fomento da função pedagógica, orientadora e sensibilizadora dos serviços de inspecção do trabalho, sem prejuízo da acção sancionatória, quando necessária;
- Criação do Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem Voluntária para os conflitos individuais;
- Acompanhamento dos novos desafios da modernidade, nomeadamente participando em projectos e programas comunitários.

Para a realização dos objectivos enunciados para a área do Trabalho, releve-se, para 2006, o desenvolvimento das seguintes **medidas/acções**:

- Dinamização da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, de modo a que esta Comissão possa prosseguir a sua dinâmica de



intervenção no acompanhamento de todas as situações indiciadoras de desigualdade e discriminação;

- Dinamização de medidas e acções de divulgação e informação que possibilitem a adequada aplicação prática do Plano Regional de Igualdade de Oportunidades (PRIO);
- Activação de programas e medidas que contribuam para a sensibilização, formação e informação na área da "prevenção, higiene, segurança e saúde no trabalho", visando a redução da sinistralidade laboral e a prevenção das doenças e riscos profissionais;
- Aprofundamento de estudos sobre temáticas laborais e elaboração actualizada de estatísticas do Trabalho, sobre os diversos vectores e aspectos da realidade laboral;
- Realização de programas, colóquios e seminários nos vários domínios do Trabalho, contribuindo para a formação profissional nesta área;
- Promoção de acções de informação e divulgação do novo Código do Trabalho;
- Conclusão da participação no projecto "VIOLETA", de âmbito transregional, no domínio da igualdade de oportunidades, no sentido da criação de condições e estruturas nesta domínio das relações laborais.



IV.10. DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

DESPORTO

As medidas estratégicas de política desportiva na RAM traduziram-se num conjunto de áreas de intervenção, legitimadas sobretudo pela vontade política dos sucessivos governos do período autonómico em definir como prioridade da política geral um forte investimento no desporto, nomeadamente:

- Apoio financeiro e logístico à competição desportiva;
- Integração /coesão nacional – internacional;
- Apoio ao investimento em infra-estruturas e apetrechamento;
- Redução das assimetrias;
- Formação e alta competição.

Para além da consolidação dos grandes objectivos da política desportiva, serão desenvolvidos em 2006 as seguintes **medidas**:

- Apoio às sociedades anónimas desportivas, com participação na Competição Nacional de Futebol da 1.ª Liga, 2.ª Divisão B, Campeonato da Liga de Clubes de Basquetebol, Liga de Andebol Masculina e Feminina e Campeonato da 1.ª Divisão de Hóquei em Patins;
- Promoção e desenvolvimento das modalidades desportivas amadoras, através das associações, clubes de futebol e selecções desportivas;
- Apoios aos transportes aéreos e marítimos inerentes à competição nacional e internacional;
- Apoio aos atletas de alta competição, a clubes em competição regional, à recreação e lazer, a eventos desportivos, a competições europeias e à aquisição de meios de transporte, entre outros;



- Apoio a obras de melhoramento das diversas infra-estruturas desportivas património da Região geridas pelo IDRAM;
- Apetrechamento de infra-estruturas desportivas com meios sonoros, iluminação, cronometragem electrónica e equipamento desportivo;
- Apoio a obras de melhoramento de diversas instalações de clubes desportivos da RAM;
- Apoio à construção de infra-estruturas desportivas por clubes e associações, através de linhas de crédito e outras;
- Participação no capital social de sociedades anónimas desportivas.

JUVENTUDE

A definição das principais linhas de acção nesta área pretende convergir para o desenvolvimento de uma política que reconheça e proporcione um papel de protagonismo aos jovens, nos diferentes domínios em que este se desenvolve, nomeadamente ao nível da educação, saúde, desporto, habitação, emprego, tecnologia e política social, áreas fundamentais na sua formação enquanto indivíduos e enquanto agentes na sociedade actual e do futuro.

Investir na formação dos jovens, pressupõe dar continuidade a uma política de descentralização e de envolvimento da sociedade civil e organismos locais, na concretização de um programa para a juventude, transversal, pragmático e inovador.

A actividade da Direcção Regional de Juventude incide no domínio da educação não formal dos jovens, tendo como **objectivos** para o ano de 2006:

- A audição dos jovens;
- A prossecução da ocupação dos seus tempos livres;
- O incentivo à sua criatividade;
- A dinamização do espírito de cooperação com vista a uma sociedade mais solidária;



- O apoio a iniciativas locais por parte das organizações de juventude e a projectos sócio-culturais;
- A aposta na democratização do acesso às novas tecnologias de informação.

As **medidas e acções** a desenvolver, no ano de 2006, com vista à concretização dos objectivos acima expostos, são as seguintes:

- Expansão da rede de “Lojas de Juventude”, com o intuito de dotar as zonas mais distantes dos centros de acesso à informação através, principalmente, da *internet*;
- Projecto de apoio à informatização das associações juvenis, visando a democratização do acesso às novas tecnologias de informação;
- Reforço da capacidade de intervenção e de afirmação do associativismo juvenil, como instrumento estratégico de uma política estruturada de educação não formal, fundamentalmente no apoio ao seu funcionamento, às suas actividades, acções e projectos, mediante a realização e execução de contratos-programa de participação financeira;
- Ainda na linha de actuação acima exposta, prevê-se a celebração com a Associação “Clube Pés Livres” de um contrato-programa a fim de ser construído um edifício de apoio ao Campo-Escola, no Montado do Pereiro, com o objectivo de fomentar a prática de actividades campistas e outras ligadas ao ar livre;
- Prosseguimento dos programas ocupacionais de iniciativa regional, tais como, “Voluntariado Juvenil”, “Jovem em Formação” e “Juventude Activa”, o primeiro com o objectivo de estimular o espírito de solidariedade, o segundo como forma de contribuir para uma escolha profissional mais consciente e preparação da inserção futura na vida activa, e o terceiro como incentivo à participação dos jovens nas “Lojas de Juventude”, no sentido de potenciar futuras actividades profissionais relacionadas com as novas tecnologias de informação e com a investigação científica;



- Realização da “Semana da Juventude”, “Encontros com a Formação”, e “Fórum de Juventude”. O primeiro evento integra num conjunto de acções realizadas ao ar livre, com a participação activa dos jovens, destinadas à comemoração do Dia Mundial da Juventude. A segunda iniciativa conta com a colaboração das Escolas Profissionais e visa a divulgação das ofertas de formação profissional no mercado regional. Por último, o Fórum de Juventude tem por objectivo a auscultação activa dos jovens, de todos os concelhos da RAM, sobre temáticas seleccionadas pelos próprios jovens;
- Prossecução do programa comunitário “Juventude 2000/2006” e do programa regional de mobilidade e intercâmbio juvenil, especialmente dos dirigentes associativos que integram as associações de juventude da Madeira;
- Continuação do projecto “Conhece as tuas origens”, o qual visa proporcionar a jovens mais desfavorecidos das 2.^a e 3.^a gerações de madeirenses luso-descendentes espalhados pelo mundo, conhecer as suas raízes, mediante o apoio nas deslocações até à terra natal dos seus pais ou avós, bem como o alojamento e a alimentação. Durante a sua estadia, estes jovens têm a oportunidade de, em contacto directo, reviverem as tradições e a história dos seus antepassados, tendo como ponto alto a participação nas comemorações do dia da Região;
- No quadro dos eventos com carácter pontual, terão lugar as seguintes realizações: “Ciclos de Cinema”, “Jogo do Hemiciclo”, “Vozes da Rádio”, “Feira de Livros”, “Feira do Coleccionismo”, “Crossing Book” e “Exposição para Jovens Artistas”;
- Prosseguimento de um atendimento personalizado ao jovem, facultando-lhe informação e documentação para estudo e pesquisa, ajuda na preparação e procura de ofertas de emprego, acesso gratuito à internet e apoio psicoterapêutico, além da orientação vocacional e profissional;
- Apetrechamento do futuro Centro de Juventude de Santana, cuja entrada em funcionamento está prevista para o ano de 2006;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

139

- Reapetrechamento com mobiliário e outros bens duradouros, bem como realização de obras de reparação e conservação nos Centros de Juventude da Quinta da Fibeira, Calheta, Porto Santo e Porto Moniz;
- Estabelecimento de parcerias ou contratos-programa e protocolos de cooperação e intercâmbio com organismos de juventude, públicos e privados, nomeadamente com as autarquias locais e com a Delegação Regional da Fundação da Juventude, sobre matérias de interesse para os jovens.



IV.11. CULTURA

O **Arquivo Regional da Madeira** tem como fins fundamentais a salvaguarda e valorização do património arquivístico regional e a promoção da execução da política arquivística regional.

As novas instalações de que agora dispõe o Arquivo Regional da Madeira contribuem grandemente para aumentar as perspectivas de desenvolvimento e de qualificação dos serviços do arquivo, passando, a nível interno, pela requalificação dos serviços prestados ao utilizador e pelo incremento da promoção cultural, numa maior envolvimento com a comunidade.

A nível externo, as novas instalações permitirão ao Arquivo Regional da Madeira proceder às incorporações da documentação existente nos diversos serviços da administração central, local e regional.

Após a transferência do espólio documental e a instalação dos serviços que teve início em 2005, o ano de 2006 será marcado pela consolidação de toda uma estratégia de valorização e modernização do Arquivo Regional, que culminará com o início do processo de certificação de qualidade desta instituição.

Na área do **património arquitectónico**, tem sido dada continuidade a obras de beneficiação e de reabilitação em várias vertentes patrimoniais, como sejam a Casa de Prazeres do Museu Quinta das Cruzes, a Torre do Capitão e área verde envolvente, em Santo Amaro, a Torre sineira da Sé do Funchal e a Igreja de São João Evangelista.

Por outro lado, foram efectuadas diversas acções de divulgação da legislação que aprova o regime da conservação e recuperação do património arquitectónico tradicional da Região Autónoma da Madeira.

Na vertente do **património móvel**, é de salientar o trabalho de inventariação do património organológico da RAM, a publicar brevemente, a adjudicação da obra de construção de um órgão novo para a Igreja do Colégio e os trabalhos de restauro efectuados nos órgãos das Igrejas do Porto da Cruz, de Machico, de S. Pedro, no Funchal, e da Ponta do Sol.



São de salientar, igualmente, os trabalhos de restauro de pintura e escultura no Convento de Santa Clara.

Na vertente dos **museus**, os aspectos mais relevantes prendem-se com a implementação de um novo projecto museológico para a Casa Colombo – Museu do Porto Santo, originando um conjunto de obras de beneficiação no próprio imóvel, que também foi objecto de uma profunda reformulação do seu conceito enquanto museu identificado com uma localidade e com uma personalidade histórica.

Foi dado seguimento a uma série de trabalhos de restauro de parte importante do acervo do Museu Quinta das Cruzes, designadamente do seu orquestrófono, que deverá integrar a futura cafeteria.

A outro nível, foi reforçada a interligação e a cooperação técnica com a Rede Portuguesa de Museus e tiveram continuidade vários trabalhos de conservação, restauro e investigação, dando-se maior incentivo à divulgação dos bens culturais à guarda dos museus, quer através de exposições, quer através da edição de brochuras alusivas ao património museológico.

Relativamente à **animação e divulgação cultural**, foi dada continuidade à política de proporcionar uma oferta cultural que visa a consolidação e incremento dos chamados públicos culturais, principalmente através de exposições, conferências e concertos musicais, bem como de várias actividades itinerantes e de descentralização, preenchendo-se assim a vocação de espaços próprios para a realização dessas actividades. Eventos como o “Mercado do Livro Madeirense” e o apoio a vários festivais de folclore, ou a encontros de grupos corais, em quase todos os concelhos, para além da realização do Festival Colombo do Porto Santo, ficaram a pontuar alguns aspectos concretos da realização cultural.

Realce-se, igualmente, a abertura ao público do Centro de Estudos John dos Passos, na Ponta do Sol, destinado à investigação e divulgação da obra do escritor norte-americano de ascendência madeirense. A integração de um moderno auditório neste Centro proporcionou um incremento de actividades culturais na vila e sede do concelho.



Ainda no âmbito da dinamização e divulgação cultural, é de referir a concretização de mais uma edição do Festival Raízes do Atlântico, evento vocacionado para a área da música tradicional e que, ano após ano, tem vindo a consolidar o seu público.

Ao nível da edição, continua a publicar-se a revista ISLENHA, revista semestral de cultura. Por outro lado, tem sido feito um esforço significativo no chamado apoio à edição, em que se procura ajudar na viabilização da edição privada de obras com interesse cultural.

Na área das bibliotecas, é de salientar a abertura ao público da nova Biblioteca Pública Regional. O novo espaço representou uma mais-valia extraordinária nos domínios tecnológico e documental, criando outras condições de preservação e de acesso ao material bibliográfico.

Por outro lado, está em curso a criação da Rede Regional de Bibliotecas Públicas da RAM, registando-se, para breve, a entrada em funcionamento da nova biblioteca de Machico e a finalização dos projectos para as bibliotecas do Porto Moniz e Câmara de Lobos.

Constituem **objectivos prioritários e medidas de política** para 2006:

Na área do **Arquivo**:

- Consolidação e requalificação dos serviços do Arquivo Regional da Madeira, quer a nível dos serviços prestados ao utilizador, quer ao nível dos procedimentos internos;
- Elaboração de um manual de procedimentos extensivo a todos os serviços do Arquivo, com vista à implementação de um sistema de gestão de qualidade;
- Conclusão da transferência do espólio do Arquivo Regional da Madeira e, conexamente, continuação da organização e descrição dos fundos documentais à sua guarda, bem como incremento da digitalização das colecções e fundos documentais;
- Início do processo de certificação de qualidade do Arquivo;



- Sensibilização dos serviços da administração regional, no sentido de criarem os seus arquivos centrais ou intermédios, admitindo arquivistas nos seus quadros de pessoal, nos termos do DLR n.º 17/2001/M, de 29 de Junho;
- Elaboração de proposta de realização na RAM do curso de especialização em Ciências Documentais;
- Elaboração de proposta no sentido de o Arquivo Regional da Madeira constituir a entidade certificadora na área de formação em arquivos;
- Formação nas áreas de arquivos correntes e arquivos definitivos.

Na área do **Património Cultural**:

- Continuação da inventariação do património regional por concelho;
- Lançamento de uma publicação por concelho, no sentido de fomentar a valorização por parte das populações do seu património, levando à respectiva preservação;
- Recuperação e conservação do património arquitectónico tradicional da RAM, designadamente as casas de colmo;
- Criação de um *site* subordinado à temática do património cultural;
- Continuação de trabalhos de restauro dos órgãos existentes em várias igrejas da RAM e proceder à divulgação dos mesmos através da realização de concertos, bem como pela publicação de um inventário dos órgãos históricos da RAM;
- Celebração de protocolos e contratos-programa com diversas entidades, públicas e privadas, com vista a concretizar medidas de apoio, fomento e divulgação dos mais variados aspectos em que se desdobra a vertente cultural do património.

Na área dos **Museus**:

- Realização de trabalhos de conservação e reabilitação de vários dos edifícios-museu, bem como a abertura de novas áreas de lazer, designadamente cafetarias;



- Estudo e conservação das colecções;
- Desenvolvimento de programas educativos;
- Promoção de eventos temporários;
- Melhoria das condições de acessibilidade e informação;
- Concretização de todas as medidas e iniciativas que se revelem necessárias à observância das normas e princípios decorrentes da nova Lei de Bases dos Museus.

Na área da **Animação e Divulgação Cultural**:

- Continuar a desenvolver iniciativas tendentes a concretizar e a incrementar uma política de descentralização cultural, designadamente ao nível da realização de espectáculos e de exposições, criando-se uma itinerância sustentada que enriqueça a oferta cultural junto das populações;
- Prosseguir com o apoio às associações culturais que sejam capazes de estruturar projectos e de promover uma diversificação das iniciativas por toda a Região;
- Promover a divulgação da cultura regional dentro e fora da Região, nos diferentes níveis da sua expressão;
- Implementação de um plano editorial;
- Continuar a apoiar a criação cultural, nas mais variadas vertentes em que a mesma se manifesta;
- Concretização de parcerias com entidades públicas e privadas com vista ao incremento e concretização das iniciativas de relevante importância cultural para a Região.

Na área das **Bibliotecas**:

- Apetrechamento da Biblioteca Pública Regional, com vista a que a mesma consiga prosseguir os fins que lhe são próprios;



- Incrementar iniciativas que expressem factores de dinamização do novo espaço da Biblioteca e se mostrem adequadas para atrair maior número de leitores;
- Continuar a promover a celebração de contratos-programa com os municípios da RAM e com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, com vista ao incremento da Rede Regional de Bibliotecas Públicas.

O **Centro de Estudos de História do Atlântico** dará continuidade, em 2006, a projectos de investigação e a acções de divulgação sobre a História da Madeira.

Assim, no âmbito do projecto “História e Autonomia do Arquipélago”, prevê-se a participação em encontros temáticos, nomeadamente nos Seminários Internacionais da História do Açúcar e sobre a História do Vinho. Serão editados estudos sobre a História da Madeira, como as Actas dos Seminários, o Livro de Notas de João Higinio Ferraz sobre o Vinho Madeira e o livro de Isabel Valente sobre “As Regiões Ultraperiféricas Portuguesas. Uma Perspectiva Histórica”.



IV.12. SAÚDE

Fazer uma análise ao sector da Saúde implica, necessariamente, levar em linha de conta o processo de concretização da reforma coerente e articulada da Saúde da Região Autónoma da Madeira iniciada em 2003, que despoletou a criação de instrumentos de planificação e de regulação a serem adoptados pelos serviços prestadores de cuidados de saúde.

Esse processo direcciona-se para uma meta inequívoca: a qualidade. É um objectivo essencial da saúde. Os serviços de saúde têm vindo a desenvolver esforços, no sentido da prestação de cuidados de saúde a todos os utentes, em conformidade com padrões de qualidade, reconhecidos internacionalmente, disponibilizados em tempo útil e a custos economicamente sustentáveis.

Pretende-se alcançar um justo equilíbrio entre os direitos e deveres sociais, entre a resposta pública e contratual, entre a equidade de saúde, a eficiência económica e a liberdade de escolha, criando condições para a sustentabilidade do Sistema Regional de Saúde e o desenvolvimento articulado dos diferentes pilares: saúde pública, cuidados primários, cuidados hospitalares e cuidados continuados de saúde.

A estratégia para atingir o objectivo da melhoria da qualidade passa por uma rede de informação de Saúde Pública no Sistema Regional de Saúde, que permita a monitorização do estado de saúde e de bem-estar da população, indo de encontro aos grandes **objectivos prioritários**:

- Garantir a igualdade de acesso do cidadão aos cuidados de saúde;
- Melhorar a qualidade dos cuidados de saúde, através da modernização e humanização dos serviços;
- Desenvolver acções de promoção da saúde e prevenção da doença;
- Promover uma maior integração e funcionalidade dos serviços.

Ao nível organizacional, a implementação do novo modelo de gestão, traduzido na separação da função prestadora de cuidados de saúde da função financiadora do serviço



regional de saúde, continua a dar passos firmes para a sua completa afirmação, contornados que estão as dificuldades que derivaram desta nova realidade.

Relativamente ao fenómeno da **toxicodependência** torna-se relevante sensibilizar a comunidade para a adopção de atitudes e comportamentos mais positivos, relacionados com as pessoas e com as problemáticas associadas à mesma. As perspectivas futuras têm de assentar nos seguintes **pilares**:

- Promover a redução do consumo de substâncias psicoactivas pela população;
- Favorecer nas famílias o desenvolvimento das competências que permitam que os seus membros cresçam saudáveis;
- Incentivar que as escolas sejam contextos promotores de desenvolvimento harmonioso;
- Reduzir o número de crianças e jovens vulneráveis ao consumo de substâncias;
- Promover a prevenção do consumo de substâncias psicoactivas nos contextos laborais.

O ano de 2006 será um ano marcado por importantes transformações ao nível do Sistema de Informação da Saúde. Pretende-se garantir um incremento de eficácia e de eficiência entre todos os organismos que constituem a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. Os registos electrónicos de saúde, os sistemas de informação clínica e a melhoria dos processos administrativos das organizações, através de sistemas informáticos integrados, terão um impacto enorme no aumento da produtividade e na eliminação dos atrasos resultantes da circulação de registos em papel e da actualização da informação.

Serão implementadas soluções nesta área que procurarão atingir os seguintes **objectivos prioritários**:

- Melhorar e facilitar o acesso dos utentes aos medicamentos e actos médicos prescritos;



- Melhorar a eficácia e produtividade dos processos transversais no seu conjunto e em cada entidade;
- Criar meios para um efectivo controlo da despesa.

Por outro lado, e à semelhança dos anos anteriores, o ano de 2006 será caracterizado pelo prosseguimento de programas que vão de encontro ao preconizado no Programa do Governo, e que passam pelos seguintes pontos:

- Aposta na formação profissional;
- Aproveitar as mais valias que derivam da cooperação inter-regional no domínio da saúde;
- Reforçar as estruturas no âmbito da saúde e desenvolver acções no combate e prevenção da doença.

Fundamentalmente, quaisquer que sejam os objectivos prioritários a atingir, estes deverão estar focalizados na grande **missão** que constitui a política de saúde da Região: prestar um bom serviço ao utente.

Para o ano de 2006, os **projectos** a desenvolver consubstanciam, na sua grande maioria, uma continuidade dos projectos desenvolvidos no ano de 2005.

Os **projectos de cooperação** no âmbito do PIC INTERREG III B constituem uma aposta no sentido de aproveitar conhecimentos e experiências que se poderão revelar úteis.

Neste domínio temos os seguintes projectos, da responsabilidade do Serviço Regional de Saúde, E.P.E. (SRS, E.P.E.):

- "INTELHOMA", que visa a instalação de um bloco operativo inteligente nos três principais centros hospitalares das Regiões da Macaronésia, com vista à optimização dos cuidados prestados aos utentes e troca de informações entre os diferentes hospitais;
- "SAMAC", que se caracteriza pela criação de uma rede internacional de transmissão e comunicação de imagens radiológicas, bem como de informação clínica dos utentes dos hospitais e centros de saúde das Regiões da Macaronésia,



com o objectivo de minimizar as consequências negativas resultantes da localização geográfica destas três regiões;

- "MENTHOR", que consiste na criação de um portal médico de formação, informação e de investigação dirigido às áreas clínicas, de enfermagem e de investigação bem como à população em geral. Assim, serão disponibilizados serviços de *e-learning*, de gestão e distribuição de conteúdos, de comunicação e colaboração, vocacionados para a investigação, e de difusão e infografia;
- "CIRUMAC", que visa a instalação de uma rede de comunicação entre os principais centros hospitalares das regiões da Macaronésia de modo a otimizar o rendimento dos respectivos blocos operatórios e atenuar carências actuais na oferta de cuidados de saúde à população, residente e flutuante. A instalação desta rede de comunicação remota, que integra elementos de robótica, permitirá a comunicação em tempo real destes hospitais com qualquer outro a nível mundial, constituindo um factor decisivo na melhoria dos cuidados de saúde nessas regiões.

Da responsabilidade do Gabinete da SRAS, será dada continuidade ao projecto "Apoio a Famílias e a Instituições Particulares de Solidariedade Social", pretendendo-se continuar a apoiar diversas instituições que de outra forma teriam muitas dificuldades em subsistir.

Serão desencadeadas as acções necessárias ao cumprimento dos objectivos preconizados pelo "[Plano Regional de Saúde](#)", cujo projecto é da responsabilidade do S.R.S., E.P.E.

Neste âmbito, a Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública (DRSP) propõe-se desenvolver o projecto "Prevenção e Controlo de Problemas de Saúde Prioritários", que engloba as seguintes acções:

- Desenvolvimento de programas de saúde no sentido de reduzir a mortalidade de doenças do aparelho circulatório;
- Desenvolvimento de programas de saúde no sentido de reduzir até o ano de 2010 a mortalidade por cancro nos indivíduos com idade inferior a 65 anos em pelo menos 15%;



- Desenvolvimento de programas de saúde no sentido de reduzir as complicações da diabetes mellitus;
- Desenvolvimento de programas de saúde no sentido de reduzir a incidência de cárie dentária nas crianças do ensino pré-escolar e do ensino básico;
- Desenvolvimento de programas de saúde no sentido de reduzir a infecção por HIV;
- Fomentar o plano regional de vacinação;
- Desenvolvimento de programas de saúde no sentido de reduzir a mortalidade infantil/perinatal;
- Desencadeamento de acções de organização da saúde mental;
- Fomento do Programa de Luta contra a Tuberculose;
- Desenvolvimento de programas de saúde no sentido de reduzir a mortalidade por asma;
- Desenvolvimento de programas de saúde no sentido de controlar a morbilidade por infecção nosocomial.

Noutro âmbito, o projecto “Promoção de Estilos de Vida Saudável”, engloba:

- Acções no sentido de melhorar a saúde e a qualidade de vida da pessoa idosa;
- Acções de Promoção de Estilos de Vida Saudáveis;
- O desenvolvimento de programas de saúde no sentido de reduzir a mortalidade por acidentes;
- Acções no sentido de racionalizar o consumo de medicamentos.

A DRSP desenvolverá, ainda, os seguintes projectos:

- “Inovação e Qualidade em Saúde Pública”, que inclui a monitorização e a melhoria contínua da qualidade organizacional dos serviços públicos de saúde,



adoptando-se um modelo de gestão da qualidade baseado nos princípios fundamentais da gestão pela qualidade total: o modelo de Excelência da EFQM – European Foundation for Quality Management, e a inovação em saúde pública, com a qual se pretende, progressivamente, não só organizar os serviços de saúde pública, designadamente as unidades de saúde, de forma a dotá-las de recursos e autonomia técnica, bem como apoiar e reforçar a identificação de necessidades em saúde, a monitorização do estado de saúde da população que lhes é circunscrita, a identificação das determinantes, a avaliação do impacto das várias intervenções públicas e privadas, a investigação e vigilância epidemiológica, como também, orientar, controlar e executar projectos de intervenção de promoção e protecção da saúde da população. Toda esta actividade terá de ser suportada por um adequado sistema de informação que deve ser alimentado por diversas bases de dados, destacando-se como a principal o “processo clínico do utente” do Sistema de Saúde da RAM;

- “Gestão do Plano de Saúde e Sistema de Informação”, que tem por objectivos criar uma estrutura de apoio técnico para acompanhamento dos projectos desde o seu início até o seu termo, melhorar o acesso e a qualidade da informação e facilitar a articulação entre serviços de saúde quer ao nível regional, nacional ou internacional, bem como implementar o Sistema de Informação da Saúde da RAM, com a finalidade de melhorar o acesso aos dados, de produzir informação de qualidade com vista à tomada de decisão e, em situações particulares, de partilhar a informação com os sistemas de informação em saúde nacionais;
- “Desinfestação de Mosquitos na Cidade do Funchal”, que deriva da urgência imperiosa no sentido de serem tomadas medidas de erradicação e controle, do *Aedes aegypti*, nas áreas públicas e logradouros, de forma a circunscrevê-los a um perímetro de combate com o objectivo de prevenir o risco de expansão por toda a Região Autónoma da Madeira, o que se traduziria num impacto social e económico negativo.

Sob a responsabilidade do Serviço Regional de Saúde, E.P.E., serão desenvolvidos os projectos:



- “Beneficiação das Estruturas Físicas dos Centros de Saúde”, que tem o objectivo de melhorar o acesso aos utentes e criar condições de trabalho mais apropriadas ao desempenho dos profissionais de saúde. Prevê-se a realização de remodelações nos Centros de Saúde de Gaula, Seixal, Ribeira da Janela e Ponta do Pargo;
- “Equipamentos de Inovação e Substituição para os Centros de Saúde”, que visa essencialmente a aquisição de equipamentos para os centros de saúde quer através da substituição dos equipamentos existentes quer pela introdução de novos equipamentos designadamente por via das inovações tecnológicas e científicas;
- “Beneficiação das Estruturas Físicas Hospitalares”, no âmbito do qual serão efectuadas obras de adaptação/remodelação de instalações de serviços comuns e em áreas físicas associadas à componente assistencial do Hospital da Cruz de Carvalho. No que respeita ao Hospital dos Marmeleiros, a prioridade de intervenção vai para os cuidados intermédios e hospitais de dia;
- “Equipamento de Diagnóstico e Terapêutica”, tendo como finalidade dotar os serviços técnicos de equipamentos de diagnóstico e terapêutica, quer na perspectiva da introdução de novas tecnologias, quer na perspectiva da renovação e substituição do equipamento considerado obsoleto. Estes equipamentos revelam-se essenciais para assegurar a manutenção da capacidade produtiva do Serviço Regional de Saúde, E.P.E., bem como a sua ampliação;
- “Equipamentos de Apoio às Áreas Médicas”, o qual integra diversas acções que visam a actualização e a diferenciação das técnicas e métodos de trabalho, das condições de funcionamento e de apoio logístico e da capacidade de resposta dos serviços de apoio geral às novas exigências decorrentes da evolução e complexidade de que se reveste a prestação de cuidados de saúde hospitalares;
- “Bens e Equipamentos para Acolhimento de Doentes”, que inclui as acções com vista a modernizar e melhorar as condições de atendimento e acolhimento de



doentes visando melhorar os níveis de humanização e de qualidade na prestação de cuidados aos utentes;

- “Implementação do Plano Director do CHF”, que visa implementar um conjunto de acções capazes de garantir os níveis de operacionalidade e funcionalidade para a continuação da prestação de cuidados de saúde com um nível crescente de qualidade e eficiência. Neste âmbito insere-se o Núcleo de Apoio ao Hospital da Cruz de Carvalho, recentemente construído, que dispendo de uma área total de, aproximadamente, 7 mil m², albergará diversos serviços de natureza clínica (Laboratório de Patologia Clínica e de Anatomia Patológica), o Serviço de Medicina Física e Reabilitação, áreas administrativas, bem como o Serviço de Formação e o Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho. Para tal terão que ser efectuadas obras de adaptação, bem como adquiridos diversos equipamentos entre os quais se destaca uma ressonância magnética já que, neste momento, o SRS é confrontado com uma facturação muito elevada em resultado destes exames serem efectuados no exterior.

Considerando a dimensão que poderá atingir a gestão dos projectos incluídos no Plano Regional de Saúde, devido ao compromisso assumido na concretização do mesmo, pretende-se com o projecto “Gestão do Plano de Saúde”, da responsabilidade da Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública, criar uma estrutura de apoio técnico para acompanhamento dos projectos. Esse acompanhamento passa pela adopção de medidas de regulação, administrativas/financeiras e de controlo de gestão. Além destes pressupostos há que proceder à avaliação do impacto de cada projecto. Toda esta actividade implica a criação de mecanismos e instrumentos de trabalho inerentes a esta função além dos recursos técnicos especializados para o desempenho da mesma.

No que concerne à luta contra a **toxicoddependência**, o Serviço Regional de Prevenção da Toxicoddependência pretende levar a cabo em 2006 os seguintes **projectos**:

- “Programa de Intervenção relativo à Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoactivas na População da RAM”, nos meios familiar, escolar e laboral e no grupo de crianças e jovens em risco;



- “Programa de Sensibilização da Comunidade para a Redução do Estigma e Promoção da Inclusão das Pessoas com Problemáticas associadas às Dependências de Substâncias”;
- Estudo de Caracterização e Monitorização do Fenómeno da Toxicodependência na RAM.

Estes projectos, no âmbito da aprovação do Plano de Luta Contra a Droga 2005-2008 e das metas e objectivos que o mesmo contempla, prevêem para o ano de 2006 a concretização de um conjunto de iniciativas, que contribuirão para que estes sejam atingidos.

O desenvolvimento das mesmas implicará a afectação de recursos humanos, materiais e financeiros que, necessariamente, reverterão a favor do combate ao fenómeno da toxicodependência, o qual suscita múltiplos danos e sofrimento na comunidade madeirense.

Em termos gerais, pretende-se sensibilizar a comunidade para a adopção de atitudes e comportamentos mais positivos, prevendo-se, nos diversos concelhos, a realização de acções conjugadas com os serviços vocacionados para o tratamento, redução de riscos e minimização de danos e para a reinserção. As iniciativas direccionar-se-ão para a população em geral, mas também para determinados públicos alvo, nomeadamente crianças e jovens.

Visando a **integração e a funcionalidade dos serviços de saúde**, serão desenvolvidos em 2006 os seguintes **projectos**, da responsabilidade do Serviço Regional de Saúde, E.P.E.:

- “Processo Clínico Electrónico”, que se caracteriza pela criação de uma base de dados que congregue toda a informação clínica do utente e visa a substituição do processo clínico em papel. O novo formato permitirá uma eficaz análise exploratória dos dados tanto para fins clínicos, quanto para fins estatísticos e de planeamento aos diferentes níveis;
- “Digitalização da Informação Clínica”, que visa a criação das infra-estruturas necessárias (equipamento, software, redes de comunicação e serviços) à



aquisição, arquivo e consulta das imagens (em suporte digital) e da informação disponível nos documentos (em suporte de papel) que constituem o processo clínico hospitalar, com o objectivo de possibilitar a disponibilização imediata da informação clínica necessária ao prestador de cuidados de saúde;

- “Telemedicina”, que constitui uma solução telemática de suporte a serviços remotos de medicina, nomeadamente no Centro de Saúde do Porto Santo, onde a comunicação de dados e de imagem, conjugados com a videoconferência, possibilitam o trabalho cooperativo de médicos e a obtenção de um diagnóstico resultante da discussão, o que se traduz num valor acrescentado para a prática da medicina;
- “Portal do Serviço Regional de Saúde”, projecto que ultrapassa o simples domínio de um portal e visa de facto objectivos mais vastos, como disponibilizar as informações de saúde da mais diversa natureza, assim como informação sobre o SRS e sobre os serviços que ele oferece aos residentes, disponibilizar o acesso à Internet aos doentes internados no SRS, disponibilizar as componentes lúdicas e pedagógicas às crianças internadas e oferecer um “balcão de saúde” virtual de atendimento a turistas, ao qual se poderá aceder de qualquer ponto, no país ou no estrangeiro;
- “Rede Regional de Cuidados Integrados”, que visa a criação de um sistema de informação seleccionado, organizado, qualificado e codificado segundo a classificação de enfermagem, que possibilite a tomada de decisão adequada e segura por parte dos enfermeiros, no momento e local de prestação directa de cuidados;
- “SIAPBE – Sistema de Informação para Apoio à Prática Baseada na Evidência”, que se caracteriza pela criação de um sistema de informação com base na Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE/INCP) e visa padronizar a prática de enfermagem. Este projecto desenvolve-se em colaboração com a Escola Superior de Enfermagem da Madeira e Escola Superior de Enfermagem de São José de Clunny;



- “Rede Informática de Saúde da Madeira – RISM”, no âmbito do qual será melhorada a rede informática nos centros de saúde e hospitais de maneira a permitir visualizar em qualquer ponto do sistema, de forma rápida e sem estrangulamentos, o processo clínico dos utentes, incluindo as imagens dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica efectuados. Neste sentido, e dando continuidade à criação de um sistema de informação integrado, serão adquiridos equipamentos de comunicação (activo e passivo) incluindo a continuidade da instalação de fibra óptica em determinados pontos do Hospital da Cruz de Carvalho, bem como hardware, software e periféricos.

Sob a responsabilidade do Gabinete da SRAS, serão desenvolvidos os seguintes projectos:

- “Rede Regional de Cuidados Integrados”, que tem em vista a prestação simultânea de cuidados de saúde e de apoio social às pessoas em situação de dependência ou em risco de perda de autonomia que necessitem de cuidados continuados integrados;
- “Desenvolvimento de Estudos e Inquéritos”, com o qual se pretende identificar falhas ou desvios com vista a apresentar soluções daquilo que está menos bem.

A Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento de Recursos promoverá a execução do projecto “Gestão Informática da Prescrição de Medicamentos”, que prevê a implementação de um software informático específico, no acto de prescrição de medicamentos.

Seguidamente destacam-se as seguintes **iniciativas legislativas** da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais que se perspectivam implementar brevemente:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional que adapta o Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, que define o regime jurídico da formação médica após a licenciatura em Medicina. A adaptação deste regime é fundamental para captar mais médicos para a Região Autónoma da Madeira, sobretudo nas especialidades mais carenciadas;



- Proposta de Decreto Legislativo Regional que regula o licenciamento e a fiscalização das unidades privadas de saúde que exerçam actividade no âmbito do Sistema Regional de Saúde. Dada a importância da complementaridade do sector privado no Sistema de Saúde, urge criar um regime geral e adaptar os regimes especiais de licenciamento, contemplando as especificidades do Sistema Regional de Saúde (com regras aplicáveis a todo o tipo de unidades privadas de saúde), simplificado e, simultaneamente, exigente para o licenciamento e fiscalização das unidades privadas de saúde, associando, também, regras rigorosas de fiscalização das mesmas, dadas as incontornáveis exigências de qualidade;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional que regulamenta a dependência orgânica e funcional, a composição, competência e funcionamento da junta médica da ADSE na administração regional autónoma da Madeira. Face à especialidade da organização da Administração Pública Regional, urge adaptar a legislação nacional que regula esta matéria à estrutura, funcionamento e competência da estrutura organizativa regional;
- Decreto regulamentar regional que fixa o regime de tutela, as normas de registo e o regime das Instituições Particulares de Solidariedade Social com objectivos de saúde da Região Autónoma da Madeira. Face à importância do papel que as IPSS de valência saúde desempenham na Região Autónoma da Madeira, especialmente como elementos integrantes do Sistema Regional de Saúde, urge criar um quadro legal que regule o âmbito da sua tutela, definindo o organismo da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais que fica responsável pelo relacionamento e pelo apoio às IPSS com objectivos de saúde, que defina as regras do seu registo e que defina o quadro do apoio a estas instituições, designadamente, o apoio financeiro e técnico. Afigura-se, por outro lado, fundamental institucionalizar o acordo de cooperação como instrumento contratual regulador das relações entre as instituições e a administração pública regional;
- Decreto regulamentar regional de criação de uma estrutura de coordenação (autónoma ou eventualmente integrada num serviço) que integre e articule os



diversos serviços com intervenção no campo da saúde mental. Esta estrutura deverá executar as estratégias de um Plano Regional da Saúde Mental e servirá de suporte a todas as acções de prevenção, tratamento, acompanhamento e reinserção;

- Decreto regulamentar regional que cria o Centro Regional de Alcoologia da Madeira. Constituindo o álcool, um dos principais problemas de saúde pública da Madeira, urge criar um Centro Regional de Alcoologia, que execute as opções estratégicas a definir no Plano de Acção contra o Alcoolismo, coordenando, em concertação transversal com as entidades públicas, privadas e IPSS as acções de prevenção, do tratamento e reabilitação das vítimas do alcoolismo, a promoção da investigação, a par de uma estratégia de reinserção familiar, social e laboral;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o regime jurídico das parcerias na saúde e na segurança social na Região Autónoma da Madeira com gestão e financiamentos privados. O estabelecimento de parcerias público-privadas tem por objecto a associação duradoura de entidades do sector privado e social para a construção de infra-estruturas e/ou para a gestão de serviços públicos.



IV.13. SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL

No sector **Segurança Social** afigura-se de primordial importância definir os princípios gerais e as normas enquadradoras gerais que deverão configurar o modelo do Sistema de Acção Social ao nível regional. É objectivo estabelecer o modelo e as formas inovadoras que deverão sustentar a intervenção regional no âmbito deste Sistema.

No que se refere à **Protecção Civil**, e na sequência das acções levadas a cabo nos últimos anos ao nível do reforço dos meios de apoio ao socorro e emergência, nomeadamente em termos do apoio a corporações de bombeiros e implementação de sistemas de comunicações integrados, verifica-se que a Região começa a colher os primeiros frutos ao nível do combate aos incêndios. Relativamente ao Verão de 2005 é possível apresentar uma situação bastante animadora, em contraste com o registado a nível do território nacional.

Em termos de perspectivas futuras, importa destacar os seguintes aspectos:

- Com a construção de túneis, possivelmente numa das mais elevadas percentagens de qualquer espaço europeu, importa aplicar os meios materiais adequados à sua segurança e formar os meios humanos necessários em intervenções cujo risco é potencialmente agravado;
- O território regional é de origem vulcânica e constitui uma área de risco geológico agravado para os seus habitantes, sendo que a identificação dos riscos geológicos constitui, também, um importante instrumento de apoio à decisão e à fundamentação para melhorar estratégias de planeamento e comportamentos da população;
- Face a uma cada vez mais intensiva utilização da orla costeira, importa, igualmente, agilizar o socorro prestado neste âmbito, por ser aquele onde se regista maior número de acidentes que requerem uma maior brevidade de intervenção e uma coordenação do socorro mais eficiente e eficaz. Desta forma, importa desenvolver uma política integrada e coordenada de socorro para as zonas costeiras;



- A evolução tecnológica conduz a uma crescente probabilidade de acidente NBQR (nuclear, biológico, químico e radiológico) e a acessibilidade à sua produção por grupos marginais permite admitir a possibilidade de um "acidente", com maior incidência para o risco biológico, pelo que importa deduzir os meios adequados para uma abordagem eficaz em paridade com o restante espaço comunitário. Além disso, a insularidade da RAM acentua e agrava as suas consequências, pelo que importa existir uma participação no planeamento e execução de exercícios de gestão de crise e assistência em casos de risco NBQR.

Constitui **objectivo prioritário** nesta área dotar a Região de meios cada vez mais eficazes para o apoio ao socorro e emergência.

As grandes **linhas de actuação** para o próximo ano, no âmbito da Protecção Civil, assentam em cinco vertentes:

- Componentes dos riscos nucleares, químicos, radiológicos e biológicos;
- Segurança e limitações dos riscos em zonas confinadas, nomeadamente em túneis;
- Riscos geológicos, como desabamentos e derrocadas;
- Socorro costeiro;
- Consolidação do dispositivo de socorro – equipamento dos novos quartéis.

Em 2006 estarão em curso os seguintes **projectos** da responsabilidade do Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira:

- "Aquisição de Equipamentos de Socorro", no âmbito do qual se pretende melhorar e diversificar os meios de socorro atribuídos aos corpos de bombeiros, em função da evolução dos riscos, com prioridade para a vida humana e o património urbano e natural, e, concluindo a rede de quartéis de Bombeiros, renovar e actualizar os equipamentos para sustentação ao combate a fogos florestais e fornecer os equipamentos especiais que se revelem adequados para uma intervenção NBQR e equipamentos especiais para intervenção em túneis;



- “Construção do Campo Escola”, prevendo-se a aquisição de terrenos para a construção de um campo escola para os bombeiros;
- “INUTECMED – Investigação e Desenvolvimento de Novas Tecnologias Aplicadas à Medicina de Urgências e de Emergências”, que constitui o desenvolvimento, nas ilhas da Macaronésia, de um programa de aplicação de novas tecnologias no campo da medicina de emergência nas três linhas claramente diferenciadas, porém intimamente interrelacionadas:
 - Desenho e instalação de um programa de desfibrilação precoce, apoiado na implantação de desfibriladores semiautomáticos (AED) em ambulâncias de suporte vital básico e em postos de emergência sanitária localizados em locais de grande afluência de público;
 - Transmissão de sinais biofísicos, disponibilizados, nomeadamente, por electrocardiograma, desde dois pontos geográficos equidistantes;
 - Elaboração de um histórico clínico informatizado em assistência extra hospitalar;
- “SAMARCAM – Rede de Salva-vidas Inter-insular para a Zona Canárias – Açores – Madeira”, que visa promover acções destinadas à melhoria das respostas às emergências nesta Zona, através da criação de uma estrutura permanente de colaboração inter-regional, dotando-a com embarcações de salvamento marítimo para intervenção na zona costeira e respectiva formação contínua de pessoal para o desenvolvimento técnico dos sistemas de salvamento marítimo. O projecto consiste na criação de ferramentas de gestão informática, conteúdos programáticos de formação, cenários de treino e manuais de procedimentos adaptados à medida das condições de operação dos três arquipélagos, constituindo um modelo homogéneo e reconhecido ao mais alto nível, podendo, inclusivamente, ser transposto para outras regiões insulares, periféricas ou de difícil acesso;
- “INTERTUNEL – Intervenção de Emergência em Túneis”, que tem por objectivo proporcionar à população da RAM, e a todos os que a visitam, condições de segurança idênticas às de qualquer outro espaço europeu. Especificamente, este



projecto visa efectuar obras de revestimento e equipamento de um túnel existente, mas de reduzida utilização pública, que a qualquer momento pode ser interrompido devido à existência de outras alternativas viárias, de forma a criar um espaço permanente para formar os recursos humanos necessários em intervenções reais de emergência em túneis, bem como efectuar exercícios de socorro. Pretende-se, desta forma, preparar grupos de intervenção em operações de socorro e emergência em túneis, bem como responsáveis pela segurança em túneis. Este projecto deverá, ainda, promover uma cooperação, entre o Chefe de Fila, o SRPCM, que terá a tutela da supra referida infraestrutura e um parceiro associado com experiência em formação em operações de socorro e emergência, desta feita, a Escola Nacional de Protecção Civil de Madrid, através do parceiro institucional DGSE de Canárias, que se encarregará de ministrar essa formação. Numa fase posterior, após a consolidação interna do projecto, pretende-se alargar esta experiência a outras regiões europeias, cujos túneis foram concebidos numa época em que as possibilidades técnicas e as condições de transporte eram muito diferentes das existentes, e que por isso não apresentam os requisitos mínimos de segurança, nem os meios humanos qualificados para intervenções de socorro e emergência em casos de acidentes.

Os projectos "Apoio à Construção de Quartéis de Bombeiros" e "Apoio às Associações de Bombeiros", ambos da responsabilidade do Gabinete da SRAS, visam contribuir para uma maior eficácia nas acções levadas a cabo por diversas corporações de bombeiros da Região.

Como **iniciativas legislativas** a implementar, registe-se a Proposta de Decreto Legislativo que aprova a orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira, medida considerada fundamental para adequar o serviço ao novo quadro legislativo que enforma este sector, às novas exigências que se colocam a esta actividade e às linhas gerais da política governamental em matéria de protecção civil. Urge também promover a regionalização de competências no sector.

No domínio das **Comunidades Madeirenses**, a acção do Governo centra-se no apoio aos movimentos associativos de madeirenses no mundo. Assistindo-se, por outro lado, a um certo envelhecimento das nossas populações emigradas e ao surgimento de segundas e



terceiras gerações de luso-descendentes, a política do Governo Regional tem incidido, também, na aproximação aos mais idosos e aos jovens, numa lógica de solidariedade devida aos primeiros e no desejo de contribuir para que os segundos se mantenham ligados à terra de origem dos seus ascendentes e defendam e promovam a imagem da Madeira nos seus actuais países.

Atendendo que a Região se tornou também num destino de acolhimento de imigrantes, o Governo Regional tem vindo a desenvolver uma acção de cooperação com as suas associações representativas, colaborando nomeadamente na organização de encontros no sentido de promover uma plena integração daqueles que procuram a Madeira como terra e local de trabalho.

As Casas da Madeira em território nacional continuam a receber apoio para a prossecução dos seus objectivos, designadamente no que se refere à projecção da imagem da Madeira e ao apoio aos madeirenses residentes nas respectivas áreas de influência.

Constituem **objectivos prioritários** da actividade programada para o ano de 2006:

- Preservar os laços existentes entre a Madeira e as suas Comunidades instaladas no estrangeiro, dando particular atenção aos idosos e aos luso-descendentes;
- Contribuir para a plena integração das comunidades imigrantes residentes na Madeira;
- Reforçar o apoio às Casas da Madeira em território nacional para que consolidem a implantação e representação nas suas áreas de influência.

Na realização dos objectivos acima enunciados, o Governo desenvolverá em 2006 as seguintes **acções**:

- Manutenção de uma presença constante junto dos madeirenses emigrados, incentivando e apoiando iniciativas dos seus movimentos associativos que tenham como objectivos a divulgação da nossa cultura e tradições e uma plena integração nos países de acolhimento;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

166

- Continuar a privilegiar o contacto directo, de forma a auscultar as preocupações dos nossos conterrâneos emigrados e a garantir a presença da Madeira nos momentos mais importantes e marcantes da vida das Comunidades;
- Continuar a apoiar os emigrantes mais idosos, em articulação com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, em actividades específicas de apoio a este grupo de pessoas, como é o caso do programa "Portugal no Coração";
- Cativar cada vez mais os luso-descendentes de origem madeirense, nomeadamente apoiando os projectos já existentes que tenham por objectivo a sua aproximação à Madeira, nomeadamente através dos "jogos escolares", em colaboração com a Secretaria Regional de Educação, e do programa "Conhece as tuas Origens" com a colaboração da Direcção Regional da Juventude;
- Apoiar e fomentar as iniciativas de clubes e associações das Comunidades para que estas promovam intercâmbios culturais e desportivos com a Região;
- Prestar o apoio à realização do Conselho e do Congresso das Comunidades Madeirenses, e intervir no sentido de que as suas recomendações sejam cumpridas;
- Promover a melhoria permanente das condições em que ainda se processa alguma emigração temporária, zelando pela observância das disposições legais e assegurando os contactos essenciais com vista à melhoria global das suas condições de trabalho e de vida nos seus países de acolhimento;
- Apoiar a elaboração de estudos sobre emigração que sejam de interesse para a Região;
- Garantir uma informação ampla de e para as Comunidades Madeirenses, nomeadamente através da publicação do boletim informativo regional "Madeira Emigrante";
- Promover o diálogo com outras entidades regionais, nacionais e internacionais que abordem o fenómeno migratório, nomeadamente com a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, o Alto Comissariado para os



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

167

Assuntos de Imigração e Minorias Étnicas, a Comissão Interministerial para as Migrações e Comunidades Portuguesas e outros que se afigurem pertinentes;

- Incentivar o movimento associativo dos imigrantes e apoiar as iniciativas das associações de imigrantes que visem a sua integração na sociedade madeirense e a sua ligação às respectivas origens;
- Apoiar as Casas da Madeira em território nacional e proceder a um levantamento das suas necessidades específicas.



IV.14. HABITAÇÃO E URBANISMO

HABITAÇÃO

A atenção permanente para com os estratos populacionais que precisam de apoio para atingirem o nível e a qualidade de vida aceitáveis, aliada ao compromisso para com a integração social, urbanística e ambiental, constitui a linha orientadora dos programas e investimentos do Governo Regional no sector da habitação. É graças a esta orientação, consubstanciada na implementação de vários programas de apoio, que a Região Autónoma da Madeira apresenta hoje a maioria das situações de carência habitacional resolvidas.

Tal política social já permitiu apoiar cerca de 14 mil famílias, correspondendo a cerca de 25% da população da Região Autónoma da Madeira. Foram disponibilizados cerca de seis mil fogos para arrendamento social, cerca de 1400 fogos para venda a preços sociais e apoiados cerca de 2500 fogos de iniciativa das cooperativas de habitação. Mais de 3500 habitações particulares foram apoiadas na sua recuperação e foram ainda disponibilizados cerca de 400 lotes em direito de superfície para autoconstrução.

Em 2006, o Governo Regional vai prosseguir os seus programas e investimentos no sector da habitação por toda a Região, destinados, nomeadamente, à construção ou aquisição de fogos para arrendamento social e para venda a preços sociais (habitação económica) e com os apoios às cooperativas de habitação e à recuperação e aquisição de casa própria. Paralelamente, serão incrementadas as iniciativas dirigidas à revitalização e reabilitação do parque habitacional público e privado, para além das iniciativas ao nível dos equipamentos sociais, infra-estruturas e arranjos urbanísticos e paisagísticos.

O Governo Regional, através da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E., prevê implementar, em 2006, acções concretas de apoio integral ou complementar que permitirão solucionar os problemas habitacionais de cerca de duas mil famílias, o que contribuirá decisivamente para erradicar a maioria das situações de carência ainda sentidas. Estão previstas várias **medidas e acções**, nomeadamente:



- Realização de acordos de colaboração com o Governo da República e com os municípios, com vista à construção ou aquisição de Fogos para arrendamento social;
- Manutenção de projectos de apoio à integração social, envolvendo as áreas de protecção social, saúde, educação e emprego, através, nomeadamente, da continuação e reforço dos projectos "Clubes de Emprego" e "Férias Vivas";
- Dinamização de acções com vista à melhoria das infra-estruturas e equipamentos sociais;
- Desenvolvimento de acções nos domínios da conservação e reabilitação do parque habitacional;
- Habitação para venda a preços sociais (habitação económica);
- Apoio a cooperativas de habitação económica;
- Cedência de terrenos, em direito de superfície, para autoconstrução;
- Apoio a famílias na recuperação das suas habitações, alargando o âmbito de intervenção dos actuais programas PRID e RAVP;
- Desenvolvimento de acções no domínio do arrendamento, com vista à dinamização do mercado privado de arrendamento para fins sociais, em particular no âmbito do incentivo ao arrendamento por jovens.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

Uma correcta política de ordenamento do território constitui condição imprescindível ao desenvolvimento harmonioso e sustentável da Região e, conseqüentemente, à qualidade de vida e bem-estar da sua população. Neste sentido, importa garantir a todo o território regional determinados padrões de qualidade de vida e de ambiência urbana, generalizando o acesso qualificado da população aos principais equipamentos e serviços colectivos.



Neste domínio destacam-se como principais **prioridades de actuação** a desenvolver em 2006:

- Consolidação e implementação dos instrumentos de gestão territorial, através do acompanhamento da execução das medidas e intervenções neles previstas, em articulação com as restantes entidades com competências na matéria, designadamente com as autarquias locais;
- Promoção da qualidade de vida das populações, através do reforço dos níveis de infra-estruturação básica e da qualificação dos seus espaços públicos, zonas verdes, mobiliário urbano e equipamentos sócio-desportivos e culturais;
- Protecção e gestão integrada da orla costeira, designadamente através da promoção de acções de requalificação, valorização e monitorização do litoral, potenciando a qualificação dos seus espaços e promovendo seu usufruto pela população;
- Implementação de infra-estruturas, equipamentos públicos de desenvolvimento sócio-cultural e de apoio social, numa óptica de um desenvolvimento equilibrado e socialmente justo do espaço regional;
- Requalificação do património edificado de interesse relevante;
- Melhoria da mobilidade local, visando a melhoria da acessibilidade intra-regional e o pleno aproveitamento dos recursos regionais;
- Promoção de apoio técnico às autarquias locais através do GATAL – Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais, designadamente em termos do planeamento, concepção e fiscalização de obras nos domínios da rede viária, reabilitação e renovação urbana e construção de equipamentos sócio-culturais e desportivos de apoio ao desenvolvimento social, de forma a garantir o seu imprescindível contributo e participação no processo de desenvolvimento da Região.

Como **acções e projectos** mais relevantes deste sector a desenvolver no âmbito do PIDDAR 2006, destacam-se os seguintes:



- Arranjo Urbanístico do Largo da Freguesia de S. Roque;
- Zona Balnear do Garajau;
- Centro Cívico de S. Martinho;
- Centro Social e Paroquial de Santa Cruz;
- Centro de Saúde, Segurança Social e Centro de Dia dos Prazeres;
- Reforço da Protecção Marítima da Ribeira Brava;
- Arranjo Urbanístico dos Lamaceiros – Porto Moniz;
- Centro Cívico da Ribeira Brava;
- Centro de Dia do Jardim do Mar;
- Protecção Marítima da Ponta Delgada;
- Praceta para convívio comunitário da Serra d'Água;
- Praceta para convívio comunitário da Tabua.

Salienta-se no domínio da **hidráulica torrencial** as intervenções no âmbito da regularização, canalização e ordenamento de ribeiras e córregos, – visando atenuar os riscos de cheias e, simultaneamente com o reforço da segurança das populações, valorizar socialmente os terrenos marginais aos cursos de água, tendo por base a adequada monitorização dos mesmos.

Como obras mais relevantes salientam-se as obras de canalização das ribeiras de Santo António a montante da estrada de circunvalação, de Santa Luzia a montante da Ponte da Fundoa, da Ribeira de Machico – nos Sítios da Ribeira Grande e Marços e das Ribeiras de S. Vicente e da Tabua.



IV.15. DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

As actuações em matéria ambiental programadas para 2006 enquadram-se na estratégia definida no Plano Regional de Política do Ambiente e nos demais instrumentos de planeamento estratégico que têm por objecto componentes e factores ambientais de primordial importância, como sejam, nomeadamente, o Plano Regional da Água da Madeira e o Plano Estratégico de Resíduos da Região Autónoma da Madeira e os instrumentos de ordenamento do território em vigor, os quais contribuem e/ou interagem na consecução dos seguintes **grandes objectivos da política ambiental**:

- Bem-estar sustentável da população com padrões elevados de qualidade de vida;
- Adequação ambiental das actividades económicas;
- Valorização do património natural e da paisagem humanizada.

Uma das grandes vertentes da gestão ambiental é constituída pelo domínio do saneamento básico ambiental. Este domínio exige uma dotação adequada em importantes infra-estruturas básicas nas áreas de resíduos sólidos, dos resíduos especiais, das águas residuais e do abastecimento de água.

Abastecimento de Água

A gestão dos recursos hídricos é da responsabilidade da empresa "IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A." a quem foi atribuída a concessão da exploração destes recursos, no quadro da política definida pela Região, tendo em conta os normativos nacionais e comunitários sobre a matéria.

No domínio dos recursos hídricos têm sido realizados vultuosos investimentos em infra-estruturas, com o objectivo de assegurar um abastecimento regular, contínuo e eficiente aos utilizadores.

As maiores obras realizadas ou em curso subordinam-se a uma lógica de interligação das origens com vista a otimizar a satisfação das necessidades de abastecimento público, regadio e produção de energia eléctrica.



O Plano Regional da Água da Madeira visa o desenvolvimento de uma política integrada, no tempo e no espaço, dos recursos hídricos disponíveis, constituindo um instrumento que equaciona as bases para a gestão deste recurso e dá enquadramento e coerência aos investimentos regionais a realizar até 2020.

A política de gestão neste domínio obedece a uma perspectiva de racionalização de consumos, valorização e preservação destes recursos, de garantia da qualidade ambiental e sustentabilidade económica dos sectores públicos relacionados com o domínio hídrico. Este Plano está integrado no Plano Nacional da Água, dando cumprimento às disposições legais em matéria de águas de abastecimento público e residuais, em particular no que respeita às imposições insertas na Directiva Quadro da Água.

Águas Residuais

Com o objectivo de dotar, de uma forma progressiva, todos os concelhos e freguesias da Região de sistemas de destino final adequados, em ordem a melhorar as condições de salubridade pública e a preservar a qualidade do meio receptor, que é o mar, têm vindo a ser criadas ou está programado o lançamento, a curto prazo, de um conjunto de infra-estruturas de saneamento básico, em parceria com os municípios.

Encontram-se já concretizadas importantes intervenções ao nível dos sistemas de destino final de águas residuais em diversos aglomerados populacionais, designadamente em Câmara de Lobos, Funchal, Caniço, Santa Cruz, Porto Moniz, Ponta do Sol, Gaula, Santana, Machico, São Vicente e Ribeira Brava.

O desenvolvimento das acessibilidades e das redes de abastecimento de água, a dinâmica territorial, bem como as exigências comunitárias estabelecidas na Directiva n.º 91/271/CEE (transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de Junho), são os principais factores que têm contribuído para conferir uma maior importância às intervenções neste domínio, não só em termos de cobertura territorial, mas também em termos de melhoria dos padrões de qualidade de sistemas de tratamento já existentes, de modo a torná-los compatíveis com as normas ambientais vigentes e a enquadrá-los no Plano Regional da Água.



As imposições comunitárias nesta matéria implicam que todos os aglomerados com mais de 15.000 habitantes deverão estar dotados de sistemas de tratamento secundário de águas residuais, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação atrás referenciada, os quais têm por base o grau de sensibilidade dos meios de descarga dos efluentes. Esta exigência obriga à reformulação de sistemas existentes, nomeadamente o do Funchal e o de Câmara de Lobos.

De entre as **obras a desenvolver** em 2006 destacam-se, além do prosseguimento de investimentos em curso, a construção, reformulação e lançamento dos seguintes sistemas de destino final de águas residuais: Zona Baixa do Campanário; Paul do Mar, Prazeres e Jardim do Mar; Calheta, Arco da Calheta e Estreito da Calheta; Ponta Delgada; Boaventura; São Jorge e Ilha; Faial e São Roque do Faial; Nogueira (Camacha); Santo da Serra – Sistema interceptor; reformulação dos Sistemas de Tratamento de Funchal, Câmara de Lobos e Caniço; elaboração de projectos de execução dos sistemas de destino final de Ponta do Pargo, Achadas da Cruz e Jardim da Serra.

Resíduos Sólidos

No domínio dos resíduos sólidos, o desenvolvimento das infra-estruturas e a exploração do sistema integrado de transferência, triagem, valorização e tratamento é da incumbência, no âmbito do contrato de concessão, em regime de serviço público e de exclusividade, da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada em 2004 com a denominação “Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.”.

No prosseguimento de uma política integrada de gestão de resíduos, baseada nos princípios de redução, reutilização e reciclagem e de canalização para destinos adequados de determinados resíduos específicos, tem vindo a ser implementado, em conformidade com Plano Estratégico de Resíduos da RAM, um sistema integrado de recolha, tratamento, valorização e deposição dos resíduos sólidos urbanos, através de soluções tecnologicamente testadas e que cumprem exigentes requisitos de qualidade ambiental, a par de medidas que visam a gestão e transporte de resíduos, a fim de serem reciclados fora da Região.



De entre os investimentos em infra-estruturas a realizar em 2006 destacam-se os referentes a projectos co-financiados pelo Fundo de Coesão que integram o sistema integrado de transferência, triagem, valorização e tratamento, nomeadamente os respeitantes aos projectos "Concepção/Construção/Operação da Ampliação e Remodelação da ETRS da Meia Serra", "Construção e Operação dos Sistemas de Transferência e Triagem de Resíduos da RAM (Estação de Transferência da Zona Oeste, Estação de Transferência da Zona Leste, Estação de Triagem da Madeira e Centro de Processamento de Resíduos Sólidos de Porto Santo)" e "Selagem do Aterro de Porto Santo".

No âmbito das obrigações decorrentes do contrato de concessão está prevista, no PIDDAR para 2006, a participação financeira nos seguintes principais

investimentos/acções:

- Apoio à concretização de investimentos complementares às intervenções anteriormente referidas, nomeadamente os respeitantes a aquisição de terrenos para a construção e operação dos Sistemas de Transferência e Triagem da RAM, à valorização da área envolvente à ETRS da Meia Serra, à regularização do pavimento do Parque de Pneus, à concepção e construção de uma estação de tratamento de escórias e à regularização do vazadouro junto ao porto das Salemas, no Porto Santo;
- Comparticipação em despesas de exploração do sistema, quer a título de indemnizações compensatórias, pela adopção de tarifas sociais, quer para apoio à gestão e envio de resíduos para reciclagem fora da Região e para optimização e valorização do sistema de gestão de resíduos;
- Aumento de capital da Valor Ambiente, S.A. e execução do Programa de Equilíbrio Financeiro do Sistema.

Qualidade do Ambiente

As acções nesta área de intervenção visam, essencialmente, a optimização da gestão ambiental com base num conjunto de indicadores de qualidade ambiental, obtidos e gerados através da monitorização ambiental, o que leva a dar continuidade a projectos



já iniciados e a equacionar a necessidade de criação de um Laboratório de Referência para a Qualidade do Ambiente. Tais acções têm como fundamento as linhas de orientação estratégica estabelecidas no Plano Regional de Política do Ambiente e incluídas no Plano Regional da Água da Madeira onde se salienta a necessidade permanente de caracterizar a situação actual, identificando-se a falta de indicadores do estado do ambiente em todas as suas vertentes.

Nesta perspectiva, proceder-se-á, em 2006, ao aprofundamento da caracterização de base e ao prosseguimento das actividades de monitorização.

No que respeita à protecção das águas de superfície interiores, das águas costeiras e das águas subterrâneas, a implementação da Directiva Quadro da Água (Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000), a qual constitui o principal instrumento da política europeia no domínio da água, exige o desenvolvimento de um conjunto de acções a implementar de acordo com a calendarização definida na mesma Directiva. As responsabilidades atribuídas à Direcção Regional de Ambiente, em Julho de 2004, enquanto autoridade competente no domínio da água para consumo humano, implicam igualmente uma maior abrangência de acção nesta vertente, nomeadamente em termos de normalização e formatação da informação de base referente à qualidade da água para consumo humano.

No que se refere à monitorização da qualidade do ar, deverá ser alargada a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar, com a instalação de uma estação em espaço rural, e serão integrados analisadores nas estações existentes, de modo a dotá-las dos equipamentos necessários à execução de acções de monitorização de outros poluentes que assumirão carácter obrigatório nos próximos anos, como sejam o chumbo e o benzeno. Além disso, o funcionamento eficiente e eficaz da rede, que deverá apresentar taxas de recolha e disponibilização de dados na ordem dos 90%, implica a aquisição de equipamentos e peças de reserva, bem como a realização de acções de formação profissional.

Para 2006, relevam-se as seguintes **iniciativas** neste domínio:

- Optimização dos sistemas de monitorização da qualidade do ar e da actividade de divulgação da informação ao público; instalação de uma estação em espaço



rural, com vista à salvaguarda dos ecossistemas; realização de campanhas de avaliação da qualidade do ar;

- Caracterização de fontes poluidoras, nomeadamente para a constituição do Inventário Regional de Emissões Atmosféricas, para apoio à actividade de Inspeção Ambiental e para a produção de indicadores associados à execução da Directiva IPPC e ao Sistema Nacional de Inventário de Emissões de Gases com Efeito de Estufa, salvaguardando o enquadramento destas acções no Plano Nacional para as Alterações Climáticas;
- Prosseguimento de acções de monitorização de substâncias perigosas na água, sedimentos e *biota*, bem como identificação e caracterização das actividades industriais e todas as outras, cujas descargas tóxicas ou difusas de substâncias no meio hídrico contenham, potencialmente, uma ou mais substâncias abrangidas pelas directivas comunitárias existentes sobre a matéria;
- Programação e desenvolvimento de acções prioritárias para cumprimento das obrigações decorrentes da transposição para o direito nacional das directivas comunitárias, na sequência dos resultados obtidos na etapa de identificação de actividades atrás referida;
- Identificação das massas de água poluídas por nitratos de origem agrícola (Directiva 2000/60/CE e Directiva 91/676/CEE);
- Avaliação ambiental das principais ribeiras da Madeira e estabelecimento de planos de acção com o objectivo de manter, aos níveis europeus, a qualidade das massas de água regionais, e em particular a qualidade ecológica das ribeiras da ribeiras da Madeira, em conformidade com a Directiva Quadro da Água;
- Promoção de sistemas adequados de tratamento, de modo a resolver um dos problemas de poluição industrial;
- Criação, estudo e intercâmbio de indicadores de desenvolvimento sustentável, envolvendo as regiões de Madeira, Açores e Canárias e desenvolvimento do Sistema Regional de Informação Ambiental;



- Realização de estudo detalhado sobre o clima do arquipélago da Madeira, produção de cartografia climática, construção de cenários climáticos futuros e realização de estudos de impacto e sobre medidas de adaptação às alterações climáticas em vários sectores de actividade;
- Concepção do estudo prévio e elaboração do caderno de encargos para a construção do Laboratório de Referência da Qualidade do Ambiente.

Conservação da Natureza e Gestão dos Espaços Naturais

A Região Autónoma da Madeira possui uma multiplicidade de *habitats*, de espécies e de paisagens que urge conservar, salvaguardando-as para o futuro. A necessidade de preservar o Património Natural e Cultural levou à criação de diversas áreas protegidas na Região, as quais integram um conjunto valioso e diversificado de valores patrimoniais. Muitos dos ecossistemas existentes foram reconhecidos internacionalmente, tendo sido atribuídos à Floresta Laurissilva o Galardão da UNESCO como Património Natural (a qual já detinha a classificação de Reserva Biogenética do Conselho da Europa), à Reserva Natural das Ilhas Desertas a classificação de Reserva Biogenética do Conselho da Europa para Áreas Protegidas e à Reserva Natural das Ilhas Selvagens o Diploma Europeu. O reconhecimento associado à atribuição de galardões, classificações e estatutos de protecção e a consciencialização do público no que concerne à conservação da natureza tem originado uma crescente procura destes locais e uma responsabilidade acrescida na sua gestão.

A riqueza e importância deste património biológico obrigam-nos a continuar o trabalho de aprofundamento do conhecimento, de preservação e de conservação da natureza. No prosseguimento desse trabalho importa assegurar a compatibilização do desenvolvimento económico com os objectivos de protecção, sobretudo evitando pressões sobre os sistemas naturais, terrestres e marinhos.

Numa outra perspectiva, este sector deverá ter como linha orientadora a manutenção da paisagem encarada como um recurso económico e factor de desenvolvimento das populações locais, já que constitui um dos principais atractivos da Região.



As acções e investimentos previstos para 2006 nos domínios da conservação, valorização e promoção do Património Natural visam a prossecução dos seguintes

objectivos prioritários:

- Dinamizar e desenvolver acções que se inserem na política de ordenamento do território e de gestão coordenada dos espaços naturais, promovendo os seus múltiplos usos de forma compatibilizada com a defesa da paisagem e do *habitat* rural, a conservação da biodiversidade e valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento de actividades sustentáveis relacionadas com esses recursos, como sejam o desporto ao ar livre e o contacto com a Natureza;
- Desenvolver iniciativas de sensibilização e de informação das populações locais e dos visitantes e turistas relativamente a valores ambientais, culturais e paisagísticos, bem como à sua utilização de modo sustentável.

As intervenções neste domínio envolvem **actuações** concertadas, da responsabilidade da Direcção Regional de Ambiente, do Parque Natural da Madeira e da Direcção Regional de Florestas, as quais visam o cumprimento da legislação em vigor referente às áreas protegidas da RAM e dos Sítios da Rede Natura 2000, assim como a aplicação de directivas comunitárias e demais legislação internacional.

Da **Direcção Regional do Ambiente:**

- Desenvolvimento de um projecto, em cooperação com Canárias, sobre as espécies ameaçadas da Macaronésia (seguimento e planificação), que envolve a realização de estudos e a produção de material de informação e divulgação;
- Incentivo à realização de estudos sobre a biodiversidade dos ecossistemas presentes nos vários lugares protegidos e desenvolvimento de planos específicos de protecção e recuperação de espécies e *habitats* degradados e em perigo;
- Prosseguimento de acções visando a criação de uma rede de áreas marinhas protegidas do arquipélago da Madeira, tendo em vista preservar um conjunto de *habitats* e espécies existentes nessas áreas;



- Dinamização de processos de elaboração de Planos de Gestão das Áreas Protegidas e respectivo Plano Sectorial da Rede Natura 2000, em ordem a cumprir as exigências comunitárias;
- Criação, na *World Wide Web*, de um portal completo sobre a fauna e flora endémicas da Madeira;
- Obtenção de informação e de estudos rigorosos sobre a fauna e a flora dos arquipélagos macaronésicos e posterior criação de uma ferramenta informática que permita efectuar análises e estudos relacionados com a conservação e gestão de *habitats* e espécies existentes nos mesmos;
- Coordenação do processo de elaboração de uma proposta de regulamentação da actividade relativa a Mergulho Amador na RAM, bem como de preparação de um plano de desenvolvimento que inclua, entre outras vertentes, a valorização económica desta actividade.

Do [Parque Natural da Madeira](#):

- Prosseguimento de actividades e reforço de meios e equipamentos de apoio, com vista a preservar *habitats* e espécies prioritárias (lobo-marinho e freira-do-Bugio) existentes na Reserva Natural das Ilhas Desertas, as quais passam, essencialmente, por: fiscalização da Reserva; monitorização daqueles *habitats* e espécies; colocação de placas informativas no percurso definido para os visitantes e produção de material de divulgação; apetrechamento dos vários espaços existentes nas instalações da Deserta Grande que já beneficiaram de melhoramentos; finalização da construção da rampa de varagem para os botes e lancha semi-rígida e introdução de melhoramentos na Unidade de Reabilitação para Lobos-marinhos;
- Desenvolvimento de medidas urgentes, no âmbito de um projecto co-financiado pela União Europeia através do Programa LIFE NATUREZA, visando a recuperação da freira do bugio *Procellariforme*, endémico dos Arquipélagos da Madeira e de Cabo Verde, que é uma ave marinha classificada entre as vinte e quatro espécies de aves mais ameaçadas de extinção na Europa. As medidas



previstas passam pela criação de condições que conduzam à recuperação do seu *habitat* de nidificação; pela promoção da sua expansão para áreas com *habitat* de nidificação disponível e em boas condições no Bugio e na Deserta Grande; e pela identificação das áreas de ocorrência da espécie em meio marinho durante o seu ciclo de vida e incentivo a acções de conservação da espécie e do seu *habitat*;

- Melhoramento e colocação de sinalética ao longo do percurso existente na área protegida da Ponta de S. Lourenço;
- Realização de diversas acções de gestão e vigilância na Reserva Natural das Selvagens (que detém o Diploma Europeu do Conselho da Europa e é Sítio da Rede Natura), com o objectivo de contribuir para a manutenção da biodiversidade mundial, através da protecção de importantes áreas de nidificação de aves marinhas raras, da protecção de uma flora exclusiva, com espécies únicas, e para a manutenção de *stocks* de pesca nesta área do Atlântico, as quais consistem, designadamente no melhoramento das infra-estruturas, incluindo a realização de obras de manutenção na rampa de acesso a terra; na renovação das fontes de energia limpa existentes na Reserva; na instalação de sinalética; na aquisição de equipamentos, como seja um bote semi-rígido; o controlo da planta invasora denominada Tabaqueira (*Nicotiana glauca*); e a realização de estudos sobre as aves nidificantes;
- Prosseguimento de acções visando a conservação e a salvaguarda da Floresta Laurissilva, de que se destacam a eliminação de diferentes espécies vegetais exóticas e controlo de outras que se encontram em competição com a flora natural, ameaçando a sobrevivência de espécies indígenas; o desenvolvimento de trabalhos no campo para identificação do problema das invasoras e infestantes e a divulgação desta problemática junto da população estudantil e da comunidade científica; (note-se que a Laurissilva é classificada como Zona de Protecção Especial no âmbito da Directiva Aves Selvagens, Sítio de Interesse Comunitário ao abrigo da Directiva *Habitats*, constitui Reserva Biogenética do Conselho da Europa e está incluída na Lista do Património Natural Mundial da UNESCO);



- Prosseguimento de acções de conservação e de recuperação de todo o *habitat* de ocorrência da espécie endémica da Ilha da Madeira, denominada Freira da Madeira *Pterodroma madeira*, que nidifica na área do Maciço Montanhoso Oriental da Ilha da Madeira, numa área restrita localizada entre o Pico do Areeiro e o Pico Ruivo. Esta ave marinha está classificada como *Em Perigo*, encontrando-se incluída no Anexo I da Directiva Aves e no Anexo II da Convenção de Berna. As acções referidas são co-financiadas no âmbito do projecto co-financiado pela União Europeia, através do Programa LIFE - Natureza (20%), e pelo FFI - Fauna e Flora Internacional (10%);
- Manutenção do percurso pedonal que integra a lista de Percurso Pedestres Recomendados e está localizado em área do Parque Natural da Madeira entre o Pico do Areeiro e a Achada do Teixeira, percurso que constitui, também, acesso à área de nidificação da ave endémica Freira da Madeira;
- Sensibilização e divulgação, junto de toda a população da Região, com principal incidência nas escolas e estabelecimentos de ensino, Casas do Povo, instituições públicas e privadas e agentes directamente envolvidos nesta questão (viveiristas, floristas, associações agrícolas, entre outros), sobre a problemática relacionada com os impactes causados pelas plantas invasoras nas áreas protegidas existentes no arquipélago da Madeira, incluindo aspectos como a prevenção, o controlo e os meios de combate;
- Desenvolvimento de acções de experimentação e demonstração sobre métodos de afugentamento e exclusão do Pombo-trocaz *Columba trocaz*, em ordem a compatibilizar as necessidades ecológicas desta ave endémica e exclusiva da Madeira com os interesses da população rural, o que passa, nomeadamente, pelo arrendamento de terrenos que servirão de campos experimentais, principalmente na zona do Chão da Ribeira e em Santana;
- Implementação, com apoio do Programa LEADER+, de um Centro Interpretativo nas instalações existentes na Reserva Natural da Rocha do Navio, melhoria de sinalética das áreas protegidas do concelho de Santana e criação/edição de um



guia de percursos e de diverso material promocional e de divulgação sobre o património cultural e natural existente no mesmo concelho;

- Prosseguimento de diversas actividades relacionadas com a informação/sensibilização ambiental, no âmbito da acção do Centro de Informação do Serviço do Parque Natural da Madeira, tendo em vista dar a conhecer as riquezas naturais existentes nas Áreas Protegidas da RAM e consciencializar e co-responsabilizar o público em geral na salvaguarda e conservação do Património Natural, envolvendo, nomeadamente o planeamento e realização de acções de divulgação, sob a forma de palestras, exposições, visitas de estudo e jogos didácticos, provas de orientação nas áreas de Laurissilva e Rocha do Navio; a elaboração de brochuras e folhetos divulgativos e documentos de apoio às diferentes actividades e a elaboração de livros didácticos e informativos sobre as áreas protegidas;
- Prosseguimento de investimentos e acções no domínio da gestão das reservas marinhas já instituídas (Reserva Natural Parcial do Garajau e Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio) tendo em vista garantir a integridade das reservas e melhorar o estatuto de protecção das mesmas; desenvolver acções de informação e sensibilização junto das várias camadas da população e dotar a Reserva do Garajau de condições para a sua utilização para fins científicos e recreativos, nomeadamente mediante a aquisição de equipamentos de mergulho e de um pequeno barco de apoio à Reserva, bem como de produção de material de divulgação;
- Desenvolvimento de um projecto de cooperação, no âmbito do Programa INTERREG III B, o qual consiste na caracterização biofísica do litoral macaronésico e reavaliação das actuais Áreas Marinhas Protegidas, envolvendo a realização de levantamentos de campo necessários; na difusão do conhecimento sobre o meio marinho macaronésico; na identificação de problemas e consequente proposta de alternativas para a respectiva resolução;
- Realização de estudos que permitam fundamentar a adopção de medidas e nova regulamentação que permitam a necessária compatibilização entre a preservação



e manutenção da riqueza ecológica e o desenvolvimento sustentado, através de uma correcta estratégia de conservação e gestão do Parque Natural da Madeira que permita a concretização dos seus objectivos, no quadro de um plano de ordenamento; divulgação do vasto Património da Região e concepção e elaboração de material de divulgação para apoio a exposições itinerantes;

- Realização de acções identificadas no diagnóstico sobre as necessidades de formação, com vista ao reforço e desenvolvimento de competências profissionais dos Vigilantes da Natureza, designadamente nos domínios de primeiros socorros, navegação marítima e manutenção de equipamentos de mecânica.

Da Direcção Regional de Florestas:

- Desenvolvimento de acções com vista a melhorar o conhecimento da flora e da fauna da RAM, a promover estratégias de conservação, *ex situ* e *in situ*, da diversidade vegetal do arquipélago da Madeira, com destaque para a Laurissilva e a contribuir para assegurar a perenidade dos endemismos macaronésicos e madeirenses ameaçados de extinção, das quais se destaca, em 2006, a realização de Censos à avifauna cinegética das Ilhas da Madeira e Porto Santo, a construção e melhoramento de infra-estruturas destinadas ao banco de germoplasma e seu apetrechamento e o desenvolvimento de acções visando a conservação e a recuperação de espécies vegetais raras e em vias de extinção.

Educação e Informação Ambiental

A Educação Ambiental tem um papel fundamental a desempenhar na sensibilização e formação dos cidadãos, de forma a incentivá-los a tornarem-se pró-activos na defesa e melhoria do ambiente. O alargamento do acesso a oportunidades de formação de que vêm beneficiando as gerações mais jovens e os adultos possibilitará um processo de aprendizagem ao longo da vida.

A Educação Ambiental é o meio mais eficaz que a sociedade possui para fazer face aos desafios futuros associados a um processo de desenvolvimento sustentável.

Para que a participação da sociedade civil seja consistente e duradoura terá de ser sustentada em informação adequada sobre o panorama ambiental regional, seus



problemas e soluções possíveis. O desenvolvimento sustentável requer não só cidadãos activos e conhecedores, mas também decisores informados.

Com este intuito, foi criado um conjunto de acções/projectos de educação ambiental, no sentido de disponibilizar aos cidadãos as ferramentas básicas que facilitem a implementação de medidas tendentes a promover um desenvolvimento sustentável.

Assim, em 2006 será dada continuidade a importantes projectos e serão desenvolvidas novas iniciativas, envolvendo, nomeadamente, os seguintes **investimentos e acções**:

- Desenvolvimento de actividades práticas de educação ambiental orientadas para as escolas do 1.º ciclo do ensino básico da RAM;
- Desenvolvimento de actividades de educação e informação ambiental nas escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário da RAM;
- Realização de acções de informação e educação ambiental junto de outros estratos populacionais – população mais idosa, domésticas e reformados;
- Desenvolvimento de acções de informação e/ou de divulgação ligadas à participação e consulta pública no âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, da campanha Bandeira Azul e relacionadas com o património ambiental natural;
- Implementação de um conjunto de acções de e-formação, na área da Educação Ambiental, destinadas ao cidadão comum, a formadores e a agentes turísticos da RAM;
- Criação de uma Rede de Núcleos de Educação e Informação Ambiental da Macaronésia, em que estarão interligados todos os Centros de Educação Ambiental daquela zona geográfica, através de um portal de Educação Ambiental na *World Wide Web*;
- Implementação de um Núcleo de Educação Ambiental na Zona do Fibeiro Frio e desenvolvimento de actividades de educação ambiental destinadas aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário;



- Desenvolvimento de acções práticas de limpeza e manutenção de áreas florestais e erradicação de infestantes, no âmbito do projecto “Voluntariado Ambiental”.

Requalificação e intervenção ambiental

Inserem-se neste domínio as actividades orientadas para a valorização da paisagem, para fomentar a criação de espaços verdes e de lazer, para a requalificação de espaços degradados e para a prevenção de riscos naturais.

Num espírito de colaboração com as autarquias e outros organismos, têm vindo a ser elaborados projectos de zonas verdes, no sentido de fomentar espaços de recreio e lazer para a população de diversos concelhos da Região, contribuindo, deste modo, para a melhoria da qualidade de vida dos madeirenses e para o enriquecimento do património natural da Região, encarada na sua globalidade.

No sentido de preservar os espaços envolventes da cidade do Funchal, tem vindo a ser implementado o projecto “Tampão Verde”, ao qual será dada continuidade nos próximos anos.

Numa perspectiva de promover a qualidade cénica da paisagem ou a sua salvaguarda têm sido emitidos pareceres relativos a intervenções sobre o espaço físico.

Relativamente ao recurso solo, o mesmo tem merecido, nos últimos anos, particular atenção por parte da administração regional, a qual assumiu a necessidade de serem definidos locais com capacidade para absorver o depósito controlado de terras, em condições de segurança e estabilidade. Por outro lado, o Governo Regional detém uma Carta de Riscos de Erosão Hídrica que contém medidas específicas de combate ao fenómeno, pelo que se perspectiva a sua divulgação e a implementação dos princípios nela consignados.

Das **acções** a desenvolver em 2006 destacam-se as seguintes:

- Promoção de acções orientadas para a melhoria das actuações nas áreas das intervenções de emergência, incêndios, prevenção de inundações, riscos sísmicos e outras catástrofes naturais;



- Definição de medidas regulamentares e administrativas de gestão, tendo em vista a valorização da paisagem como recurso, que permitam não só salvaguardar as características que imprimem beleza ao território, mas também a revitalização de cenários degradados;
- Participação no estabelecimento da Reserva Ecológica Regional, nomeadamente no trabalho de Levantamento, Classificação e Requalificação da Estrutura Verde Regional e na Recuperação Ecológica das Linhas de Água, encarando a paisagem como um dos principais recursos da Região;
- Prosseguimento do projecto "Tampão Verde", com o objectivo de preservar os espaços verdes envolventes da cidade, o que contribuirá para o controlo da expansão urbana, a criação de zonas de lazer e o desenvolvimento de áreas de educação ambiental, desporto e recreio;
- Intervenções em áreas que necessitam de recuperação, nomeadamente areeiros e pedreiras abandonados, antigas lixeiras, vazadouros clandestinos ou antigas áreas industriais;
- Promoção de acções de valorização do recurso solo, através da criação de uma bolsa de materiais de qualidade que possa ser colocada à disposição de quem dela necessite, a par de iniciativas visando a valorização de materiais actualmente desperdiçados, mas que apresentam potencial para correcção da estrutura e potencial agronómico dos solos;
- Aprovação e regulamentação da Carta de Riscos de Erosão Hídrica da Ilha da Madeira.

Inspeção ambiental

No âmbito da inspeção ambiental tem-se procurado maximizar os recursos existentes, intervindo em sectores de actividade económica e/ou áreas geográficas prioritárias.

Na sociedade actual, os ciclos de inovação/consolidação são progressivamente mais curtos, sendo, conseqüentemente, mais reduzido o tempo de vida útil das inovações. Paralelamente, a tecnologia disponível que permite a medição dos parâmetros



/indicadores ambientais passa, em pouco tempo, de um estatuto de "*state-of-the-art*" para uma qualificação de obsoleta.

Neste contexto, a evolução rápida do grau de conhecimentos técnico-científicos exigidos para a formação de uma opinião fundamentada sobre as situações de alegado dano ambiental e, sobretudo, para a sustentação da ponderação equilibrada entre o benefício ambiental e outro tipo de benefícios, leva a que a litigação ambiental apresente um nível de dificuldade elevado. Os períodos curtos de vida útil dos instrumentos baseados naqueles conhecimentos acentuam as fragilidades em termos de equipamento e formação técnica, dificultam o estabelecimento de padrões e de rotinas e originam custos incontroláveis.

Por outro lado, importa simplificar a tramitação dos processos internos e tornar a inspeção ambiental mais acessível e compatível face a solicitações de entidades externas.

A **actuação** em 2006 nesta área de intervenção será orientada, essencialmente, para:

- Melhoria da acessibilidade por parte do público e de entidades externas, bem como do grau de visibilidade e da informação em geral;
- Diversificação dos sectores de intervenção e adopção de meios mais eficientes de dissuasão e de repressão;
- Recurso à prestação de serviços em situações de carácter pontual ou que exijam a utilização de tecnologia de acesso muito restrito, como sejam as situações em que a aquisição de tecnologia/competência apresenta uma relação custo/benefício desfavorável;
- Criação de uma plataforma de parcerias institucionais com laboratórios acreditados e com outras entidades especializadas (I&D).



IV.16. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

As linhas orientadoras neste sector têm sido pautadas por acções, cuja finalidade assenta no aumento das competências e capacidades em I&D, através da implementação e reforço de estruturas, da formação de recursos humanos e da criação de bases para o desenvolvimento científico e tecnológico da Região.

O desenvolvimento científico e tecnológico deverá contribuir para a valorização económica dos recursos regionais, para a preservação do património natural e para o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma da Madeira.

Neste âmbito, cabe ao **Madeira Tecnopolo**, na sua qualidade entidade gestora e dinamizadora do Parque de Ciência e Tecnologia da Madeira, desenvolver um conjunto de acções, as quais visam atingir os seguintes **objectivos**:

- Desenvolver projectos no âmbito da inovação e transferências de tecnologia;
- Projectar a internacionalização do tecido empresarial;
- Fomentar acções de divulgação das novas tecnologias de informação e projectos-piloto no âmbito da investigação e desenvolvimento das tecnologias (IDT);
- Desenvolver competências nas novas tecnologias de informação e comunicação na RAM;
- Realizar acções de sensibilização para a inovação;
- Participar em eventos e feiras internacionais, assim como no desenvolvimento de projectos-piloto de internacionalização em empresas regionais;
- Dar continuidade ao programa regional de acções inovadoras, com vista a dotar a Região de uma estratégia e de um programa reveladores das oportunidades e vantagens competitivas;
- Desenvolver iniciativas e parcerias no sentido da execução do plano de desenvolvimento do parque de ciência e tecnologia, que permitam, em



simultâneo, dar maior visibilidade a este importante instrumento de desenvolvimento regional.

O **Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)**, entidade integrada desde 1997 no Sistema Português da Qualidade, concretiza a sua actividade no apoio à indústria da construção civil e dos materiais e componentes para a construção e na realização de acções de investigação nas áreas dos recursos naturais e energias renováveis.

Constituem **áreas de intervenção** das acções programadas para 2006 da responsabilidade do LREC:

- Ensaio de materiais e sistemas, certificação de qualidade e normalização;
- Assessoria técnica especializada, nomeadamente aos projectos mais relevantes de infra-estruturas públicas;
- Observação sistemática e monitorização de infra-estruturas rodoviárias e marítimas;
- Desenvolvimento de sistemas de informação estatística e de investigação nas áreas dos recursos naturais e energias renováveis – energias eólica, solar e fotovoltaica;
- Divulgação e formação técnica em cooperação com organismos nacionais e internacionais.



IV.17. INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

Os programas e projectos incluídos neste Sector têm como finalidade promover a implementação da Sociedade da Informação na Região Autónoma da Madeira e a melhoria da informação dirigida à administração pública, às empresas e aos cidadãos em geral.

Visando a implementação da **Sociedade da Informação**, o Madeira Tecnopolo promoverá, durante o ano de 2006, o desenvolvimento das seguintes **medidas e acções**:

- Criação de condições para o acesso generalizado da população às novas tecnologias;
- Aquisição de equipamentos e melhoria das estruturas existentes, projectando novos espaços para que as novas tecnologias sejam acessíveis a um maior número de famílias;
- Fomento de projectos inovadores integrados, visando a melhoria da qualidade de vida dos madeirenses;
- Mobilização de acções no sentido de modernizar a administração regional e local;
- Promoção das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) no sistema de saúde através da telemedicina e outros serviços e apoio ao sistema de ensino através da produção de conteúdos nas ligações entre escolas;
- Lançamento de acções piloto demonstrativas da utilização e disseminação das NTIC, junto às entidades beneficiárias do projecto "Um computador para todos", *e-communities*, divulgação do ensino à distância junto dos professores e estudantes universitários, *e-learning*, reorganização dos municípios da Madeira para o *e-government* e preparação das PME's para o *e-commerce*;
- Articulação e gestão do Programa Madeira Digital.

O Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação (NESI), a quem compete propor estratégias para fomentar e dinamizar a Sociedade da Informação, desenvolverá os



seguintes projectos e acções:

- Realização de cursos de formação em regime de e-learning (Projecto Portal do Conhecimento);
- Realização de novos cursos de pós graduação nas áreas do e-business e do e-learning (Projecto de formação avançada em TIC);
- Criação de uma indústria de conteúdos, software e audiovisual e promoção de mediatecas, bibliotecas e redes atlânticas (Programa Infoconteúdos).

A **informação estatística** oficial actualmente disponibilizada pela Direcção Regional de Estatística é o resultado, na sua maioria, de projectos nacionais desenvolvidos pelo INE.

Para além de uma dedicação especial a estes projectos, no sentido de aumentar a qualidade da informação produzida e de se encontrar sistemas para a sua difusão cada vez mais amigáveis para os utilizadores, existe ainda uma parte relativa à missão deste serviço que não está a ser cumprida, embora alguns estudos estejam já a decorrer nesse sentido.

Referimo-nos mais concretamente a todo um trabalho de análise e estudo, no sentido de implementar uma bateria de indicadores que permita conhecer de forma ainda mais aprofundada a situação económico-social da Região e, a partir daí, delinear um sistema de informação que vá de encontro às necessidades dos utilizadores, em especial das entidades oficiais regionais para estudo e tomadas de decisão política.

Assim, já em 2005 e através da execução do projecto TIO-MAC (co-financiado pelo INTERREG III B), foi possível, com ajuda de consultoria externa e apoio do INE, produzir a primeira Tabela de Destino Ampliada para a Região Autónoma da Madeira – ano de 2001. Este trabalho veio proporcionar o aprofundamento das formas de trabalho e permitiu ainda detectar algumas lacunas de informação que poderão vir a ser colmatadas no futuro.

No âmbito do projecto SIET-MAC, que tem como objectivo a construção de um sistema de indicadores para a sustentabilidade do Turismo, encontra-se ainda a decorrer um



curso de Metodologia Estatística, com vista a criar competências para lançamento de inquéritos destinados a complementar a informação nesta área.

No âmbito do projecto SIE-MAC, está em curso o processo de aquisição de serviços, com o apoio do INE e da Direcção Regional de Informática, destinado ao desenvolvimento de uma *datawarehouse* para a estatística oficial da RAM.

Pretendendo-se ainda o envolvimento e um trabalho conjunto com todos os restantes departamentos do Governo, nomeadamente dos que também produzem estatísticas oficiais, encontra-se em fase de conclusão a criação de uma infra-estrutura organizativa de suporte a todo este processo, que incidirá a sua acção no âmbito da coordenação estatística e certificação de qualidade, com o apoio técnico do INE, através da criação de um Gabinete de Metodologia Estatística.

Face, porém, à necessidade de garantir o crescimento, de forma consolidada, deste serviço e da actividade estatística de âmbito regional, são estabelecidos como **objectivos prioritários** para 2006:

- Melhorar o sistema de difusão da informação estatística;
- Estabelecer uma política de coordenação estatística regional;
- Aprofundar os métodos de trabalho em regime de cooperação estatística a nível nacional e internacional.

Para a concretização destes objectivos, prevê-se a implementação das seguintes **medidas**:

- Desenvolver a plataforma tecnológica mais adequada às necessidades da Região, acompanhada de acções de formação para aquisição de competências internas neste domínio;
- Fazer aprovar legislação de suporte a uma actividade estatística oficial na Região, que garanta a qualidade e a participação e a integração no Sistema Estatístico Nacional;



- Manter o processo de formação e desenvolvimento profissional dos técnicos ligados ao sector de estatística, através da aceitação de novos projectos que possam contribuir para o melhor conhecimento da realidade regional, e dar início a projectos de recolha, destinados a preencher lacunas de informação;
- Estabelecer normas para atendimento eficiente dos clientes com salvaguarda dos princípios associados à difusão das estatísticas, no que toca à garantia da qualidade da informação fornecida.

E a execução das seguintes **acções**:

- Criar condições técnicas e humanas para apoio tecnológico à actividade estatística oficial da RAM, através de aquisição de equipamento, no âmbito do projecto SI E-MAC;
- Aprofundar todo o trabalho produzido através do projecto TIO-MAC, em parceria com o INE, destinado a apoiar a elaboração das Contas Regionais e a Conta Satélite do Turismo para a Região, acções integradas no projecto SICER-MAC, objecto de candidatura ao PIC INTERREG III B;
- Aprofundar a informação que permita acompanhar a evolução e o enquadramento do Turismo na Região com parâmetros para aferir da sua sustentabilidade, através do projecto SIET-MAC;
- Reformular a página da Direcção Regional de Estatística na Internet.

No âmbito da **informação dirigida essencialmente às empresas**, a Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia dará continuidade, em 2006, ao desenvolvimento do "Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica – PIDAE", através da participação em feiras, congressos, seminários e palestras, eventos onde costuma ser divulgada informação destinada ao adequado exercício da actividade económica, bem como da realização de campanhas de informação e/ou sensibilização referentes à utilização racional de energia e de iniciativas de divulgação, junto dos operadores económicos e do público em geral, nomeadamente nas áreas do licenciamento industrial, e do desenvolvimento da actividade empresarial e do reforço da sua competitividade.



Está previsto, igualmente, dar continuidade ao contrato-programa com a ADERAM, nomeadamente através dos trabalhos de conclusão do projecto “Educar para o Comércio” e o “Manual de Boas Práticas” para diversos sectores da actividade comercial.

Em 2006, pretende-se consolidar o projecto “Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria – SIG”, continuando a proceder à actualização da informação georeferenciada nos sectores do comércio e indústria.

Tendo como objectivo o fomento da **cooperação interregional**, são de relevar os projectos de investimento da responsabilidade da Direcção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa.

Assim, no âmbito do projecto “Acções de Cooperação Externa”, a Madeira tem vindo a participar em reuniões da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM) – “Europe de la Mer”, o que se reveste de todo o interesse dado o nosso carácter naturalmente insular e oceânico e a importância que assume para a Região a colaboração na definição de uma Política Marítima Europeia na preparação do Livro Verde.

Tem também havido contactos com outros departamentos públicos e privados, na sequência de pedidos de parceria em acções de cooperação externa, sendo objectivo prioritário a promoção da cooperação inter-regional, em especial entre as Regiões Ultraperiféricas. Está prevista a realização de várias acções, incluindo seminários, comuns às regiões da Madeira, Açores e Canárias.

O programa/operação RUP-PLUS, “Cooperação das Regiões Ultraperiféricas em direcção a um desenvolvimento sustentável” – Operação INTERREG III C – visa, em termos globais, contribuir para a definição e implementação, nas Regiões Ultraperiféricas (RUP), da estratégia global e coerente de desenvolvimento sustentável solicitada pelo Conselho Europeu de Sevilha, em Junho de 2002, e explicitada pela Comissão Europeia na sua comunicação de Maio de 2004 – “Uma parceria reforçada para as RUP” sobre o desenvolvimento do n.º 2 do artigo 299.º do Tratado.

A nível de sub-objectivos, o programa deverá contribuir para o estabelecimento de posições comuns sobre sectores e temáticas consideradas estratégicas e que estarão na



base de acções e programas concertados das sete Regiões, visando a consecução do desenvolvimento sustentável da ultraperiferia.

O programa RUP-PLUS procura, assim, dar resposta a uma inequívoca vontade, da qual faz eco a própria Conferência de Presidentes das RUP, das sete Regiões aprofundarem entre si a parceria existente, a qual exige, cada vez mais, uma troca de ideias e de experiências para poderem fazer face a problemas similares, a uma só voz.

Desde 2004 que a Madeira tem vindo a participar nas reuniões do Comité de Pilotagem deste programa, tendo sido já aprovados 13 projectos, sendo a Madeira chefe de fila em 4 projectos, 3 deles na área da saúde e 1 em fiscalidade e ajudas de Estado.

A partir do mês de Outubro de 2005 vão ter início reuniões de arranque para discussão dos projectos aprovados, que versam temas de grande relevância para as sete regiões ultraperiféricas.

As acções e projectos a desenvolver no âmbito da **informação geográfica, geodesia, cartografia e cadastro** visam os seguintes grandes **objectivos**:

- Aprofundamento e consolidação da infra-estrutura regional de informação geográfica, numa perspectiva de promover junto dos principais produtores e utilizadores, a disponibilização e o acesso à informação pública em formato digital;
- Desenvolvimento de acções e trabalhos nos domínios da geodesia, da cartografia e do cadastro predial, numa perspectiva de dotar a Região de elementos cartográficos e cadastrais fidedignos e permanentemente actualizados.

No âmbito das atribuições cometidas à Direcção Regional de Geografia e Cadastro, destacam-se as seguintes **áreas de actuação e medidas** a desenvolver em 2006:

- Uniformização das redes geodésica e cadastral, através, nomeadamente:
 - Da determinação de uma rede única, a ser utilizada por todos os utilizadores da RAM, de forma a ser possível o cruzamento da diversa informação geográfica,



- Da determinação dos parâmetros de transformação entre os diversos sistemas de coordenadas existentes, por forma a garantir que toda a informação geográfica produzida seja integrável com a informação geográfica a produzir, que use apenas um único sistema de coordenadas.
- Informatização de toda a informação das redes geodésica e cadastral existente;
- Continuação da Informatização do cadastro geométrico da propriedade rústica das Ilhas da Madeira e Porto Santo, permitindo um acesso à informação de forma expedita e rápida, traduzindo-se num atendimento ao público rápido e eficiente;
- Publicação da Carta Administrativa Oficial da RAM;
- Elaboração de informação cartográfica de base às escalas 1:50000 e 1:5000;
- Publicação do Atlas Fotográfico da RAM;
- Implementação de uma rede de estações de referência GPS;
- Elaboração de modelos de produção de voos fotogramétricos, ortofotomapas e cartografia digital a diversas escalas;
- Determinação de metadados para a informação cartográfica e geográfica.

Com o objectivo da **gestão e acompanhamento de programas comunitários**, foi criado em 2001 o Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (IFC), que tem como principal missão gerir os fundos comunitários na Região e, por funções, a coordenação e a orientação, visando potenciar os financiamentos comunitários tanto quantitativa como qualitativamente.

Embora ao Instituto de Gestão de Fundos Comunitários tenham sido atribuídas as competências inerentes à Gestão do POPRAM III, criado para a Região no âmbito do QCA III, a actuação deste organismo tem sido igualmente marcada por outras intervenções de importância significativa.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

200

Realce-se, neste particular, o Fundo de Coesão, não só pela dimensão financeira dos projectos por este abrangidos, mas também pelo carácter eminentemente estratégico destes.

Há expectativas reais que apontam para um reforço da intervenção do Fundo de Coesão na Região, o que a acontecer, tal como se espera, constituirá um factor de incontornável importância no contexto do desenvolvimento da RAM.

Referência ainda à participação do IFC no âmbito da Comissão Técnica de Planeamento (CTP), à qual se atribui uma importância determinante, na medida em que a CTP constitui um órgão com o qual deverá haver uma grande articulação face às matérias a serem tratadas, entre as quais avulta a elaboração do próximo documento de programação estratégica para a RAM, para o período de 2007-2013.

No início da actual legislatura do Governo Regional, iniciada em Outubro de 2004, introduziram-se algumas alterações à estrutura do IFC no sentido de se criarem melhores condições de eficácia e de eficiência no âmbito das suas áreas de competência, adequando-se também esta estrutura às necessidades que o próximo período de programação 2007-2013 implicará.

De facto, os recursos associados ao próximo período 2007-2013 revestem-se para a RAM de uma importância determinante. Por outro lado, a interacção que estes instrumentos financeiros têm na prossecução de uma estratégia de desenvolvimento delineada de acordo com as reais necessidades e potencialidades da Região em consonância com as grandes linhas orientadoras definidas pela União Europeia, são factores que importa realçar no âmbito da própria afirmação da Região no espaço europeu.

O ano de 2006, a exemplo de 2005, reveste-se de uma grande importância ao nível da gestão corrente dos vários programas comunitários.

No entanto, não se poderá deixar de destacar como um factor muito importante no contexto dos objectivos prioritários para 2006, a realização da "Actualização da Avaliação Intercalar", que, para além de constituir um valioso instrumento para a melhoria da eficácia e eficiência da gestão, será também um elemento determinante



para a aferição, por parte das entidades nacionais e comunitárias, do desempenho que o POPRAM III tem registado.

Saliente-se, ainda, o carácter prospetivo desta “avaliação intercalar” uma vez que constituirá uma base de referência no âmbito das várias actividades e trabalhos que decorrem ao nível do modelo estratégico da Região para 2007-2013 e, por conseguinte, no que concerne aos programas operacionais a criar (FEDER, FSE), bem como no âmbito dos instrumentos financeiros para a Agricultura (FEADR) e das Pescas (FEP).

No que respeita ao POPRAM III, e atendendo à taxa de absorção, que no final de 2005 se deverá situar acima dos 100%, resultante da assunção de um *overbooking* controlado, dever-se-á ter uma atenção muito especial para que este facto não seja um factor de impossibilidade total de algumas aprovações.

Há assim que criar condições para que determinada tipologia de projectos possa ser viabilizada, nomeadamente a nível da formação profissional, emprego e competitividade e eficiência económica. Nesta última, terão que ser atendidos projectos de características inovadoras que possam permitir avanços na competitividade das empresas.

Relativamente ao Fundo de Coesão é expectável e desejável que em 2006 os projectos já aprovados continuem a ter uma dinâmica de execução que permita não só o aproveitamento dos recursos disponibilizados, como também o cumprimento dos prazos estabelecidos para a sua conclusão.

Por outro lado, é fundamental insistir junto das entidades nacionais, para que outros projectos possam ser co-financiados no âmbito do Fundo de Coesão Nacional. Estes projectos, das áreas do ambiente e dos transportes, assumem um carácter estratégico, nomeadamente pelas sinergias que permitirão criar, por força da sua articulação com projectos de investimento já realizados.

Ainda ao nível de outros programas sectoriais de âmbito nacional e outros de iniciativa comunitária, o Instituto de Gestão de Fundos Comunitários continuará a promover a necessária articulação com os responsáveis, em parceria com as entidades da Região, de forma a resultar uma maior intervenção destes instrumentos no financiamento de projectos.



Atendendo à fundamental conjugação que terá que existir entre o modelo de desenvolvimento da Região 2007-2013 e a intervenção dos fundos estruturais na RAM, considera-se que a articulação do IFC com outros organismos da administração regional é fundamental, nomeadamente, com a Direcção Regional de Planeamento e Finanças, o que constituiu já uma realidade em 2005.

Ao nível interno, tem sido também prioritário o “controlo”, como instrumento fundamental para assegurar o cumprimento escrupuloso de todas as regras e regulamentos inerentes aos vários fundos estruturais e, também, como garante da salvaguarda da qualidade dos projectos co-financiados. O IFC, enquanto estrutura de gestão na Região do POPRAM III, detém a responsabilidade de assegurar o Controlo de 1.º nível, pelo que, nessa condição, irá reforçar a sua acção para que os objectivos que norteiam a estratégia definida no Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 possam ser atingidos da forma o mais inequívoca possível.

Saliente-se também o trabalho já efectuado ao nível da certificação da qualidade, que culminou com a atribuição ao Instituto de Gestão de Fundos Comunitários do certificado da qualidade, segundo a norma ISO 9001:2000, tendo o Sistema de Gestão da Qualidade sido implementado nas áreas administrativa, financeira, recursos humanos e de pagamento de fundos comunitários, que constitui um elemento incontornável para a melhoria dos serviços e, como tal, para tornar exequível os objectivos de excelência que norteiam a gestão deste Serviço.

Em 2006 pretende-se alargar a certificação a todos os outros sectores do Instituto.

No âmbito das atribuições cometidas ao Instituto de Gestão de Fundos Comunitários e tendo em conta os objectivos que se propõe atingir no próximo ano, acima referidos, constituem **medidas de política** a concretizar em 2006:

- Protocolos e acordos de cooperação com instituições, no sentido de permitir uma melhor operacionalização no desenvolvimento das actividades do IFC;
- Solicitar alterações no campo legislativo, no quadro dos documentos de suporte do POPRAM, que visam não só permitir uma melhor operacionalização do Programa, como também adequá-lo a alterações que se tenham registado nos vários contextos em que o mesmo se envolve;



- Aprofundar os contactos com as entidades nacionais e comunitárias, visando a efectivação de parcerias, protocolarizadas ou não, no sentido de estabelecer uma base relacional que permita uma maior operacionalidade e eficácia no tratamento das questões com os vários departamentos;
- Prosseguir o esforço de flexibilização da gestão do POPRAM;
- Preparação de técnicos e promoção de acções de informação em matéria de mercados públicos, de forma a sensibilizar promotores para a necessidade de cumprimento destas regras.

No caso particular do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III B Espaço Açores/Madeira/Canárias – 2000-2006, é a Gestão Regional do INTERREG III que tem a seu cargo a gestão e o acompanhamento do Programa na Região Autónoma da Madeira.

Este Programa foi aprovado pela Decisão da Comissão C (2001) 4015, de 13 de Dezembro.

Até ao presente momento, tiveram lugar quatro convocatórias para a apresentação de projectos, resultando na aprovação de 212 projectos de cooperação com direito a um financiamento FEDER de quase 136 milhões de euros.

Dos projectos aprovados, 70% inserem-se nos Eixos 2 e 4, sendo que o primeiro está relacionado com actuações nas áreas do desenvolvimento dos transportes, comunicações, sociedade da informação e I&D, e o último relacionado com a valorização e gestão sustentada dos recursos naturais e culturais. Neste âmbito, destacam-se a Medida 2.3, que tem a ver principalmente com a Sociedade da Informação e que absorveu 77% da dotação aprovada para o Eixo 2, e a Medida 4.2 que absorveu 31% do total aprovado para o Eixo 4 e apoia acções nas áreas do meio marinho e costeiro.



IV.18. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O sector da Administração Pública atravessa um período conturbado caracterizado pelo anúncio da implementação de reformas profundas, algumas das quais com o objectivo de alterar reformas recentes ainda não completamente sedimentadas, visando, em última instância, a diminuição das despesas públicas. Nessa conformidade, e não obstante outras medidas avulsas já anunciadas ou em vias de concretização, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2005, de 24 de Junho, veio elencar um conjunto de reformas a implementar, entre as quais a reestruturação da Administração Pública.

As medidas no âmbito desta reforma introduzirão um conjunto importante de alterações, quanto à forma de estruturar e organizar a Administração Pública, quanto ao regime de carreiras e remunerações e quanto ao estatuto dos funcionários públicos em geral. Algumas dessas medidas serão de aplicação directa na Região, outras, a serem adoptadas, terão de ser objecto de adaptação por diploma regional.

A reforma da Administração Pública não pode, porém, cingir-se apenas a medidas do foro legislativo. A melhoria da qualidade dos serviços públicos e a aproximação aos utentes (cidadãos e empresas) obriga a processos de reestruturação interna e de automatização de tarefas.

Nesse sentido, a Direcção Regional da Administração Pública e Local irá implementar a III – e última – fase do projecto “Formulários/Serviços on Line” (iniciado em 2003), em parceria com a Direcção Regional de Informática e a Direcção Regional do Património, que deverá ficar concluído em 2006, e envolve a participação de oito Direcções Regionais. Até meados de 2006, irão ser disponibilizados no Portal do Governo Regional nove formulários do Instituto Regional de Emprego, três processos do âmbito do Instituto do Desporto, 13 da Direcção Regional dos Transportes Terrestres, cinco da Direcção Regional de Formação Profissional e 4 processos da responsabilidade da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia.

Os três grandes objectivos a serem atingidos em 2006 pela Direcção Regional da Administração Pública e Local são os seguintes:



- Implementar a III fase do projecto "Formulários/ Serviços on Line";
- Desenvolver um amplo programa de formação profissional que responda aos desafios de uma administração pública moderna, eficaz e prestadora de serviços de qualidade;
- Acompanhar a reforma da administração pública, monitorizando a sua aplicação na Região, designadamente através de iniciativas legislativas.

A Direcção Regional de Informática prosseguirá, por seu turno, o objectivo de promover uma maior rapidez de comunicação e informação entre os vários serviços da administração pública, e para o cidadão, através da implementação dos seguintes projectos:

- "RISE – Rede Integrada de Serviços Electrónicos", que inclui a actualização e remodelação do portal do Governo Regional na *Internet*, a remodelação da base de dados do Jornal Oficial (JORAM), a remodelação do sistema de gestão de conteúdos da rede interna do Governo e sua interligação a outros serviços, a disponibilização de um portal do funcionário público e a criação de sistema de validação de mensagens, o "CertiMail – Certificação de Correio Electrónico";
- "RIGRAM II – Rede Integrada do Governo da RAM, Fase II", que tem como objectivo principal melhorar e expandir a infra-estrutura tecnológica de suporte à rede integrada do Governo, nas vertentes da autenticação de utilizadores, protecção dos sistemas, salvaguarda e segurança da infra-estrutura e gestão do parque informático do Governo;
- "GIAP – Gestão Integrada para Acompanhamento de Processos", com o qual se pretende implementar a gestão documental e a partilha de documentos digitalizados, a gestão on-line de reclamações, assim como dar resposta às solicitações de equipamentos, resolução de avarias e manutenção correctiva;
- "GESTRAM – Gestão Financeira da Região Autónoma da Madeira", que tem como objectivo promover todas as medidas e acções necessárias à definição, planeamento, implementação, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento



e controlo do Sistema Integrado de Gestão e Administração Financeira da Região Autónoma da Madeira.

No âmbito dos investimentos visando a modernização administrativa, merece especial destaque o projecto em curso que visa o desenvolvimento de um sistema de informação de apoio às actividades da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, abreviadamente designado "Balcão Verde".

O objectivo deste projecto consiste em implementar uma solução *e-Government* que permita à SRA ter um conhecimento mais aprofundado e centralizado dos seus utentes, através da adopção de uma solução tecnológica que irá facultar a disponibilização de um serviço aos utentes/clientes em sistema de atendimento único, de que resultará uma uniformização e, também, uma assinalável melhoria do ponto de vista da rapidez de acesso e de comodidade.

Assim, com a implementação deste projecto pretende-se apoiar as tarefas de carácter administrativo e funcional dos serviços, através de um sistema de informação que permita adoptar uma solução tecnológica que assista os funcionários aquando da prestação de serviços; efectuar a prestação de serviços de forma integrada; ter um maior conhecimento dos utentes; efectuar uma comunicação aos utentes devidamente direccionada e segmentada; exhibir uma imagem uniforme de toda a Secretaria Regional, dispor de informação actualizada sobre serviços prestados, de modo a permitir uma gestão mais eficaz dos mesmos, assegurar o planeamento estruturado das acções de comunicação e ter a plataforma tecnológica necessária para expandir a sua actuação através de outros canais, como sejam Casas do Povo, serviços de atendimento "Balcão Verde", Loja do Cidadão e diferentes serviços da SRA.

O registo da informação das entidades que se relacionam com a SRA permitirá a personalização de todas as interações, independentemente do canal de acesso pelo qual estas ocorram. Podem ser registadas informações, tais como dados gerais do utente/cliente, bem como informação de marketing e características específicas que melhor permitam caracterizar o utente.

Para o efeito, o presente sistema de informação irá reunir toda a informação residente em programas informáticos e suportes analógicos que, presentemente, se encontram



dispersos pelos diversos departamentos da Secretaria, e ficará preparado para futura articulação com outros programas do Governo Regional.

A **formação profissional** é um objectivo estratégico de qualquer organização moderna.

Neste âmbito, a Direcção Regional da Administração Pública e Local prevê, para 2006, a realização de um conjunto de acções de formação destinadas à generalidade das carreiras e categorias de funcionários da Administração Pública Regional e da Administração Local, pretendendo reforçar a aposta estratégica na formação nas áreas das tecnologias de informação, modernização administrativa, atendimento de público, qualidade em serviços públicos e novas técnicas de gestão, para além de formação específica para dirigentes, conforme determina o Estatuto do Pessoal Dirigente.

Para além da formação organizada pela Direcção Regional da Administração Pública e Local, continuar-se-á a promover a participação dos funcionários públicos em acções de formação no sentido de actualizar os seus conhecimentos em áreas específicas e de melhorar o seu próprio desempenho e do serviço a que pertence.

No contexto da formação específica a levar a cabo em diversos serviços da Administração Pública, saliente-se a formação especializada dos profissionais da inspecção da educação a prosseguir no âmbito da Inspeção Regional de Educação. Pela natureza da própria função inspectiva, pela importância estratégica da educação no desenvolvimento económico e social, é da maior relevância a formação dos técnicos que têm por missão exercer a função inspectiva nos termos em que a lei determina.

São de relevar, igualmente, as acções de formação dirigidas ao pessoal com funções de inspecção na Inspeção Regional de Finanças com vista à obtenção de melhorias na forma de abordagem dos trabalhos de auditoria da responsabilidade deste serviço.



IV.19. APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL

Fruto de uma intensa infra-estruturação material e da implementação de medidas de suporte ao fortalecimento dos factores dinâmicos de competitividade, a Região Autónoma da Madeira conseguiu progressos na última década, quer no que se refere à modernização, quer ao nível tecnológico das empresas. Nesta evolução, deve ser salientado o contributo dos Quadros Comunitários de Apoio que, para o efeito, disponibilizaram importantes meios financeiros.

O tecido empresarial da Região Autónoma da Madeira ainda revela, contudo, grandes insuficiências em matéria de produtividade e competitividade, sobretudo quando comparado com a média da União Europeia.

As potencialidades e fragilidades do sistema produtivo regional terão de ser ultrapassadas para que se alcancem os níveis de competitividade necessários para defrontar uma concorrência externa e interna acrescida, no âmbito de uma União Europeia alargada a 25 países.

Do mesmo modo, a globalização das economias resulta numa rápida evolução tecnológica e em alterações nos padrões de consumo, o que vai implicar ajustamentos significativos ao processo produtivo.

Nesta perspectiva, as linhas de actuação que, no domínio da Economia, presidirão à definição de estratégias, políticas e medidas de acção a médio prazo, e que estão incluídas no Programa de Governo, são:

- Reforçar a produtividade e competitividade das empresas, bem como a sua participação no mercado global;
- Promover o Desenvolvimento Económico.

Considerando as linhas de actuação acima referidas, apresentam-se como **objectivos prioritários** a prosseguir em 2006:

- Apoiar e incentivar iniciativas empresariais que tenham em vista:
 - O aumento efectivo da produtividade e da competitividade;



- O reforço da capacidade técnica, tecnológica e de marketing;
 - A promoção da inovação de produtos e processos;
 - A alteração qualitativa dos factores dinâmicos de competitividade;
 - O surgimento de novos sectores e actividades de alto valor acrescentado e de áreas de desenvolvimento competitivas, promovendo a progressiva alteração do perfil produtivo regional;
- Alargar as formas de financiamento das empresas através da criação de um ambiente de inovação financeira propício ao alargamento da oferta de produtos e serviços financeiros e a consequente dinamização da procura;
 - Melhorar a envolvente empresarial através de medidas a empreender pela administração, visando a obtenção de economias externas, a criação de interfaces entre os sectores público e privado, a divulgação da informação, a promoção de parcerias e o apoio à internacionalização das empresas, bem como a programas de integração com o investimento estrangeiro.
 - Promover a introdução de sistemas de melhoria contínua na dinâmica organizacional do IDE e aumentar quantitativa e qualitativamente o nível de qualificação profissional dos seus colaboradores;
 - Prosseguir com o apoio financeiro ao Centro de Empresas e Inovação da Madeira (CEIM), que constitui um instrumento para o desenvolvimento e concretização de ideias de projectos empresariais inovadores em toda a Região Autónoma da Madeira, assim como um meio de apoio à concretização e transposição para o tecido empresarial dos esforços de investigação e de desenvolvimento efectuados por diversos organismos, constituindo assim uma interface entre esses organismos e o tecido empresarial. O apoio que o CEIM se propõe disponibilizar, envolve esforços, não só em termos de parcerias regionais e nacionais, mas também a nível europeu, por entre a rede de BIC'S a que o CEIM pertence, possibilitando às empresas regionais o intercâmbio de know-how ou a obtenção de parcerias de negócios.



Para 2006, prevê-se o desenvolvimento das seguintes **medidas e acções**:

- Promover a dinamização do tecido empresarial regional através da concessão de apoios, de natureza técnica e financeira, às estruturas associativas empresariais, utilizando o *know-how* destas associações e a sua capacidade de envolver e atingir o tecido empresarial regional;
- Dar continuidade à concessão dos incentivos integrados no SIPPE, Sistema de Incentivos a Pequenos Projectos Empresariais, que visam promover a concretização de projectos propulsores do reforço de competitividade;
- Dinamizar formas inovadoras de financiamento, alargando e diversificando a oferta de produtos e serviços financeiros ao dispor de empresas de menor dimensão e viabilizando a disponibilização aos investidores de boas oportunidades de investimento;
- Desenvolver sistemas e suporte informativos de apoio ao tecido empresarial e ao investimento;
- Promover a cooperação transregional através, nomeadamente, do desenvolvimento dos projectos “UNITEC – Criação de um centro de transferência tecnológica interregional para apoio e protecção dos resultados de pesquisas” e “CINMAC – Círculos de Inovação da Macaronésia”.

O Centro de Empresas e Inovação da Madeira, por seu lado, propõe-se realizar em 2006:

- A detecção, selecção, avaliação e acompanhamento na criação de empresas inovadoras, prevendo-se a criação e o estabelecimento de três empresas inovadoras através do relançamento do Prémio Madeira de Inovação Empresarial;
- A realização de acções de consultoria integrada a empresas regionais em diversas áreas, no sentido da sua modernização;
- O acompanhamento e consultoria a PME's que o necessitem no âmbito da assistência pontual que o CEIM presta;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

212

- A consolidação da parceria estratégica com a Universidade da Madeira, no sentido de dinamizar a transferência de tecnologias e conhecimentos;
- A continuação do desenvolvimento de projectos europeus, em parceria com empresas e instituições regionais, que visem a cooperação empresarial e institucional no espaço da Comunidade Europeia.



IV.20. APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No sentido de promover o desenvolvimento sustentado da Região Autónoma da Madeira e o bem estar da população residente em qualquer ponto do seu território, o Governo Regional prosseguirá, durante o ano de 2006, a implementação da política de apoio ao desenvolvimento local, através da ajuda financeira ao investimento público, “intra” e “supra” concelhio, da responsabilidade:

- Das Autarquias Locais, no sentido da concretização de obras previstas no Programa do Governo;
- Das Sociedades de Desenvolvimento, instrumentos fundamentais na prossecução das directrizes definidas no Programa do Governo;
- Da Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, mercê do seu papel catalisador da rentabilização do potencial endógeno.

A **Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo**, prosseguindo os objectivos de criar as condições necessárias à afirmação e promoção da qualidade desse destino turístico, que é a Ilha do Porto Santo, e de promover o bem estar da sua população, apresenta, como **áreas de intervenção e projectos** a desenvolver em 2006:

- “Hotel Porto Santo Golfe”, que consiste na construção de um hotel de cinco estrelas para apoio ao Campo de Golfe do Porto Santo;
- “Porto Santo Golfe Resort – Infraestruturas”, que tem por objectivo uma maior integração da zona residencial com o Campo de Golfe privilegiando os espaços verdes;
- “Centro Empresarial e de Feiras do Porto Santo”, visando a construção de um complexo que integra um pavilhão central e um centro de serviços. A futura estrutura pretende criar melhores condições para a realização de diversas actividades económicas e permitirá também a realização de eventos de carácter turístico;



- “Parque de Campismo do Porto Santo”, que consiste na criação de um novo parque de campismo com a categoria de quatro estrelas, para o qual se dispõe de uma área de cerca de 25 mil m²;
- “Área de Serviços do Porto Santo”, que permitirá a deslocalização do actual posto de abastecimento de combustíveis do lugar nobre do centro da cidade onde se encontra;
- “Ilhéu da Cal – Ilha do Porto Santo”, tratando-se da criação de condições que permitirão o aproveitamento do Ilhéu para fins turísticos, nomeadamente o ecológico;
- “Clínica de Areias Medicinais do Porto Santo”, que tem como objectivo criar um centro de atracção turística com propriedades curativas aproveitando as propriedades terapêuticas da areia do Porto Santo;
- “Promenade – III Fase”, consistindo no prolongamento da promenade ao longo do cordão dunar até ao Hotel do Porto Santo;
- “Centro de Mergulho do Porto Santo”;
- “Recuperação do Edifício da Baiana”;
- “Novos Acessos à Praia e Áreas de Apoio a concessionar”;
- “III Fase do Penedo do Sono”, que inclui a recuperação da zona da actual pista de *karting* e a execução de uma zona de desportos radicais e de apoio a actividades aquáticas;
- “Sistema de Transportes Ecológicos”, pretendendo-se implementar um sistema de transportes baseado na tracção eléctrica ao longo de toda a extensão da praia, que permitirá descongestionar a estrada principal, para além de constituir mais uma atracção turística;
- “Projecto de Energias Alternativas”, desenvolvido com a colaboração da AREAM, no sentido de alimentar com componentes não poluentes alguns novos equipamentos, constituindo o Sistema de Transportes um exemplo;



- “Centro de Tiro do Porto Santo”, constituindo mais um centro de atracção turística que ajudará a combater a sazonalidade do Porto Santo.

A **Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste** prevê a execução, em 2006, dos seguintes projectos de investimento:

- “Centro Desportivo da Ribeira Brava”, infra-estrutura em execução, que além da promoção do desporto local, pretende dinamizar o desporto regional e o turismo desportivo;
- “Promenade da Marina do Lugar de Baixo - Ponta do Sol”, que consiste numa ligação pedonal entre o centro da Vila da Ponta do Sol e a Marina do Lugar de Baixo e visa a criação de mais uma infra-estrutura de utilização exclusivamente pedonal de ligação entre estes dois espaços;
- “3.ª fase da Marina do Lugar de Baixo”, correspondente ao lançamento do concurso público para a venda do espaço destinado à construção imobiliária, hoteleira, comercial e de serviços dos espaços da Marina do Lugar de Baixo;
- “Teleférico Madalena - Casa das Mudas”, pretendendo-se a ligação em altitude, entre a Casa das Mudas, o Centro da Vila da Calheta e a Praia da Madalena do Mar, criando-se assim mais uma oferta turística de interesse e qualidade para estes concelhos;
- “Intervenção na Frente Mar da Vila da Calheta”, que consiste na recuperação de alguns prédios degradados, visando um reforço da identidade urbanística da Vila e da Região;
- “Campo de Golfe na Calheta”, com o qual se pretende promover ainda mais o nível do turismo da Região;
- “Planetário da Ponta do Pargo”, estrutura que tenderá a conciliar a vertente educacional com a científica.

A **Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento** prevê a execução/conclusão dos seguintes investimentos:



- "Largo da República", que, tendo como objectivo a reconversão urbanística do Largo da República, no Centro da Cidade de Câmara de Lobos, consistiu na substituição de três núcleos urbanos muito degradados e na construção de um parque de estacionamento subterrâneo;
- "Piscinas das Salinas, Largo de S. Francisco e Promenade", consistindo na construção dum acesso ao mar, piscina, solário e respectivos apoios, como snack-bar, restaurante e balneários, e de estacionamento sob o Largo de São Francisco. Fazem igualmente parte deste investimento, a ligação em passeio público, entre a Foz da Ribeira dos Socorridos e a Baía de Câmara de Lobos, assim como a recuperação do antigo Forno da Cal;
- "Intervenção no Porto do Funchal", que prevê a criação de uma zona lúdica no Cais Norte do Porto do Funchal, neste momento vocacionado exclusivamente para transporte de passageiros;
- "Pavilhão Multiusos", que consiste na criação de espaço para a realização de espectáculos de natureza artística e desportiva nos terrenos adjacentes ao Centro Internacional de Feiras, Exposições e Congressos – CIFEC;
- "Intervenção na Frente Mar da Boaventura", que inclui a criação de um parque de estacionamento e de zona lúdica a Sul do Aquaparque, que, através de passeio público, dará acesso ao estacionamento existente no Centro da Cidade de Santa Cruz;
- "Parque Desportivo da Agua de Pena", localizado por baixo do aeroporto.

A **Sociedade de Desenvolvimento do Norte** inclui no seu Plano de Investimentos para 2006 o arranque dos seguintes projectos:

- "Reformulação das Grutas – São Vicente", que tem como objectivo melhorar e modernizar os espaços construídos e intervencionados existentes, garantindo uma harmonia e qualidade geral de todo o parque;
- "2.ª Fase do Complexo Balnear de Ponta Delgada com Zona Comercial e de Lazer", que tem em vista valorizar de uma forma integrada e harmoniosa a



principal Frente Mar de Ponta Delgada, contribuindo e criando condições para a permanência e atracção de turistas ao concelho;

- “Lar da 3.ª Idade de Santana”;
- 2.ª Fase da Ribeira do Faial, consistindo na valorização da Ribeira do Faial, criando um amplo espaço polivalente ajardinado e com diversos serviços de apoio;
- “Criação de uma Zona de Estacionamento no Centro da Vila do Porto Moniz”.

As **autarquias locais** desenvolverão, com o apoio financeiro concedido pelo Governo Regional, um conjunto de projectos de investimento que se incluem nas seguintes **áreas de intervenção**:

- Construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais, na generalidade dos municípios;
- Infra-estruturas e arranjos urbanísticos, nos municípios da Calheta, de Câmara de Lobos, do Funchal, do Porto Moniz, do Porto Santo e de Santa Cruz;
- Equipamentos sócio-culturais e desportivos, nos municípios de Machico, do Porto Moniz, do Porto Santo e da Ribeira Brava;
- Infra-estruturas de saneamento básico, nos municípios da Calheta, da Ponta do Sol, da Ribeira Brava e de Santana;
- Equipamentos desportivos e de lazer, nos municípios de Machico e do Porto Santo;
- Infra-estruturas de comercialização, nos municípios de Câmara de Lobos e da Ponta do Sol;
- Equipamentos culturais, nos municípios do Funchal, do Porto Santo e de Santana.



A **ADERAM** – Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira - dará continuidade, no ano de 2006, à implementação de projectos já iniciados e executará novas iniciativas, de acordo com os seguintes **objectivos estratégicos**:

- Desenvolvimento de iniciativas que contribuam para o reforço da imagem do destino turístico de qualidade;
- Desenvolvimento de intervenções de recuperação de áreas urbanas degradadas, tendo em vista a melhoria das condições de habitabilidade e da paisagem;
- Potenciação do aproveitamento dos recursos endógenos.



V. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A implementação, ao longo do ano de 2006, das linhas de acção sectoriais referidas no capítulo anterior traduzir-se-á em investimentos e despesas de desenvolvimento cujo valor global ascende a 719,9 milhões de euros.

Embora o Capítulo 50 do Orçamento Regional represente a principal fonte de financiamento da despesa a realizar (63%), não é de descurar o montante de despesa proveniente dos fundos comunitários e do orçamento nacional (cerca de 261 milhões de euros).

A **nível institucional**, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes fica responsável pela gestão de um investimento global no valor de 306,6 milhões de euros, representando cerca de 43% da despesa a realizar, dos quais, cerca de 114 se destinam à melhoria das acessibilidades internas, à valorização da orla marítima e à renovação e equipamentos urbanos. Releve-se, igualmente, o investimento a realizar na área do ensino, equivalente a cerca de 72 milhões de euros.

Departamento Executor	PIDDAR 2006	
	Mil Euros	%
Vice-Presidência	24 399	3,4
Recursos Humanos	7 517	1,0
Turismo e Cultura	22 750	3,2
Equipamento Social e Transportes	306 630	42,6
Assuntos Sociais	19 812	2,7
Educação	63 763	8,9
Plano e Finanças	169 498	23,5
Ambiente e Recursos Naturais	105 553	14,7
TOTAL	719 922	100,0

Com uma dotação correspondente a 24% do montante afecto ao PIDDAR, a Secretaria Regional do Plano e Finanças canalizará cerca de 136 milhões de euros para a promoção do desenvolvimento local e da habitação social.

Relevam-se, dentro da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, com um montante correspondente a 15% do total do PIDDAR, os investimentos visando a conservação da natureza e a qualidade do ambiente, cujo valor total ascende a 63 milhões de euros, e os destinados à promoção do desenvolvimento agrícola e do meio rural.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

222

Por ordem decrescente da dotação afecta, seguem-se:

- A Secretaria Regional da Educação, relevando-se, dentro das respectivas competências, as áreas da formação profissional e da educação, que absorverão cerca de 46% da verba que lhe é destinada;
- A Vice-Presidência, que canalizará para os apoios ao sector empresarial uma parcela equivalente a 43% da respectiva dotação global;
- A Secretaria Regional do Turismo e Cultura, que afectará 65% e 30% da dotação aos sectores do turismo e da cultura, respectivamente;
- A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, cuja atenção se centrará na melhoria da qualidade dos serviços de saúde;
- A Secretaria Regional dos Recursos Humanos, que reservará 79% da respectiva dotação para as acções de promoção do emprego.

No que respeita à **repartição sectorial do investimento**, a "Valorização dos Recursos Humanos", englobando os sectores da Educação, Formação Profissional e Emprego, Desporto e Ocupação dos Tempos Livres e Cultura, absorve a maior parcela da despesa global prevista (cerca de 26%), seguindo-se, a "Habitação, Urbanismo e Ambiente", cuja dotação corresponde a 21,5% do montante global do PIDDAR.

Segundo as áreas de intervenção consideradas, a promoção do desenvolvimento local ocupa o 3.º lugar na priorização do investimento, estando-lhe afectos mais de 108 milhões de euros.

Áreas de Actuação	PIDDAR 2006	
	Mil Euros	%
Sectores Produtivos	70 072	9,7
Acessibilidades	107 886	15,0
Valorização dos Recursos Humanos	190 173	26,4
Habitação, Urbanismo e Ambiente	154 627	21,5
Saúde e Segurança Social	55 544	7,7
Sectores de Apoio	33 205	4,6
Apoios ao Desenvolvimento Local	108 415	15,1
TOTAL.	719 922	100,0



Quanto às "Acessibilidades", a que corresponde o sector "Transportes e Comunicações", o montante afecto corresponde a 15% da despesa prevista para o PIDDAR.

No que respeita aos "Sectores Produtivos", cuja dotação ascende a 70 milhões de euros, merecem especial destaque a Agricultura, dotada com 30 milhões de euros, o Turismo e os Apoios ao Sector Empresarial.

Aos "Sectores de Apoio" estão destinados cerca de 33,2 milhões de euros, relevando-se os investimentos visando principalmente a promoção da Sociedade da Informação e a modernização da administração pública.

Quanto à **repartição espacial** do investimento a realizar em 2006 (vide Quadro III), releva-se o facto de que cerca de 54% da despesa a realizar destina-se a investimentos de âmbito regional ou pluri-concelhio.

Dos cerca de 334,5 milhões de euros destinados a investimentos com localização dentro dos limites de um único concelho, 27% serão realizados no concelho do Funchal, seguindo-se-lhe os concelhos de Machico, com 14%, de Câmara de Lobos, com 13%, e da Calheta, com 10%.

Terão lugar fora da Região acontecimentos implicando uma despesa no valor global de 689,3 milhares de euros.

Do total das verbas provenientes da **Comunidade Europeia** destinadas a financiar os investimentos programados para 2006, cerca de 59% serão canalizados para os projectos e acções integrados no sector "Apoios ao Desenvolvimento Local" e para a valorização dos recursos humanos, prioritariamente para a formação profissional, para a educação e para a promoção do emprego.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

227

PIDDAR 2006

QUADRO I

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

(Un.: Euros)

SECTORES		DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL								TOTAL
		Vice-Presidência	Recursos Humanos	Turismo e Cultura	Equipamento Social e Transportes	Assuntos Sociais	Educação	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	
TOTAL	TOTAL Cap. 50	24 398 969 19 788 169	7 517 531 4 500 898	22 750 000 22 750 000	306 629 592 306 136 642	19 811 869 13 600 000	63 763 346 47 245 041	169 497 857 95 585 533	105 553 261 93 000 000	719 922 425 602 606 283
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	Total Cap. 50								29 999 038 26 210 917	29 999 038 26 210 917
Pesca	Total Cap. 50								9 581 000 2 494 783	9 581 000 2 494 783
Indústria	Total Cap. 50	1 503 600 1 503 600							2 337 476 1 200 000	3 841 076 2 703 600
Energia	Total Cap. 50	515 600 515 600								515 600 515 600
Turismo	Total Cap. 50			14 897 350 14 897 350						14 897 350 14 897 350
Transportes e Comunicações	Total Cap. 50		197 000 197 000		82 689 500 82 689 500			25 000 000 25 000 000		107 886 500 107 886 500
Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	Total Cap. 50	768 500 768 500	47 978 47 978							816 478 816 478
Educação	Total Cap. 50				72 100 000 72 100 000		6 712 100 6 712 100			78 812 100 78 812 100
Formação Profissional e Emprego	Total Cap. 50		5 918 635 2 903 202	34 000 34 000		170 000 86 667	22 219 079 7 468 037		151 000 151 000	28 492 714 10 642 906
Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	Total Cap. 50		709 418 708 218		37 795 000 37 795 000		26 088 076 26 088 076			64 592 494 64 591 294
Cultura	Total Cap. 50			6 815 650 6 815 650	11 460 000 11 460 000					18 275 650 18 275 650
Saúde	Total Cap. 50				35 880 000 35 880 000	13 482 787 7 480 970				49 362 787 43 360 970
Segurança e Acção Social	Total Cap. 50		322 500 322 500			5 859 082 5 732 363				6 181 582 6 054 863
Habituação e Urbanismo	Total Cap. 50				54 929 000 54 929 000			36 997 456 12 500 000		91 926 456 67 429 000
Defesa e Protecção do Ambiente	Total Cap. 50								62 700 197 62 158 750	62 700 197 62 158 750
Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	Total Cap. 50				5 557 592 5 064 642		3 329 813 1 642 614			8 887 405 6 707 256
Informação Científica e Técnica	Total Cap. 50	370 000 370 000			3 938 500 3 938 500		5 304 278 5 224 214	3 864 063 2 293 033		13 476 841 11 825 747
Administração Pública Regional	Total Cap. 50	978 500 978 500	322 000 322 000	1 003 000 1 003 000	2 280 000 2 280 000	300 000 300 000	110 000 110 000	5 062 500 5 062 500	784 550 784 550	10 840 550 10 840 550
Apoios ao Sector Empresarial	Total Cap. 50	10 421 569 5 810 769								10 421 569 5 810 769
Apoios ao Desenvolvimento Local	Total Cap. 50	9 841 200 9 841 200						98 573 838 50 730 000		108 415 038 60 571 200



QUADRO II

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO

(Un.: Euros)

ÁREAS DE ACTUAÇÃO / SECTORES	CAP.50 O.R.	OUTRAS FONTES	TOTAL
TOTAL	602 606 283	117 316 142	719 922 425
SECTORES PRODUTIVOS	53 449 497	16 622 614	70 072 111
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	26 210 917	3 788 121	29 999 038
Pesca	2 494 783	7 086 217	9 581 000
Indústria	2 703 600	1 137 476	3 841 076
Energia	515 600	0	515 600
Turismo	14 897 350	0	14 897 350
Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	816 478	0	816 478
Apoios ao Sector Empresarial	5 810 769	4 610 800	10 421 569
ACESSIBILIDADES	107 886 500	0	107 886 500
Transportes e Comunicações	107 886 500	0	107 886 500
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	172 321 950	17 851 008	190 172 958
Educação	78 812 100	0	78 812 100
Formação Profissional e Emprego	10 642 906	17 849 808	28 492 714
Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	64 591 294	1 200	64 592 494
Cultura	18 275 650	0	18 275 650
HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE:	129 587 750	25 038 903	154 626 653
Habitação e Urbanismo	67 429 000	24 497 456	91 926 456
Defesa e Protecção do Ambiente	62 158 750	541 447	62 700 197
SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	49 415 833	6 128 536	55 544 369
Saúde	43 360 970	6 001 817	49 362 787
Segurança e Acção Social	6 054 863	126 719	6 181 582
SECTORES DE APOIO	29 373 553	3 831 243	33 204 796
Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	6 707 256	2 180 149	8 887 405
Informação Científica e Técnica	11 825 747	1 651 094	13 476 841
Administração Pública Regional	10 840 550	0	10 840 550
APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	60 571 200	47 843 838	108 415 038



QUADRO III

REPARTIÇÃO ESPACIAL DO INVESTIMENTO

(Un.: Euros)

LOCALIZAÇÃO		DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL								TOTAL
		Vice-Presidência	Recursos Humanos	Turismo e Cultura	Equipamento Social e Transportes	Assuntos Sociais	Educação	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	
TOTAL	TOTAL Cap. 50	24 398 969 19 788 169	7 517 531 4 500 898	22 750 000 22 750 000	306 629 592 306 136 642	19 811 869 13 600 000	63 763 346 47 245 041	169 497 857 95 585 533	105 553 261 93 000 000	719 922 425 602 606 283
CALHETA	Total Cap. 50			79 900 79 900	24 750 000 24 750 000			3 000 000 3 000 000	5 691 217 5 691 217	33 521 117 33 521 117
CÂMARA DE LOBOS	Total Cap. 50				32 780 000 32 780 000			6 750 000 6 750 000	3 512 000 3 512 000	43 042 000 43 042 000
FUNCHAL	Total Cap. 50	299 900 299 900	197 000 197 000	11 983 750 11 983 750	51 548 510 51 545 960	6 795 000 3 995 000	6 338 584 4 574 453	9 147 500 9 147 500	4 041 060 4 041 060	90 351 304 85 784 623
MACHICO	Total Cap. 50			805 000 805 000	33 700 000 33 700 000			4 879 000 4 879 000	8 004 000 8 004 000	47 388 000 47 388 000
PONTA DO SOL	Total Cap. 50			98 900 98 900	5 600 000 5 600 000			2 800 000 2 800 000	2 883 215 2 883 215	11 382 115 11 382 115
PORTO MONIZ	Total Cap. 50				8 332 500 8 332 500			2 560 000 2 560 000	3 700 000 3 700 000	14 592 500 14 592 500
PORTO SANTO	Total Cap. 50	1 393 700 1 393 700		318 000 318 000	6 327 000 6 327 000			2 791 000 2 791 000	172 700 172 700	11 002 400 11 002 400
RIBEIRA BRAVA	Total Cap. 50			290 000 290 000	12 377 500 12 377 500			4 794 000 4 794 000	5 813 100 5 813 100	23 274 600 23 274 600
SANTA CRUZ	Total Cap. 50	63 500 63 500		95 000 95 000	13 975 000 13 975 000	500 000 500 000		6 750 000 6 750 000	2 215 380 2 098 845	23 598 880 23 482 345
SANTANA	Total Cap. 50				13 975 000 13 975 000			4 300 000 4 300 000	2 200 120 2 002 760	20 475 120 20 277 260
SÃO VICENTE	Total Cap. 50				11 158 750 11 158 750			3 041 000 3 041 000	1 670 000 1 670 000	15 869 750 15 869 750
VÁRIOS CONCELHOS	Total Cap. 50	8 532 500 8 532 500	348 918 347 718	1 784 400 1 784 400	54 929 000 54 929 000	5 810 000 5 810 000	21 231 250 6 729 273	38 687 456 14 190 000	12 042 070 12 042 070	145 365 594 104 364 961
REGIÃO	Total Cap. 50	14 109 369 9 498 569	6 655 113 3 639 680	7 295 050 7 295 050	37 176 332 36 685 932	6 706 869 3 295 000	35 820 704 35 726 542	79 997 901 30 583 033	53 608 399 41 369 033	241 269 737 180 092 030
EXTERIOR	Total Cap. 50		316 500 316 500					372 808 214 773		689 308 531 723



Gráfico 1

Repartição Institucional do Investimento

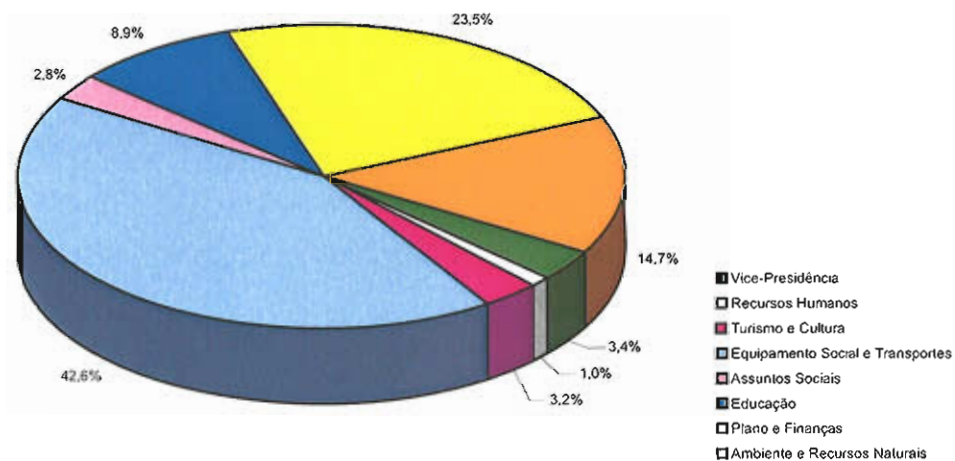
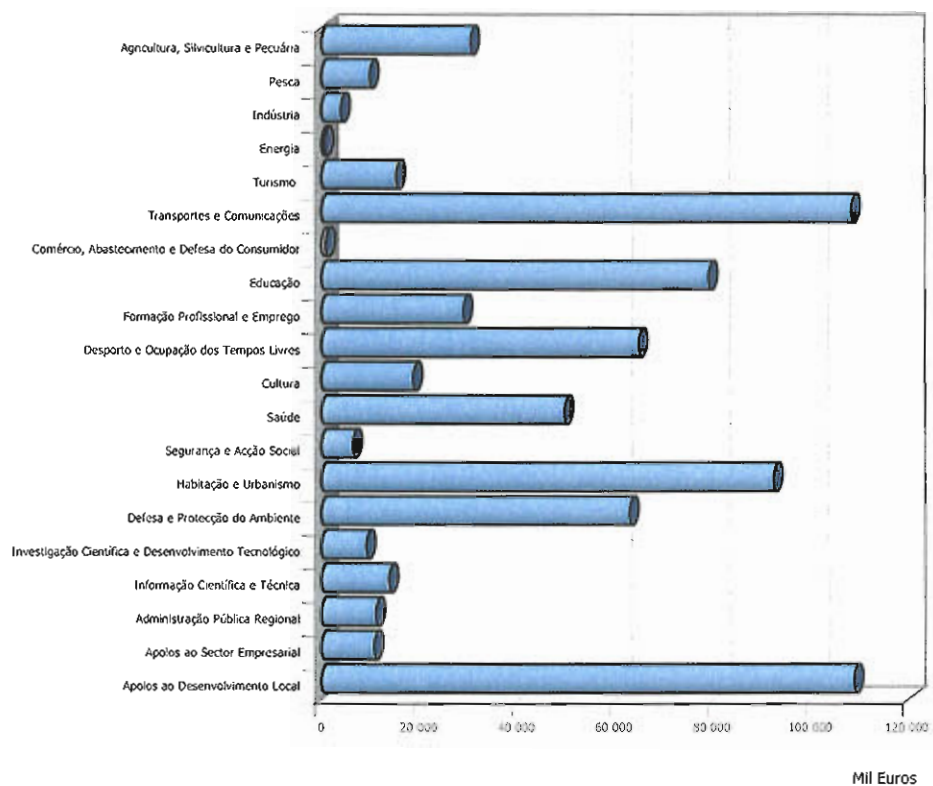




Gráfico 2

Repartição Sectorial do Investimento





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

239

PIDDAR 2006

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R.	44 213 170 38 252 632	23 955 987 20 217 587	24 398 969 19 788 169	27 131 381 22 553 566	25 940 566 21 689 566	69 959 916 66 958 916	215 599 989 189 460 436
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL CAP. 50 O.R.	44 213 170 38 252 632	23 955 987 20 217 587	23 653 969 19 043 169	26 276 381 21 698 566	25 637 566 21 386 566	69 909 916 66 908 916	213 646 989 187 507 436
PROJECTOS NOVOS		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	745 000 745 000	855 000 855 000	303 000 303 000	50 000 50 000	1 953 000 1 953 000
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 883 375 2 883 375	2 130 500 2 130 500	1 503 600 1 503 600	1 539 000 1 539 000	1 609 600 1 609 600	7 187 100 7 187 100	16 853 175 16 853 175
DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL SE: VP N.º Projectos: 3		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 883 375 2 883 375	2 130 500 2 130 500	1 503 600 1 503 600	1 539 000 1 539 000	1 609 600 1 609 600	7 187 100 7 187 100	16 853 175 16 853 175
Estudo e Preservação dos Recursos Geológicos (DRCIE) 2002-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	33 377 33 377	38 000 38 000	40 000 40 000	48 600 48 600	0 0	0 0	159 977 159 977
Factores Críticos de Sucesso na Internacionalização da Economia da RAM (DRCIE) COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	92 500 92 500	92 500 92 500	0 0	0 0	0 0	185 000 185 000
Madeira Parques Empresariais-Sociedade Gestora, MPE, S.A. 2002-10		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 849 998 2 849 998	2 000 000 2 000 000	1 371 100 1 371 100	1 490 400 1 490 400	1 609 600 1 609 600	7 187 100 7 187 100	16 508 198 16 508 198
SECTOR: ENERGIA		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 330 899 1 330 899	694 700 694 700	515 600 515 600	105 000 105 000	110 000 110 000	110 000 110 000	2 866 199 2 866 199
APOIOS À PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS SE: DRCIE N.º Projectos: 2		TOTAL CAP. 50 O.R.	38 662 38 662	90 150 90 150	97 500 97 500	105 000 105 000	110 000 110 000	110 000 110 000	551 312 551 312
Incentivos para o Aproveitamento da Energia Solar Térmica para o Sector Residencial 2001-09		TOTAL CAP. 50 O.R.	38 662 38 662	63 950 63 950	75 000 75 000	105 000 105 000	110 000 110 000	110 000 110 000	502 612 502 612
Estudo do Gás Natural 2004-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	26 200 26 200	22 500 22 500	0 0	0 0	0 0	48 700 48 700
COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA COM A AREAM SE: VP N.º Projectos: 1		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 292 237 1 292 237	604 550 604 550	418 100 418 100	0 0	0 0	0 0	2 314 887 2 314 887
Cooperação Técnica e Científica com a AREAM 2000-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 292 237 1 292 237	604 550 604 550	418 100 418 100	0 0	0 0	0 0	2 314 887 2 314 887
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL CAP. 50 O.R.	279 496 279 496	815 526 815 526	768 500 768 500	1 583 250 1 583 250	1 228 000 1 228 000	700 250 700 250	5 375 022 5 375 022
APOIO À GESTÃO DA QUALIDADE SE: DRCIE N.º Projectos: 6		TOTAL CAP. 50 O.R.	279 496 279 496	815 526 815 526	723 500 723 500	1 528 250 1 528 250	1 175 000 1 175 000	650 250 650 250	5 172 022 5 172 022
Estratégia para a Qualidade na RAM COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	74 692 74 692	35 000 35 000	35 000 35 000	0 0	0 0	0 0	144 692 144 692
Programa da Promoção da Qualidade 2000-09		TOTAL CAP. 50 O.R.	114 531 114 531	75 000 75 000	75 000 75 000	93 250 93 250	90 000 90 000	90 000 90 000	537 781 537 781
Equipamentos Técnicos para o Laboratório Regional de Metrologia 2001-09		TOTAL CAP. 50 O.R.	75 906 75 906	35 126 35 126	38 500 38 500	60 000 60 000	60 000 60 000	40 250 40 250	309 782 309 782
Programa da Qualidade em Parceria com o Instituto Português da Qualidade 2002-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 978 2 978	37 625 37 625	50 000 50 000	55 000 55 000	55 000 55 000	0 0	200 603 200 603
Certificação da Direcção de Serviços de Indústria 2004-09		TOTAL CAP. 50 O.R.	11 389 11 389	32 775 32 775	25 000 25 000	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000	129 164 129 164
Implementação da Estratégia Regional para a Qualidade na RAM 2005-09		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	600 000 600 000	500 000 500 000	1 300 000 1 300 000	950 000 950 000	500 000 500 000	3 850 000 3 850 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

240

PIDDAR 2006

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO DO COMÉRCIO		TOTAL	0	0	45 000	55 000	53 000	50 000	203 000
SE: DRClE	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	45 000	55 000	53 000	50 000	203 000
N Programa de Dinamização do Comércio 2006-09		TOTAL	0	0	45 000	55 000	53 000	50 000	203 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	45 000	55 000	53 000	50 000	203 000
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	426 252	271 945	370 000	300 000	160 900	165 000	1 694 097
		CAP. 50 O.R.	426 252	271 945	370 000	300 000	160 900	165 000	1 694 097
SISTEMAS E PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO		TOTAL	381 201	120 945	130 000	150 000	145 900	150 000	1 078 046
SE: DRClE	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	381 201	120 945	130 000	150 000	145 900	150 000	1 078 046
PIDAE - Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica 1998-09		TOTAL	248 266	94 850	100 000	105 000	103 500	110 000	761 616
		CAP. 50 O.R.	248 266	94 850	100 000	105 000	103 500	110 000	761 616
Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria 1997-09		TOTAL	132 935	26 095	30 000	45 000	42 400	40 000	316 430
		CAP. 50 O.R.	132 935	26 095	30 000	45 000	42 400	40 000	316 430
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL		TOTAL	45 051	151 000	240 000	150 000	15 000	15 000	616 051
SE: DRACE	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	45 051	151 000	240 000	150 000	15 000	15 000	616 051
Acções de Cooperação Externa 1996-09		TOTAL	45 051	15 000	15 000	15 000	15 000	15 000	120 051
		CAP. 50 O.R.	45 051	15 000	15 000	15 000	15 000	15 000	120 051
Cooperação das Regiões Ultraperiféricas para um Desenvolvimento Sustentável - RUP-PLUS COFIN - PIC INTERREG III C Zona Sul 2004-07		TOTAL	0	136 000	225 000	135 000	0	0	496 000
		CAP. 50 O.R.	0	136 000	225 000	135 000	0	0	496 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	1 979 175	795 419	978 500	960 000	622 500	1 215 000	6 550 594
		CAP. 50 O.R.	1 979 175	795 419	978 500	960 000	622 500	1 215 000	6 550 594
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL AFECTO À VICE-PRESIDÊNCIA		TOTAL	262 671	51 825	32 900	70 500	65 500	61 500	544 896
SE: VP	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	262 671	51 825	32 900	70 500	65 500	61 500	544 896
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRACE 1998-09		TOTAL	237 709	20 000	15 000	30 000	25 000	20 000	347 709
		CAP. 50 O.R.	237 709	20 000	15 000	30 000	25 000	20 000	347 709
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRClE 1997-09		TOTAL	19 414	29 925	15 000	37 500	37 500	32 500	171 839
		CAP. 50 O.R.	19 414	29 925	15 000	37 500	37 500	32 500	171 839
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Afecto ao Gabinete da VP 2001-10		TOTAL	5 548	1 900	2 900	3 000	3 000	9 000	25 348
		CAP. 50 O.R.	5 548	1 900	2 900	3 000	3 000	9 000	25 348
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL E LOCAL		TOTAL	861 003	273 721	350 000	620 000	340 000	900 000	3 344 724
SE: DRAPL	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	861 003	273 721	350 000	620 000	340 000	900 000	3 344 724
Acções de Formação na Administração Pública COFIN - POP RAM III - FSE 2001-10		TOTAL	861 003	240 000	250 000	370 000	340 000	900 000	2 961 003
		CAP. 50 O.R.	861 003	240 000	250 000	370 000	340 000	900 000	2 961 003
Acções de Formação Específica e Supletiva para Dirigentes COFIN - POP RAM III - FSE 2005-07		TOTAL	0	33 721	100 000	250 000	0	0	383 721
		CAP. 50 O.R.	0	33 721	100 000	250 000	0	0	383 721
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS		TOTAL	652 757	36 437	55 000	144 000	140 000	178 500	1 206 744
SE: VP	N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	652 757	36 437	55 000	144 000	140 000	178 500	1 206 744
Informatização dos Serviços de Apoio ao Gabinete da VP 2001-10		TOTAL	17 691	9 188	8 000	9 000	10 000	30 000	83 879
		CAP. 50 O.R.	17 691	9 188	8 000	9 000	10 000	30 000	83 879
Informatização dos Serviços Afectos à DRClE 1995-09		TOTAL	143 565	17 299	30 000	90 000	90 000	68 500	439 364
		CAP. 50 O.R.	143 565	17 299	30 000	90 000	90 000	68 500	439 364
Informatização dos Serviços Afectos à DRACE 1992-09		TOTAL	477 806	10 000	10 000	30 000	20 000	20 000	567 806
		CAP. 50 O.R.	477 806	10 000	10 000	30 000	20 000	20 000	567 806
Informatização dos Serviços Afectos à DRAPL 2003-10		TOTAL	13 695	0	7 000	15 000	20 000	60 000	115 695
		CAP. 50 O.R.	13 695	0	7 000	15 000	20 000	60 000	115 695



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

241

PIDDAR 2006

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE APOIO AO CIDADÃO	TOTAL	202 744	433 386	540 600	125 500	77 000	75 000	1 454 230
SE: DRAPL N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	202 744	433 386	540 600	125 500	77 000	75 000	1 454 230
Formulários/Serviços On-Line - Madeira Digital	TOTAL	202 744	387 886	493 600	0	0	0	1 084 230
COFIN - POSI - Madeira Digital 2002-06	CAP. 50 O.R.	202 744	387 886	493 600	0	0	0	1 084 230
Qualidade e Modernização Administrativa da DRCE	TOTAL	0	45 500	47 000	125 500	77 000	75 000	370 000
2005-09	CAP. 50 O.R.	0	45 500	47 000	125 500	77 000	75 000	370 000
SECTOR: APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL	TOTAL	22 785 516	10 017 359	10 421 569	11 346 831	10 319 166	7 484 166	72 394 607
	CAP. 50 O.R.	16 824 978	6 301 939	5 810 769	6 769 016	6 068 166	4 483 166	46 258 054
APOIO ÀS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS EMPRESARIAIS	TOTAL	1 011 030	279 200	200 000	308 100	308 100	308 100	2 414 530
SE: DRCE N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	1 011 030	279 200	200 000	308 100	308 100	308 100	2 414 530
Apoio às Estruturas Associativas Empresariais 1996-09	TOTAL	1 011 030	279 200	200 000	308 100	308 100	308 100	2 414 530
	CAP. 50 O.R.	1 011 030	279 200	200 000	308 100	308 100	308 100	2 414 530
APOIOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (IDE - RAM)	TOTAL	20 238 275	8 665 665	9 568 000	10 542 665	9 515 000	6 680 000	65 209 605
SE: IDE-RAM N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	14 277 737	4 930 265	4 957 200	5 964 850	5 264 000	3 679 000	39 073 052
N Programa de Integração com o Investimento Estrangeiro 2006-07	TOTAL	0	0	500 000	500 000	0	0	1 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	500 000	0	0	1 000 000
Programa de Incentivos ao Investimento e à Engenharia Financeira COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-10	TOTAL	18 575 139	7 446 800	7 543 000	8 712 000	8 590 000	6 000 000	56 866 939
	CAP. 50 O.R.	12 614 601	3 711 400	3 462 200	4 446 000	4 340 000	3 000 000	31 574 201
Programa de Comunicação e Cooperação Empresarial COFIN - PIC INTERREG III B 2000-10	TOTAL	392 655	165 500	840 000	585 665	250 000	250 000	2 483 820
	CAP. 50 O.R.	392 655	165 500	311 000	274 850	250 000	250 000	1 644 005
Actualização e Formação no IDE 2001-10	TOTAL	8 931	2 500	10 000	20 000	15 000	15 000	71 431
	CAP. 50 O.R.	8 931	2 500	10 000	20 000	15 000	15 000	71 431
Participação no Capital Social da "Madeira Parques Empresariais" 2001-07	TOTAL	1 198 875	530 865	75 000	25 000	0	0	1 829 740
	CAP. 50 O.R.	1 198 875	530 865	75 000	25 000	0	0	1 829 740
Centro de Formalidades de Empresas 2003-10	TOTAL	62 675	520 000	400 000	400 000	410 000	415 000	2 207 675
	CAP. 50 O.R.	62 675	520 000	399 000	399 000	409 000	414 000	2 203 675
N Aquisição de Instalações para o Instituto de Desenvolvimento Empresarial 2006-08	TOTAL	0	0	200 000	300 000	250 000	0	750 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	300 000	250 000	0	750 000
APOIOS NO ÂMBITO DO CENTRO DE EMPRESAS E INOVAÇÃO DA MADEIRA	TOTAL	1 536 211	1 092 494	653 569	496 066	496 066	496 066	4 770 472
SE: CEIM N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	1 536 211	1 092 494	653 569	496 066	496 066	496 066	4 770 472
Modernização e Inovação Empresarial 2001-09	TOTAL	1 536 211	1 092 494	503 569	496 066	496 066	496 066	4 620 472
	CAP. 50 O.R.	1 536 211	1 092 494	503 569	496 066	496 066	496 066	4 620 472
E-CEIM	TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-06	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
SECTOR: APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	TOTAL	14 528 457	9 210 538	9 841 200	11 297 300	11 890 400	53 098 400	109 866 295
	CAP. 50 O.R.	14 528 457	9 207 538	9 841 200	11 297 300	11 890 400	53 098 400	109 863 295
criação de instrumentos para o desenvolvimento integrado regional e apoio à gestão	TOTAL	14 528 457	9 210 538	9 841 200	11 297 300	11 890 400	53 098 400	109 866 295
SE: VP N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	14 528 457	9 207 538	9 841 200	11 297 300	11 890 400	53 098 400	109 863 295
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo - S.D.P.S.,S.A. 1999-10	TOTAL	4 916 489	1 935 000	1 393 700	1 514 900	1 636 100	7 305 500	18 701 689
	CAP. 50 O.R.	4 916 489	1 935 000	1 393 700	1 514 900	1 636 100	7 305 500	18 701 689
Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira Ponta do Oeste, S.A. 2000-10	TOTAL	5 025 817	2 485 000	3 000 000	3 719 600	3 779 800	16 878 400	34 888 617
	CAP. 50 O.R.	5 025 817	2 482 000	3 000 000	3 719 600	3 779 800	16 878 400	34 885 617
Sociedade de Desenvolvimento do Norte - S.D.N., S.A. 2001-10	TOTAL	3 125 000	1 535 000	3 447 500	3 747 200	4 047 000	18 075 000	33 976 702
	CAP. 50 O.R.	3 125 000	1 535 000	3 447 500	3 747 200	4 047 000	18 075 000	33 976 702



PIDDAR 2006

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.	TOTAL	1 461 149	3 255 538	2 000 000	2 315 600	2 427 500	10 839 500	22 299 287
2001-10	CAP. SO Q.R.	1 461 149	3 255 538	2 000 000	2 315 600	2 427 500	10 839 500	22 299 287



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

243

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	29 788 376	9 113 430	7 517 531	9 424 000	10 441 000	11 586 500	77 870 837
		CAP. 50 O.R.	24 088 316	5 973 058	4 500 898	6 424 000	7 441 000	8 586 500	57 013 772
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	29 788 376	9 113 430	7 345 031	9 424 000	10 441 000	11 586 500	77 608 337
		CAP. 50 O.R.	24 088 316	5 973 058	4 367 698	6 424 000	7 441 000	8 586 500	56 880 572
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	172 500	0	0	0	172 500
		CAP. 50 O.R.	0	0	133 200	0	0	0	133 200
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL	90 307	101 553	47 978	55 000	80 000	100 000	474 838
		CAP. 50 O.R.	90 307	101 553	47 978	55 000	80 000	100 000	474 838
APOIO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL	90 307	101 553	47 978	55 000	80 000	100 000	474 838
SE: GS N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	90 307	101 553	47 978	55 000	80 000	100 000	474 838
Campanhas, Projectos e Promoção dos Direitos do Consumidor 2002-09		TOTAL	90 307	101 553	47 978	55 000	80 000	100 000	474 838
		CAP. 50 O.R.	90 307	101 553	47 978	55 000	80 000	100 000	474 838
SECTOR: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		TOTAL	0	1 002 000	197 000	12 000	12 000	12 000	1 235 000
		CAP. 50 O.R.	0	1 002 000	197 000	12 000	12 000	12 000	1 235 000
DIGITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		TOTAL	0	990 000	185 000	0	0	0	1 175 000
SE: GS N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	0	990 000	185 000	0	0	0	1 175 000
Digitalização de Equipamentos 2005-06		TOTAL	0	990 000	185 000	0	0	0	1 175 000
		CAP. 50 O.R.	0	990 000	185 000	0	0	0	1 175 000
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL		TOTAL	0	12 000	12 000	12 000	12 000	12 000	60 000
SE: GS N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	0	12 000	12 000	12 000	12 000	12 000	60 000
Relações Institucionais na Área da Comunicação Social 2005-09		TOTAL	0	12 000	12 000	12 000	12 000	12 000	60 000
		CAP. 50 O.R.	0	12 000	12 000	12 000	12 000	12 000	60 000
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO		TOTAL	27 870 941	6 667 415	5 918 635	8 180 000	9 207 000	10 235 000	68 079 024
		CAP. 50 O.R.	22 259 223	3 529 073	2 993 292	5 180 000	6 207 000	7 235 000	47 313 498
PLANO REGIONAL DE EMPREGO		TOTAL	27 649 913	6 394 773	5 512 029	8 000 000	9 000 000	10 000 000	66 556 715
SE: IRE N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	22 044 453	3 284 729	2 563 290	5 000 000	6 000 000	7 000 000	45 892 475
Plano Regional de Emprego COFIN - POP RAM III - FSE 1994-09		TOTAL	27 649 913	6 394 773	5 512 029	8 000 000	9 000 000	10 000 000	66 556 715
		CAP. 50 O.R.	22 044 456	3 284 729	2 563 290	5 000 000	6 000 000	7 000 000	45 892 475
COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DO EMPREGO		TOTAL	6 264	29 672	180 686	0	0	0	196 622
SE: IRE N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	0	1 344	93 391	0	0	0	95 336
1º Projecto Escala COFIN - PIC INTERREG III B 2006-06		TOTAL	0	0	131 000	0	0	0	131 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	91 700	0	0	0	91 700
Rede Eurec 2004-06		TOTAL	6 264	29 672	29 686	0	0	0	65 622
		CAP. 50 O.R.	0	1 344	2 292	0	0	0	3 636
AÇÕES NO DOMÍNIO DO TRABALHO PARA A DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-LABORAL		TOTAL	214 767	243 000	245 920	180 000	207 000	235 000	1 325 689
SE: SRRH N.º Projectos: 7		CAP. 50 O.R.	214 767	243 000	245 920	180 000	207 000	235 000	1 325 689
Consentação Social e Relações Institucionais na Área do Trabalho (G5) 2003-09		TOTAL	75 819	63 000	63 000	70 000	75 000	80 000	426 819
		CAP. 50 O.R.	75 819	63 000	63 000	70 000	75 000	80 000	426 819
CRITE - Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (DRT) 2001-09		TOTAL	13 458	6 719	7 000	15 000	20 000	25 000	87 177
		CAP. 50 O.R.	13 458	6 719	7 000	15 000	20 000	25 000	87 177
PRIO - Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades (DRT) 2001-09		TOTAL	16 202	8 305	7 600	10 000	11 000	12 000	65 107
		CAP. 50 O.R.	16 202	8 305	7 600	10 000	11 000	12 000	65 107
Programa Higiene e Segurança no Trabalho (DRT) 2001-09		TOTAL	76 196	59 301	59 301	60 000	70 000	80 000	404 798
		CAP. 50 O.R.	76 196	59 301	59 301	60 000	70 000	80 000	404 798



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

244

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						Total
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	
Formação na Área do Direito do Trabalho (DRT) 2001-09	TOTAL	7 238	2 868	3 400	5 000	6 000	8 000	32 506
	CAP. 50 O.R.	7 238	2 868	3 400	5 000	6 000	8 000	32 506
Operações Estatísticas Laborais 2002-09	TOTAL	25 854	15 699	15 699	20 000	25 000	30 000	132 252
	CAP. 50 O.R.	25 854	15 699	15 699	20 000	25 000	30 000	132 252
Projecto Violeta - Projecto de Cooperação na Macaronésia pela Igualdade de Oportunidades COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06	TOTAL	0	87 108	89 920	0	0	0	177 028
	CAP. 50 O.R.	0	87 108	89 920	0	0	0	177 028
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	1 012 046	696 157	709 418	707 000	638 000	675 000	4 437 621
	CAP. 50 O.R.	923 707	694 157	708 218	707 000	638 000	675 000	4 346 082
INFRA-ESTRUTURAS PARA ACTIVIDADES RECREATIVAS E DESPORTIVAS SE: IRE N.º Projectos: 1	TOTAL	318 659	344 718	143 918	144 000	150 000	160 000	1 061 295
	CAP. 50 O.R.	314 858	142 718	142 718	144 000	150 000	160 000	1 054 294
Infra-estruturas para Actividades Recreativas e Desportivas 1998-09	TOTAL	318 659	144 718	143 918	144 000	150 000	160 000	1 061 295
	CAP. 50 O.R.	314 858	142 718	142 718	144 000	150 000	160 000	1 054 294
CRIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À JUVENTUDE SE: DRJ N.º Projectos: 5	TOTAL	278 962	302 808	321 500	305 000	215 000	225 000	1 648 270
	CAP. 50 O.R.	194 424	302 808	321 500	305 000	215 000	225 000	1 563 732
RAICES - Lojas da Juventude / Juventude Activa COFIN - PIC INTERREG III B 2002-09	TOTAL	275 534	163 420	165 000	170 000	175 000	180 000	1 128 954
	CAP. 50 O.R.	190 996	163 420	165 000	170 000	175 000	180 000	1 044 416
Construção do Edifício de Apoio ao Campo Escola do Montado do Perero 2003-07	TOTAL	0	110 000	85 000	100 000	0	0	295 000
	CAP. 50 O.R.	0	110 000	85 000	100 000	0	0	295 000
Apetreçamento, Reapetreçamento e Recuperação dos Centros de Juventude da Madeira 2003-09	TOTAL	3 428	29 388	30 000	35 000	40 000	45 000	182 816
	CAP. 50 O.R.	3 428	29 388	30 000	35 000	40 000	45 000	182 816
N.º Projecto "Conhece as Tuas Origens" 2006-06	TOTAL	0	0	16 500	0	0	0	16 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	16 500	0	0	0	16 500
N.º Semana da Juventude, Encontros com a Formação e Cénários de Juventude 2006-06	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
PROGRAMAS E ACÇÕES DESTINADOS À JUVENTUDE SE: DRJ N.º Projectos: 4	TOTAL	414 435	248 611	244 000	258 000	273 000	290 000	1 728 050
	CAP. 50 O.R.	414 435	248 611	244 000	258 000	273 000	290 000	1 728 056
Voluntariado Juvenil 2002-09	TOTAL	33 377	23 950	25 000	30 000	35 000	40 000	187 327
	CAP. 50 O.R.	33 377	23 950	25 000	30 000	35 000	40 000	187 327
Jovens em Formação 2003-09	TOTAL	345 728	189 075	199 000	205 000	210 000	215 000	1 363 803
	CAP. 50 O.R.	345 728	189 075	199 000	205 000	210 000	215 000	1 363 803
Mobilidade e Formação Juvenil 2003-09	TOTAL	21 070	20 956	10 000	12 000	15 000	20 000	99 026
	CAP. 50 O.R.	21 070	20 956	10 000	12 000	15 000	20 000	99 026
Apoio a Instituições na Área da Juventude 2003-09	TOTAL	14 250	14 650	10 000	11 000	13 000	15 000	77 900
	CAP. 50 O.R.	14 250	14 650	10 000	11 000	13 000	15 000	77 900
SECTOR: SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL	TOTAL	670 595	418 400	322 500	350 000	375 500	427 500	2 564 495
	CAP. 50 O.R.	670 595	418 400	322 500	350 000	375 500	427 500	2 564 495
APOIO AO ACOILHIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES SE: GS N.º Projectos: 2	TOTAL	670 595	418 400	322 500	350 000	375 500	427 500	2 564 495
	CAP. 50 O.R.	670 595	418 400	322 500	350 000	375 500	427 500	2 564 495
Acções de Apoio Junto das Comunidades Madeirenses 1998-09	TOTAL	641 004	395 900	300 000	325 000	350 000	400 000	2 411 904
	CAP. 50 O.R.	641 004	395 900	300 000	325 000	350 000	400 000	2 411 904
Acções de Apoio à Imigração 2003-09	TOTAL	29 591	22 500	22 500	25 000	25 500	27 500	152 591
	CAP. 50 O.R.	29 591	22 500	22 500	25 000	25 500	27 500	152 591
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	144 484	227 875	322 000	120 000	128 500	137 000	1 079 859
	CAP. 50 O.R.	144 484	227 875	322 000	120 000	128 500	137 000	1 079 859
FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENTO DO PESSOAL AFECTO À SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL	6 756	22 000	12 500	15 000	17 500	20 000	93 756
	CAP. 50 O.R.	6 756	22 000	12 500	15 000	17 500	20 000	93 756



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

245

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						Total
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da Secretaria Regional dos Recursos Humanos 2000-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 756 6 756	22 000 22 000	12 500 12 500	15 000 15 000	17 500 17 500	20 000 20 000	93 756 93 756
30 ANOS DE AUTONOMIA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	TOTAL	0	70 000	210 000	0	0	0	280 000
SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	70 000	210 000	0	0	0	280 000
Comemorações dos 30 Anos de Autonomia da Região Autónoma da Madeira 2005-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	70 000 70 000	210 000 210 000	0 0	0 0	0 0	280 000 280 000
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	137 728	135 875	99 500	105 000	111 000	117 000	706 103
SE: SRRH N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	137 728	135 875	99 500	105 000	111 000	117 000	706 103
Gestão Integrada dos Serviços da Secretaria Regional dos Recursos Humanos (GS) 2002-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	137 600 137 600	115 047 115 047	80 000 80 000	85 000 85 000	90 000 90 000	95 000 95 000	602 647 602 647
Monitorização Integrada dos Serviços da Direcção Regional de Juventude 2003-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	128 128	20 828 20 828	19 500 19 500	20 000 20 000	21 000 21 000	22 000 22 000	103 456 103 456



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

247

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	48 890 947	21 911 793	22 750 000	28 764 400	27 565 633	29 237 785	179 120 558
CAP. 50 O.R.			48 890 947	21 911 793	22 750 000	28 764 400	27 565 633	29 237 785	179 120 558
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	48 890 947	21 911 793	22 650 000	28 714 400	27 565 633	29 237 785	178 970 558
CAP. 50 O.R.			48 890 947	21 911 793	22 650 000	28 714 400	27 565 633	29 237 785	178 970 558
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	100 000	50 000	0	0	150 000
CAP. 50 O.R.			0	0	100 000	50 000	0	0	150 000
SECTOR: TURISMO		TOTAL	45 137 838	14 896 663	14 897 350	17 235 600	18 108 488	19 854 675	130 130 614
CAP. 50 O.R.			45 137 838	14 896 663	14 897 350	17 235 600	18 108 488	19 854 675	130 130 614
PROMOÇÃO TURÍSTICA		TOTAL	9 791 911	6 263 857	5 954 000	6 251 850	6 575 600	7 823 175	42 660 393
SE: DRT N.º Projectos: 14		CAP. 50 O.R.	9 791 911	6 263 857	5 954 000	6 251 850	6 575 600	7 823 175	42 660 393
Acções para a Diversificação de Mercados 2000-09		TOTAL	1 990 645	567 944	450 000	472 500	500 000	521 000	4 502 089
CAP. 50 O.R.			1 990 645	567 944	450 000	472 500	500 000	521 000	4 502 089
Dinamização do Turismo Interno 2000-09		TOTAL	1 164 696	521 350	450 000	472 500	500 000	521 000	3 629 546
CAP. 50 O.R.			1 164 696	521 350	450 000	472 500	500 000	521 000	3 629 546
Promoção do Golfe 2004-09		TOTAL	754 973	874 785	757 000	795 000	834 750	876 500	4 893 008
CAP. 50 O.R.			754 973	874 785	757 000	795 000	834 750	876 500	4 893 008
Campanha de Imagem 2000-09		TOTAL	3 404 802	928 121	1 100 000	1 155 000	1 212 750	2 037 500	9 838 173
CAP. 50 O.R.			3 404 802	928 121	1 100 000	1 155 000	1 212 750	2 037 500	9 838 173
Material Promocional 2000-09		TOTAL	1 672 762	620 500	600 000	630 000	661 500	752 500	4 937 262
CAP. 50 O.R.			1 672 762	620 500	600 000	630 000	661 500	752 500	4 937 262
Acções Culturais e de Promoção Turística (GS) 2004-09		TOTAL	150 045	200 000	200 000	210 000	220 500	243 000	1 223 545
CAP. 50 O.R.			150 045	200 000	200 000	210 000	220 500	243 000	1 223 545
Acções Promocionais Diversas 2004-09		TOTAL	145 529	261 500	150 000	157 500	165 375	173 650	1 053 554
CAP. 50 O.R.			145 529	261 500	150 000	157 500	165 375	173 650	1 053 554
Acções de Relações Públicas 2004-09		TOTAL	102 365	321 000	250 000	262 500	275 625	347 500	1 558 990
CAP. 50 O.R.			102 365	321 000	250 000	262 500	275 625	347 500	1 558 990
Novas Tecnologias da Informação 2004-09		TOTAL	52 793	43 650	40 000	42 000	44 100	58 000	280 543
CAP. 50 O.R.			52 793	43 650	40 000	42 000	44 100	58 000	280 543
Marca Quintas da Madeira 2000-09		TOTAL	56 356	66 500	40 000	42 000	44 100	46 500	295 456
CAP. 50 O.R.			56 356	66 500	40 000	42 000	44 100	46 500	295 456
www.madeiraatourism.org COFIN - POSTI - Madeira Digital 2003-09		TOTAL	33 091	66 500	75 000	78 750	82 700	86 800	422 841
CAP. 50 O.R.			33 091	66 500	75 000	78 750	82 700	86 800	422 841
Parceria Público-privada 2004-09		TOTAL	263 305	965 757	950 000	997 500	1 047 500	1 100 000	5 324 062
CAP. 50 O.R.			263 305	965 757	950 000	997 500	1 047 500	1 100 000	5 324 062
Turismo Náutico 2004-09		TOTAL	549	78 050	80 000	84 000	88 200	115 800	446 599
CAP. 50 O.R.			549	78 050	80 000	84 000	88 200	115 800	446 599
Promoção das Provas Automobilísticas da RAM 2005-09		TOTAL	0	748 200	812 000	852 600	898 500	943 425	4 254 725
CAP. 50 O.R.			0	748 200	812 000	852 600	898 500	943 425	4 254 725
ANIMAÇÃO E ACONTECIMENTOS ESPECIAIS		TOTAL	35 196 711	8 314 006	8 273 350	8 715 500	9 151 225	9 513 200	79 163 992
SE: DRT N.º Projectos: 7		CAP. 50 O.R.	35 196 711	8 314 006	8 273 350	8 715 500	9 151 225	9 513 200	79 163 992
Festa do Carnaval COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09		TOTAL	1 617 177	335 694	340 000	357 000	374 850	393 600	3 418 321
CAP. 50 O.R.			1 617 177	335 694	340 000	357 000	374 850	393 600	3 418 321
Festa da Flor COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09		TOTAL	1 303 517	268 498	270 000	283 500	297 675	312 500	2 735 690
CAP. 50 O.R.			1 303 517	268 498	270 000	283 500	297 675	312 500	2 735 690
Festa do Vinho da Madeira COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09		TOTAL	581 971	146 270	130 000	136 500	143 325	150 500	1 288 566
CAP. 50 O.R.			581 971	146 270	130 000	136 500	143 325	150 500	1 288 566



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

248

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Festa do Fim do Ano 2000-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	29 845 821 29 845 821	6 616 013 6 616 013	6 613 350 6 613 350	6 900 000 6 900 000	7 245 000 7 245 000	7 500 000 7 500 000	64 720 184 64 720 184
Encontro Regional de Bandas 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	27 013 27 013	92 863 92 863	50 000 50 000	52 500 52 500	55 125 55 125	69 500 69 500	347 001 347 001
Festival do Atlântico COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 801 290 1 801 290	835 668 835 668	850 000 850 000	965 000 965 000	1 013 250 1 013 250	1 064 000 1 064 000	6 529 208 6 529 208
Iniciativas Diversas 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	19 922 19 922	19 000 19 000	20 000 20 000	21 000 21 000	22 000 22 000	23 100 23 100	125 022 125 022
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO E GESTÃO DO DESTINO SE: DRT N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	149 216 149 216	318 800 318 800	670 000 670 000	2 268 250 2 268 250	2 381 663 2 381 663	2 518 300 2 518 300	8 306 229 8 306 229
Infra-estruturas Turísticas Diversas COFIN - Fundo de Turismo 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 350 8 350	90 000 90 000	600 000 600 000	2 200 000 2 200 000	2 310 000 2 310 000	2 425 500 2 425 500	7 633 850 7 633 850
Conservação e Reparação de Locais de Interesse Turístico 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	25 758 25 758	47 500 47 500	40 000 40 000	42 000 42 000	44 100 44 100	58 000 58 000	257 358 257 358
Programas de Educação para o Turismo 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	17 500 17 500	17 500 17 500	25 000 25 000	26 250 26 250	27 563 27 563	34 800 34 800	148 613 148 613
CIETMAC - Centro de Investigação e Estudos Turísticos da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2003 - 06	TOTAL CAP. 50 O.R.	97 608 97 608	163 800 163 800	5 000 5 000	0 0	0 0	0 0	266 408 266 408
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	TOTAL CAP. 50 O.R.	20 899 20 899	20 512 20 512	34 000 34 000	35 700 35 700	48 500 48 500	50 925 50 925	210 536 210 536
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL SE: SRTC N.º Projectos: 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	20 899 20 899	20 512 20 512	34 000 34 000	35 700 35 700	48 500 48 500	50 925 50 925	210 536 210 536
Ações de Formação Turística (DRT) 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 385 11 385	5 000 5 000	15 000 15 000	15 750 15 750	16 500 16 500	17 325 17 325	80 960 80 960
Ações de Formação no Âmbito da Cultura (DRAC) 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 360 6 360	7 512 7 512	14 000 14 000	14 700 14 700	15 500 15 500	16 275 16 275	74 347 74 347
Outras Ações de Formação (GS) 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 154 3 154	8 000 8 000	5 000 5 000	5 250 5 250	16 500 16 500	17 325 17 325	55 229 55 229
SECTOR: CULTURA	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 619 798 3 619 798	6 434 068 6 434 068	6 815 650 6 815 650	11 087 600 11 087 600	9 103 145 9 103 145	9 039 685 9 039 685	46 099 946 46 099 946
RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO SE: DRAC N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 048 928 1 048 928	1 673 906 1 673 906	1 410 000 1 410 000	3 600 000 3 600 000	2 100 000 2 100 000	1 620 000 1 620 000	11 452 834 11 452 834
Convento de Santa Clara COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	259 188 259 188	178 707 178 707	80 000 80 000	800 000 800 000	600 000 600 000	600 000 600 000	2 517 895 2 517 895
Igreja da Sé do Funchal COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	195 024 195 024	202 553 202 553	480 000 480 000	1 800 000 1 800 000	800 000 800 000	600 000 600 000	4 077 577 4 077 577
Igreja do Colégio COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	444 176 444 176	662 946 662 946	650 000 650 000	800 000 800 000	600 000 600 000	300 000 300 000	3 457 122 3 457 122
Núcleo Histórico de Santo Amaro COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	150 540 150 540	629 700 629 700	200 000 200 000	200 000 200 000	100 000 100 000	120 000 120 000	1 400 240 1 400 240
REABILITAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO SE: DRAC N.º Projectos: 8	TOTAL CAP. 50 O.R.	422 481 422 481	1 477 796 1 477 796	1 420 390 1 420 390	3 452 000 3 452 000	2 485 100 2 485 100	2 371 500 2 371 500	11 629 267 11 629 267
Beneficiação do Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava) 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 709 1 709	79 420 79 420	150 000 150 000	650 000 650 000	150 000 150 000	40 000 40 000	1 071 129 1 071 129



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

249

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Forte de São Tiago 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	123 330 123 330	24 600 24 600	35 000 35 000	350 000 350 000	120 000 120 000	120 000 120 000	772 930 772 930
Recuperação da Arquitectura Regional (Casas Típicas, Moinhos e Casas de Salão) 2000-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	116 783 116 783	149 950 149 950	188 900 188 900	300 000 300 000	320 000 320 000	340 000 340 000	1 415 633 1 415 633
Restauração dos Órgãos das Igrejas COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	92 514 92 514	191 680 191 680	200 500 200 500	500 000 500 000	300 000 300 000	250 000 250 000	1 534 694 1 534 694
Obras Diversas de Conservação do Património da RAM 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	55 109 55 109	455 175 455 175	410 000 410 000	1 200 000 1 200 000	1 260 000 1 260 000	1 323 000 1 323 000	4 703 284 4 703 284
Estudos e Projectos de Restaura do Património Regional 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	23 701 23 701	44 865 44 865	58 500 58 500	62 000 62 000	65 100 65 100	68 500 68 500	322 666 322 666
Beneficiação do Museu Quinta das Cruzes COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	509 400 509 400	328 600 328 600	300 000 300 000	150 000 150 000	80 000 80 000	1 368 090 1 368 090
Inventariação do Património Regional 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	9 335 9 335	22 706 22 706	48 800 48 800	90 000 90 000	120 000 120 000	150 000 150 000	440 841 440 841
AÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO	TOTAL	161 287	110 968	110 000	105 000	121 300	127 500	736 055
SE: CEHA N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	161 287	110 968	110 000	105 000	121 300	127 500	736 055
História e Autonomia do Arquipélago 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	65 916 65 916	95 000 95 000	100 000 100 000	105 000 105 000	121 300 121 300	127 500 127 500	614 716 614 716
ATLÂNTICA - O Açúcar e a Cultura nas Ilhas Atlânticas 2003 - 06	TOTAL CAP. 50 O.R.	95 371 95 371	15 968 15 968	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	121 339 121 339
APOIO A MUSEUS E CASAS DE CULTURA	TOTAL	826 763	896 959	986 510	1 186 400	1 371 000	1 424 300	6 691 932
SE: DRAC N.º Projectos: 11	CAP. 50 O.R.	826 763	896 959	986 510	1 186 400	1 371 000	1 424 300	6 691 932
Casa das Mudanças 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	34 655 34 655	37 664 37 664	79 900 79 900	95 000 95 000	104 500 104 500	110 000 110 000	461 719 461 719
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava) 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	48 723 48 723	66 625 66 625	90 000 90 000	99 000 99 000	120 000 120 000	126 000 126 000	550 348 550 348
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	60 208 60 208	70 995 70 995	69 800 69 800	100 000 100 000	143 000 143 000	150 150 150 150	594 153 594 153
Museu de Arte Sacra 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	76 000 76 000	101 772 101 772	110 000 110 000	115 500 115 500	121 500 121 500	127 500 127 500	652 272 652 272
Fotografia-Museu Vicentes 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	74 524 74 524	104 465 104 465	82 800 82 800	129 000 129 000	135 450 135 450	142 200 142 200	668 439 668 439
Casa-Museu Cristóvão Colombo 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	104 894 104 894	141 560 141 560	80 000 80 000	100 000 100 000	143 000 143 000	150 150 150 150	719 604 719 604
Museu Quinta das Cruzes 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	273 506 273 506	90 635 90 635	115 000 115 000	126 500 126 500	150 000 150 000	157 500 157 500	913 141 913 141
Solar São Cristóvão 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	14 517 14 517	20 200 20 200	48 000 48 000	50 400 50 400	53 000 53 000	55 650 55 650	241 767 241 767
Casa Museu Frederico de Freitas 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	64 670 64 670	66 610 66 610	140 900 140 900	180 000 180 000	200 000 200 000	140 000 140 000	792 180 792 180
Centro Cultural de Edmundo Bettencourt 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	25 529 25 529	28 990 28 990	50 110 50 110	65 000 65 000	68 250 68 250	91 500 91 500	329 379 329 379
Centro Cívico e Cultural de Santa Clara 2004-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	49 537 49 537	167 443 167 443	120 000 120 000	126 000 126 000	132 300 132 300	173 650 173 650	768 930 768 930
APOIO AO SERVIÇO PÚBLICO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO	TOTAL	184 449	696 904	926 900	1 003 400	1 053 570	1 258 310	5 123 533
SE: DRAC N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	184 449	696 904	926 900	1 003 400	1 053 570	1 258 310	5 123 533
Biblioteca Pública Regional	TOTAL	60 083	127 934	130 000	136 500	143 325	208 400	806 242



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

250

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
2004-09	CAP. 50 O.R.	60 083	127 934	130 000	136 500	143 325	208 400	806 242	
Arquivo Regional	TOTAL	106 017	484 999	600 000	660 000	693 000	810 400	3 354 416	
2004-09	CAP. 50 O.R.	106 017	484 999	600 000	660 000	693 000	810 400	3 354 416	
Biblioteca de Culturas Estrangeiras	TOTAL	6 050	8 525	18 000	18 900	19 845	32 400	103 720	
2004-09	CAP. 50 O.R.	6 050	8 525	18 000	18 900	19 845	32 400	103 720	
Rede Regional de Bibliotecas Públicas	TOTAL	12 299	10 259	80 000	84 000	88 200	92 610	367 368	
2004-09	CAP. 50 O.R.	12 299	10 259	80 000	84 000	88 200	92 610	367 368	
Centro de Estudos John dos Passos	TOTAL	0	65 187	98 900	104 000	109 200	114 500	491 787	
2005-09	CAP. 50 O.R.	0	65 187	98 900	104 000	109 200	114 500	491 787	
FESTIVAIS CULTURAIS		TOTAL	346 267	289 262	318 000	277 500	428 900	378 800	2 038 729
SE: DRAC	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	346 267	289 262	318 000	277 500	428 900	378 800	2 038 729
Festival Colombo (Porto Santo)	TOTAL	83 754	218 095	150 000	157 500	231 500	243 000	1 083 849	
2004-09	CAP. 50 O.R.	83 754	218 095	150 000	157 500	231 500	243 000	1 083 849	
Festival Raízes do Atlântico	TOTAL	182 742	70 000	80 000	100 000	105 000	115 800	653 542	
2003-09	CAP. 50 O.R.	182 742	70 000	80 000	100 000	105 000	115 800	653 542	
Festival de Poesia do Porto Santo	TOTAL	79 771	1 167	88 000	20 000	92 400	20 000	301 338	
2004-09	CAP. 50 O.R.	79 771	1 167	88 000	20 000	92 400	20 000	301 338	
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIVIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL		TOTAL	626 998	1 228 273	1 363 850	1 413 300	1 543 275	1 859 275	8 034 971
SE: DRAC	N.º Projectos: 9	CAP. 50 O.R.	626 998	1 228 273	1 363 850	1 413 300	1 543 275	1 859 275	8 034 971
Publicação de Edições Culturais	TOTAL	75 061	94 202	175 600	236 900	248 800	261 300	1 091 863	
2004-09	CAP. 50 O.R.	75 061	94 202	175 600	236 900	248 800	261 300	1 091 863	
Divulgação da Actividade Artística	TOTAL	66 385	55 446	100 750	137 300	144 150	151 400	655 431	
2004-09	CAP. 50 O.R.	66 385	55 446	100 750	137 300	144 150	151 400	655 431	
Apoio a Iniciativas Culturais	TOTAL	47 036	86 870	105 500	130 000	143 000	157 300	669 706	
2004-09	CAP. 50 O.R.	47 036	86 870	105 500	130 000	143 000	157 300	669 706	
Apoio à Descentralização Cultural	TOTAL	388 588	669 667	650 000	682 500	716 625	984 000	4 091 380	
2004-09	CAP. 50 O.R.	388 588	669 667	650 000	682 500	716 625	984 000	4 091 380	
Museu da História da Madeira	TOTAL	21 933	16 988	28 000	29 400	56 000	58 800	211 121	
2004-09	CAP. 50 O.R.	21 933	16 988	28 000	29 400	56 000	58 800	211 121	
Estudos e Divulgação de Museus da RAM	TOTAL	15 367	50 150	64 000	67 200	98 200	103 150	398 067	
2004-09	CAP. 50 O.R.	15 367	50 150	64 000	67 200	98 200	103 150	398 067	
FORO INTERCONTINENTAL - Centro Internacional de Estudos sobre a Sociedade Contemporânea	TOTAL	12 628	140 000	120 000	50 000	52 500	55 125	430 253	
2004-09	CAP. 50 O.R.	12 628	140 000	120 000	50 000	52 500	55 125	430 253	
Culturede - A Cultura da Madeira na Rede Digital	TOTAL	0	100 000	100 000	0	0	0	200 000	
COFIN - POSI - Madeira Digital	CAP. 50 O.R.	0	100 000	100 000	0	0	0	200 000	
2005-06									
Gabinete de Investigação e Desenvolvimento do Atlântico (GS)	TOTAL	0	14 950	20 000	80 000	84 000	88 200	287 150	
2005-09	CAP. 50 O.R.	0	14 950	20 000	80 000	84 000	88 200	287 150	
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA CULTURA		TOTAL	2 625	60 000	280 000	50 000	0	0	392 625
SE: DRAC	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	2 625	60 000	280 000	50 000	0	0	392 625
CINEMEDIA - Recuperação e Digitalização do Património Cinematográfico dos Açores, Madeira e Canárias	TOTAL	2 625	60 000	180 000	0	0	0	242 625	
COFIN - PIC INTERREG III B	CAP. 50 O.R.	2 625	60 000	180 000	0	0	0	242 625	
2004-06									
MEDIA2 II - Memória Digital Atlântica - Fotografia	TOTAL	0	0	100 000	50 000	0	0	150 000	
COFIN - PIC INTERREG III B	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	50 000	0	0	150 000	
2006-07									
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	112 412	560 550	1 003 000	405 500	305 500	292 500	2 679 462
	CAP. 50 O.R.	112 412	560 550	1 003 000	405 500	305 500	292 500	2 679 462	



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

251

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA								
SE: SRTC N.º Projectos: 8	TOTAL	112 412	560 550	1 000 000	400 500	300 000	286 500	2 659 962
	CAP. 50 O.R.	112 412	560 550	1 000 000	400 500	300 000	286 500	2 659 962
Beneficiação do Edifício da SRTC (GS) 2004-09	TOTAL	8 395	40 000	40 000	20 000	25 000	26 250	159 645
	CAP. 50 O.R.	8 395	40 000	40 000	20 000	25 000	26 250	159 645
Recuperação e Reabilitação do Edifício do DRAC 2004-09	TOTAL	22 509	161 500	80 000	180 000	100 000	40 000	584 009
	CAP. 50 O.R.	22 509	161 500	80 000	180 000	100 000	40 000	584 009
Beneficiação do Edifício da Direcção de Serviços Animação (GS) 2004-09	TOTAL	7 308	4 750	5 000	10 000	25 000	15 000	67 058
	CAP. 50 O.R.	7 308	4 750	5 000	10 000	25 000	15 000	67 058
Beneficiação do Armazém da SRTC (Camacha) (GS) 2004-09	TOTAL	974	0	95 000	80 000	5 000	15 000	195 974
	CAP. 50 O.R.	974	0	95 000	80 000	5 000	15 000	195 974
Informatização (GS) 2004-09	TOTAL	18 133	6 300	10 000	10 500	105 000	110 250	260 183
	CAP. 50 O.R.	18 133	6 300	10 000	10 500	105 000	110 250	260 183
SIGRT - Sistema de Informação e Gestão Turística da RAM (DRT) COFIN - POSI - Madela Digital 2003 - 06	TOTAL	2 722	126 000	185 000	0	0	0	313 722
	CAP. 50 O.R.	2 722	126 000	185 000	0	0	0	313 722
Intranet e Serviços de Turismo (DRT) COFIN - POSI - Madela Digital 2003 - 06	TOTAL	50 371	220 000	500 000	0	0	0	770 371
	CAP. 50 O.R.	50 371	220 000	500 000	0	0	0	770 371
Informatização do Novo Edifício do Arquivo Regional da Madeira Biblioteca Pública Regional (DRAC) COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-09	TOTAL	2 000	2 000	85 000	100 000	40 000	80 000	309 000
	CAP. 50 O.R.	2 000	2 000	85 000	100 000	40 000	80 000	309 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DO TURISMO								
SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL	0	0	3 000	5 000	5 500	6 000	19 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	3 000	5 000	5 500	6 000	19 500
Projectos de Cooperação com as Regiões Ultraperiféricas 2004-09	TOTAL	0	0	3 000	5 000	5 500	6 000	19 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	3 000	5 000	5 500	6 000	19 500



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

253

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	921 244 967	395 385 577	306 629 592	231 295 538	106 380 875	175 000	1 961 111 549
		CAP. 50 O.R.	917 441 114	395 294 351	306 136 642	231 295 538	106 380 875	175 000	1 956 723 520
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	921 244 967	395 385 577	280 367 632	148 511 756	54 543 000	125 000	1 800 177 932
		CAP. 50 O.R.	917 441 114	395 294 351	279 874 682	148 511 756	54 543 000	125 000	1 795 789 903
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	26 261 960	82 783 782	51 837 875	50 000	160 933 617
		CAP. 50 O.R.	0	0	26 261 960	82 783 782	51 837 875	50 000	160 933 617
SECTORES: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		TOTAL	763 403 759	274 011 998	82 689 500	66 642 500	43 152 500	0	1 229 900 257
		CAP. 50 O.R.	763 403 759	274 011 998	82 689 500	66 642 500	43 152 500	0	1 229 900 257
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS		TOTAL	608 823 700	208 502 194	51 735 000	40 190 000	22 350 000	0	931 600 894
SE: SRES N.º Projectos: 72		CAP. 50 O.R.	608 823 700	208 502 194	51 735 000	40 190 000	22 350 000	0	931 600 894
N Beneficiação da ER 208 - Saramago Ginjas - Paul da Serra		TOTAL	0	0	1 581 250	2 000 000	500 000	0	4 081 250
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	1 581 250	2 000 000	500 000	0	4 081 250
N Via Ostruidora da Marinha e Calvário - Estreito de Câmara de Lobos		TOTAL	0	0	300 000	300 000	100 000	0	700 000
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	300 000	100 000	0	700 000
N Via Expresso Fajã da Ovelha Ponta do Pargo		TOTAL	0	0	750 000	1 500 000	2 000 000	0	4 250 000
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	750 000	1 500 000	2 000 000	0	4 250 000
N Ligação N.º da Via Rápida ao Centro de Câmara de Lobos		TOTAL	0	0	75 000	500 000	200 000	0	775 000
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	500 000	200 000	0	775 000
N Via Expresso Ribeira Brava Meia Légua		TOTAL	0	0	500 000	1 500 000	500 000	0	2 500 000
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	1 500 000	500 000	0	2 500 000
N Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava		TOTAL	0	0	162 500	500 000	200 000	0	862 500
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	162 500	500 000	200 000	0	862 500
Acesso Sul ao Hospital Cruz de Carvalho		TOTAL	0	1 724 714	371 250	0	0	0	2 095 964
2005-06		CAP. 50 O.R.	0	1 724 714	371 250	0	0	0	2 095 964
Via Rápida Câmara de Lobos - Estreito de Câmara de Lobos		TOTAL	0	471 319	875 000	5 000 000	5 000 000	0	11 346 319
2005-08		CAP. 50 O.R.	0	471 319	875 000	5 000 000	5 000 000	0	11 346 319
Circular à Cidade do Funchal Cota 200 - 2.ª Fase		TOTAL	111 736 645	2 337 075	50 000	0	0	0	114 123 720
1995-06		CAP. 50 O.R.	111 736 645	2 337 075	50 000	0	0	0	114 123 720
Ligação ao Boqueirão - Porto da Cruz		TOTAL	0	0	890 000	0	0	0	890 000
2005-06		CAP. 50 O.R.	0	0	890 000	0	0	0	890 000
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 2.ª Fase		TOTAL	125 847 589	99 879	225 000	0	0	0	126 172 468
COFIN - FCN 1996-06		CAP. 50 O.R.	125 847 589	99 879	225 000	0	0	0	126 172 468
N Ligação Fonte da Rocha Sarava e Escola da Torre - Câmara de Lobos		TOTAL	0	0	300 000	300 000	50 000	0	650 000
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	300 000	50 000	0	650 000
N Ligação entre o Rochão e Paul da Serra - Arco da Calheta		TOTAL	0	0	2 865 000	500 000	100 000	0	3 465 000
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	2 865 000	500 000	100 000	0	3 465 000
Variante Este à Vila da Ribeira Brava		TOTAL	0	0	625 000	0	0	0	625 000
2005-06		CAP. 50 O.R.	0	0	625 000	0	0	0	625 000
N Requalificação da Rede Viária Regional		TOTAL	0	0	500 000	200 000	200 000	0	900 000
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	200 000	200 000	0	900 000
Variante à E.R. 104 na Via da Ribeira Brava		TOTAL	21 984 606	11 934 504	1 000 000	0	0	0	34 919 110
COFIN - FCN 2000-06		CAP. 50 O.R.	21 984 606	11 934 504	1 000 000	0	0	0	34 919 110
N Novo Acesso à Meia Serra		TOTAL	0	0	75 000	500 000	500 000	0	1 075 000
2006-08		CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	500 000	500 000	0	1 075 000
Via Expresso Machico - Faial		TOTAL	94 684 599	9 461 661	1 500 000	1 800 000	0	0	107 446 260
COFIN - POP RAM III - FEDER - FCN 1997-07		CAP. 50 O.R.	94 684 599	9 461 661	1 500 000	1 800 000	0	0	107 446 260
Reconstrução, Beneficiação e Sinalização de Estradas Regionais		TOTAL	0	10 158 778	2 000 000	2 000 000	2 000 000	0	16 158 778



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

255

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Cota 500 (Ligação Vasco Gil - Fundoa)	TOTAL	0	524 519	875 000	800 000	800 000	0	2 999 519
2004-08	CAP. 50 O.R.	0	524 519	875 000	800 000	800 000	0	2 999 519
Beneficiação da E.R. 207 - Troço Santa Cruz - Campo de Golf	TOTAL	4 568 039	1 361 125	37 500	0	0	0	5 966 664
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	4 568 039	1 361 125	37 500	0	0	0	5 966 664
2001-06								
Reconstrução da E.R. 111 - Troço Hotel Porto Santo - Calheira	TOTAL	3 101 046	1 145 844	700 000	0	0	0	4 946 890
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	3 101 046	1 145 844	700 000	0	0	0	4 946 890
2000-06								
Reconstrução da Ponte sobre a Ribeira de São Vicente	TOTAL	1 846 397	154 200	17 500	0	0	0	2 018 097
2001-06	CAP. 50 O.R.	1 846 397	154 200	17 500	0	0	0	2 018 097
Ligações à Via Expresso no Porto da Cruz	TOTAL	921 782	938 000	250 000	0	0	0	2 109 782
2001-06	CAP. 50 O.R.	921 782	938 000	250 000	0	0	0	2 109 782
Ligação entre a Ribeira da Cerejeira e a Ribeira Serrão de Lima - Camacha	TOTAL	171 485	0	200 000	0	0	0	371 485
2001-06	CAP. 50 O.R.	171 485	0	200 000	0	0	0	371 485
Acesso Viário à Marginal do Paul do Mar	TOTAL	4 512 542	948 400	250 000	0	0	0	5 710 942
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	4 512 542	948 400	250 000	0	0	0	5 710 942
2001-06								
Nó Rodoviário de Ligação da Cota 40 à Via de Acesso à Cota 200	TOTAL	68 717	265 705	425 000	0	0	0	759 422
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	68 717	265 705	425 000	0	0	0	759 422
2001-06								
Acesso Leste ao Campo da Barca (Saída Leste do Funchal)	TOTAL	1 830 578	2 046 261	500 000	0	0	0	4 376 839
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	1 830 578	2 046 261	500 000	0	0	0	4 376 839
2001-06								
Acesso Oeste à Cota 200	TOTAL	641 746	6 726 975	1 250 000	0	0	0	8 618 721
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	641 746	6 726 975	1 250 000	0	0	0	8 618 721
2001-06								
Acesso Oeste à Ligação ao Porto do Funchal	TOTAL	351 697	6 741 900	800 000	0	0	0	7 893 597
2001-06	CAP. 50 O.R.	351 697	6 741 900	800 000	0	0	0	7 893 597
Ligação entre a ER 219 (Achada do Marques) e Lombo Antão Alves (Santana)	TOTAL	75 258	1 398 362	1 000 000	0	0	0	2 473 620
2003-06	CAP. 50 O.R.	75 258	1 398 362	1 000 000	0	0	0	2 473 620
Via Expresso Fátel - Santana - São Jorge	TOTAL	4 259 818	26 738 450	3 000 000	0	0	0	33 998 268
2001-06	CAP. 50 O.R.	4 259 818	26 738 450	3 000 000	0	0	0	33 998 268
Ligação entre a E.R. 101 e a Ribeira Funda - Seixal	TOTAL	489 968	678 000	500 000	0	0	0	1 667 968
2003-06	CAP. 50 O.R.	489 968	678 000	500 000	0	0	0	1 667 968
Acesso Oeste a Santo Amaro	TOTAL	0	925 000	750 000	0	0	0	1 675 000
2003-06	CAP. 50 O.R.	0	925 000	750 000	0	0	0	1 675 000
N Alargamento da Estrada do Garajau	TOTAL	0	0	140 000	140 000	0	0	280 000
2006-07	CAP. 50 O.R.	0	0	140 000	140 000	0	0	280 000
Correcção do Traçado da E.R. 236 entre a Igreja do Bom Caminho e a E.R. 108 na Ribeira de Machico - Santo da Serra	TOTAL	0	700 000	150 000	0	0	0	850 000
2002-06	CAP. 50 O.R.	0	700 000	150 000	0	0	0	850 000
N Ligação da Via Rápida ao Jardim da Serra	TOTAL	0	0	75 000	500 000	200 000	0	775 000
2006-08	CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	500 000	200 000	0	775 000
Ligação entre a ER 108 e a Ribeira Tem-te-não-calas - Porto da Cruz	TOTAL	2 185 852	656 250	650 000	0	0	0	3 492 102
2002-06	CAP. 50 O.R.	2 185 852	656 250	650 000	0	0	0	3 492 102
Pavimentação da E.R. 209 - Troço entre o Fátel e o Paul da Serra	TOTAL	1 755 009	500 000	162 500	0	0	0	2 417 509
2003-06	CAP. 50 O.R.	1 755 009	500 000	162 500	0	0	0	2 417 509
Ligação à Via Expresso entre Massapetz e Jangalinha - Porto da Cruz	TOTAL	700 019	787 000	700 000	0	0	0	2 187 019
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	700 019	787 000	700 000	0	0	0	2 187 019
2002-06								
Conservação Corrente Integrada	TOTAL	0	823	125 000	125 000	125 000	0	375 823
2001-08	CAP. 50 O.R.	0	823	125 000	125 000	125 000	0	375 823
Ponte de Ligação entre a Estrada da Maiata e a E.R. 108 - Porto da Cruz	TOTAL	71 348	724 261	150 000	0	0	0	945 609



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

257

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Transferências de Capital da APRAM 2001-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	7 232 570 7 232 570	0 0	5 000 000 5 000 000	0 0	0 0	0 0	12 232 570 12 232 570
TRANSPORTES AÉREOS		TOTAL	2 550 000	0	2 490 000	2 100 000	2 000 000	0	9 140 000
SE: SRES N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	2 550 000	0	2 490 000	2 100 000	2 000 000	0	9 140 000
Transferências de Capital para a ANAM, EP ANAM, E.P. 2001-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 550 000 2 550 000	0 0	1 990 000 1 990 000	0 0	0 0	0 0	4 540 000 4 540 000
Heliporto do Funchal 2004-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	500 000 500 000	2 100 000 2 100 000	2 000 000 2 000 000	0 0	4 600 000 4 600 000
TRANSPORTES TERRESTRES		TOTAL	138 838	5 983 342	7 050 000	5 000 000	0	0	18 172 180
SE: SRES N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	138 838	5 983 342	7 050 000	5 000 000	0	0	18 172 180
Sistemas de Gestão de Transportes Colectivos Urbanos e Inter-urbanos 2005-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	5 953 842 5 953 842	7 000 000 7 000 000	5 000 000 5 000 000	0 0	0 0	17 953 842 17 953 842
Estudo de Sistemas de Transportes Terrestres 2001-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	138 838 138 838	29 500 29 500	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	218 338 218 338
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTES		TOTAL	0	215 500	470 000	0	0	0	685 500
SE: SRES N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	0	215 500	470 000	0	0	0	685 500
AEROMAC - Transporte Aéreo Madeira-Canárias - Açores COFIN - PIC INTERREG III B 2003-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	215 500 215 500	470 000 470 000	0 0	0 0	0 0	685 500 685 500
SECTOR: EDUCAÇÃO		TOTAL	53 794 872	39 533 241	72 100 000	76 066 756	24 178 375	0	265 673 244
		CAP. 50 O.R.	53 794 872	39 533 241	72 100 000	76 066 756	24 178 375	0	265 673 244
INFRA-ESTRUTURAS DE ENSINO BÁSICO, SECUNDÁRIO E ESPECIAL		TOTAL	53 741 789	37 175 415	67 100 000	67 612 856	24 178 375	0	249 808 435
SE: SRES N.º Projectos: 21		CAP. 50 O.R.	53 741 789	37 175 415	67 100 000	67 612 856	24 178 375	0	249 808 435
Escola Básica do Campanário COFIN - POP RAM III - FEDER 1999-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	4 053 127 4 053 127	1 093 252 1 093 252	800 000 800 000	0 0	0 0	0 0	5 946 379 5 946 379
Escola Básica do Curral das Freiras COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	143 176 143 176	6 300 000 6 300 000	700 000 700 000	0 0	0 0	7 143 176 7 143 176
Escola Secundária Horácio Bento de Gouveia COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	194 688 194 688	5 893 304 5 893 304	6 000 000 6 000 000	2 970 000 2 970 000	0 0	0 0	15 057 992 15 057 992
Escola Básica Bartolomeu Perestrelo e Pavilhão Gimnodesportivo COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	5 968 481 5 968 481	4 739 888 4 739 888	2 500 000 2 500 000	1 266 856 1 266 856	0 0	0 0	14 475 225 14 475 225
Construção de Escolas Básicas COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	14 296 862 14 296 862	10 911 387 10 911 387	12 000 000 12 000 000	6 000 000 6 000 000	5 000 000 5 000 000	0 0	48 208 249 48 208 249
Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo de São Jorge - Santana COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	120 124 120 124	3 245 000 3 245 000	900 000 900 000	0 0	0 0	4 265 124 4 265 124
Beneficiação e Conservação de Escolas e Equipamento Escolar 2000-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	3 995 347 3 995 347	1 655 941 1 655 941	6 000 000 6 000 000	12 800 000 12 800 000	0 0	0 0	24 451 288 24 451 288
Remodelação e Modernização de Escolas Básicas e Secundárias COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	810 773 810 773	532 770 532 770	6 000 000 6 000 000	7 470 000 7 470 000	5 500 000 5 500 000	0 0	20 313 543 20 313 543
Redimensionamento de Escolas 2000-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	10 746 299 10 746 299	2 642 914 2 642 914	6 000 000 6 000 000	9 500 000 9 500 000	5 680 500 5 680 500	0 0	34 569 713 34 569 713
Construção de Piscinas Escolares COFIN - POP RAM III - FEDER - FCN		TOTAL CAP. 50 O.R.	7 145 087 7 145 087	4 983 389 4 983 389	10 000 000 10 000 000	5 550 000 5 550 000	660 000 660 000	0 0	28 338 476 28 338 476



PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
2001-08								
Aquisição de Equipamento Escolar	TOTAL	585 251	1 341 333	2 500 000	2 000 000	0	0	6 426 584
2002-07	CAP. 50 O.R.	585 251	1 341 333	2 500 000	2 000 000	0	0	6 426 584
Escola Básica e Secundária e Tecnológica de São Martinho	TOTAL	0	0	1 100 000	7 500 000	500 000	0	9 100 000
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	0	1 100 000	7 500 000	500 000	0	9 100 000
2004-08								
Centro de Apoio à Deficiência Motora	TOTAL	0	0	1 500 000	2 911 000	1 000 000	0	5 411 000
2004-08	CAP. 50 O.R.	0	0	1 500 000	2 911 000	1 000 000	0	5 411 000
Pavilhão Gimnodesportivo do Caniço	TOTAL	2 003 015	1 172 029	25 000	0	0	0	3 200 044
2002-06	CAP. 50 O.R.	2 003 015	1 172 029	25 000	0	0	0	3 200 044
N Escola Básica e Secundária da Ribeira Brava	TOTAL	0	0	1 350 000	4 770 000	3 598 875	0	9 718 875
2006-08	CAP. 50 O.R.	0	0	1 350 000	4 770 000	3 598 875	0	9 718 875
N Centro de Apoio Psicopedagógico das Terças - Ponta do Sol	TOTAL	0	0	1 000 000	635 000	0	0	1 635 000
2006-07	CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	635 000	0	0	1 635 000
N Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo do Jardim da Serra	TOTAL	0	0	500 000	2 640 000	2 239 000	0	5 379 000
2006-08	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	2 640 000	2 239 000	0	5 379 000
Escola Básica da Fajã da Ovelha	TOTAL	1 949 498	1 751 707	25 000	0	0	0	3 726 205
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	1 949 498	1 751 707	25 000	0	0	0	3 726 205
2002-06								
Remodelação do Internato da Quinta do Leme	TOTAL	1 547 598	0	125 000	0	0	0	1 672 598
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	1 547 598	0	125 000	0	0	0	1 672 598
2000-06								
Piscina para o Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família	TOTAL	445 763	114 501	120 000	0	0	0	680 264
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	445 763	114 501	120 000	0	0	0	680 264
2001-06								
Serviços de Infra-estruturas Pré-escolares e Escolares	TOTAL	0	79 700	10 000	0	0	0	89 700
2005-06	CAP. 50 O.R.	0	79 700	10 000	0	0	0	89 700
INFRA-ESTRUTURAS PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR	TOTAL	52 083	2 357 826	5 000 000	8 453 900	0	0	15 864 809
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	52 083	2 357 826	5 000 000	8 453 900	0	0	15 864 809
Creche do Porto Moniz	TOTAL	7 857	504 078	900 000	1 215 000	0	0	2 626 935
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	7 857	504 078	900 000	1 215 000	0	0	2 626 935
2003-07								
Creche e Jardim de Infância de São Vicente	TOTAL	0	1 210 317	1 000 000	570 900	0	0	2 781 217
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	0	1 210 317	1 000 000	570 900	0	0	2 781 217
2003-07								
Creche e Jardim de Infância da Ponta do Sol	TOTAL	45 226	643 431	1 000 000	628 000	0	0	2 316 657
COFIN - FCN	CAP. 50 O.R.	45 226	643 431	1 000 000	628 000	0	0	2 316 657
2001-07								
N Infantário do Curral das Freiras	TOTAL	0	0	150 000	958 000	0	0	1 208 000
2006-07	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	958 000	0	0	1 208 000
N Infantário de Santa Cruz	TOTAL	0	0	400 000	2 238 000	0	0	2 838 000
2006-07	CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	2 238 000	0	0	2 838 000
M Infantário do Caniço	TOTAL	0	0	500 000	2 094 000	0	0	2 594 000
2006-07	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	2 094 000	0	0	2 594 000
NI Beneficiação e Serviços de Infra-estruturas Pré-escolares	TOTAL	0	0	750 000	750 000	0	0	1 500 000
2006-07	CAP. 50 O.R.	0	0	750 000	750 000	0	0	1 500 000
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	06 340 883	6 945 700	37 795 000	17 750 000	2 550 000	0	81 381 583
	CAP. 50 O.R.	13 340 883	6 945 700	37 795 000	17 750 000	2 550 000	0	78 381 583
CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS E DE APOIO À INVENIÊNCIA	TOTAL	16 340 883	6 945 700	37 795 000	17 750 000	2 550 000	0	81 381 583
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	13 340 883	6 945 700	37 795 000	17 750 000	2 550 000	0	78 381 583
Pavilhão Gimnodesportivo do Caniço	TOTAL	0	18 830	2 670 000	0	0	0	2 688 830
2005-06	CAP. 50 O.R.	0	18 830	2 670 000	0	0	0	2 688 830



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

259

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Complexo para Natação Desportiva da Madeira COFIN - POP RAM III - FEDER 1991-06	TOTAL CAP. SO O.R.	16 286 005 13 286 005	3 471 865 3 471 865	8 000 000 8 000 000	0 0	0 0	0 0	27 757 870 24 757 870
Casa da Cultura e Pousada da Juventude - Santana 2003-07	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	317 956 317 956	3 590 000 3 590 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	4 907 956 4 907 956
Campo de Futebol de C�mara de Lobos 2004-07	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	206 310 206 310	8 970 000 8 970 000	100 000 100 000	0 0	0 0	9 276 310 9 276 310
Pavilhão Gimnodesportivo do Estreito de C�mara de Lobos 2004-07	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	0 0	4 615 000 4 615 000	200 000 200 000	0 0	0 0	4 815 000 4 815 000
Constru�o de Polidesportivos em Escolas Básicas e Secundárias COFIN - FCN 2004-08	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	1 348 634 1 348 634	4 000 000 4 000 000	9 400 000 9 400 000	2 450 000 2 450 000	0 0	17 198 634 17 198 634
Campo de Futebol do Porto da Cruz COFIN - FCN 2002-07	TOTAL CAP. SO O.R.	54 878 54 878	379 953 379 953	1 800 000 1 800 000	500 000 500 000	0 0	0 0	2 734 831 2 734 831
� Campo de Futebol do Paul do Mar 2006-07	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	850 000 850 000	0 0	0 0	1 000 000 1 000 000
� Benefici�o do Campo de Futebol dos Prazeres 2006-07	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	850 000 850 000	0 0	0 0	1 000 000 1 000 000
� Cobertura do Polidesportivo de água de Pena 2006-07	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	0 0	250 000 250 000	150 000 150 000	0 0	0 0	400 000 400 000
Pavilhão Gimnodesportivo do Porto Santo COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-08	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	1 202 152 1 202 152	3 500 000 3 500 000	4 700 000 4 700 000	100 000 100 000	0 0	9 502 152 9 502 152
Outras Infra-estruturas Desportivas e de Apoio � Juventude 2000-06	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	100 000 100 000
SECTOR: CULTURA	TOTAL CAP. SO O.R.	15 432 236 15 432 236	6 874 420 6 874 420	11 460 000 11 460 000	3 340 000 3 340 000	0 0	0 0	37 106 656 37 106 656
CONSTRU�O, BENEFICI�O E APETRECHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS CULTURAIS	TOTAL	15 432 236	6 874 420	11 460 000	3 340 000	0	0	37 106 656
SE: SRES N.� Projectos: 5	CAP. SO O.R.	15 432 236	6 874 420	11 460 000	3 340 000	0	0	37 106 656
Biblioteca e Arquivo da RAM COFIN - POP RAM III - FEDER - FCN 1992-06	TOTAL CAP. SO O.R.	14 301 882 14 301 882	5 041 945 5 041 945	2 500 000 2 500 000	0 0	0 0	0 0	21 843 827 21 843 827
Museu da Baleia COFIN - FCN 2003-07	TOTAL CAP. SO O.R.	21 978 21 978	494 475 494 475	6 210 000 6 210 000	2 440 000 2 440 000	0 0	0 0	9 166 453 9 166 453
Centro Cultural da Ponta do Sol COFIN - FCN 2000-07	TOTAL CAP. SO O.R.	1 108 376 1 108 376	1 224 134 1 224 134	500 000 500 000	800 000 800 000	0 0	0 0	3 632 510 3 632 510
Centro de Estudos e História do Atl�ntico 2001-07	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	108 866 108 866	2 200 000 2 200 000	100 000 100 000	0 0	0 0	2 408 866 2 408 866
Outros Serviços de Infra-estruturas Culturais 2005-06	TOTAL CAP. SO O.R.	0 0	5 000 5 000	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	55 000 55 000
SECTOR: SAUDE	TOTAL CAP. SO O.R.	19 172 978 19 172 978	17 705 281 17 705 281	35 880 000 35 880 000	14 150 000 14 150 000	11 950 000 11 950 000	0 0	98 858 259 98 858 259
CONSTRU�O E AMPLIA�O DE CENTROS DE SAUDE	TOTAL	17 454 468	15 598 607	31 380 000	13 150 000	11 450 000	0	89 033 075
SE: SRES N.� Projectos: 23	CAP. SO O.R.	17 454 468	15 598 607	31 380 000	13 150 000	11 450 000	0	89 033 075
Centro de Saude e Segurança Social de Santo António COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. SO O.R.	2 324 569 2 324 569	1 298 618 1 298 618	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	0 0	4 623 187 4 623 187
Centro Cívico da Quinta Grande COFIN - FCN	TOTAL CAP. SO O.R.	55 419 55 419	928 766 928 766	6 000 000 6 000 000	0 0	0 0	0 0	6 984 185 6 984 185



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

261

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
Outras Infra-estruturas e Equipamentos de Apoio ao Desenvolvimento Social 2005-06	TOTAL	0	10 000	100 000	0	0	0	110 000
	CAP. 50 O.R.	0	10 000	100 000	0	0	0	110 000
ESTRUTURAS HOSPITALARES								
SE: SRES N.º Projectos: 2	TOTAL	1 718 510	2 106 674	4 500 000	1 000 000	500 000	0	9 825 184
	CAP. 50 O.R.	1 718 510	2 106 674	4 500 000	1 000 000	500 000	0	9 825 184
Projecto do Novo Hospital 2004-08	TOTAL	0	104 683	1 000 000	1 000 000	500 000	0	2 604 683
	CAP. 50 O.R.	0	104 683	1 000 000	1 000 000	500 000	0	2 604 683
Remodelação e Beneficiação do Hospital João de Almada COFIN - FCN 2001-06	TOTAL	1 718 510	2 001 991	3 500 000	0	0	0	7 220 501
	CAP. 50 O.R.	1 718 510	2 001 991	3 500 000	0	0	0	7 220 501
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO								
	TOTAL	44 458 315	43 789 893	54 929 000	48 690 000	22 725 000	0	214 592 118
	CAP. 50 O.R.	44 452 315	43 789 893	54 929 000	48 690 000	22 725 000	0	214 586 118
RENOVAÇÃO URBANA								
SE: SRES N.º Projectos: 15	TOTAL	1 634 355	3 718 676	7 100 000	8 550 000	5 000 000	0	26 003 031
	CAP. 50 O.R.	1 634 355	3 718 676	7 100 000	8 550 000	5 000 000	0	26 003 031
Jardim Público do Torreão 2002-06	TOTAL	1 552 980	1 373 457	750 000	0	0	0	3 676 437
	CAP. 50 O.R.	1 552 980	1 373 457	750 000	0	0	0	3 676 437
Revitalização do Monte COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL	0	871 730	1 800 000	0	0	0	2 671 730
	CAP. 50 O.R.	0	871 730	1 800 000	0	0	0	2 671 730
Parque e Jardim Público da Graça - Machico COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL	0	1 040 851	1 500 000	0	0	0	2 540 851
	CAP. 50 O.R.	0	1 040 851	1 500 000	0	0	0	2 540 851
Arranjo Urbanístico de São Roque COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL	0	233 600	500 000	0	0	0	733 600
	CAP. 50 O.R.	0	233 600	500 000	0	0	0	733 600
N Jardim Público da Queimada - Água de Pena 2006-08	TOTAL	0	0	100 000	1 000 000	400 000	0	1 500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	1 000 000	400 000	0	1 500 000
N Jardim do Ribeirinho - Machico 2006-07	TOTAL	0	0	200 000	300 000	0	0	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	300 000	0	0	500 000
N Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente da Antiga Igreja do Caniçal incluindo a Ligação à Palmeira de Baixo 2006-08	TOTAL	0	0	200 000	1 500 000	1 300 000	0	3 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	1 500 000	1 300 000	0	3 000 000
N Requalificação do Cabo Girão 2006-08	TOTAL	0	0	400 000	1 000 000	600 000	0	2 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	1 000 000	600 000	0	2 000 000
N Valorização Urbanística do Vale da Ribeira da Ponta do Sol 2006-08	TOTAL	0	0	250 000	200 000	50 000	0	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	250 000	200 000	50 000	0	500 000
N Arranjo Urbanístico dos Lamaceiros - Porto Moniz 2006-07	TOTAL	0	0	750 000	300 000	0	0	1 050 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	750 000	300 000	0	0	1 050 000
N Praceta para Convívio Comunitário na Serra d'Água 2006-08	TOTAL	0	0	100 000	900 000	500 000	0	1 500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	900 000	500 000	0	1 500 000
N Praceta para Convívio Comunitário na Tabua 2006-08	TOTAL	0	0	100 000	900 000	500 000	0	1 500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	900 000	500 000	0	1 500 000
N Centro de Convívio da Furna Ribeira Brava 2006-07	TOTAL	0	0	100 000	400 000	0	0	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	400 000	0	0	500 000
N Jardim da Boaventura 2006-07	TOTAL	0	0	100 000	400 000	0	0	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	400 000	0	0	500 000
N Praça da Cidade de Santana 2006-08	TOTAL	0	0	150 000	1 500 000	1 500 000	0	3 150 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	1 500 000	1 500 000	0	3 150 000
Outras Renovações e Requalificações de Áreas Urbanas 2003-08	TOTAL	81 375	199 038	100 000	150 000	150 000	0	680 413
	CAP. 50 O.R.	81 375	199 038	100 000	150 000	150 000	0	680 413
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO								
TOTAL		1 028 534	11 420	100 000	50 000	50 000	0	1 239 954



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

262

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							Total
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes		
SE: SRES N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	1 028 534	11 420	100 000	50 000	50 000	0	1 239 954
Estudos e Planos de Gestão Territorial 1992-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 028 534 1 028 534	11 420 11 420	100 000 100 000	50 000 50 000	50 000 50 000	0 0	1 239 954 1 239 954
VALORIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA DA RAM	TOTAL	14 552 447	23 463 341	27 890 000	20 600 000	12 775 000	0	99 280 788
SE: SRES N.º Projectos: 22	CAP. 50 O.R.	14 552 447	23 463 341	27 890 000	20 600 000	12 775 000	0	99 280 788
Construção do Quebra Mar do Sexal e Ponta Delgada COFIN - FCN 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 389 318 1 389 318	505 690 505 690	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	1 915 008 1 915 008
Protecção Marítima do Cais do Sexal COFIN - FCN 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 147 290 4 147 290	980 000 980 000	1 500 000 1 500 000	0 0	0 0	0 0	6 627 290 6 627 290
Protecção Marginal do Jardim do Mar 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 473 549 3 473 549	3 218 300 3 218 300	2 500 000 2 500 000	0 0	0 0	0 0	9 191 849 9 191 849
Infra-estruturas de Protecção Marítima na Foz da Ribeira da Boaventura (Complexo Balnear) COFIN - FCN 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	73 971 73 971	1 754 000 1 754 000	1 800 000 1 800 000	0 0	0 0	0 0	3 627 971 3 627 971
Zona Balnear do Garajau 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	130 725 130 725	2 017 438 2 017 438	3 500 000 3 500 000	1 500 000 1 500 000	0 0	0 0	7 148 163 7 148 163
Zona Balnear do Calhau da Lapa (Campanário) COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	847 750 847 750	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	867 750 867 750
Acesso Pedonal entre o Cais do Porto da Cruz e o Complexo Balnear do Penedo COFIN - FCN 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	689 914 689 914	883 875 883 875	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	1 603 789 1 603 789
Obras do Plano Frente Mar - Câmara de Lobos COFIN - FCN 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 968 015 1 968 015	597 075 597 075	1 500 000 1 500 000	100 000 100 000	0 0	0 0	4 165 090 4 165 090
Obras do Plano Frente Mar - Machico COFIN - FCN 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	687 864 687 864	1 514 464 1 514 464	2 000 000 2 000 000	500 000 500 000	0 0	0 0	4 702 328 4 702 328
Ampliação do Solário e Enrocamento de Protecção na Ribeira Brava COFIN - FCN 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 683 639 1 683 639	5 000 000 5 000 000	3 500 000 3 500 000	0 0	0 0	10 183 639 10 183 639
Prolongamento do Enrocamento e Solário até à Praceta 24 de Julho (Calheta) 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	243 378 243 378	2 795 600 2 795 600	6 000 000 6 000 000	0 0	0 0	0 0	9 038 978 9 038 978
Zona Balnear e Protecção Marítima em São Vicente COFIN - FCN 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 171 669 1 171 669	1 209 526 1 209 526	750 000 750 000	0 0	0 0	0 0	3 131 195 3 131 195
Enrocamento de Protecção à Praia da Ponta do Sol COFIN - FCN 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	576 754 576 754	4 168 650 4 168 650	750 000 750 000	0 0	0 0	0 0	5 495 404 5 495 404
Arranjo Urbanístico da Frente-mar do Caniçal 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	711 100 711 100	250 000 250 000	0 0	0 0	0 0	961 100 961 100
Aquisição de Equipamento de Combate à Poluição Marítima COFIN - FCN 2004-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	70 000 70 000	125 000 125 000	50 000 50 000	0 0	0 0	245 000 245 000
Arranjo Urbanístico da Praia e Teleférico das Achadas da Cruz 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	500 000 500 000	300 000 300 000	0 0	1 000 000 1 000 000
Protecção Marítima de Ponta Delgada 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	250 000 250 000	5 000 000 5 000 000	4 750 000 4 750 000	0 0	10 000 000 10 000 000
Remodelação das Piscinas de São Vicente 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	250 000 250 000	2 500 000 2 500 000	2 250 000 2 250 000	0 0	5 000 000 5 000 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

263

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
N Reforço da Protecção Marítima da Ribeira Brava 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	950 000 950 000	5 000 000 5 000 000	4 050 000 4 050 000	0 0	10 000 000 10 000 000
N Valorização do Aterro Marítimo do Porto Novo 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	75 000 75 000	1 500 000 1 500 000	1 425 000 1 425 000	0 0	3 000 000 3 000 000
N Zona Balnear da Ribeira da Janela 2006-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	300 000 300 000	450 000 450 000	0 0	0 0	750 000 750 000
Infra-estruturas de Valorização e de Apoio Náutico e Balnear 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	506 234 506 234	120 000 120 000	0 0	0 0	0 0	626 234 626 234
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NOS DOMÍNIOS DO URBANISMO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO SE: SRES N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	200 000 200 000
N LITOSÓST - Gestão Sustentável e Desenvolvimento Social, Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2006-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	200 000 200 000
CANALIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E LIMPEZA DE RIBEIRAS E CÔRREGOS SE: SRES N.º Projectos: 9	TOTAL CAP. 50 O.R.	20 157 181 20 154 181	6 578 521 6 578 521	5 830 000 5 830 000	12 440 000 12 440 000	1 150 000 1 150 000	0 0	46 155 702 46 152 702
N Canalização da Ribeira da Tabua 2006-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	500 000 500 000	0 0	0 0	650 000 650 000
Canalização da Ribeira de Santo António COFIN - POP RAH III - FEDER 2000-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 682 357 2 682 357	911 085 911 085	1 000 000 1 000 000	1 430 000 1 430 000	0 0	0 0	6 023 442 6 023 442
Canalização da Ribeira dos Socorridos 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 555 383 3 555 383	194 134 194 134	180 000 180 000	0 0	0 0	0 0	3 929 517 3 929 517
N Construção da Muralha de Protecção na Ribeira de São Vicente COFIN - POP RAH III - FEDER 2006-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	250 000 250 000	1 500 000 1 500 000	0 0	0 0	1 750 000 1 750 000
Canalização da Ribeira do Faial COFIN - FCN 1999-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 108 393 3 105 393	503 335 503 335	500 000 500 000	2 500 000 2 500 000	1 000 000 1 000 000	0 0	7 611 728 7 608 728
Canalização da Ribeira de Santa Luzia a Montante da Ponte da Fundoa COFIN - POP RAH III - FEDER 1999-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	333 834 333 834	1 000 000 1 000 000	660 000 660 000	0 0	0 0	1 993 834 1 993 834
Canalização da Ribeira de Machico COFIN - POP RAH III - FEDER 2000-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	7 311 308 7 311 308	1 244 771 1 244 771	1 000 000 1 000 000	3 000 000 3 000 000	0 0	0 0	12 556 079 12 556 079
Canalização da Ribeira de Santa Cruz COFIN - POP RAH III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 044 138 1 044 138	2 294 215 2 294 215	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	0 0	4 338 353 4 338 353
Regularização de Ribeiras 2000-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 455 602 2 455 602	1 097 147 1 097 147	750 000 750 000	2 850 000 2 850 000	150 000 150 000	0 0	7 302 749 7 302 749
EQUIPAMENTO SÓCIO - CULTURAL SE: SRES N.º Projectos: 15	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 546 214 6 543 214	9 469 119 9 469 119	11 790 000 11 790 000	4 900 000 4 900 000	1 600 000 1 600 000	0 0	34 305 333 34 302 333
Casa do Povo do Faial COFIN - FCN 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	20 773 20 773	504 000 504 000	700 000 700 000	0 0	0 0	0 0	1 224 773 1 224 773
Recuperação do Solar do Ribeirão - Machico COFIN - POP RAH III - FEDER 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	336 071 336 071	560 000 560 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	0 0	1 896 071 1 896 071
Centro Cívico de Água de Pena 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	790 202 790 202	532 424 532 424	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	1 522 626 1 522 626
Centro Cívico da Ilha 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 302 381 1 302 381	1 462 500 1 462 500	970 000 970 000	0 0	0 0	0 0	3 734 881 3 734 881



PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Centro Cívico de São Martinho 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	750 000 750 000	1 000 000 1 000 000	750 000 750 000	0 0	2 500 000 2 500 000
Centro Cívico de Santo António COFIN - FCN 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	139 731 139 731	2 240 000 2 240 000	2 200 000 2 200 000	0 0	0 0	0 0	4 579 731 4 579 731
Centro Cívico do Porto da Cruz COFIN - FCN 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 563 973 1 563 973	1 817 550 1 817 550	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	0 0	4 381 523 4 381 523
Centro Cívico do Caniçal COFIN - FCN 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 226 231 2 223 231	667 985 667 985	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	3 044 216 3 041 216
Centro Cultural e Paroquial de Santa Cruz 2004-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 020 261 1 020 261	1 000 000 1 000 000	750 000 750 000	0 0	0 0	2 770 261 2 770 261
Casa da Música de Machico COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	420 000 420 000	800 000 800 000	800 000 800 000	100 000 100 000	0 0	2 120 000 2 120 000
Centro Cívico de Santa Maria Maior 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	10 498 10 498	2 500 000 2 500 000	500 000 500 000	0 0	0 0	3 010 498 3 010 498
Centro Cívico e Cultural de Santa Clara - Pavilhão de Conferências 2005-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	161 127 161 127	170 000 170 000	0 0	0 0	0 0	331 127 331 127
N Centro de Dia do Jardim do Mar 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	1 500 000 1 500 000	400 000 400 000	0 0	2 000 000 2 000 000
Recuperação de Edifícios de Interesse Público em Zonas Rurais 2000-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 573 1 573	0 0	150 000 150 000	200 000 200 000	200 000 200 000	0 0	551 573 551 573
Construção, Conservação e Beneficiação de Outros Equipamentos Cívicos e Culturais 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	165 279 165 279	72 774 72 774	100 000 100 000	150 000 150 000	150 000 150 000	0 0	638 053 638 053
EQUIPAMENTO RELIGIOSO	TOTAL	539 584	548 726	2 019 000	2 150 000	2 150 000	0	7 407 310
SE: SRES N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	539 584	548 726	2 019 000	2 150 000	2 150 000	0	7 407 310
Consolidação das Torres da Igreja de Santo António COFIN - FCN 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	539 584 539 584	547 226 547 226	160 000 160 000	0 0	0 0	0 0	1 246 810 1 246 810
N Apoio à Construção de Equipamentos Sócio-culturais e Religiosos 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 759 000 1 759 000	2 000 000 2 000 000	2 000 000 2 000 000	0 0	5 759 000 5 759 000
Outros Serviços de Equipamento Religioso 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 500 1 500	100 000 100 000	150 000 150 000	150 000 150 000	0 0	401 500 401 500
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	5 882 093	2 236 496	5 557 592	4 267 282	1 675 000	175 000	19 793 463
DESENVOLVIMENTO NO DOMÍNIO DOS RECURSOS NATURAIS, ENERGIA E AMBIENTE	CAP. 50 O.R.	5 084 240	2 145 270	5 064 642	4 267 282	1 675 000	175 000	18 411 434
SE: LREC N.º Projectos: 5	TOTAL	2 036 483	424 700	1 557 592	267 282	175 000	175 000	4 636 057
Modernização e Consolidação das Infra-estruturas da Qualidade COFIN - POE 1998-09	CAP. 50 O.R.	1 238 630	333 474	1 064 642	267 282	175 000	175 000	3 254 038
Modernização e Consolidação das Infra-estruturas da Qualidade COFIN - POE 1998-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 580 779 984 864	308 800 280 535	1 003 932 619 932	172 500 172 500	115 000 115 000	115 000 115 000	3 296 011 2 287 831
PAUER-Projecto de Avaliação e Utilização de Energias Renováveis COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	374 577 196 783	107 500 45 939	306 400 300 000	0 0	0 0	0 0	788 477 442 722
Formação Profissional COFIN - POP RAM III - FSE 1998-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	81 127 56 983	8 400 7 000	5 550 3 000	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	125 077 96 983
N Reforço e Modernização das Capacidades Metrológicas do Centro de Metrologia 2005-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	70 000 70 000	64 782 64 782	50 000 50 000	50 000 50 000	234 782 234 782
N Modernização do LREC	TOTAL	0	0	171 710	20 000	0	0	191 710



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

265

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
2006-07	CAP. 50 O.R.	0	0	171 710	20 000	0	0	191 710
INFRA-ESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA PENTEADA	TOTAL	3 845 610	1 811 796	4 000 000	4 000 000	1 500 000	0	15 157 406
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	3 845 610	1 811 796	4 000 000	4 000 000	1 500 000	0	15 157 406
N.º Projectos: 1								
Infra-estruturas do Madeira Tecnopolo - 2.ª e 3.ª fases	TOTAL	3 845 610	1 811 796	4 000 000	4 000 000	1 500 000	0	15 157 406
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	3 845 610	1 811 796	4 000 000	4 000 000	1 500 000	0	15 157 406
1996-08								
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	1 079 795	1 625 649	3 938 500	289 000	50 000	0	6 982 944
	CAP. 50 O.R.	1 079 795	1 625 649	3 938 500	289 000	50 000	0	6 982 944
SISTEMAS E PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO	TOTAL	1 079 795	1 625 649	3 938 500	289 000	50 000	0	6 982 944
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	1 079 795	1 625 649	3 938 500	289 000	50 000	0	6 982 944
N.º Projectos: 6								
Divulgação Pública de Investimentos	TOTAL	168 984	101 882	50 000	50 000	50 000	0	420 866
1999-08	CAP. 50 O.R.	168 984	101 882	50 000	50 000	50 000	0	420 866
Sistema de Informação Geográfica	TOTAL	629 030	1 094 345	2 500 000	0	0	0	4 223 375
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	629 030	1 094 345	2 500 000	0	0	0	4 223 375
1996-06								
CARTOGRAF - Sistemas de Gestão de Planeamento Territorial	TOTAL	281 781	386 022	505 000	140 000	0	0	1 312 803
COFIN - PIC INTERREG III B	CAP. 50 O.R.	281 781	386 022	505 000	140 000	0	0	1 312 803
2003-07								
GEOCID - Disponibilização de Conteúdos e Informatização Georeferenciada	TOTAL	0	43 400	158 500	0	0	0	201 900
COFIN - POSI - Madeira Digital	CAP. 50 O.R.	0	43 400	158 500	0	0	0	201 900
2004-06								
N GABITEC - Sistemas de Informação Geográfica	TOTAL	0	0	400 000	62 000	0	0	462 000
COFIN - PIC INTERREG III C	CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	62 000	0	0	462 000
2006-07								
N SUEMAC - Sinergia e Cooperação na Gestão do Soto na Região da Macaronésia	TOTAL	0	0	325 000	37 000	0	0	362 000
COFIN - PIC INTERREG III C	CAP. 50 O.R.	0	0	325 000	37 000	0	0	362 000
2006-07								
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	1 680 036	2 662 989	2 280 000	100 000	100 000	0	6 823 025
	CAP. 50 O.R.	1 680 036	2 662 989	2 280 000	100 000	100 000	0	6 823 025
INSTALAÇÕES E AÇÕES NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	1 680 036	2 108 242	2 080 000	0	0	0	5 868 278
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	1 680 036	2 108 242	2 080 000	0	0	0	5 868 278
N.º Projectos: 3								
Equipamento e Mobiliário de Edifícios e Infra-estruturas Públicas	TOTAL	0	40 008	80 000	0	0	0	120 008
2005-06	CAP. 50 O.R.	0	40 008	80 000	0	0	0	120 008
Construção e Beneficiação de Edifícios e Equipamentos Públicos	TOTAL	1 674 971	1 628 095	1 950 000	0	0	0	5 253 066
2000-06	CAP. 50 O.R.	1 674 971	1 628 095	1 950 000	0	0	0	5 253 066
Modernização do Sistema Cadastral da RAM	TOTAL	5 065	440 139	50 000	0	0	0	495 204
2004-06	CAP. 50 O.R.	5 065	440 139	50 000	0	0	0	495 204
AÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SREST	TOTAL	0	554 747	200 000	100 000	100 000	0	954 747
SE: SRES	CAP. 50 O.R.	0	554 747	200 000	100 000	100 000	0	954 747
N.º Projectos: 1								
Ações de Formação, Aperfeiçoamento e Informatização dos Serviços	TOTAL	0	554 747	200 000	100 000	100 000	0	954 747
2005-08	CAP. 50 O.R.	0	554 747	200 000	100 000	100 000	0	954 747



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

267

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	25 588 441	14 578 331	19 811 869	18 241 000	10 545 000	3 400 000	92 164 641
		CAP. 50 O.R.	18 607 599	10 789 544	13 600 000	16 129 750	10 195 000	3 400 000	72 721 893
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	25 588 441	14 578 331	19 311 869	17 706 000	10 340 000	3 400 000	90 924 641
		CAP. 50 O.R.	18 607 599	10 789 544	13 397 500	15 871 000	9 990 000	3 400 000	72 055 643
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	500 000	535 000	205 000	0	1 240 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	202 500	258 750	205 000	0	666 250
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO		TOTAL	456 656	140 000	170 000	0	0	0	766 656
		CAP. 50 O.R.	409 959	77 500	86 667	0	0	0	574 126
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA SRAS		TOTAL	456 656	140 000	170 000	0	0	0	766 656
SE: DRGDR N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	409 959	77 500	86 667	0	0	0	574 126
Formação e Aperfeiçoamento Profissional		TOTAL	456 656	140 000	170 000	0	0	0	766 656
COFIN - POP RAM III - FSE		CAP. 50 O.R.	409 959	77 500	86 667	0	0	0	574 126
2000-06									
SECTOR: SAÚDE		TOTAL	17 645 905	9 710 436	13 482 787	12 025 000	9 495 000	2 400 000	64 759 128
		CAP. 50 O.R.	10 882 503	6 305 359	7 480 970	9 913 750	9 145 000	2 400 000	46 127 582
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA SAÚDE		TOTAL	0	166 449	646 054	425 000	0	0	1 237 503
SE: DRGDR-SRS N.º Projectos: 4		CAP. 50 O.R.	0	24 967	96 909	63 750	0	0	185 626
SAMAC - Transporte e Comunicação de Imagens Radiológicas entre os Centros Hospitalares e o Centros de Saúde na Macaronésia		TOTAL	0	166 449	198 257	0	0	0	364 706
COFIN - PIC INTERREG III B		CAP. 50 O.R.	0	24 967	29 739	0	0	0	54 706
2005-06									
INTELHOMA - Telecirurgia entre os Hospitais da Macaronésia		TOTAL	0	0	97 797	100 000	0	0	197 797
COFIN - PIC INTERREG III B		CAP. 50 O.R.	0	0	14 670	15 000	0	0	29 670
2005-07									
N MENTHOR - Portal Médico de Formação, Informação e Investigação		TOTAL	0	0	200 000	175 000	0	0	375 000
COFIN - PIC INTERREG III B		CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	26 250	0	0	56 250
2006-07									
N CIRUMAC - Rede de Blocos Operatórios Integrados da Macaronésia		TOTAL	0	0	150 000	150 000	0	0	300 000
COFIN - PIC INTERREG III B		CAP. 50 O.R.	0	0	22 500	22 500	0	0	45 000
2006-07									
ESTRUTURAS E ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE		TOTAL	16 533 440	6 225 194	8 393 851	9 950 000	9 495 000	2 400 000	52 997 485
SE: SRAS N.º Projectos: 17		CAP. 50 O.R.	10 609 085	5 260 577	5 593 851	9 250 000	9 145 000	2 400 000	42 258 513
Apoio a Famílias e a Instituições Particulares de Solidariedade Social (GS)		TOTAL	17 347	146 922	130 000	130 000	0	0	424 269
2004-07		CAP. 50 O.R.	17 347	146 922	130 000	130 000	0	0	424 269
Plano Regional de Saúde (DRGDR-SRS)		TOTAL	0	600 000	400 000	1 300 000	1 300 000	0	3 600 000
2004-08		CAP. 50 O.R.	0	600 000	400 000	1 300 000	1 300 000	0	3 600 000
Prevenção e Controlo de Problemas de Saúde Prioritários (DRSP)		TOTAL	0	200 780	345 500	700 000	900 000	1 100 000	3 246 280
2005-09		CAP. 50 O.R.	0	200 780	345 500	700 000	900 000	1 100 000	3 246 280
Promoção de Estilos de Vida Saudável (DRSP)		TOTAL	0	50 412	312 851	400 000	450 000	500 000	1 713 263
2005-09		CAP. 50 O.R.	0	50 412	312 851	400 000	450 000	500 000	1 713 263
Inovação e Qualidade em Saúde Pública (DRSP)		TOTAL	0	532 930	120 000	300 000	350 000	400 000	1 702 930
2004-09		CAP. 50 O.R.	0	532 930	120 000	300 000	350 000	400 000	1 702 930
Gestão do Plano de Saúde e Sistemas de Informação (DRSP)		TOTAL	0	200 000	105 000	200 000	300 000	400 000	1 205 000
2004-09		CAP. 50 O.R.	0	200 000	105 000	200 000	300 000	400 000	1 205 000
Desinfestação de Mosquitos na Cidade do Funchal (DRSP)		TOTAL	0	0	205 500	235 000	140 000	0	580 500
2005-08		CAP. 50 O.R.	0	0	205 500	235 000	140 000	0	580 500
Beneficiação das Estruturas Físicas dos Centros de Saúde (DRGDR-SRS)		TOTAL	1 615 624	100 000	200 000	650 000	650 000	0	3 215 624
2000-08		CAP. 50 O.R.	1 252 466	100 000	200 000	650 000	650 000	0	2 852 466
Equipamentos de Inovação e Substituição para os Centros de Saúde (DRGDR-SRS)		TOTAL	1 016 415	1 000 000	400 000	1 300 000	1 300 000	0	5 016 415
2001-08		CAP. 50 O.R.	831 413	1 000 000	400 000	1 300 000	1 300 000	0	4 831 413



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

268

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
Beneficiação das Estruturas Físicas Hospitalares (DRGDR-SRS) 1994-08	TOTAL	4 497 920	366 125	900 000	1 550 000	1 550 000	0	8 864 045
	CAP. 50 O.R.	3 017 696	366 125	900 000	1 550 000	1 550 000	0	7 383 821
Equipamento de Diagnóstico e Terapêutica (DRGDR-SRS) 1994-08	TOTAL	3 858 702	1 100 000	800 000	1 100 000	1 100 000	0	7 958 702
	CAP. 50 O.R.	2 395 878	1 100 000	800 000	1 100 000	1 100 000	0	6 495 878
Equipamento de Apoio às Áreas Médicas (DRGDR-SRS) 2000-06	TOTAL	2 048 476	250 000	125 000	375 000	250 000	0	3 048 476
	CAP. 50 O.R.	1 513 460	250 000	125 000	375 000	250 000	0	2 513 460
Bens e Equipamentos para Acolhimento de Doentes (DRGDR-SRS) 1994-08	TOTAL	833 705	300 000	200 000	500 000	500 000	0	2 333 705
	CAP. 50 O.R.	678 959	300 000	200 000	500 000	500 000	0	2 178 959
Implementação do Plano Director do HCF (DRGDR-SRS) COFIN - POP RAM III - FEDER 1995-08	TOTAL	2 645 251	1 378 025	4 000 000	1 000 000	500 000	0	9 523 276
	CAP. 50 O.R.	901 866	413 408	1 200 000	300 000	150 000	0	2 965 274
N Programa de Intervenção Relativo à Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoactivas na População da RAM - Famílias - - Meio Escolar - Crianças e Jovens em Risco - Meio Laboral (SRPT) 2006-08	TOTAL	0	0	100 000	160 000	160 000	0	420 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	160 000	160 000	0	420 000
N Programa de Sensibilização da Comunidade para a Redução do Estigma e Promoção da Inclusão das Pessoas com Problemáticas Associadas às Dependências de Substâncias (SRPT) 2006-08	TOTAL	0	0	25 000	25 000	25 000	0	75 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	25 000	25 000	0	75 000
N Estudo de Caracterização do Fenómeno da Toxicod dependência na RAM (SRPT) 2006-08	TOTAL	0	0	25 000	25 000	20 000	0	70 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	25 000	20 000	0	70 000
INTEGRAÇÃO E FUNCIONALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE SE: SRAS N.º Projectos: 10	TOTAL	1 112 465	3 318 793	4 442 882	1 650 000	0	0	10 524 140
	CAP. 50 O.R.	273 418	1 019 815	1 790 210	600 000	0	0	3 683 443
Processo Clínico Electrónico (DRGDR-SRS) COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-06	TOTAL	0	150 000	56 250	0	0	0	206 250
	CAP. 50 O.R.	0	37 500	14 063	0	0	0	51 563
Digitalização da Informação Clínica (DRGDR-SRS) COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-06	TOTAL	0	450 000	450 000	0	0	0	900 000
	CAP. 50 O.R.	0	112 500	112 500	0	0	0	225 000
Telemedicina (DRGDR-SRS) COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-06	TOTAL	0	133 000	56 856	0	0	0	189 856
	CAP. 50 O.R.	0	33 250	14 214	0	0	0	47 464
Portal do Serviço Regional de Saúde (DRGDR-SRS) COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-06	TOTAL	0	30 000	20 000	0	0	0	50 000
	CAP. 50 O.R.	0	7 500	5 000	0	0	0	12 500
Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (CS) 2004-06	TOTAL	76 700	60 000	75 000	0	0	0	211 700
	CAP. 50 O.R.	76 700	60 000	75 000	0	0	0	211 700
Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (DRGDR-SRS) COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-07	TOTAL	0	1 300 000	1 500 000	1 500 000	0	0	4 300 000
	CAP. 50 O.R.	0	390 000	450 000	450 000	0	0	1 290 000
SIAPBE - Sistema de Informação para Apoio à Prática Baseada na Evidência (DRGDR-SRS) COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-06	TOTAL	0	166 754	600 000	0	0	0	766 754
	CAP. 50 O.R.	0	50 026	180 000	0	0	0	230 026
Desenvolvimento de Estudos e Inquéritos (CS) 2005-07	TOTAL	0	29 039	150 000	150 000	0	0	329 039
	CAP. 50 O.R.	0	29 039	150 000	150 000	0	0	329 039
Gestão Informática da Prescrição de Medicamentos (DRGDR) 2003-06	TOTAL	0	0	470 000	0	0	0	470 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	470 000	0	0	0	470 000
RISM - Rede Integrada de Saúde na Madeira (DRGDR-SRS) COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06	TOTAL	1 035 765	1 000 000	1 064 776	0	0	0	3 100 541
	CAP. 50 O.R.	196 718	300 000	319 433	0	0	0	816 151
SECTOR: SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL	TOTAL	7 484 580	4 577 895	5 859 082	5 966 000	1 050 000	1 000 000	25 937 557



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

269

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
CAP. 50 O.R.		7 313 837	4 256 685	5 732 363	5 966 000	1 050 000	1 000 000	25 318 885	
APOIO AO SOCORRO E EMERGÊNCIA		TOTAL	7 404 500	4 577 895	5 859 082	5 966 000	1 050 000	1 000 000	25 937 557
SE: SRAS	N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	7 313 837	4 256 685	5 732 363	5 966 000	1 050 000	1 000 000	25 318 885
Aquisição de Equipamentos de Socorro (SRPC) 2000-09		TOTAL	444 359	100 000	10 000	100 000	100 000	100 000	854 359
		CAP. 50 O.R.	273 616	100 000	10 000	100 000	100 000	100 000	683 616
Construção do Campo Escola (SRPC) 2000-09		TOTAL	0	350 000	500 000	1 200 000	950 000	900 000	3 900 000
		CAP. 50 O.R.	0	350 000	500 000	1 200 000	950 000	900 000	3 900 000
INUTECNED - Investigação e Desenvolvimento de Novas Tecnologias Aplicadas à Medicina de Urgências e de Emergências (SRPC) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06		TOTAL	0	122 384	51 651	0	0	0	174 035
		CAP. 50 O.R.	0	18 358	7 748	0	0	0	26 106
SAMARCAN - Rede de Salva-vidas Inter-insular para a Zona Canárias - Açores-Madeira (SRPC) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06		TOTAL	0	255 511	97 431	0	0	0	352 942
		CAP. 50 O.R.	0	38 327	14 615	0	0	0	52 942
Apoio à Construção de Quartéis de Bombeiros (GS) 1998-07		TOTAL	4 496 998	2 400 000	3 000 000	2 400 000	0	0	12 296 998
		CAP. 50 O.R.	4 496 998	2 400 000	3 000 000	2 400 000	0	0	12 296 998
Apoio às Associações de Bombeiros (GS) 2003-07		TOTAL	2 543 223	1 350 000	2 200 000	2 266 000	0	0	8 359 223
		CAP. 50 O.R.	2 543 223	1 350 000	2 200 000	2 266 000	0	0	8 359 223
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	1 300	150 000	300 000	250 000	0	0	701 300
		CAP. 50 O.R.	1 300	150 000	300 000	250 000	0	0	701 300
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SRAS		TOTAL	1 300	150 000	300 000	250 000	0	0	701 300
SE: SRAS	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	1 300	150 000	300 000	250 000	0	0	701 300
Beneficiação das Estruturas Físicas da DRGDR 2004-07		TOTAL	1 300	0	150 000	100 000	0	0	251 300
		CAP. 50 O.R.	1 300	0	150 000	100 000	0	0	251 300
Beneficiação das Estruturas Físicas da DRSP 2004-07		TOTAL	0	150 000	150 000	150 000	0	0	450 000
		CAP. 50 O.R.	0	150 000	150 000	150 000	0	0	450 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

271

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Execução até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	270 260 873	66 028 839	63 763 346	65 594 052	23 892 550	26 074 432	515 614 092
		CAP. 50 O.R.	106 529 626	49 412 694	47 245 041	35 967 416	8 681 170	10 491 932	258 327 879
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	270 260 873	66 028 839	62 923 038	62 057 651	23 540 300	26 074 432	510 885 133
		CAP. 50 O.R.	106 529 626	49 412 694	46 617 737	34 672 666	8 348 170	10 491 932	256 072 825
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	840 308	3 536 401	352 250	0	4 728 959
		CAP. 50 O.R.	0	0	627 304	1 294 750	333 000	0	2 255 054
SECTOR: EDUCAÇÃO		TOTAL	23 333 903	9 444 282	6 712 100	12 804 412	3 254 350	3 000 700	58 549 747
		CAP. 50 O.R.	23 333 903	9 444 282	6 712 100	12 804 412	3 254 350	3 000 700	58 549 747
DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL ESCOLAR SE: DRPRE N.º Projectos: 8		TOTAL	11 971 653	5 310 582	3 534 600	4 288 122	118 400	3 000 700	28 224 057
		CAP. 50 O.R.	11 971 653	5 310 582	3 534 600	4 288 122	118 400	3 000 700	28 224 057
Redimensionamento, Modernização e Ampliação de Infra-estruturas Escolares de 1.º Ciclo e Educação Pré-escolar 2004-07		TOTAL	143 213	372 840	250 000	250 000	0	0	1 016 053
		CAP. 50 O.R.	143 213	372 840	250 000	250 000	0	0	1 016 053
Apoio à Construção e Reapetrechamento de Escolas Particulares 1994-14		TOTAL	6 412 694	2 512 932	1 259 600	1 253 700	118 400	3 000 700	14 558 026
		CAP. 50 O.R.	6 412 694	2 512 932	1 259 600	1 253 700	118 400	3 000 700	14 558 026
Centro Coordenador da Rede Regional Escolar 2004-07		TOTAL	27 173	73 410	50 000	50 000	0	0	200 583
		CAP. 50 O.R.	27 173	73 410	50 000	50 000	0	0	200 583
Ampliação e Reapetrechamento de Estabelecimentos de 1.º Infância 2004-07		TOTAL	100 529	536 400	250 000	400 000	0	0	1 286 929
		CAP. 50 O.R.	100 529	536 400	250 000	400 000	0	0	1 286 929
Equipamento Escolar - Informático COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07		TOTAL	3 706 467	1 201 700	1 000 000	1 476 249	0	0	7 384 416
		CAP. 50 O.R.	3 706 467	1 201 700	1 000 000	1 476 249	0	0	7 384 416
Equipamento Escolar - Laboratórios Científicos COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07		TOTAL	709 327	277 500	300 000	349 507	0	0	1 636 334
		CAP. 50 O.R.	709 327	277 500	300 000	349 507	0	0	1 636 334
Equipamento Escolar - Básico COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07		TOTAL	602 423	176 700	250 000	358 913	0	0	1 388 036
		CAP. 50 O.R.	602 423	176 700	250 000	358 913	0	0	1 388 036
Equipamento Escolar - Técnico COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07		TOTAL	269 827	159 100	175 000	149 753	0	0	753 680
		CAP. 50 O.R.	269 827	159 100	175 000	149 753	0	0	753 680
EDUCAÇÃO DIGITAL - REDE AVANÇADA DE ENSINO E COMUNICAÇÃO SE: DRPRE N.º Projectos: 2		TOTAL	1 335 350	1 030 000	700 000	1 380 490	0	0	4 345 850
		CAP. 50 O.R.	1 335 350	1 030 000	700 000	1 380 490	0	0	4 345 850
REI XXI - Rede Escolar Escolar Integrada Séc XXI COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07		TOTAL	972 032	683 000	550 000	1 184 441	0	0	3 389 473
		CAP. 50 O.R.	972 032	683 000	550 000	1 184 441	0	0	3 389 473
Madeira - EDU - Sítio da Educação COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07		TOTAL	263 328	347 000	150 000	196 049	0	0	956 377
		CAP. 50 O.R.	263 328	347 000	150 000	196 049	0	0	956 377
CENTRO DE AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA SE: DRE N.º Projectos: 3		TOTAL	59 848	334 910	225 000	178 200	197 050	0	905 008
		CAP. 50 O.R.	59 848	334 910	225 000	178 200	197 050	0	905 008
Tecnologias de Informação e Comunicação 2003-08		TOTAL	55 481	76 450	50 000	102 600	76 450	0	360 981
		CAP. 50 O.R.	55 481	76 450	50 000	102 600	76 450	0	360 981
Mediateca 2004-08		TOTAL	4 367	24 460	25 000	35 600	30 600	0	120 027
		CAP. 50 O.R.	4 367	24 460	25 000	35 600	30 600	0	120 027
CONTENT - Conteúdos Multimédia Escolares da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2004-07		TOTAL	0	234 000	150 000	40 000	0	0	424 000
		CAP. 50 O.R.	0	234 000	150 000	40 000	0	0	424 000
FORMAÇÃO DE PROFESSORES SE: DRE N.º Projectos: 5		TOTAL	213 058	327 740	175 000	572 410	375 900	0	1 664 108
		CAP. 50 O.R.	213 058	327 740	175 000	572 410	375 900	0	1 664 108



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

272

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Metodologias 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	39 628 39 628	46 000 46 000	25 000 25 000	86 000 86 000	56 000 56 000	0 0	252 628 252 628
Áreas Técnicas e Tecnológicas 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	72 214 72 214	75 000 75 000	50 000 50 000	121 700 121 700	86 700 86 700	0 0	405 614 405 614
Projectos de Inovação Educacional 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	35 164 35 164	75 000 75 000	50 000 50 000	121 700 121 700	86 700 86 700	0 0	368 564 368 564
Mala de Aprendizagem 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	64 999 64 999	40 000 40 000	25 000 25 000	84 520 84 520	54 760 54 760	0 0	269 279 269 279
Quality School COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 063 1 063	91 740 91 740	25 000 25 000	158 480 158 480	91 740 91 740	0 0	368 023 368 023
FORMAÇÃO CONTÍNUA E APOIO TÉCNICO A DOCENTES	TOTAL	134 378	350 000	207 500	378 000	180 000	0	1 249 878
SE: DRE N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	134 378	350 000	207 500	378 000	180 000	0	1 249 878
Net Acção - Acções de Animação, Seminários e Formação On-line COFIN - POSC - Madeira Digital 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	103 303 103 303	150 000 150 000	75 000 75 000	242 500 242 500	160 000 160 000	0 0	730 803 730 803
E-Formação COFIN - POSC - Madeira Digital 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	31 075 31 075	200 000 200 000	50 000 50 000	70 000 70 000	20 000 20 000	0 0	371 075 371 075
N CHRONOS - Plataforma de e-Learning de História, Geografia e Cultura da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2006-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	82 500 82 500	65 500 65 500	0 0	0 0	148 000 148 000
EDUCAÇÃO PERMANENTE	TOTAL	156 822	180 200	150 000	240 200	200 000	0	927 222
SE: DRE N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	156 822	180 200	150 000	240 200	200 000	0	927 222
Acções de Educação Permanente 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	96 666 96 666	105 200 105 200	75 000 75 000	137 200 137 200	107 000 107 000	0 0	521 066 521 066
Edição de Publicações 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	60 156 60 156	75 000 75 000	75 000 75 000	103 000 103 000	93 000 93 000	0 0	406 156 406 156
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	1 524 526	245 000	365 000	1 115 000	400 000	0	3 649 526
SE: DREER N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	1 524 526	245 000	365 000	1 115 000	400 000	0	3 649 526
Formação Profissional de Pessoal Docente e Técnico COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 303 322 1 303 322	120 000 120 000	125 000 125 000	175 000 175 000	0 0	0 0	1 723 322 1 723 322
Formação Contínua COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	221 204 221 204	25 000 25 000	40 000 40 000	110 000 110 000	0 0	0 0	396 204 396 204
Ajudas Técnicas para Pessoas Portadoras de Deficiência 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 000 100 000	70 000 70 000	260 000 260 000	150 000 150 000	0 0	580 000 580 000
N Projecto de Investigação/Acção COFIN - POP RAM III - FSE 2006-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	150 000 150 000	0 0	0 0	200 000 200 000
N Qualidade e Modernização na DRERR 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	80 000 80 000	420 000 420 000	250 000 250 000	0 0	750 000 750 000
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES	TOTAL	7 514 701	600 000	450 000	825 000	100 000	0	9 519 701
SE: DREER N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	7 514 701	600 000	450 000	825 000	100 000	0	9 519 701
Formação Pré-Profissional de Deficientes 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	49 999 49 999	50 000 50 000	50 000 50 000	150 000 150 000	100 000 100 000	0 0	399 999 399 999
Formação Profissional de Deficientes COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 829 585 5 829 585	400 000 400 000	300 000 300 000	500 000 500 000	0 0	0 0	7 029 585 7 029 585



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

273

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Integração Profissional de Deficientes COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 665 117 1 665 117	150 000 150 000	100 000 100 000	175 000 175 000	0 0	0 0	2 090 117 2 090 117
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES		TOTAL	389 246	530 000	580 000	2 931 000	1 735 000	0	6 165 246
SE: DREER	N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	389 246	530 000	580 000	2 931 000	1 735 000	0	6 165 246
Instalação de Centros Psico-pedagógicos 2004-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	71 540 71 540	100 000 100 000	80 000 80 000	254 000 254 000	167 000 167 000	0 0	672 540 672 540
Equipamento de Estabelecimentos de Ensino e de Apoio 2004-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	200 000 200 000	200 000 200 000	150 000 150 000	1 050 000 1 050 000	600 000 600 000	0 0	2 200 000 2 200 000
Adaptações Habitacionais 2004-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	25 338 25 338	50 000 50 000	50 000 50 000	175 000 175 000	100 000 100 000	0 0	400 338 400 338
Instalação de Centros de Actividades Ocupacionais 2004-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	90 792 90 792	118 625 118 625	100 000 100 000	366 000 366 000	234 000 234 000	0 0	909 417 909 417
Criação de Centros de Emprego Protegido 2004-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 576 1 576	1 375 1 375	50 000 50 000	336 000 336 000	194 000 194 000	0 0	582 951 582 951
Renovação do Parque Automóvel da DREER 2005-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	60 000 60 000	150 000 150 000	750 000 750 000	440 000 440 000	0 0	1 400 000 1 400 000
COMBATE À INFO-EXCLUSÃO E APOIO A CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS		TOTAL	104 301	455 850	225 000	516 000	38 000	0	1 339 151
SE: SRE	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	104 301	455 850	225 000	516 000	38 000	0	1 339 151
SIEER - O Acesso à Sociedade da Informação na Educação Especial (DREER) COFIN - POSC - Madeira Digital 2004-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	100 000 100 000	350 000 350 000	100 000 100 000	400 000 400 000	0 0	0 0	950 000 950 000
Escola Virtual - FrontOffice (DRE) COFIN - POSC - Madeira Digital 2004-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	4 301 4 301	105 850 105 850	25 000 25 000	48 000 48 000	38 000 38 000	0 0	221 151 221 151
N ABERUR - Aposta no Meio Rural COFIN - PIC INTERREG III B 2006-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	68 000 68 000	0 0	0 0	168 000 168 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		TOTAL	0	80 000	100 000	380 000	0	0	560 000
SE: DREER	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	0	80 000	100 000	380 000	0	0	560 000
TELERUP - Centro de Tele-trabalho COFIN - PIC INTERREG III B 2005-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	80 000 80 000	25 000 25 000	55 000 55 000	0 0	0 0	160 000 160 000
N ACCESS TOUR - Promoção de Actividades Turísticas para Pessoas Portadoras de Deficiência COFIN - PIC INTERREG III B 2006-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 25 000	225 000 225 000	0 0	0 0	250 000 250 000
N ANANÇES - Comercialização Inter-Regiões de Produtos Elaborados por Pessoas Portadoras de Deficiência COFIN - PIC INTERREG III B 2006-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	100 000 100 000	0 0	0 0	150 000 150 000
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO		TOTAL	20 504 150	23 578 450	22 219 379	30 272 585	19 974 117	22 199 157	333 253 036
		CAP. 50 O.R.	20 504 150	23 578 450	22 219 379	30 272 585	19 974 117	22 199 157	333 253 036
ESTRUTURAS E ACÇÕES NO ÂMBITO DA direcção REGIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	28 827 945	2 720 000	2 881 579	5 501 892	3 990 383	3 990 383	47 912 182
SE: DRFP	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	28 827 945	2 720 000	2 881 579	5 501 892	3 990 383	3 990 383	47 912 182
Implementação, Controlo e Avaliação de Acções de Formação Profissional COFIN - POP RAM III - FSE 1994-09		TOTAL CAP. 50 O.R.	28 826 250 28 826 250	2 465 000 2 465 000	1 600 000 1 600 000	5 380 766 5 380 766	3 990 383 3 990 383	3 990 383 3 990 383	47 252 782 47 252 782
Esteticismo - Cosmética COFIN - POP RAM III - FSE 2004-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 695 1 695	55 000 55 000	206 579 206 579	30 726 30 726	0 0	0 0	294 000 294 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

274

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total	
Portal da Formação Profissional COFIN - POSC - Madeira Digital 2005-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	200 000 200 000	75 000 75 000	90 400 90 400	0 0	0 0	365 400 365 400
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTREM	TOTAL	160 039 434	15 964 531	14 482 500	15 000 000	15 000 000	15 000 000	235 486 465
SE: FGAPFP N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	331 462	24 531	30 000	39 000	30 000	30 000	475 993
Programas por Iniativa de Outrem COFIN - POP RAM III - FSE 1994-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	160 039 434 331 462	15 964 531 24 531	14 482 500 30 000	15 000 000 30 000	15 000 000 30 000	15 000 000 30 000	235 486 465 475 993
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA PROFISSIONAL DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA	TOTAL	22 013 992	4 072 375	4 200 000	8 626 645	0	0	38 913 012
SE: EPHTM N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	20 548 455	4 072 375	4 200 000	8 626 645	0	0	37 447 475
Ações de Formação Profissional para Jovens Fora do Sistema de Ensino COFIN - POP RAM III - FSE 1999-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	21 980 382 20 514 845	3 972 375 3 972 375	4 100 000 4 100 000	8 081 092 8 081 092	0 0	0 0	38 133 849 36 668 312
Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências COFIN - POP RAM III - FSE 2004-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	33 610 33 610	100 000 100 000	100 000 100 000	545 553 545 553	0 0	0 0	779 163 779 163
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONSERVATÓRIO - ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA	TOTAL	1 549 903	381 550	350 000	561 600	490 000	2 780 000	6 113 053
SE: CEPAM N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	1 091 485	98 668	167 708	413 892	390 000	2 280 000	4 441 753
Ações de Formação no âmbito do CEPAM COFIN - POP RAM III - FSE 2001-13	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 549 903 1 091 485	381 550 98 668	350 000 167 708	561 600 413 892	490 000 390 000	2 780 000 2 280 000	6 113 053 4 441 753
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO	TOTAL	701 267	300 000	155 000	175 000	165 000	150 000	1 646 267
SE: FGAPFP N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	139 494	22 500	38 750	43 750	41 250	37 500	323 244
PIC Leonardo da Vinci COFIN - OIC 1995-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	404 802 89 379	100 000 12 500	50 000 12 500	50 000 12 500	50 000 12 500	50 000 12 500	704 802 151 879
PIC EQUAL COFIN - OIC 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 1 250	25 000 6 250	15 000 3 750	0 0	45 000 11 250
Outros Programas Comunitários COFIN - OIC 1996-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	296 465 50 115	200 000 10 000	100 000 25 000	100 000 25 000	100 000 25 000	100 000 25 000	896 465 160 115
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POPRAM III - COMPONENTE PSE	TOTAL	1 911 960	155 000	150 000	407 548	278 774	278 774	3 182 056
SE: DRFP N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 911 960	155 000	150 000	407 548	278 774	278 774	3 182 056
Monitorização do Subprograma COFIN - POP RAM III - FSE 1994-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	619 724 619 724	35 000 35 000	35 000 35 000	205 000 205 000	120 000 120 000	120 000 120 000	1 134 724 1 134 724
Funcionamento da Comissão de Gestão COFIN - POP RAM III - FSE 1994-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	529 203 529 203	65 800 65 800	75 000 75 000	129 508 129 508	102 254 102 254	102 254 102 254	1 004 019 1 004 019
Estudos, Publicidade e Promoção COFIN - POP RAM III - FSE 1994-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	763 033 763 033	54 200 54 200	40 000 40 000	73 040 73 040	56 520 56 520	56 520 56 520	1 043 313 1 043 313
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	26 359 443	27 958 643	26 088 076	0	0	0	80 406 162
SE: IDRAM N.º Projectos: 9	CAP. 50 O.R.	26 359 443	27 958 643	26 088 076	0	0	0	80 406 162
AÇÕES DE FOMENTO DESPORTIVO	TOTAL	26 359 443	27 958 643	26 088 076	0	0	0	80 406 162
SE: IDRAM N.º Projectos: 9	CAP. 50 O.R.	26 359 443	27 958 643	26 088 076	0	0	0	80 406 162
Apoio aos Clubes Participantes em Competição Nacional e Internacional de Sociedades Anónimas Desportivas e Ligas Profissionais 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 308 229 8 308 229	7 980 893 7 980 893	5 069 326 5 069 326	0 0	0 0	0 0	21 358 448 21 358 448
Promoção e Desenvolvimento das Modalidades Desportivas Amadoras	TOTAL	7 060 936	7 000 000	7 000 000	0	0	0	21 060 936



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

276

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08	CAP. 50 O.R.	0	0	186 366	50 000	10 000	0	246 366
N Projectos para a Internacionalização (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	0	100 000	1 734 843	11 000	0	1 845 843
COFIN - POP RAM III - FEDER 2006-08	CAP. 50 O.R.	0	0	96 565	50 000	10 000	0	156 566
N Missões de Internacionalização (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	0	50 000	368 520	8 000	0	426 520
COFIN - POP RAM III - FEDER 2006-08	CAP. 50 O.R.	0	0	43 307	50 000	7 000	0	100 307
Feiras Internacionais (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	0	200 000	618 048	11 000	0	829 048
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08	CAP. 50 O.R.	0	0	188 652	30 000	10 000	0	228 652
N ESEHUR - Informação, Conhecimento e Educação sobre Energia em Meio Urbano, Poupança de Energia e Energias Renováveis (IDRAM)	TOTAL	0	0	172 808	0	0	0	172 808
COFIN - PIC INTERREG III B 2006-06	CAP. 50 O.R.	0	0	25 921	0	0	0	25 921
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	4 485 208	3 552 768	5 304 278	1 274 155	342 525	874 575	15 833 509
	CAP. 50 O.R.	3 042 042	3 463 013	5 224 214	1 200 365	341 525	874 575	14 145 734
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	TOTAL	4 485 208	3 552 768	5 304 278	1 274 155	342 525	874 575	15 833 509
SE: SRE N.º Projectos: 10	CAP. 50 O.R.	3 042 042	3 463 013	5 224 214	1 200 365	341 525	874 575	14 145 734
Info - Acesso (NESI)	TOTAL	227 679	335 000	125 000	215 000	0	0	902 679
COFIN - POP RAM III - FSE 2004-07	CAP. 50 O.R.	227 679	335 000	125 000	215 000	0	0	902 679
Info-Conteúdos (NESI)	TOTAL	360 734	369 000	260 000	160 000	0	0	1 089 734
COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-07	CAP. 50 O.R.	360 734	369 000	260 000	160 000	0	0	1 089 734
Info-escola Conectiva (NESI)	TOTAL	139 663	791 395	750 000	413 780	0	0	2 094 838
2000-07	CAP. 50 O.R.	139 663	791 395	750 000	413 780	0	0	2 094 838
Formação do Pessoal do NESI	TOTAL	0	10 000	10 000	0	0	0	20 000
COFIN - POP RAM III - FSE 2004-06	CAP. 50 O.R.	0	10 000	10 000	0	0	0	20 000
Portal do Conhecimento (NESI)	TOTAL	0	104 800	70 000	40 060	0	0	214 860
COFIN-POSC - Madeira Digital 2005-07	CAP. 50 O.R.	0	104 800	70 000	40 060	0	0	214 860
Criação de Infocentros (M. Tecnopolo)	TOTAL	244 889	171 866	100 000	0	0	0	516 755
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	CAP. 50 O.R.	148 377	82 111	19 543	0	0	0	290 031
Fomento da Utilização de PC e Internet - "Uma Família um Computador" (M. Tecnopolo)	TOTAL	2 418 700	600 000	3 000 000	291 525	291 525	874 575	7 476 325
2002-11	CAP. 50 O.R.	1 221 685	600 000	3 000 000	291 525	291 525	874 575	6 279 310
Madeira Digital (M. Tecnopolo)	TOTAL	584 769	1 170 707	700 000	0	0	0	2 455 476
2002-06	CAP. 50 O.R.	584 769	1 170 707	700 000	0	0	0	2 455 476
N Fomento da Utilização de PC e Internet - Telecomunicações	TOTAL	0	0	58 000	153 790	51 000	0	254 790
COFIN - POP RAM III - FEDER 2006-08	CAP. 50 O.R.	0	0	10 393	80 000	50 000	0	140 393
Fomento da Utilização de PC e Internet - "Um Computador para Todos"	TOTAL	508 774	300 000	299 278	0	0	0	808 052
2002-06	CAP. 50 O.R.	359 135	300 000	299 278	0	0	0	658 413
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	44 725	90 500	110 000	0	0	0	245 225
	CAP. 50 O.R.	44 725	90 500	110 000	0	0	0	245 225
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO	TOTAL	44 725	90 500	110 000	0	0	0	245 225
SE: SRE N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	44 725	90 500	110 000	0	0	0	245 225
Acções de Formação Profissional (DRAE)	TOTAL	43 656	60 000	51 000	0	0	0	153 656
2004-06	CAP. 50 O.R.	43 656	60 000	51 000	0	0	0	153 656
Formação Especializada de Inspectores de Educação (DIRE)	TOTAL	1 069	30 500	60 000	0	0	0	91 569
COFIN - POP RAM III - FSE	CAP. 50 O.R.	1 069	30 500	60 000	0	0	0	91 569



PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
2004-06							



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

279

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						Total	
		Execução até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes		
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	13 881 029	125 128 335	169 497 857	39 957 379	41 210 601	41 088 120	431 573 321
		CAP. 50 O.R.	11 160 288	68 204 090	95 585 533	15 291 000	15 221 250	15 119 088	220 581 249
PROJECTOS EM CURSOS		TOTAL	13 881 029	125 128 335	168 886 807	39 557 379	40 900 601	41 578 120	429 932 271
		CAP. 50 O.R.	11 160 288	68 204 090	94 974 483	14 881 000	14 911 250	14 809 088	218 940 199
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	611 050	410 000	310 000	310 000	1 641 050
		CAP. 50 O.R.	0	0	611 050	410 000	310 000	310 000	1 641 050
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	5 676 248	3 585 494	3 864 063	550 000	750 000	250 000	14 675 805
		CAP. 50 O.R.	2 955 507	1 681 305	2 293 033	550 000	750 000	250 000	8 479 845
PROGRAMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		TOTAL	0	0	525 000	0	0	0	525 000
SE: SRPF N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	0	0	525 000	0	0	0	525 000
Sistema de Informação de Planeamento e Finanças (DRPF) 2005-06		TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
GESTRAM - Gestão Financeira da RAM 2004-06		TOTAL	0	0	500 000	0	0	0	500 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	0	0	0	500 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL		TOTAL	516 900	498 824	731 146	550 000	750 000	250 000	3 296 870
SE: SRPF N.º Projectos: 6		CAP. 50 O.R.	516 900	488 824	731 146	550 000	750 000	250 000	3 296 870
SIE-MAC - Sistema de Informação Estatística da Macaronésia (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06		TOTAL	25 378	76 500	67 000	0	0	0	168 878
		CAP. 50 O.R.	25 378	76 500	67 000	0	0	0	168 878
SIET-MAC - Sistema de Sustentabilidade Mediante Indicadores Estatísticos de Turismo (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06		TOTAL	7 551	58 824	73 096	0	0	0	139 471
		CAP. 50 O.R.	7 551	58 824	73 096	0	0	0	139 471
DAMARECE - Data Mart de Estatísticas de Conjuntura da Macaronésia (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2006-06		TOTAL	0	0	89 700	0	0	0	89 700
		CAP. 50 O.R.	0	0	89 700	0	0	0	89 700
SICER-MAC - Sistema de Contas Económicas Regionais da Macaronésia (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2006-06		TOTAL	0	0	121 350	0	0	0	121 350
		CAP. 50 O.R.	0	0	121 350	0	0	0	121 350
Assistência Técnica no âmbito do PIC INTERREG III B - Espaço Madeira, Açores e Canárias (GS) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-09		TOTAL	483 971	347 500	350 000	500 000	700 000	200 000	2 581 471
		CAP. 50 O.R.	483 971	347 500	350 000	500 000	700 000	200 000	2 581 471
Assistência Técnica no âmbito do PIC INTERREG III C (GS) COFIN - PIC INTERREG III C 2004-09		TOTAL	0	16 000	30 000	50 000	50 000	50 000	196 000
		CAP. 50 O.R.	0	16 000	30 000	50 000	50 000	50 000	196 000
GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS 2000 - 2006 (POP/AM III)		TOTAL	4 907 894	3 023 042	2 517 917	0	0	0	10 448 853
SE: IFC N.º Projectos: 3		CAP. 50 O.R.	2 230 291	1 161 740	1 009 887	0	0	0	4 391 918
Gestão, Acompanhamento e Controlo COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	3 271 033	1 632 838	1 666 667	0	0	0	6 570 538
		CAP. 50 O.R.	1 509 746	734 777	750 000	0	0	0	2 994 523
Estudos, Informação e Publicidade COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	682 264	400 000	400 000	0	0	0	1 482 264
		CAP. 50 O.R.	371 010	120 000	120 000	0	0	0	611 010
Sistema de Informação COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06		TOTAL	954 597	990 204	451 250	0	0	0	2 396 051
		CAP. 50 O.R.	339 535	306 963	139 887	0	0	0	786 385
ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS		TOTAL	200 087	13 490	43 333	0	0	0	256 910
SE: IFC N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	200 087	13 490	20 000	0	0	0	233 577
Acções de Acompanhamento no âmbito do RIME 1998-06		TOTAL	200 087	13 490	10 000	0	0	0	223 577
		CAP. 50 O.R.	200 087	13 490	10 000	0	0	0	223 577



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

280

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
Ações de Acompanhamento Diversas 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	33 333 10 000	0 0	0 0	0 0	33 333 10 000
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	TOTAL	51 367	50 138	46 667	0	0	0	149 172
SE: IFC N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	18 229	7 251	7 000	0	0	0	32 180
Assistência Técnica no Âmbito do Fundo de Coesão COFIN - POP RAM III - F. COESÃO 1998-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	51 367 18 229	50 138 7 251	46 667 7 000	0 0	0 0	0 0	148 172 32 480
SECTOR: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	4 100 000 4 100 000	25 000 000 25 000 000	0 0	0 0	0 0	29 100 000 29 100 000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA INVESTIMENTOS PÚBLICOS	TOTAL	0	4 100 000	25 000 000	0	0	0	29 100 000
SE: DRPA N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	4 100 000	25 000 000	0	0	0	29 100 000
Infra-estruturas Públicas de Transportes 2005-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	4 100 000 4 100 000	25 000 000 25 000 000	0 0	0 0	0 0	29 100 000 29 100 000
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	36 507 885 12 500 000	36 997 456 12 500 000	38 107 379 13 431 000	39 250 601 13 261 250	40 428 120 13 659 088	191 291 441 65 351 338
PROMOÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DE HABITAÇÃO SOCIAL	TOTAL	0	36 507 885	36 997 456	38 107 379	39 250 601	40 428 120	191 291 441
SE: IHM N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	0	12 500 000	12 500 000	13 431 000	13 261 250	13 659 088	65 351 338
Edifícios e Outras Construções COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	23 273 470 3 100 000	13 366 772 2 700 000	13 767 775 2 781 000	14 180 808 2 864 430	14 606 233 2 950 363	79 195 058 14 395 793
Habitação a Custos Controlados COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	6 400 000 6 400 000	18 070 375 6 000 000	18 612 486 6 180 000	19 170 861 6 365 400	19 745 987 6 556 362	81 999 709 31 501 762
Apoio a Municípios 2005-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 755 000 1 000 000	1 720 309 500 000	1 771 918 515 000	1 825 076 530 450	1 879 828 546 364	8 952 131 3 091 814
Apoio a Particulares 2005-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	5 079 415 2 000 000	3 840 000 3 300 000	3 955 200 3 955 000	4 073 856 3 500 970	4 196 072 3 605 999	21 144 543 16 361 969
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 996 722 2 996 722	2 760 586 2 760 586	5 052 500 5 052 500	1 310 000 1 310 000	1 210 000 1 210 000	1 210 000 1 210 000	14 549 808 14 549 808
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS	TOTAL	21 846	2 546	57 500	0	0	0	81 892
SE: SRPF N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	21 846	2 546	57 500	0	0	0	81 892
Formação e Aperfeiçoamento Profissional do Pessoal Afecto ao GS, DRE, ORI, DRPF e DROC 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	19 518 19 518	0 0	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	69 518 69 518
Formação dos Quadros da Inspeção Regional de Finanças 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 328 2 328	2 546 2 546	7 500 7 500	0 0	0 0	0 0	12 374 12 374
AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	102 690	48 110	40 000	0	0	0	190 800
SE: DRI N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	102 690	48 110	40 000	0	0	0	190 800
No Domínio da Informática COFIN - POP RAM III - FSE 1998-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	102 690 102 690	48 110 48 110	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	190 800 190 800
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIRECÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA	TOTAL	0	842 629	1 300 000	1 310 000	1 210 000	1 210 000	5 872 629
SE: DRI N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	0	842 629	1 300 000	1 310 000	1 210 000	1 210 000	5 872 629
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos 2005-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	842 629 842 629	900 000 900 000	900 000 900 000	900 000 900 000	900 000 900 000	4 442 629 4 442 629
N RISE - Rede Integrada de Serviços Electrónicos 2006-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	80 000 80 000	80 000 80 000	80 000 80 000	80 000 80 000	320 000 320 000
N RIGRAM II - Rede Integrada do Governo da RAM 2006-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	170 000 170 000	180 000 180 000	130 000 130 000	130 000 130 000	610 000 610 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

281

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
N GIAP - Gestão Integrada para Acompanhamento de Processos 2006-09	TOTAL	0	0	250 000	150 000	100 000	100 000	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	150 000	100 000	100 000	500 000
CERTIFICAÇÃO DE SERVIÇOS SE: DRPF N.º Projectos: 1	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
Certificação dos Serviços da Tesouraria do Governo Regional 2005-06	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL SE: SRIFF N.º Projectos: 3	TOTAL	2 872 186	1 867 301	3 640 000	0	0	0	8 379 487
	CAP. 50 O.R.	2 872 186	1 867 301	3 640 000	0	0	0	8 379 487
Remodelação e Ampliação das Instalações da DRI 2003-06	TOTAL	0	0	200 000	0	0	0	200 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	0	0	0	200 000
Aquisição de Edifícios (DRPA) 2004-06	TOTAL	2 872 186	1 842 301	3 300 000	0	0	0	8 014 487
	CAP. 50 O.R.	2 872 186	1 842 301	3 300 000	0	0	0	8 014 487
Grandes Reparações de Edifícios Públicos (DRPA) 2005-06	TOTAL	0	25 000	140 000	0	0	0	165 000
	CAP. 50 O.R.	0	25 000	140 000	0	0	0	165 000
SECTOR: APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL.	TOTAL	5 208 059	78 174 370	98 573 838	0	0	0	181 956 267
	CAP. 50 O.R.	5 208 059	47 162 199	50 730 000	0	0	0	103 100 258
APOIO À CONSTRUÇÃO E RENOVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E RELIGIOSO SE: DRPF N.º Projectos: 2	TOTAL	4 510 905	1 702 401	1 575 000	0	0	0	7 788 306
	CAP. 50 O.R.	4 510 905	1 702 401	1 575 000	0	0	0	7 788 306
Apoio à Construção e Renovação do Património Religioso 2002-06	TOTAL	3 905 302	1 370 690	1 200 000	0	0	0	6 475 992
	CAP. 50 O.R.	3 905 302	1 370 690	1 200 000	0	0	0	6 475 992
Apoio à Construção e Renovação de Património Edificado de Instituições Particulares 2004-06	TOTAL	605 603	331 711	375 000	0	0	0	1 312 314
	CAP. 50 O.R.	605 603	331 711	375 000	0	0	0	1 312 314
PROGRAMA DE COOPERAÇÃO COM A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RAM (ADERAM) SE: DRPF N.º Projectos: 1	TOTAL	697 154	105 264	490 000	0	0	0	1 292 418
	CAP. 50 O.R.	697 154	105 264	490 000	0	0	0	1 292 418
Programa de Cooperação com a ADERAM 2002-06	TOTAL	697 154	105 264	490 000	0	0	0	1 292 418
	CAP. 50 O.R.	697 154	105 264	490 000	0	0	0	1 292 418
COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA DE PROJECTOS DE ENTIDADES PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SE: IPC N.º Projectos: 5	TOTAL	0	31 012 171	17 843 838	0	0	0	78 856 009
	CAP. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
Projectos POP RAM III - FEDER COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-06	TOTAL	0	22 574 761	32 666 985	0	0	0	55 236 746
	CAP. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
Projectos POP RAM III - IFOP COFIN - POP RAM III - IFOP 2005-06	TOTAL	0	944 185	1 538 000	0	0	0	2 502 185
	CAP. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
Projectos POP RAM III - FEOGA-O COFIN - POP RAM III - FEOGA 2005-06	TOTAL	0	7 029 372	13 160 000	0	0	0	20 189 372
	CAP. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
Projectos RIME FEDER 2005-06	TOTAL	0	331 882	331 882	0	0	0	663 764
	CAP. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
Projectos RIME - IEFP 2005-06	TOTAL	0	131 971	131 971	0	0	0	263 942
	CAP. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
APOIO FINANCEIRO ÀS AUTARQUIAS LOCAIS SE: URPF N.º Projectos: 11	TOTAL	0	45 351 534	48 665 000	0	0	0	94 016 534
	CAP. 50 O.R.	0	45 351 534	48 665 000	0	0	0	94 016 534
Município da Calheta 2005-06	TOTAL	0	2 777 435	3 000 000	0	0	0	5 777 435
	CAP. 50 O.R.	0	2 777 435	3 000 000	0	0	0	5 777 435
Município de Câmara de Lobos 2005-06	TOTAL	0	6 760 444	6 750 000	0	0	0	13 510 444
	CAP. 50 O.R.	0	6 760 444	6 750 000	0	0	0	13 510 444



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2006

282

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	Total
Município do Funchal 2005-06	TOTAL	0	5 825 980	7 000 000	0	0	0	12 825 980
	CAP. 50 O.R.	0	5 825 980	7 000 000	0	0	0	12 825 980
Município de Machico 2005-06	TOTAL	0	4 675 000	4 879 000	0	0	0	9 554 000
	CAP. 50 O.R.	0	4 675 000	4 879 000	0	0	0	9 554 000
Município da Ponta do Sol 2005-06	TOTAL	0	2 811 233	2 800 000	0	0	0	5 611 233
	CAP. 50 O.R.	0	2 811 233	2 800 000	0	0	0	5 611 233
Município do Porto Moniz 2005-06	TOTAL	0	2 294 742	2 560 000	0	0	0	4 854 742
	CAP. 50 O.R.	0	2 294 742	2 560 000	0	0	0	4 854 742
Município do Porto Santo 2005-06	TOTAL	0	2 298 196	2 791 000	0	0	0	5 089 196
	CAP. 50 O.R.	0	2 298 196	2 791 000	0	0	0	5 089 196
Município da Ribeira Brava 2005-06	TOTAL	0	4 710 626	4 794 000	0	0	0	9 504 626
	CAP. 50 O.R.	0	4 710 626	4 794 000	0	0	0	9 504 626
Município de Santa Cruz 2005-06	TOTAL	0	6 558 000	6 750 000	0	0	0	13 308 000
	CAP. 50 O.R.	0	6 558 000	6 750 000	0	0	0	13 308 000
Município de Santana 2005-06	TOTAL	0	4 223 260	4 300 000	0	0	0	8 523 260
	CAP. 50 O.R.	0	4 223 260	4 300 000	0	0	0	8 523 260
Município de São Vicente 2005-06	TOTAL	0	2 419 618	3 041 000	0	0	0	5 460 618
	CAP. 50 O.R.	0	2 419 618	3 041 000	0	0	0	5 460 618



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

283

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	135 735 246	57 241 719	105 553 261	135 260 395	83 387 781	6 243 048	523 424 450
		CAP. SO O.R.	131 321 283	56 536 811	93 000 000	134 311 700	83 109 694	6 023 228	504 302 716
TOTAL DOS PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	135 735 246	57 241 719	93 581 976	108 704 663	62 928 650	5 243 048	463 438 302
		CAP. SO O.R.	131 321 283	56 536 811	81 987 229	108 452 732	62 708 830	5 023 228	446 030 113
TOTAL DOS PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	11 971 285	26 555 732	20 459 131	1 000 000	59 986 148
		CAP. SO O.R.	0	0	11 012 771	25 858 968	20 400 864	1 000 000	58 272 603
SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA		TOTAL	88 857 997	23 578 348	29 999 038	60 293 794	35 603 206	584 371	238 916 754
		CAP. SO O.R.	85 308 439	23 355 491	26 210 917	60 293 794	35 603 206	584 371	231 356 218
APOIOS À AGRICULTURA MADEIRENSE		TOTAL	20 936 341	7 075 737	13 315 023	12 586 625	9 693 263	0	63 506 989
SE: DRADR N.º Projectos: 7		CAP. SO O.R.	18 812 956	7 075 737	9 786 902	12 586 625	9 693 263	0	57 955 483
Acções de Apoio à Agricultura Madeirense 1994-08		TOTAL	6 249 159	1 150 000	1 400 000	2 100 000	2 500 000	0	13 399 159
		CAP. SO O.R.	6 249 159	1 150 000	1 400 000	2 100 000	2 500 000	0	13 399 159
Agricultura e Desenvolvimento Rural - Apoios no Âmbito do PAR COFIN - POP RAM III - FEOGA-O 2001-08		TOTAL	8 275 065	2 750 000	3 900 000	7 240 210	4 280 070	0	26 445 345
		CAP. SO O.R.	8 275 065	2 750 000	3 900 000	7 240 210	4 280 070	0	26 445 345
Comparticipação em Projectos da Administração Pública Regional no Âmbito do PAR COFIN - POP RAM III - FEOGA-O 2002-08		TOTAL	2 554 890	542 537	4 367 406	266 263	105 422	0	7 836 518
		CAP. SO O.R.	431 505	542 537	839 285	266 263	105 422	0	2 185 012
Plano de Desenvolvimento Agrícola e Rural - PDRu COFIN - PDRu - FEOGA-G 2002-08		TOTAL	102 900	1 250 000	257 617	610 992	543 191	0	2 764 700
		CAP. SO O.R.	102 900	1 250 000	257 617	610 992	543 191	0	2 764 700
Linha de Comercialização e Reestruturação do Sector da Banana 2002-08		TOTAL	3 754 327	1 383 200	3 160 000	1 899 160	1 734 580	0	11 931 267
		CAP. SO O.R.	3 754 327	1 383 200	3 160 000	1 899 160	1 734 580	0	11 931 267
N Apoio à Produção e Aconselhamento Agrícola 2006-08		TOTAL	0	0	30 000	100 000	130 000	0	260 000
		CAP. SO O.R.	0	0	30 000	100 000	130 000	0	260 000
N Acompanhamento, Gestão e Controlo das Ajudas 2006-08		TOTAL	0	0	200 000	370 000	400 000	0	970 000
		CAP. SO O.R.	0	0	200 000	370 000	400 000	0	970 000
INVESTIMENTOS DE HIDRÁULICA AGRÍCOLA		TOTAL	0	350 720	7 260 000	13 480 000	9 080 000	0	30 170 720
SE: SRA N.º Projectos: 8		CAP. SO O.R.	0	350 720	7 260 000	13 480 000	9 080 000	0	30 170 720
Sistemas de Rega Tradicional 2005-06		TOTAL	0	350 720	1 585 000	0	0	0	1 935 720
		CAP. SO O.R.	0	350 720	1 585 000	0	0	0	1 935 720
N Lagoas de Armazenagem 2006-08		TOTAL	0	0	1 700 000	5 700 000	5 500 000	0	12 900 000
		CAP. SO O.R.	0	0	1 700 000	5 700 000	5 500 000	0	12 900 000
N Recuperação da Rede Principal de Canais 2006-08		TOTAL	0	0	1 250 000	2 510 000	2 290 000	0	6 050 000
		CAP. SO O.R.	0	0	1 250 000	2 510 000	2 290 000	0	6 050 000
N Sistemas Elevatórios 2006-08		TOTAL	0	0	200 000	1 860 000	640 000	0	2 700 000
		CAP. SO O.R.	0	0	200 000	1 860 000	640 000	0	2 700 000
N Reservatórios 2006-08		TOTAL	0	0	535 000	100 000	100 000	0	735 000
		CAP. SO O.R.	0	0	535 000	100 000	100 000	0	735 000
N Redes em Pressão 2006-08		TOTAL	0	0	925 000	2 425 000	500 000	0	3 850 000
		CAP. SO O.R.	0	0	925 000	2 425 000	500 000	0	3 850 000
N Serviços de Apoio Hidroagrícolas 2006-08		TOTAL	0	0	795 000	705 000	50 000	0	1 550 000
		CAP. SO O.R.	0	0	795 000	705 000	50 000	0	1 550 000
N Cadatro de Água de Rega na RAM 2006-06		TOTAL	0	0	270 000	180 000	0	0	450 000
		CAP. SO O.R.	0	0	270 000	180 000	0	0	450 000
APETRECHAMENTO ESPECIAL DOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS		TOTAL	7 861 805	90 500	50 100	150 000	190 000	0	8 342 405
SE: DRADR N.º Projectos: 2		CAP. SO O.R.	7 861 805	90 500	50 100	150 000	190 000	0	8 342 405
Mecanização Agrícola 1989-08		TOTAL	7 320 760	48 500	30 100	70 000	100 000	0	7 569 360
		CAP. SO O.R.	7 320 760	48 500	30 100	70 000	100 000	0	7 569 360



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

284

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL	
Centros de Formação Agrária 1994-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	541 045 541 045	42 000 42 000	20 000 20 000	80 000 80 000	90 000 90 000	0 0	773 045 773 045	
ESTRUTURAS LABORATORIAIS NO ÂMBITO DA AGRICULTURA		TOTAL	0	0	243 215	435 000	825 000	0	1 503 215
SE: DRADR	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	0	0	243 215	435 000	825 000	0	1 503 215
N Laboratório de Qualidade Agrícola 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	175 000 175 000	375 000 375 000	720 000 720 000	0 0	1 270 000 1 270 000	
N Requalificação e Internacionalização do Laboratório de Propagação In Vitro 2006-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	28 215 28 215	0 0	0 0	0 0	28 215 28 215	
N MICROLAB 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	60 000 60 000	105 000 105 000	0 0	205 000 205 000	
INSPEÇÃO E CONTROLO DA QUALIDADE AGROALIMENTAR		TOTAL	0	0	30 000	540 000	175 000	0	745 000
SE: DRADR	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	540 000	175 000	0	745 000
N Inspeção e Controlo da Qualidade Agro Alimentar 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	30 000 30 000	540 000 540 000	175 000 175 000	0 0	745 000 745 000	
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS		TOTAL	11 658 057	1 667 896	2 112 700	4 765 669	3 063 943	460 150	23 728 415
SE: DRF	N.º Projectos: 17	CAP. 50 O.R.	11 658 057	1 667 896	2 112 700	4 765 669	3 063 943	460 150	23 728 415
Plano de Repovoamento Florestal e Correção Torrencial 1988-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 529 230 5 529 230	299 500 299 500	270 000 270 000	750 000 750 000	687 452 687 452	130 000 130 000	7 666 182 7 666 182	
Recuperação de Espaços Verdes no Jardim Botânico 1994-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	553 420 553 420	20 000 20 000	50 000 50 000	280 000 280 000	232 449 232 449	0 0	1 135 869 1 135 869	
Diversificação de Espécies Florestais e de Luta Contra a Desertificação na Ilha do Ponto Santo 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	45 121 45 121	250 417 250 417	10 000 10 000	50 000 50 000	50 000 50 000	0 0	405 538 405 538	
Recuperação e Sinalização de Veredas 1997-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	301 137 301 137	129 085 129 085	20 000 20 000	215 000 215 000	106 642 106 642	0 0	771 864 771 864	
Racionalização do Regime Silvo-pastoril 1995-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 665 888 4 665 888	183 515 183 515	100 000 100 000	390 000 390 000	347 160 347 160	0 0	5 686 563 5 686 563	
Fomento Cingéctico 1993-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	263 295 263 295	5 650 5 650	10 000 10 000	45 923 45 923	0 0	0 0	324 868 324 868	
Repopoamento Piscícola 1994-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	72 211 72 211	3 483 3 483	8 500 8 500	15 830 15 830	16 500 16 500	0 0	116 524 116 524	
Melhoramento das Infra-estruturas Florestais e de Vigilância 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	166 970 166 970	250 320 250 320	222 500 222 500	163 750 163 750	168 906 168 906	0 0	972 446 972 446	
Inventário Florestal 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	8 000 8 000	60 000 60 000	52 000 52 000	0 0	120 000 120 000	
Operação Verde 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	60 785 60 785	120 110 120 110	36 000 36 000	421 166 421 166	432 000 432 000	0 0	1 070 061 1 070 061	
Ordenamento dos perímetros florestais da RAM 2004-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	50 000 50 000	0 0	0 0	60 000 60 000	
Construção e Melhoramento de Infra-estruturas no Jardim Botânico da Madeira 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	34 166 34 166	100 000 100 000	100 000 100 000	65 834 65 834	0 0	300 000 300 000	
Consolidação de Povoamentos Florestais no Porto Santo 2005-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	2 150 2 150	7 000 7 000	14 850 14 850	0 0	0 0	24 000 24 000	
Recuperação de Espécies Florestais no Pico Branco - Porto Santo 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	15 000 15 000	15 700 15 700	89 650 89 650	50 000 50 000	0 0	170 350 170 350	
Florestação de Terras Agrícolas COFIN - PDRu-Madeira - FEOGA-G 2005-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	300 000 300 000	1 215 000 1 215 000	1 990 000 1 990 000	805 000 805 000	330 150 330 150	4 640 150 4 640 150	



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

285

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL
Melhoramento de Infra-estruturas e Apetrechamento do Posto Aquícola do Rubeiro Frio 2005-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	24 000 24 000	10 000 10 000	80 000 80 000	0 0	0 0	114 000 114 000
Construção e Recuperação de Infra-estruturas para Produção de Espécies Cnégicas 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	30 500 30 500	20 000 20 000	49 500 49 500	50 000 50 000	0 0	150 000 150 000
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS								
SE: DRADR N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 430 702 12 430 702	1 659 000 1 659 000	1 600 000 1 600 000	2 200 000 2 200 000	2 500 000 2 500 000	0 0	20 389 702 20 389 702
Apoio às Casas do Povo 1988-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 430 702 12 430 702	1 659 000 1 659 000	1 600 000 1 600 000	2 200 000 2 200 000	2 500 000 2 500 000	0 0	20 389 702 20 389 702
MELHORIA DAS ESTRUTURAS DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA								
SE: SRA N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	302 000 302 000	272 000 272 000	500 000 500 000	575 000 575 000	0 0	1 649 000 1 649 000
Melhoramento e Valorização Zootécnica (DRADR) 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	300 000 300 000	150 000 150 000	430 000 430 000	500 000 500 000	0 0	1 380 000 1 380 000
Centros de Atendimento Veterinário (DRV) 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	2 000 2 000	122 000 122 000	70 000 70 000	75 000 75 000	0 0	269 000 269 000
LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR								
SE: DRADR N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 370 380 4 370 380	22 300 22 300	1 000 000 1 000 000	9 677 500 9 677 500	0 0	0 0	15 070 180 15 070 180
Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 370 380 4 370 380	22 300 22 300	1 000 000 1 000 000	9 677 500 9 677 500	0 0	0 0	15 070 180 15 070 180
PROGRAMA DE RASTREIO E CONTROLO NO DOMÍNIO VETERINÁRIO								
SE: DRV N.º Projectos: 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	289 933 289 933	198 040 198 040	546 700 546 700	266 000 266 000	283 000 283 000	0 0	1 583 673 1 583 673
Unidade Laboratorial para o Rastreamento da BSE 2001-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	268 208 268 208	30 260 30 260	33 000 33 000	36 000 36 000	40 000 40 000	0 0	407 468 407 468
PIF - Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Funchal 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 103 11 103	0 0	249 500 249 500	0 0	0 0	0 0	260 603 260 603
Programa Laboratorial - Saúde e Segurança Veterinária 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 622 10 622	104 160 104 160	92 950 92 950	95 000 95 000	98 000 98 000	0 0	400 732 400 732
Epidemiologia de Zoonoses na RAM 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	63 620 63 620	80 250 80 250	60 000 60 000	65 000 65 000	0 0	268 870 268 870
Apoio e Desenvolvimento das Acções de Inspeção Veterinária e de Segurança Alimentar 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	91 000 91 000	75 000 75 000	80 000 80 000	0 0	246 000 246 000
PROTECÇÃO DAS FLORESTAS								
SE: DRF N.º Projectos: 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	126 214 126 214	339 790 339 790	898 000 898 000	847 000 847 000	100 000 100 000	124 221 124 221	2 435 225 2 435 225
Prevenção de Incêndios Florestais 1999-09	TOTAL CAP. 50 O.R.	126 214 126 214	96 124 96 124	100 000 100 000	100 000 100 000	100 000 100 000	124 221 124 221	646 559 646 559
Controlo de Incêndios dos Fogos Florestais 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	13 666 13 666	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	33 666 33 666
Centro de Prevenção de Riscos Florestais COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	230 000 230 000	778 000 778 000	747 000 747 000	0 0	0 0	1 755 000 1 755 000
PROGRAMAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DO VINHO DA MADEIRA								
SE: IVN N.º Projectos: 7	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 984 774 1 578 183	573 857 351 000	640 000 380 000	0 0	0 0	0 0	4 198 631 2 309 183
Beneficiação e Arranjo do Edifício Sede 1997-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	853 671 768 766	70 000 70 000	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	953 671 868 766
Plano Promocional do Vinho da Madeira COFIN - POPRAM III - FEDER	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 439 924 297 751	342 857 120 000	400 000 140 000	0 0	0 0	0 0	2 182 781 557 751



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

286

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL	
1994-06									
	TOTAL	275 645	35 000	55 000	0	0	0	365 645	
1996-06	CAP. SO O.R.	233 166	35 000	55 000	0	0	0	323 166	
	TOTAL	70 182	26 000	15 000	0	0	0	111 182	
2003-06	CAP. SO O.R.	7 500	26 000	15 000	0	0	0	48 500	
	TOTAL	345 352	100 000	90 000	0	0	0	535 352	
2003-06	CAP. SO O.R.	271 000	100 000	90 000	0	0	0	461 000	
N	TOTAL	0	0	47 500	0	0	0	47 500	
2006-06	CAP. SO O.R.	0	0	47 500	0	0	0	47 500	
N	TOTAL	0	0	2 500	0	0	0	2 500	
2006-06	CAP. SO O.R.	0	0	2 500	0	0	0	2 500	
PROGRAMA MADEIRA-MED									
SE: DRADR	N.º Projectos: 1	TOTAL	15 015 735	1 390 000	800 000	1 500 000	1 600 000	0	20 305 735
		CAP. SO O.R.	15 015 735	1 390 000	800 000	1 500 000	1 600 000	0	20 305 735
Programa Madeira-Med		TOTAL	15 015 735	1 390 000	800 000	1 500 000	1 600 000	0	20 305 735
1994-08		CAP. SO O.R.	15 015 735	1 390 000	800 000	1 500 000	1 600 000	0	20 305 735
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO NO DOMÍNIO DA AGRICULTURA									
SE: SRA	N.º Projectos: 7	TOTAL	5 043	1 000	281 250	4 535 500	3 086 000	0	7 908 793
		CAP. SO O.R.	5 043	1 000	281 250	4 535 500	3 086 000	0	7 908 793
Tipificação, Controlo de Qualidade e Promoção de Produtos Regionais de Origem Animal (DRV)		TOTAL	4 316	0	11 750	12 500	13 000	0	41 566
2001-08		CAP. SO O.R.	4 316	0	11 750	12 500	13 000	0	41 566
Sanidade Apícola (DRADR)		TOTAL	162	1 000	10 000	33 000	35 000	0	79 162
2004-08		CAP. SO O.R.	162	1 000	10 000	33 000	35 000	0	79 162
Genotipagem de Cabras de Bugio (DRV)		TOTAL	565	0	34 500	40 000	43 000	0	118 055
2004-08		CAP. SO O.R.	565	0	34 500	40 000	43 000	0	118 055
N	TOTAL	0	0	75 000	350 000	400 000	0	825 000	
2006-08	CAP. SO O.R.	0	0	75 000	350 000	400 000	0	825 000	
N	TOTAL	0	0	50 000	400 000	475 000	0	925 000	
2006-08	CAP. SO O.R.	0	0	50 000	400 000	475 000	0	925 000	
N	TOTAL	0	0	50 000	3 500 000	1 900 000	0	5 450 000	
2006-08	CAP. SO O.R.	0	0	50 000	3 500 000	1 900 000	0	5 450 000	
N	TOTAL	0	0	50 000	200 000	220 000	0	470 000	
2006-08	CAP. SO O.R.	0	0	50 000	200 000	220 000	0	470 000	
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA NO MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO									
SE: DRADR	N.º Projectos: 2	TOTAL	22 531	110 000	125 000	194 000	224 000	0	675 531
		CAP. SO O.R.	22 531	110 000	125 000	194 000	224 000	0	675 531
Desenvolvimento da Agricultura no Modo de Produção Biológico		TOTAL	22 531	110 000	50 000	55 000	70 000	0	307 531
2004-08		CAP. SO O.R.	22 531	110 000	50 000	55 000	70 000	0	307 531
N	TOTAL	0	0	75 000	139 000	154 000	0	368 000	
2006-08	CAP. SO O.R.	0	0	75 000	139 000	154 000	0	368 000	
ORGANIZAÇÃO DE MERCADOS E SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS E SILVÍCOLAS									
SE: SRA	N.º Projectos: 8	TOTAL	13 156 482	9 797 508	825 050	8 616 500	4 208 000	0	26 603 540
		CAP. SO O.R.	13 136 900	9 797 508	825 050	8 616 500	4 208 000	0	26 583 958
Mercado Abastecedor do Funchal (DRADR)		TOTAL	4 198 998	303 500	200 000	6 400 000	3 250 000	0	14 352 498
1989-08		CAP. SO O.R.	4 198 998	303 500	200 000	6 400 000	3 250 000	0	14 352 498
Centrais de Acondicionamento e Armazenagem de Frutos e Produtos Hortícolas (DRADR)		TOTAL	7 525 260	1 714 000	200 000	1 050 000	735 500	0	11 224 760
1992-08		CAP. SO O.R.	7 525 260	1 714 000	200 000	1 050 000	735 500	0	11 224 760
Adega de São Vicente (IVM)		TOTAL	759 652	160 000	140 000	0	0	0	1 059 652
1995-06		CAP. SO O.R.	740 070	160 000	140 000	0	0	0	1 040 070
Centro de Abate da Madeira (DRADR)		TOTAL	468 274	6 068 008	175 000	0	0	0	6 711 282
2002-06		CAP. SO O.R.	468 274	6 068 008	175 000	0	0	0	6 711 282



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

287

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL
Organização de Mercados (DRADR) 2002-08	TOTAL	29 017	10 000	10 000	111 500	64 500	0	225 017
	CAP. 50 O.R.	29 017	10 000	10 000	111 500	64 500	0	225 017
Unidade de Apoio ao Comércio Agrícola dos Canhas (DRAOR) 2003-06	TOTAL	175 281	1 542 000	20 000	0	0	0	1 737 281
	CAP. 50 O.R.	175 281	1 542 000	20 000	0	0	0	1 737 281
N Acções de Desenvolvimento e Divulgação da Actividade Veterinária (DRV) 2006-08	TOTAL	0	0	30 050	55 000	58 000	0	143 050
	CAP. 50 O.R.	0	0	30 050	55 000	58 000	0	143 050
N Feira Agro Pecuária do Porto Moniz (DRADR) 2006-08	TOTAL	0	0	50 000	1 000 000	100 000	0	1 150 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	1 000 000	100 000	0	1 150 000
SECTOR: PESCA	TOTAL	12 230 541	1 572 011	9 581 000	2 974 290	5 838 548	2 350 107	34 546 497
	CAP. 50 O.R.	12 230 541	1 572 011	2 494 783	2 974 290	5 838 548	2 350 107	27 460 280
APOIO À FROTA PESQUEIRA E À INDÚSTRIA SE: DR Pescas N.º Projectos: 1	TOTAL	6 897 241	355 300	681 783	700 000	700 000	700 000	10 034 324
	CAP. 50 O.R.	6 897 241	355 300	681 783	700 000	700 000	700 000	10 034 324
Apoio à Frota Pesqueira e à Indústria 1987-09	TOTAL	6 897 241	355 300	681 783	700 000	700 000	700 000	10 034 324
	CAP. 50 O.R.	6 897 241	355 300	681 783	700 000	700 000	700 000	10 034 324
EQUIPAMENTO DOS PORTOS DE PESCA SE: DR Pescas N.º Projectos: 2	TOTAL	176 624	277 442	480 000	1 100 000	4 100 000	1 100 000	7 234 066
	CAP. 50 O.R.	176 624	277 442	480 000	1 100 000	4 100 000	1 100 000	7 234 066
Modernização das Lotas e Entrepostos Frigoríficos 2002-09	TOTAL	176 624	277 442	400 000	100 000	100 000	100 000	1 154 066
	CAP. 50 O.R.	176 624	277 442	400 000	100 000	100 000	100 000	1 154 066
N Porto de Pesca dos Socorridos COFIN - POP RAM III - IFOP 2006-09	TOTAL	0	0	80 000	1 000 000	4 000 000	1 000 000	6 080 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	80 000	1 000 000	4 000 000	1 000 000	6 080 000
COMPARTICIPAÇÃO NOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS FINANCIADOS PELO IFOP SE: DR Pescas N.º Projectos: 1	TOTAL	0	518 807	7 524 000	0	0	0	8 042 807
	CAP. 50 O.R.	0	518 807	437 783	0	0	0	956 590
Comparticipação em Projectos da Administração Pública Regional no Âmbito do IFOP COFIN - POP RAM III - IFOP 2005-06	TOTAL	0	518 807	7 524 000	0	0	0	8 042 807
	CAP. 50 O.R.	0	518 807	437 783	0	0	0	956 590
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS PESCAS SE: DR Pescas N.º Projectos: 12	TOTAL	2 270 269	389 662	815 217	1 024 651	888 909	400 468	5 789 176
	CAP. 50 O.R.	2 270 269	389 662	815 217	1 024 651	888 909	400 468	5 789 176
Investigação Aplicada às Pescas e Aquicultura 1995-09	TOTAL	1 654 788	57 000	140 000	200 000	200 000	200 000	2 451 788
	CAP. 50 O.R.	1 654 788	57 000	140 000	200 000	200 000	200 000	2 451 788
Embarcação de Investigação 2001-06	TOTAL	37 184	18 000	75 000	0	0	0	130 184
	CAP. 50 O.R.	37 184	18 000	75 000	0	0	0	130 184
PESCPROF - Recursos Pesqueiros de Águas Profundas do Atlântico Centro Oriental (I e II) COFIN - PIC INTERREG III B 2002-06	TOTAL	218 591	141 325	50 000	0	0	0	409 916
	CAP. 50 O.R.	218 591	141 325	50 000	0	0	0	409 916
BASBLACK II - Estudos Biotógicos e Pescarias de Peixe-Espada Preto COFIN - Fundação para a Ciência e Tecnologia 2002-08	TOTAL	64 287	62 661	50 000	70 000	50 000	0	296 948
	CAP. 50 O.R.	64 287	62 661	50 000	70 000	50 000	0	296 948
Programa de Recolha de Dados (PHN) COFIN - OIC 2002-09	TOTAL	244 747	30 501	100 000	316 210	200 468	200 468	1 092 394
	CAP. 50 O.R.	244 747	30 501	100 000	316 210	200 468	200 468	1 092 394
ORPAM I e II - Observatório em Rede das Pescas e Ambiente Marinho da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2003-06	TOTAL	50 672	37 088	25 000	0	0	0	112 760
	CAP. 50 O.R.	50 672	37 088	25 000	0	0	0	112 760
MARTEC - Tecnologias Marinhas COFIN - PIC INTERREG III B 2005-06	TOTAL	0	33 087	77 000	0	0	0	110 087
	CAP. 50 O.R.	0	33 087	77 000	0	0	0	110 087



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

288

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL
PARQMAR - Caracterização e Ordenamento das Áreas Marinhas COFIN - PIC INTERREG III B 2005-06	TOTAL	0	10 000	2 000	0	0	0	12 000
	CAP. 50 O.R.	0	10 000	2 000	0	0	0	12 000
N + Peixe COFIN - POPRAM III - FEDER 2006-08	TOTAL	0	0	93 017	260 283	260 283	0	613 583
	CAP. 50 O.R.	0	0	93 017	260 283	260 283	0	613 583
N PARGOGEN - Selecção Genética do Pargo COFIN - POPRAM III - FEDER 2006-08	TOTAL	0	0	50 200	178 158	178 158	0	406 516
	CAP. 50 O.R.	0	0	50 200	178 158	178 158	0	406 516
N PECPROF III - Recursos Pesqueiros de Águas Profundas do Atlântico Centro-Oriental COFIN - PIC INTERREG III B 2006-06	TOTAL	0	0	90 000	0	0	0	90 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	90 000	0	0	0	90 000
N ORPAM III - Observatório em Rede das Pescas e Ambiente Marinho da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2006-06	TOTAL	0	0	63 000	0	0	0	63 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	63 000	0	0	0	63 000
AQUACULTURA		TOTAL	2 886 407	30 800	80 000	149 639	149 639	3 446 124
SE: DR Pescas	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	2 886 407	30 800	80 000	149 639	149 639	3 446 124
Centro de Aquacultura da Calheta 1995-09		TOTAL	2 886 407	30 800	80 000	149 639	149 639	3 446 124
		CAP. 50 O.R.	2 886 407	30 800	80 000	149 639	149 639	3 446 124
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL	1 035 272	1 196 820	2 337 476	2 250 452	1 293 570	9 407 160
		CAP. 50 O.R.	884 782	958 250	1 200 000	1 439 542	1 095 000	6 672 574
DIVULGAÇÃO DOS SECTORES TRADICIONAIS		TOTAL	1 035 272	1 196 820	2 337 476	2 250 452	1 293 570	9 407 160
SE: IBTAM	N.º Projectos: 8	CAP. 50 O.R.	884 782	958 250	1 200 000	1 439 542	1 095 000	6 672 574
Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09		TOTAL	500 290	228 570	199 520	228 570	228 570	1 614 090
		CAP. 50 O.R.	363 143	80 000	69 832	80 000	80 000	752 975
Incentivos às Acções Promocionais e à Exportação de Artesanato Regional COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-09		TOTAL	13 343	4 500	100 000	100 000	100 000	417 843
		CAP. 50 O.R.	0	4 500	50 000	50 000	50 000	204 500
Apoio ao Centro de Moda e Design da Madeira 2000-09		TOTAL	506 639	76 000	80 000	120 000	120 000	1 022 639
		CAP. 50 O.R.	506 639	76 000	80 000	120 000	120 000	1 022 639
Reestruturação do Artesanato Regional COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-07		TOTAL	0	180 000	244 222	64 222	0	488 444
		CAP. 50 O.R.	0	90 000	122 111	32 111	0	244 222
Sector em Reestruturação 2004-09		TOTAL	15 000	0	5 000	100 000	100 000	320 000
		CAP. 50 O.R.	15 000	0	5 000	100 000	100 000	320 000
Promoção de Produtos Regionais 2005-09		TOTAL	0	707 750	500 000	745 000	745 000	3 442 750
		CAP. 50 O.R.	0	707 750	500 000	745 000	745 000	3 442 750
N Acções de Formação para os Sectores do Bordado, Tapeçarias e Vimes da RAM COFIN - PRIME 2006-06		TOTAL	0	0	500 000	0	0	500 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	125 000	0	0	125 000
N Acções de Internacionalização dos Sectores do Bordado, Tapeçarias e Vimes da RAM COFIN - PRIME 2006-07		TOTAL	0	0	708 734	892 650	0	1 601 394
		CAP. 50 O.R.	0	0	246 057	312 431	0	560 488
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO		TOTAL	1 510 125	34 050	151 000	170 000	179 000	2 144 175
		CAP. 50 O.R.	1 510 125	34 050	151 000	170 000	179 000	2 144 175
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL	1 510 125	34 050	151 000	170 000	179 000	2 144 175
SE: SRA	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 510 125	34 050	151 000	170 000	179 000	2 144 175



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

289

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL
Acções de Formação Profissional no Sector das Pescas COFIN - POP RAH III - FSE 1995-09	TOTAL	1 505 349	30 000	125 000	100 000	100 000	100 000	1 960 349
	CAP. 50 O.R.	1 505 349	30 000	125 000	100 000	100 000	100 000	1 960 349
Formação e Intercâmbio Técnico (DRF) 2003-08	TOTAL	4 776	4 050	6 000	15 000	19 000	0	48 826
	CAP. 50 O.R.	4 776	4 050	6 000	15 000	19 000	0	48 826
N Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRADR 2006-08	TOTAL	0	0	20 000	55 000	60 000	0	135 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	55 000	60 000	0	135 000
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE	TOTAL	31 943 172	30 842 990	62 700 197	67 667 199	39 713 457	1 915 000	234 782 015
	CAP. 50 O.R.	31 229 257	30 596 509	62 158 750	67 529 414	39 633 940	1 893 750	233 041 620
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E GESTÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS	TOTAL	2 095 585	1 606 989	2 296 240	2 017 928	1 314 057	850 000	10 180 399
SE: SIARN N.º Projectos: 30	CAP. 50 O.R.	1 381 670	1 380 108	1 754 793	1 880 143	1 234 540	828 750	8 440 004
Protecção e Recuperação da Laurissilva (PNM) 1998-09	TOTAL	359 300	24 453	50 000	50 000	50 000	50 000	583 753
	CAP. 50 O.R.	299 415	24 453	50 000	50 000	50 000	50 000	523 868
Centros de Informação dos Serviços do PNM 1995-09	TOTAL	495 338	26 182	100 000	150 000	150 000	150 000	1 071 520
	CAP. 50 O.R.	328 340	26 182	100 000	150 000	150 000	150 000	904 522
Investigação da Fauna e da Flora (DRF) 1999-08	TOTAL	37 570	9 650	12 000	69 000	60 367	0	188 587
	CAP. 50 O.R.	37 570	9 650	12 000	69 000	60 367	0	188 587
Reserva Natural das Selvagens (PNM) 1998-09	TOTAL	130 218	25 762	155 898	250 000	250 000	250 000	1 061 878
	CAP. 50 O.R.	122 820	25 762	155 898	250 000	250 000	250 000	1 054 480
N Recuperação da Floresta Laurissilva das Funduras (DRF) 2006-08	TOTAL	0	0	48 000	326 000	326 000	0	700 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	48 000	326 000	326 000	0	700 000
Recuperação do Ecossistema do Maciço Montanhoso e Laurissilva (PNM) COFIN - P. LIFE 2001-09	TOTAL	756 119	339 679	250 000	25 000	25 000	25 000	1 420 798
	CAP. 50 O.R.	409 173	115 679	50 000	25 000	25 000	25 000	649 852
Redes de Áreas Mannhas Protegidas (DR Ambiente) 2001-06	TOTAL	16 035	0	9 000	0	0	0	25 035
	CAP. 50 O.R.	16 035	0	9 000	0	0	0	25 035
Estudo do Estado de Conservação da Biodiversidade Indígena e Endémica (DR Ambiente) 2001-06	TOTAL	15 770	0	8 000	0	0	0	23 770
	CAP. 50 O.R.	15 770	0	8 000	0	0	0	23 770
Biodiversidade. Net (DR Ambiente) COFIN - POSI - Madeira Digital 2002-06	TOTAL	23 823	144 375	96 517	0	0	0	264 715
	CAP. 50 O.R.	23 823	144 375	96 517	0	0	0	264 715
Reservas Mannhas do Garajau e Rocha do Navio (PNM) 2003-09	TOTAL	18 857	16 717	50 000	50 000	50 000	50 000	235 574
	CAP. 50 O.R.	12 486	16 717	50 000	50 000	50 000	50 000	229 203
Área Protegida do Concelho de Santana (PNM) COFIN - PIC LEADER + 2003-06	TOTAL	122 801	19 850	223 120	0	0	0	365 771
	CAP. 50 O.R.	16 429	0	25 760	0	0	0	42 189
Manutenção do Percorso Pedonal entre o Pico do Areeiro e Achada do Teixeira (PNM) 2003-09	TOTAL	19 945	0	50 000	50 000	50 000	50 000	219 945
	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	50 000	50 000	50 000	200 000
Centro Didáctico e Pedagógico dos Percursos Pedestres (DRF) COFIN - PIC LEADER + 2003-07	TOTAL	0	0	5 000	135 000	0	0	140 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	135 000	0	0	140 000
Intervenção na Quinta do Santo da Serra (DRF) COFIN - PIC LEADER + 2003-06	TOTAL	0	33 884	34 000	0	0	0	67 884
	CAP. 50 O.R.	0	33 884	34 000	0	0	0	67 884
OGAMP - Ordenamento e Gestão de Áreas Mannhas Protegidas (DR Ambiente) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-06	TOTAL	39 846	58 620	1 534	0	0	0	100 000
	CAP. 50 O.R.	39 846	58 620	1 534	0	0	0	100 000
Planos de Gestão da Rede NATURA 2000 da RAM (DR Ambiente) 2003-06	TOTAL	0	0	9 000	0	0	0	9 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	9 000	0	0	0	9 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

291

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL
Promoção e Extensão Florestal 1999-08	TOTAL	32 256	11 466	13 000	24 161	12 000	0	92 883
	CAP. 50 O.R.	32 256	11 466	13 000	24 161	12 000	0	92 883
Construção e Melhoramento de Infra-estruturas de Lazer em Parques Florestais 1999-07	TOTAL	262 138	201 545	100 000	14 210	0	0	577 893
	CAP. 50 O.R.	262 138	201 545	100 000	14 210	0	0	577 893
Reparação da Casa de Abrigo da Bica da Cana COFIN - PIC LEADER + 2004-07	TOTAL	0	0	10 000	20 000	0	0	30 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	20 000	0	0	30 000
Reparação da Casa de Abrigo do Rabaçal COFIN - PIC LEADER + 2005-06	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL SE: DR Ambiente N.º Projectos: 7	TOTAL	1 226 597	1 149 887	2 144 305	500 000	500 000	500 000	6 020 789
	CAP. 50 O.R.	1 226 597	1 149 887	2 144 305	500 000	500 000	500 000	6 020 789
Actividades de Educação Ambiental 2001-06	TOTAL	106 503	6 060	50 000	0	0	0	162 563
	CAP. 50 O.R.	106 503	6 060	50 000	0	0	0	162 563
SRIA - Sistema Regional de Informação Ambiental COFIN - POSI - Madeira Digital 2002-06	TOTAL	57 264	209 600	122 027	0	0	0	388 891
	CAP. 50 O.R.	57 264	209 600	122 027	0	0	0	388 891
SSED - Sistema de Sensibilização e Educação Ambiental Digital COFIN - POSI - Madeira Digital 2002-06	TOTAL	110 120	200 000	9 282	0	0	0	319 402
	CAP. 50 O.R.	110 120	200 000	9 282	0	0	0	319 402
REIA-MAC - Rede de Núcleos de Educação e Informação Ambiental da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2002-06	TOTAL	5 369	80 340	174 976	0	0	0	260 685
	CAP. 50 O.R.	5 369	80 340	174 976	0	0	0	260 685
ATLÁNTICO - Base de Dados da Biodiversidade da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2003-06	TOTAL	116 195	36 105	47 700	0	0	0	200 000
	CAP. 50 O.R.	116 195	36 105	47 700	0	0	0	200 000
ÍNDICE - Indicadores de Sustentabilidade para a Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2003-06	TOTAL	34 455	17 782	7 000	0	0	0	59 237
	CAP. 50 O.R.	34 455	17 782	7 000	0	0	0	59 237
Sistema de Informação das Actividades da SRAN - Balcão Verde COFIN - POSI - Madeira Digital 2001-09	TOTAL	796 691	600 000	1 733 320	500 000	500 000	500 000	4 630 011
	CAP. 50 O.R.	796 691	600 000	1 733 320	500 000	500 000	500 000	4 630 011
CONTROLO DE QUALIDADE DO AMBIENTE SI: DR Ambiente N.º Projectos: 9	TOTAL	1 236 676	349 197	1 081 972	0	0	0	2 667 845
	CAP. 50 O.R.	1 236 676	349 197	1 081 972	0	0	0	2 667 845
Redes de Estações de Controlo da Poluição Atmosférica 2000-06	TOTAL	698 976	30 000	130 000	0	0	0	858 976
	CAP. 50 O.R.	698 976	30 000	130 000	0	0	0	858 976
Monitorização de Impactos Ambientais 2000-06	TOTAL	205 503	12 350	50 000	0	0	0	267 853
	CAP. 50 O.R.	205 503	12 350	50 000	0	0	0	267 853
Inventário de Emissões Atmosféricas 2000-06	TOTAL	8 459	0	50 000	0	0	0	58 459
	CAP. 50 O.R.	8 459	0	50 000	0	0	0	58 459
Avaliação da Qualidade das Águas Costeiras, Doces Superficiais e Subterrâneas da RAM COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06	TOTAL	305 960	207 847	200 000	0	0	0	713 807
	CAP. 50 O.R.	305 960	207 847	200 000	0	0	0	713 807
STRUCUTRA - Remodelar e Consolidar a Estrutura Funcional 2004-06	TOTAL	2 404	2 044	60 000	0	0	0	64 448
	CAP. 50 O.R.	2 404	2 044	60 000	0	0	0	64 448
INSPECTIO - Incrementar a Capacidade Técnica 2004-06	TOTAL	11 262	16 956	60 000	0	0	0	88 218
	CAP. 50 O.R.	11 262	16 956	60 000	0	0	0	88 218
Acções para Implementação da Directiva-Quadro da Água 2004-06	TOTAL	0	0	138 004	0	0	0	138 004
	CAP. 50 O.R.	0	0	138 004	0	0	0	138 004
CLIMAT II - Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos (DR Ambiente)	TOTAL	4 112	40 180	115 708	0	0	0	160 000
	CAP. 50 O.R.	4 112	40 180	115 708	0	0	0	160 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

292

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL
COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06							
PLACON - Planos de Contingência de Contaminação Marinha da Região da Macaronésia (DR Ambiente)	TOTAL	0	39 820	278 260	0	0	318 080
COFIN - PIC INTERREG III B 2005-06	CAP. 50 O.R.	0	39 820	278 260	0	0	318 080
COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E INSTITUCIONAL	TOTAL	640 796	156 750	165 000	165 000	165 000	1 457 546
SE: DR Ambiente N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	640 796	156 750	165 000	165 000	165 000	1 457 546
Cooperação Técnica e Científica com o CEDE 2001-09	TOTAL	640 796	156 750	165 000	165 000	165 000	1 457 546
	CAP. 50 O.R.	640 796	156 750	165 000	165 000	165 000	1 457 546
SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	TOTAL	0	5 375 000	18 000 000	0	0	23 375 000
SE: SRA N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	0	5 375 000	18 000 000	0	0	23 375 000
Programa de Equilíbrio do Sistema 2005-06	TOTAL	0	0	850 000	0	0	850 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	850 000	0	0	850 000
Infra-estruturas do Sistema 2005-06	TOTAL	0	1 300 000	4 525 000	0	0	5 825 000
	CAP. 50 O.R.	0	1 300 000	4 525 000	0	0	5 825 000
Aumento de Capital da Valor Ambiente, S.A. 2005-06	TOTAL	0	625 000	625 000	0	0	1 250 000
	CAP. 50 O.R.	0	625 000	625 000	0	0	1 250 000
Exploração do Sistema 2005-06	TOTAL	0	3 450 000	12 000 000	0	0	15 450 000
	CAP. 50 O.R.	0	3 450 000	12 000 000	0	0	15 450 000
APOIO AO REFORÇO E MELHORIA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO E TRATAMENTO DA ÁGUA	TOTAL	13 302 645	0	3 520 000	0	0	16 822 645
SE: SRA N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	13 302 645	0	3 520 000	0	0	16 822 645
Apoio ao Reforço e Melhora do Sistema de Captação, Adução e Tratamento da Água 2002-05	TOTAL	13 089 578	0	375 000	0	0	13 464 578
	CAP. 50 O.R.	13 089 578	0	375 000	0	0	13 464 578
Reforço da Adução de Água ao Paul do Mar 2003-06	TOTAL	66 439	0	108 000	0	0	174 439
	CAP. 50 O.R.	66 439	0	108 000	0	0	174 439
Reforço da Adução de Água ao Santo da Serra - Zona Industrial e Parque Agro-Industrial COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL	0	0	290 000	0	0	290 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	290 000	0	0	290 000
Substituição da Rede de Água Potável da E.R. 111 - Porto Santo COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL	146 628	0	140 000	0	0	286 628
	CAP. 50 O.R.	146 628	0	140 000	0	0	286 628
Reforço do Abastecimento de Água ao Campo de Golfe 2005-06	TOTAL	0	0	150 000	0	0	150 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	150 000
N Mau Ano Hidrológico 2005-06	TOTAL	0	0	1 440 000	0	0	1 440 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 440 000	0	0	1 440 000
N Derrocada da Serra do Faral 2006-06	TOTAL	0	0	1 017 000	0	0	1 017 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 017 000	0	0	1 017 000
SANEAMENTO BÁSICO - ÁGUAS RESIDUAIS	TOTAL	12 883 304	2 1 694 016	35 000 000	64 525 900	37 322 400	171 425 640
SE: DRSB N.º Projectos: 26	CAP. 50 O.R.	12 883 304	21 694 016	35 000 000	64 525 900	37 322 400	171 425 640
Destino Final de Águas Residuais no Porto Moniz COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06	TOTAL	1 249 895	320 572	50 000	0	0	1 620 467
	CAP. 50 O.R.	1 249 895	320 572	50 000	0	0	1 620 467
Destino Final de Águas Residuais em Zonas Rurais 1990-06	TOTAL	5 801 118	144 726	574 000	0	0	6 519 844
	CAP. 50 O.R.	5 801 118	144 726	574 000	0	0	6 519 844
Destino Final de Águas Residuais na Boaventura 2000-07	TOTAL	167 728	52 396	470 000	230 000	0	920 124
	CAP. 50 O.R.	167 728	52 396	470 000	230 000	0	920 124
Destino Final de Águas Residuais no Concelho da Ponta do Sol	TOTAL	1 823 819	2 081 440	2 700 000	0	0	6 605 259



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

293

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06	CAP. SO O.R.	1 823 819	2 081 440	2 700 000	0	0	0	6 605 259
Reformulação do Sistema de Tratamento na ETAR do Funchal 2000-08	TOTAL	81 556	145 909	1 889 010	19 100 000	14 284 400	0	35 500 875
	CAP. SO O.R.	81 556	145 909	1 889 010	19 100 000	14 284 400	0	35 500 875
Reformulação do Sistema de Tratamento na ETAR de Câmara de Lobos 2000-08	TOTAL	0	500 000	3 232 000	19 100 000	12 868 000	0	35 700 000
	CAP. SO O.R.	0	500 000	3 232 000	19 100 000	12 868 000	0	35 700 000
Destino Final de Águas Residuais do Porto da Cruz COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06	TOTAL	33 731	1 317 522	2 400 000	0	0	0	3 751 253
	CAP. SO O.R.	33 731	1 317 522	2 400 000	0	0	0	3 751 253
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Santana 2001-06	TOTAL	1 007 143	910 566	400 000	0	0	0	2 317 709
	CAP. SO O.R.	1 007 143	910 566	400 000	0	0	0	2 317 709
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Machico 2001-07	TOTAL	11 573	2 961 985	5 041 000	3 359 000	0	0	11 373 558
	CAP. SO O.R.	11 573	2 961 985	5 041 000	3 359 000	0	0	11 373 558
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias da Calheta e Arco da Calheta 2001-08	TOTAL	17 012	51 792	3 350 000	4 700 000	2 050 000	0	10 168 804
	CAP. SO O.R.	17 012	51 792	3 350 000	4 700 000	2 050 000	0	10 168 804
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de São Vicente COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL	2 904	2 341 946	1 500 000	0	0	0	3 844 850
	CAP. SO O.R.	2 904	2 341 946	1 500 000	0	0	0	3 844 850
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia da Ponta Delgada 2001-08	TOTAL	0	0	30 000	1 000 000	930 000	0	1 960 000
	CAP. SO O.R.	0	0	30 000	1 000 000	930 000	0	1 960 000
Laboratório de Controlo de Qualidade de Águas Residuais 2001-06	TOTAL	41 420	18 226	50 000	0	0	0	109 646
	CAP. SO O.R.	41 420	18 226	50 000	0	0	0	109 646
Destino Final de Águas Residuais no Concelho da Ribeira Brava COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08	TOTAL	53 396	3 425 132	5 783 100	2 286 900	1 430 000	0	12 978 528
	CAP. SO O.R.	53 396	3 425 132	5 783 100	2 286 900	1 430 000	0	12 978 528
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Gaula COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	TOTAL	2 273 659	3 161 477	400 000	0	0	0	5 835 136
	CAP. SO O.R.	2 273 659	3 161 477	400 000	0	0	0	5 835 136
Destino Final de Águas Residuais no Seixal 2003-07	TOTAL	41 867	1 541 927	1 300 000	1 000 000	0	0	3 883 794
	CAP. SO O.R.	41 867	1 541 927	1 300 000	1 000 000	0	0	3 883 794
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias do Paul do Mar, Jardim do Mar e Prazeres 2003-07	TOTAL	17 818	520 298	2 000 000	3 500 000	0	0	6 038 116
	CAP. SO O.R.	17 818	520 298	2 000 000	3 500 000	0	0	6 038 116
Monitorização da Qualidade nos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais 2003-06	TOTAL	10 988	14 459	15 000	0	0	0	40 447
	CAP. SO O.R.	10 988	14 459	15 000	0	0	0	40 447
Reformulação do sistema de tratamento na ETAR do Caniço 2003-08	TOTAL	6 780	38 640	800 000	5 700 000	3 500 000	0	10 045 420
	CAP. SO O.R.	6 780	38 640	800 000	5 700 000	3 500 000	0	10 045 420
Destino final de águas residuais da Santa e Lameiros COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-06	TOTAL	240 897	2 121 195	2 300 000	0	0	0	4 662 092
	CAP. SO O.R.	240 897	2 121 195	2 300 000	0	0	0	4 662 092
Interceptor da freguesia do Santo da Serra 2004-07	TOTAL	0	23 828	350 000	1 150 000	0	0	1 523 828
	CAP. SO O.R.	0	23 828	350 000	1 150 000	0	0	1 523 828
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias de São Jorge e Ilha 2005-08	TOTAL	0	0	40 000	1 200 000	730 000	0	1 970 000
	CAP. SO O.R.	0	0	40 000	1 200 000	730 000	0	1 970 000
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias do Faial e São Roque do Faial 2005-08	TOTAL	0	0	40 000	1 200 000	730 000	0	1 970 000
	CAP. SO O.R.	0	0	40 000	1 200 000	730 000	0	1 970 000
N Conservação de Edifícios e Equipamentos das Estações de Tratamento e de Elevação de Águas Residuais 2006-06	TOTAL	0	0	55 890	0	0	0	55 890
	CAP. SO O.R.	0	0	55 890	0	0	0	55 890
N Sistemas de Informação Geográfica dos Sistemas de Águas Residuais da RAM	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	CAP. SO O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

294

PIDDAR 2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2004	Execução prevista em 2005	2006	2007	2008	Anos seguintes	TOTAL	
2006-06									
N	Estação de Tratamento de Águas Residuais da Nogueira-Camacha 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	1 000 000 1 000 000	800 000 800 000	0 0	2 000 000 2 000 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R.	158 119 158 119	20 500 20 500	784 550 784 550	1 904 660 1 904 660	760 000 760 000	0 0	3 627 849 3 627 849
ASSISTÊNCIA TÉCNICA - IFOP		TOTAL	148 932	0	80 000	0	0	0	228 932
SE: DR Pescas	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	148 932	0	80 000	0	0	0	228 932
Gestão e Acompanhamento do POP RAM III - MARRAM 2002-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	148 932 148 932	0 0	80 000 80 000	0 0	0 0	0 0	228 932 228 932
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA SRARN		TOTAL	0	0	310 000	605 000	760 000	0	1 675 000
SE: DRADR	N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	0	0	310 000	605 000	760 000	0	1 675 000
N	Qualidade e Modernização Administrativa da DRADR 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	70 000 70 000	200 000 200 000	300 000 300 000	0 0	570 000 570 000
N	Informatização dos Serviços da DRADR 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	100 000 100 000	100 000 100 000	0 0	300 000 300 000
N	Informação e Divulgação Agrária 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	55 000 55 000	60 000 60 000	0 0	155 000 155 000
N	Implementação e Manutenção do Sistema de Parcelar "On-Line" 2006-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	250 000 250 000	300 000 300 000	0 0	650 000 650 000
INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS		TOTAL	9 207	20 500	394 550	1 299 660	0	0	1 723 917
SE: SRA	N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	9 207	20 500	394 550	1 299 660	0	0	1 723 917
Reparação e Remodelação das Instalações do Edifício Sede em Santo António (DRF) 2004-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	8 260 8 260	20 500 20 500	44 550 44 550	5 450 5 450	0 0	0 0	78 760 78 760
Reparação e Remodelação das Instalações de Serviços Florestais na Ribeira Brava (DRF) 2004-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	947 947	0 0	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	30 947 30 947
Reparação e Remodelação do Canil da Casa Velha (DRF) COFIN - PIC LEADER + 2005-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	94 210 94 210	0 0	0 0	114 210 114 210
N	Laboratório de Referência da Qualidade do Ambiente (DRAmbiente) 2006-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	100 000 100 000
N	Obras para Edifício da DRAmb (DRAmbiente) 2006-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	50 000 50 000
N	Reabilitação do Edifício do Poço Barral para Instalação dos Serviços da DRADR (DRADR) 2006-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	1 200 000 1 200 000	0 0	0 0	1 350 000 1 350 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

299

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

SOCIEDADES DE DESENVOLVIMENTO - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)			
PROJECTO	ENTIDADE		2006
Concepção/construção do Parque Empresarial de Câmara de Lobos	MPE		
TOTAL DA SOCIEDADE MADEIRA PARQUES EMPRESARIAIS		TOTAL CAP. 50	1 371 100 1 371 100
Reformulação das Grutas - São Vicente	SDN		
2.ª Fase do Complexo Balnear de Ponta Delgada com Zona Comercial e de Lazer	"		
Lar de 3.ª Idade de Santana	"		
2.ª Fase Ribeira do Faial	"		
Criação de uma Zona de Estacionamento no Centro da Vila do Porto Moniz	"		
TOTAL DA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE		TOTAL CAP. 50	3 447 500 3 447 500
Centro Desportivo da Ribeira Brava	PONTA DO OESTE		
Promenade Marina do Lugar de Baixo - Ponta do Sol	"		
3.ª Fase da Marina do Lugar de Baixo	"		
Teleférico Madalena - Casa das Mudanças	"		
Intervenção na Frente Mar da Vila da Calheta	"		
Campo de Golf na Calheta	"		
Planetário da Ponta do Pargo	"		
TOTAL DA SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA - PONTA DO OESTE		TOTAL CAP. 50	3 000 000 3 000 000
Estádio Desportos de Praia	SDPS		
Protecção Marítima ao Estádio Desportos de Praia	"		
Complexo Campos Ténis	"		
Campo de Golf	"		
Club House	"		
Zona Lúdica Perodo do Sono	"		
Mercado	"		
Núcleo Histórico	"		
Edifício de Serviços Públicos	"		
Centro Cultural e de Congressos	"		
Centro de Artesanato	"		
Passelo Dunar 2.ª Fase	"		
Campo de Golf 1.ª Fase - Terrenos	"		
TOTAL DA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO		TOTAL	1 393 700



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

300

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

SOCIEDADES DE DESENVOLVIMENTO - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2006
TOTAL DA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO		CAP. 50	1 393 700
Largo da República	SMD		
Jardim e Arranjo Urbanístico da Baía de Câmara de Lobos (Serragem)	"		
Praça e Estacionamento de São Francisco	"		
Restaurante ao Sítio da Tríncheira	"		
Promenade Praia Formosa Câmara de Lobos	"		
Associação de Ténis da Madeira - Campos e Apoios	"		
Intervenção no Porto do Funchal (Aquário)	"		
Pavilhão Multiusos	"		
Museu da Tecnologia e Inovação	"		
Recuperação da Praia dos Reis Magos	"		
Intervenção na Foz da Ribeira da Boaventura	"		
Parque Desportivo da Água de Pena	"		
Teleférico de Machico	"		
TOTAL DA SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO		TOTAL	2 000 000
		CAP. 50	2 000 000
TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS DAS SOCIEDADES DE DESENVOLVIMENTO DA MADEIRA		TOTAL	11 212 300
		CAP. 50	11 212 300



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS HABITACIONAIS DA MADEIRA - SUBPROJECTOS

			(Un.: Euros)
PROJECTO	ENTIDADE		2006
Figueirinhas	IHM		
Concepção/construção de 24 fogos na Torre - Machico	"		
Concepção/construção de 30 fogos na Arcebispo D. Aires	"		
Concepção/construção de 40 fogos, infra-estruturas e arranjos exteriores na Torre - Machico	"		
Sede da IHM	"		
Reabilitação/requalificação do Bairro da Palmeira - 1.ª fase	"		
Recuperação/requalificação de edifício para apartamentos - Santa Luzia	"		
Arranjos exteriores dos blocos e zonas comuns do Bairro dos Casais d'Além	"		
Colocação de alumínio no Bairro dos Casais d'Além	"		
Reparação da cobertura e pintura exterior dos blocos do Bairro da Nazaré V	"		
Renovação dos elevadores do Bairro da Nazaré e Hospital	"		
Substituição de rede de abastecimento de água nos blocos do Bairro do Hospital	"		
Substituição de rede de abastecimento de água nos blocos do Bairro da Ajuda	"		
Pintura exterior e impermeabilização de calciras - Galeão - São Roque	"		
Regeneração de espaços exteriores e remodelação de infra-estruturas sociais - Nogueira	"		
Conservação da parte eléctrica dos Bairros da IHM	"		
Conservação dos blocos dos Bairros da Ajuda e Hospital	"		
Conservação dos blocos dos Bairros da Nogueira e Casais d'Além	"		
Conservação dos blocos dos Bairros de Santo Amaro e Romeiras	"		
Conservação dos blocos dos Bairros da Nazaré Norte V	"		
Conservação dos blocos dos Bairros de Santo António e São Roque	"		
Conservação dos blocos dos Bairros da Palmeira e Ribeiro Real	"		
Conservação dos blocos dos Bairros da Matur, Água de Pena e Figueirinhas	"		
Conservação dos blocos dos Bairros da Nazaré Sul (I e IV)	"		
Conservação dos blocos dos Bairros da Nazaré Norte III	"		
Conservação dos blocos dos Bairros do Serrado do Mar e Espírito Santo e Calçada	"		
Conservação dos blocos dos Bairros da Nazaré Sul II	"		
Conservação dos blocos dos Bairros do Seixal e Porto Moniz	"		
Recuperação de apartamentos devolutos - Funchal	"		
Recuperação de apartamentos devolutos - Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico	"		
Recuperação e manutenção dos fogos do Ilhéu de Câmara de Lobos	"		
Recuperação e beneficiação - Espaços exteriores - Núcleo de recreio infantil A - Nazaré	"		



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS HABITACIONAIS DA MADEIRA - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)			
PROJECTO	ENTIDADE		2006
Recuperação e beneficiação - Espaços exteriores - Núcleo de recreio infantil 8 - Nazaré	"		
Regeneração de espaços exteriores - Bairro do Hospital	"		
Recuperação de espaços verdes em Santo Amaro	"		
Recuperação e beneficiação - Equipamento desportivo e recreio infantil - Ajuda	"		
TOTAL DO PROJECTO: EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES		TOTAL CAP. 50	13 366 772 2 700 000
Empreendimento Coohafal	IHM		
Empreendimento Flapro	"		
Empreendimento Caminho do Amparo - São Martinho	"		
Conjunto Habitacional Eng. Velho - São Martinho	"		
Empreendimento Casais - Arco de São Jorge - Santana	"		
Empreendimento Sítio Achada António Teixeira - Santana	"		
Empreendimento Santa Quitéria - São Martinho	"		
Empreendimento Assomada	"		
Empreendimento Sítio das Covas - Faial	"		
TOTAL DO PROJECTO: HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS		TOTAL CAP. 50	18 070 375 6 000 000
Sítio dos Salões	IHM		
TOTAL DO PROJECTO: APOIO A MUNICÍPIOS		TOTAL CAP. 50	1 720 309 500 000
PRID - Programa de recuperação de imóveis degradados	IHM		
Arrendamento privado	"		
TOTAL DO PROJECTO: APOIO A PARTICULARES		TOTAL CAP. 50	3 840 000 3 300 000
TOTAL GERAL INVESTIMENTOS HABITACIONAIS DA MADEIRA		TOTAL CAP. 50	36 997 456 12 500 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	MUNICÍPIO		2006
Construção de um Ramal entre a E.R. e a Fajã - Arco da Calheta	CALHETA		
Ligação da E.M. das Florenças à E.M. das Faias - Arco da Calheta	"		
Saneamento Básico entre o Sítio da Estacada e o Lombo da Rocha - Prazeres	"		
Ligação entre a Igreja e a Lombada do Loreto - Arco da Calheta	"		
Construção do C.M. desde a Vargem até ao Pavilhão Gimnosdesportivo - Calheta	"		
Benefeciação e Pavimentação Eiras - aterro da Estrada da Fonte do Bispo - Prazeres	"		
Construção do C.M. desde a Vargem até ao Pavilhão Gimnosdesportivo - Calheta - 2.ª Fase	"		
C.M. entre a nova Escola do Salão e a Leva da da Asinha - Calheta	"		
Zona Central Comunitária com Praça, Jardins Públicos e Estacionamento - Estreito da Calheta	"		
Estrada de Ligação do C.M. entre Cales e Chada e a Cova do Arco - 1.ª Fase - Arco da Calheta	"		
Estrada de Ligação do C.M. entre Cales e Chada e a Cova do Arco - 2.ª Fase - Arco da Calheta	"		
Estrada de Ligação do C.M. entre Cales e Chada e a Cova do Arco - 3.ª Fase - Arco da Calheta	"		
Benefeciação e Pavimentação entre a Igreja Abaixo, Capela do livramento, Capela dos Reis Magos e o Sítio dos Reis - Estreito da Calheta	"		
Benefeciação e Pavimentação da Ribeira da Vaca e Lombo Queimado - Ponta do Pargo 2.ª e 3.ª Fases	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DA CALHETA		TOTAL	3 000 000
		CAP. 50'	3 000 000
Construção do C.M. entre Sítio do Facho e caldeira - Câmara de Lobos	CÂMARA LOBOS		
Construção do C.M. entre a Ribeira do Escrivão e o Sítio da Quinta - Quinta Grande	"		
Construção do C.M. entre Colmeal e o Pico Furão - Curral das Freiras	"		
Alargamento da E.M. Dr. Castro Jorge - Estreito de Câmara de Lobos	"		
Construção do C.M. entre o Sítio da Igreja e o Bar Viola - Estreito de Câmara de Lobos	"		
Construção C.M. entre E.R. 214 (Ribeira da Caixa) e Capela Almas, por C.M. São João - Estreito de Câmara de Lobos - 2.ª Fase	"		
Construção do C.M. que lga a Rua Maestro João Noronha ao C.M. do Pico da Cruz Construção - Câmara de Lobos	"		
Construção do Prolongamento do Caminho da Saraiva até ao Lagar da Giesta - Câmara de Lobos	"		
Construção do C.M. entre o Sítio da Igreja e Fontes - Quinta Grande	"		



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	MUNICÍPIO		2006
Construção do C.M. da Quinta de Santo António ao Sítio do Fôro - Estreito de Câmara de Lobos	"		
Construção do C.M. de Acesso à Seara Velha de Baixo - Curral das Freiras	"		
Construção do C.M. entre a E.M. 544 (Caminho Grande e Precês) e a mesma E.M. (Ponte Sabino), incluindo Ramal para a E.R. 214 (Ponte dos Frades) - 2.ª Fase - Câmara de Lobos	"		
Construção do C.M. da Igreja do Garachico à Escola Básica do 1.º Ciclo - Câmara de Lobos	"		
Alargamento do C.M. Ponte do Gato à Estrada do Calvário - Estabilização de Talude - Estreito de Câmara de Lobos	"		
Concepção/Construção para Remodelação, Adaptação e Amplificação do Edifício do Mercado Municipal do Estreito de Câmara de Lobos	"		
Recuperação e Requalificação do Ilhéu de Câmara de Lobos	"		
Centro de Recolha de Produtos Agrícolas - Quinta Grande	"		
Recuperação do Convento de São Bernardino - Câmara de Lobos	"		
Construção do Salão Paroquial - Estreito de Câmara de Lobos	"		
Instalações Sociais de Côro de Câmara de Lobos	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DE CÂMARA DE LOBOS		TOTAL CAP. 50	6 750 000 6 750 000
Conclusão da Estrada de São João de Latrão - São Gonçalo	FUNCHAL		
Novas acessibilidades ao Vasco Gil - Santo António	"		
Arruamento para o Pico do Funcho - São Martinho	"		
Alargamento da Vereda da Cova para trânsito automóvel - São Roque	"		
Alargamento do Caminho do Areeiro - São Martinho	"		
Alargamento do Caminho do Terço ao Caminho das Voltas - Santa Maria Maior	"		
Novo arruamento na Travessa do Transval para trânsito automóvel - Santa Maria Maior	"		
Asfaltagens Diversas	"		
Ligação Caminho Curral Velho - Caminho do Trapiche - Santo António	"		
Alargamento do Caminho dos Tornos ao Caminho dos Marcos - Monte	"		
Novo arruamento na Azinhaga da Cancela - Monte	"		
Alargamento parcial do Caminho de Ferro - Santa Luzia	"		
Alargamento do Beco do Aficeiro - Santo António	"		



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	MUNICÍPIO		2006
Alargamento do Caminho da Bica de Pau - São Gonçalo	"		
Arruamento da Rua do Til - Carne Azeda - Torrínha - Imaculado Coração de Maria	"		
Alargamento da Vereda do Corgo - Santo António	"		
Infraestruturas da Frente Mar - 2.ª Fase	"		
Remodelação da Avenida Arriaga - Faixa Sul - Conclusão (entre o Golden e o Teatro Municipal) - Sé	"		
Arruamento de ligação entre os Barreiros e o Caminho do Pilar - São Martinho	"		
Continuação da execução das infraestruturas viárias da Frente Mar, incluindo ciclovia e separador central - São Martinho	"		
Acesso da Rampa do Pico do Cardo - Santo António	"		
Remodelação Urbanística da Avenida do Mar - Sé	"		
Reforço da iluminação no centro do Funchal e iluminação dos edifícios históricos - Sé e São Pedro	"		
Melhoria dos Túneis da Cota 40 - Santa Luzia e São Pedro	"		
Alargamento da Rua da Quinta do Passeio do Salvador ao Caminho do Monte - Santa Luzia	"		
Arruamento em substituição da Vereda do Pico Lombada - São Martinho	"		
Alargamento do C.M. da Bugiaria - São Roque	"		
Conclusão do Alargamento da Vereda das Moças - São Gonçalo	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DO FUNCHAL		TOTAL CAP. 50	7 000 000 7 000 000
Caminho da Queimada de Cima ao Caminho da Madeira - Água de Pena	MACHICO		
Ligação da Escola Básica dos Maroços à Levada da Rocha - Ribeira Grande	"		
Ligação da Rua da Estacada / Caminho da Banda D'Além - Machico	"		
Ligação dos Landeiros ao Ribeiro das Lajes - Machico	"		
Novo Campo de Futebol de Machico	"		
Ligação do C.M. da Torre à Estrada Regional 108 - Piquinho - Machico	"		
Construção do Caminho de ligação entre a E.R. 237 Queimada e Queimada de Cima - Água de Pena	"		
Alargamento da Vereda da Azinhaga - Machico	"		
Alargamento do Caminho da Tenda do Oleiro - Machico	"		



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	MUNICÍPIO		2006
Ligação do C.M. da Torre à E.R. 108 - Serra D'Água	"		
Ligação da E.R. (Bar Poita) à Palmeira de Cima - Caniçal	"		
Construção Estrada Ribeira Grande Dentro ao Moinho Serra - Machico - 2.ª Fase	"		
Caminho de Ligação da Achada à Fajã dos Rolos - Santo da Serra	"		
Ligação do Paraíso à Boca do Antigo Túnel do Caniçal - Machico	"		
Ligação da E.R. 214 (Serra D'Água) ao Sítio da Terça - Machico	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DE MACHICO		TOTAL CAP. 50	1 879 000 1 879 000
Construção do E.M. Tornadouro, Pico - Jangão	PONTA DO SOL		
Construção do Acesso Automóvel Sítio dos Lombos - Madalena do Mar	"		
Construção do C.M. das Murteiras, Estrada de São João e a Achada e Levada do Poiso - Canhas	"		
Construção do Caminho Agrícola ao Sítio do Lugar - Cascalho - Estrada da Lombada - Ponta do Sol	"		
Alargamento e Pavimentação do Caminho do Passo - Lombada - Ponta do Sol	"		
Construção do C.M. das Murteiras, Estrada de São João e a Achada e Levada do Poiso - Canhas - 2.ª Fase	"		
Construção do C.M. das Murteiras, Estrada de São João e a Achada e Levada do Poiso - Canhas - Estacionamentos - 3.ª Fase	"		
Abastecimento de Água Potável à Freguesia dos Canhas - Lombo da Piedade, Lombo do Meio e Lombo do Alho ao Sítio da Cova do Pico - Canhas	"		
Mercado Municipal da Ponta do Sol	"		
Construção do Caminho Agrícola do Sítio Cova do Pico ao Sítio dos Salões - Canhas - 2.ª Fase	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DA PONTA DO SOL		TOTAL CAP. 50	2 800 000 2 800 000
Arranjo Urbanístico do Porto Moniz (Recuperação do Forte de São João Baptista) - Porto Moniz	PORTO MONIZ		
Arranjo Urbanístico do Centro da Freguesia das Achadas da Cruz	"		
Pavimentação do Caminho Agrícola da Beira da Rocha à Santa - Porto Moniz	"		
Caminho Agrícola Portada / Serra de Água - Seixal	"		
Construção da Estrada na Pedra Mole - Porto Moniz	"		
Arranjo Urbanístico do centro da Vila, com construção de jardim e estacionamento - Porto Moniz	"		



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	MUNICÍPIO		2006
Aumento dos Paços do Concelho para melhoria dos serviços à População - Porto Moniz	"		
Caminho do Estaleiro - Lombinho - Seixal	"		
Frente Mar do Seixal, com construção do edifício da Junta de Freguesia - Seixal	"		
Arranjo Urbanístico do Teleférico e da Praia - Achadas da Cruz	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DO PORTO MONIZ		TOTAL CAP. 50	2 560 000 2 560 000
Reconstrução da Estrada Velha da Camacha	PORTO SANTO		
Infraestruturação de Terrenos Municipais	"		
Beneficiação da E.M. 550 entre Lombas e a Estrada Regional 111 (Campo de Baixo)	"		
Construção da Estrada das Lombas	"		
Construção de Acessos e Infraestruturas no Penedo	"		
Construção do C.M. de ligação entre a E.M. dos Morenos e o Campo de Golf	"		
Beneficiação do Ramal da E.M. 550 para a Barragem da Lapeira de Dentro	"		
Construção dos Acessos ao Complexo de Ténis (Campo de Baixo)	"		
Construção da E.M. do Tanque - Trabalhos Complementares	"		
Instalação da Casa da Cultura e Arquivo do Porto Santo (com recuperação da antiga central eléctrica e espaços envolventes)	"		
Promenade Hotel Torre Praia - Hotel Porto Santo	"		
Arranjo Urbanístico e paisagístico dos arredores da Igreja do Espírito Santo	"		
Beneficiação e Repavimentação em calçada da Rua Manuel Gregório Pestana	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DO PORTO SANTO		TOTAL CAP. 50	2 791 000 2 791 000
Construção da E.M. da Achada - Caldeira - Ribeira Brava	RIBEIRA BRAVA		
Construção da E.M. da Adega - Zona Industrial - Campanário	"		
Estrada Municipal dos Zimbreiros / Candelária - Tabúa	"		
Construção do C.M. entre os sítios do Lombo Cesteiro e Cruz Banda de Além - Ribeira Brava	"		
Rede de Saneamento Básico da Serra D'Água nos principais núcleos habitacionais - Serra D'Água	"		
Construção da Estrada Municipal Moreno / Pedra Mole - Ribeira Brava	"		



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	MUNICÍPIO		2006
Construção E.M. entre os Sítios da Fajã da Ribeira e Meia Légua - Ribeira Brava	"		
Construção do C.M. Agrícola entre os Sítios da Cova ao Barreiro - Ribeira Brava	"		
Construção do C.M. do Lombinho - Campanário	"		
Construção do Saneamento Básico / Rede de Águas de São Paulo, Fontes, Lugar da Serra e Terreiros - Ribeira Brava	"		
Estrada Municipal Pico Ferreiro/ Massapez/ Apresentação - Tabúa	"		
Construção da E.M. do Rodes e Longueira - Campanário	"		
Construção do C.M. de Ligação da Igreja (Petrelha) ao Massapez e Tranqual - Campanário	"		
Construção da E.M. do Boqueirão - Lugar da Serra - Campanário	"		
Construção da E.M. Terreiros e Eira das Mocas - Campanário	"		
Construção da E.M. da Terra Grande - Serra D'Água	"		
Construção da E.M. entre os Sítios da Fonte Pinheiro, Moreno e Barreiro - Ribeira Brava	"		
Construção da E.M. entre os Sítios Pedra de Nossa Senhora e Vigia - Campanário	"		
Construção da E.M. entre os Sítios do Massapez e Fonte Cruzada - Tabúa	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA		TOTAL CAP. 50	4 794 000 4 794 000
Construção do C.M. entre Manuel Júnior / Rochão e C.M. da Portela - Camacha	SANTA CRUZ		
Construção do Arruamento de Ligação da Achada de Cima (Gaula) ao Sítio da Fonte das Almocreves (Santa Cruz) com Ligação ao Sítio do Lombo do Louro - Gaula	"		
Construção da E.M. Ligação Sítio do Vale / Garajau - Caniço Baixo / Contrata - Caniço	"		
Construção do C.M. entre Calçada São Gil (Miradouro) até Pedra Mole - Santa Cruz	"		
Alargamento do C.M. da Portela, entre Quinta Almas e do C.M. do Rochão - Camacha	"		
Construção do C.M. das Lajes (Fazenda) até Achada de Baixo - Gaula	"		
Arruamento de Ligação entre o Sítio da Ventrecha e Moinho Valente - Santa Cruz	"		
Construção do C.M. do Palheiro Ferreiro / Pinheirinho, Ribeira dos Pretêtes - Caniço	"		
Construção do C.M. entre Fonte dos Almocreves (Lombada) e a E.R.101 (São Pedro) - Santa Cruz	"		
Construção do C.M. entre José Barreto e a Portela - Camacha	"		
Construção do C.M. entre a Ferro Funchal / Boléu / Ribelrinha - Camacha	"		



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	MUNICÍPIO		2006
Construção da ligação entre Fonte do Livramento e Rua da Calçada - Caniço	"		
Construção do Cemitério do Caniço (1.ª Fase)	"		
Construção do C.M. entre São Gil e o C.M. D. Mécia - Santa Cruz	"		
Construção do C.M. entre Cerejeira e Águas Mansas - Camacha	"		
Construção do C.M. entre Rochão - Pedra até ao Pico da Silva - Camacha	"		
Alargamento do Caminho Velho do Reis Magos - Caniço	"		
Arranjos no Caminho da Pereira - Santo da Serra	"		
Construção do Ramal dos Molinhos - 2.ª Fase	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ		TOTAL CAP. 50	6 750 000 6 750 000
Alargamento e Pavimentação do C.M. do Lombo do Curral entre a E.R.101 e a E.R. do Pico das Pedras - Santana	SANTANA		
Construção do E.M. entre o Sítio da Igreja à Escola das Covas - Faial	"		
Pavimentação E.M. entre C.M. Eiras Santana e a Corujeira de Cima (Faial) - Faial	"		
Alargamento e Pavimentação do C.M. entre os Sítios da Serra de Água e Achada da Cruz, passando pelo Caminho do Chão e Fonte Grande - Santana	"		
Construção de Arruamento entre a E.R. 101 (Colmo) e a Rua Dr. João Abel de Freitas - Santana	"		
Alargamento e Pavimentação C.M. da Achada do Cedro Gordo - São Roque Faial	"		
Alargamento e Pavimentação C.M. Fajã do Cedro Gordo - São Roque do Faial	"		
Alargamento e Pavimentação do Caminho Agrícola das Eiras à Cova da Roda - Santana	"		
Construção da Rede de Esgotos na Freguesia de Santana - 2.ª Fase	"		
Construção da Rede de Esgotos na Freguesia de Santana - 3.ª Fase	"		
Construção do auditório para Espectáculos e Exposições de São Roque do Faial	"		
Construção do auditório para Espectáculos e Exposições de São Jorge	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA		TOTAL CAP. 50	4 300 000 4 300 000
Correcção do Caminho Rural de São Nicolau - Primeira Lombada - Ponta Delgada	SÃO VICENTE		
Construção da E.M. entre Achada do Castanheiro e Laranjeiras - Boaventura	"		



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	MUNICÍPIO		2006
Construção do C.M. entre Cascalho e Barros, por Achada - São Vicente	"		
Caminho Agrícola entre a Ponte da Ribeira Grande, Fóro e Terra do Galo - São Vicente	"		
Construção do Caminho Agrícola entre o Sítio da Levada e a Levada de Cima - Boaventura	"		
Correcção do Caminho Municipal entre o Pomar e Irinha - Boaventura	"		
Estrada da Fajã do Penedo - Lamaceiros - Boaventura	"		
Estrada do Polso - Fajã do Arno - São Vicente	"		
Construção da E.M. dos Cardais de Cima - 2.ª Fase - São Vicente	"		
TOTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE		TOTAL	3 041 000
		CAP. 50	3 041 000
TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS		TOTAL	48 665 000
		CAP. 50	48 665 000



PROGRAMA DE APOIO RURAL - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE	2006
Concepção/Construção de dois Reservatórios para Rega no Concelho de Machico	PAR	
Parque Agrícola do Caniçal (PACAN)	"	
Conservação e Construção de Barragens na Ribeira de Santa Luzia	"	
Beneficiação do Caminho Florestal - Cascalho - Boca das Voltas	"	
Beneficiação do Caminho Florestal - Cabeço das Voltas - Ribeira Funda	"	
Beneficiação do Caminho Florestal do Pico dos Porcos - Rib.ª João Ferino e Cabeço do Melo da Serra	"	
Beneficiação dos Aceiros n.ºs 5 e 13 do Perímetro Florestal do Poiso	"	
Beneficiação dos Aceiros n.ºs 9,11 e 12 do Perímetro Florestal do Poiso	"	
Beneficiação do Posto Aquícola do Ribeiro Frio	"	
Arborização Florestal do Pico do Concelho - Porto Santo	"	
Beneficiação Florestal no Cabeço do Curral - P. F. do Poiso	"	
Beneficiação Florestal do Perímetro Florestal do Poiso	"	
Beneficiação no Montado do Pereiro	"	
Arborização/Consolidação/Beneficiação/Infraestruturas/Use Múltiplo no Prédio situado no Chão das Feiteiras - Perímetro Florestal das Serras do Poiso	"	
Arborização / Beneficiação Lamacellos Poiso	"	
Arborização Pico Assumadouros - Porto Santo	"	
Beneficiação Florestal Cova Grande - Paúl da Serra	"	
Beneficiação Florestal Terrelros - Poiso	"	
Beneficiação Florestal Morenos - Porto Santo	"	
Beneficiação Florestal no Sítio da Pedra Poiso	"	
Beneficiação Florestal Carrelras	"	
Arborização / Beneficiação Florestal Pico do Castelo	"	
Beneficiação Florestal da Fonte das Moças	"	
Beneficiação Florestal Chão Aboboreiras	"	
Beneficiação Florestal Casa Velha Norte	"	
Recuperação e Beneficiação do Espaço de Recreio e Lazer do Parque Florestal da Chão dos Louros	"	
Parque Florestal do Pico das Pedras	"	
Laboratório de Resíduos	"	
Monitorização de Resíduos de Pesticidas	"	
Bichado da Castanha	"	



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

PROGRAMA DE APOIO RURAL - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2006
Assistência Técnica	"		
TOTAL DOS PROJECTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL COMPARTICIPADOS NO ÂMBITO DO PAR		TOTAL CAP. 50	4 367 406 839 285



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

313

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

VALOR AMBIENTE, S.A - Subprojectos

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Programa de Equilíbrio do Sistema	VAB		
TOTAL DO PROJECTO: EQUILÍBRIO DO SISTEMA		TOTAL CAP. 50	850 000 850 000
Sistema de Valorização, Tratamento e Destino Final de Resíduos			
Sistema de Transferência e de Triagem de Resíduos			
TOTAL DO PROJECTO : INFRA-ESTRUTURAS DO SISTEMA		TOTAL CAP. 50	4 525 000 4 525 000
Aumento de Capital da "Valor Ambiente", S.A"	VAB		
TOTAL DO PROJECTO AUMENTO DE CAPITAL DA VALOR AMBIENTE, S.A		TOTAL CAP. 50	625 000 625 000
Sistema de Valorização, Tratamento e Destino Final de Resíduos			
Sistema de Transferência e de Triagem de Resíduos			
Operações de Gestão de Resíduos que visam o envio dos Resíduos Recolhidos Selectivamente para Reciclagem fora da Região			
TOTAL DO PROJECTO: EXPLORAÇÃO DO SISTEMA		TOTAL CAP. 50	12 000 000 12 000 000
TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS DA VALOR AMBIENTE		TOTAL CAP. 50	18 000 000 18 000 000



Região Autónoma da Madeira
Governo Regional